

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA



PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

LIA MAURA CARELLI BAPTISTTELLA

**Narrativas históricas de opressões e resistências lésbicas e Ensino de
História**

RECIFE
2024



Narrativas históricas de opressões e resistências lésbicas e Ensino de História

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Área de concentração: Saberes Históricos no Espaço Escolar.

Orientadora: Prof^a Dr^a Andréa Giordanna Araujo da Silva.

RECIFE
2024

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Baptisttella, Lia Maura Carelli.

Narrativas históricas de opressões e resistências lésbicas e Ensino de História / Lia Maura Carelli Baptisttella. - Recife, 2025.

224f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Profissional em Ensino de História, 2024.

Orientação: Andréa Giordanna Araújo da Silva.

Inclui referências.

1. Ensino de História; 2. História das Mulheres Lésbicas; 3. Educação e Sexualidade; 4. Gênero; 5. Núcleo de Gênero; 6. Material Paradidático. I. Silva, Andréa Giordanna Araújo da. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

LIA MAURA CARELLI BAPTISTTELLA

Narrativas históricas de opressões e resistências lésbicas e Ensino de História

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Andréa Giordanna Araujo da Silva (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Prof^ª. Dra. Eleta Carvalho Freire
(Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^ª. Dra. Kyara Maria de Almeida Vieira
(Examinadora Externa)
Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)

Prof^º. Dr. Elias Ferreira Veras
(Examinador interno)
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Agradecimentos

Agradecer àquelas e àqueles que caminharam ao meu lado até aqui é uma tarefa cheia de satisfação e amor.

Primeiramente, gratidão à minha companheira, Julia. Sua presença constante e apoio foram meu alicerce durante todo este processo. Seu companheirismo diante da minha ausência, tanto nas questões práticas do nosso lar quanto no tempo que abdicamos de estar juntas, é incomensurável. Dividir a vida com você é uma honra. Obrigada!

Aos meus familiares e amigos íntimos, meu carinho profundo. Vocês compreenderam minhas ausências e ansiedades, suportaram finais de semana em que não pude estar presente e, mesmo quando estava, ouviram pacientemente minhas reclamações acadêmicas. Sou bastante grata.

Aos colegas do ProfHistória, que enfrentaram adversidades e construíram tantos significados ao meu lado, meu sincero agradecimento. Que alegria foi compartilhar esses dois últimos anos com vocês!

Um agradecimento especial à Professora Eleta Freire, que acolheu e deu significado a este desafiador processo acadêmico com tanto carinho, lembrando-me sempre que educação e afeto caminham juntos. Sua presença faz a universidade mais acolhedora e inspiradora. Obrigada por estar sempre disponível quando precisei!

À minha querida orientadora, professora Andrea Giordanna, meu apreço profundo. Você me ensinou a orientar com liberdade, respeitando meu espaço e promovendo uma postura humanamente possível dentro da academia. Permitiu que eu integrasse na pesquisa o que me move e dá sentido, não deixou que eu desistisse daquilo que queria. A academia se torna um lugar de verdade, ciência e humanidade com a sua orientação. Obrigada, de verdade!

Às minhas alunas e aos meus alunos, que me dão esperança em um mundo mais justo, minha gratidão eterna. Vocês são a razão de eu encontrar sentido e propósito na minha profissão.

Por fim, agradeço a todas as mulheres que romperam com a heteronormatividade, que desfrutaram de prazeres condenados e criminalizados. A todas as sapatões que foram negadas uma memória e identidade respeitadas, meu profundo agradecimento. Vocês traçaram caminhos e deixaram vestígios que me permitiram contar narrativas sobre o “vale”, dando sentido a minha existência e a de tantas outras. Muito obrigada!

Para aquelas de nós
que foram marcadas pelo medo
como uma linha tênue no centro de nossas testas
aprendendo a ter medo com o leite de nossa mãe
pois por essa arma
essa ilusão de alguma segurança a ser encontrada
os de passos pesados esperavam nos silenciar.

Para todas nós
este instante e este triunfo
Nós nunca fomos feitas para sobreviver.

E quando o sol nasce, temos medo
que ele não permaneça
quando o sol se põe, temos medo
que ele não se erga pela manhã
quando nossos estômagos estão cheios, temos medo
de indigestão
quando nossos estômagos estão vazios, temos medo
que nunca mais comamos
quando somos amados, temos medo
que o amor desapareça
quando estamos sozinhos, temos medo
que o amor nunca mais volte
e quando falamos, temos medo
que nossas palavras não sejam ouvidas

nem bem-vindas
mas quando estamos em silêncio
ainda temos medo

Então é melhor falar
lembrando
que nunca fomos feitas para sobreviver.

(Lorde, 1978. p. 36, tradução nossa).

Resumo

A pesquisa explora as narrativas de opressões e resistências de lésbicas no Ensino de História. Por meio de uma análise documental e bibliográfica, o estudo investiga as experiências de mulheres lésbicas no Brasil, assim como os debates sobre suas histórias nos espaços escolares. A pesquisa problematiza a ausência de representações de relacionamentos dissidentes da heteronormatividade nas aulas de História, destacando a importância de incluir discussões sobre gênero e sexualidade no ambiente escolar. A base teórica incorpora discursos feministas e pós-estruturalistas, com foco nos conceitos de gênero e sexualidade, especialmente nas obras de Judith Butler (1990), Adrienne Rich (1982), Monique Wittig (1980), Paul Preciado (2010) e Jules Falquet (2012). Também são consideradas as contribuições de estudiosos da educação, como Guacira Lopes Louro (1997), Junqueira (2009) e Seffner (2020), que ampliam o debate sobre o papel da escola na abordagem das sexualidades. Além disso, a pesquisa examina os Núcleos de Estudo de Gênero e Combate à Violência Contra a Mulher de Pernambuco, presentes em diversas escolas públicas da Educação Básica, entendendo-os como espaços de resistência e acolhimento para a comunidade LGBTQIAPN+. A metodologia inclui análise bibliográfica e de periódicos dos anos 1980 para o estudo das narrativas lésbicas no Brasil, além de conteúdos imagéticos e escritos das redes sociais para o estudo dos núcleos. A pesquisa conclui a existência de um grande hiato nas narrativas históricas no âmbito escolar que representem identidades não hegemônicas, o que enfraquece a inclusão e a diversidade. Como produto final, com o objetivo de contribuir para o preenchimento dessa lacuna, foi desenvolvido um livro paradidático que narra as histórias de mulheres lésbicas que desafiaram normas históricas, destinado especialmente a estudantes do Ensino Médio, em âmbito nacional.

Palavras-chaves: Ensino da História; Histórias das Mulheres Lésbicas; Educação e Sexualidade; Gênero; Núcleos de Gênero; Material Paradidático.

Abstract

The research addresses the history of women who established relationships with each other and discusses the importance of this narrative in history education. Using an approach based on documentary and bibliographical research, the study highlights the absence of representations of relationships that dissent from heteronormativity in history classes, reinforcing the prevailing binary stereotypes. The research emphasizes the importance of discussing gender and sexuality in the school environment, with a focus on the Gender Study and Combating Violence Against Women Centers in Pernambuco. These centers, which are present in several public elementary school, are seen as spaces of resistance for the Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender/Transsexual, Queer, Intersex, Asexual, Pansexual, Non-binary (LGBTQIAPN+) community. The theoretical foundation of the study incorporates post-structuralist feminist discourses, exploring the concepts of gender and sexuality through the works of Judith Butler (1990), Adrienne Rich (1982), Monique Wittig (1980), Paul Preciado (2010), and Jules Falquet (2012), as well as delving deeper into the subject for school environments with Guacira Lopes Louro (1997). The aim is to discuss, within the framework of gender and sexuality, the history of lesbian women and their debates in school spaces and history classes. Methodologically, the research is conducted through bibliographical analysis and periodicals produced in the 1980s. Additionally, it includes the analysis of images and written content from the institutional social networks of the Gender Study Centers in the state of Pernambuco and journalistic articles that portray acts of resistance of non-heterosexual identities performed by these centers. Given the historical silence in classrooms of identities that confront the heterosexist norm, the final proposal is to create a paradidactic material focused on narratives about lesbian women who challenged the established norm in different periods of Brazil's history. This material aims to be used by high school teachers and students nationwide who are interested in the theme, both in history classes and in the mentioned centers.

Keywords: History Teaching; Lesbian Women's Histories; Education and Sexuality; Gender; Gender Studies Programs; Supplementary Educational Material.

Lista de Figuras

Figura 1- Capa do Jornal Lampião da Esquina	60
Figura 2 - Ação Lésbica Feminista	62
Figura 3 - Cartaz em defesa do prazer lésbico	63
Figura 4 - Rosely discursando no Ferro's Bar	65
Figura 5 – Invisibilidade lésbica dentro do feminismo	72
Figura 6 - Gráfico sobre as inseguranças na instituição escolar	134
Figura 7 - 1º Encontro Estadual dos Núcleos de Gênero	156
Figura 8 - Perfil Núcleo Márcia Dangremon.....	160
Figura 9 - Perfil Núcleo Nísia Floresta	161
Figura 10 - Perfil Núcleo Dayanna Louise.....	161
Figura 11 - Perfil Núcleo Davinna Ayla	161
Figura 12 - Perfil Núcleo Júlia Santiago	162
Figura 13 - Perfil Núcleo Graça Araújo.....	162
Figura 14 - Perfil Núcleo Maria da Penha	163
Figura 15 - Conversando sobre gênero e o Dia Internacional contra a Homofobia	164
Figura 16 - NEG Nísia Floresta: Combate a Homofobia.....	165
Figura 17 - NEG Nísia Floresta: Respeito acima de tudo.....	165
Figura 18 - NEG Nísia Floresta: 29 de Agosto	165
Figura 19 - NEG Dandaras: 17 de maio.....	166
Figura 20 - NEG Dandaras: enquête sobre as violências sofridas pela comunidade LGBTQIAPN+	167
Figura 21- NEG Dandaras: Pesquisa em Gênero e Sexualidade	168
Figura 22 - NEG Dayanna Louise: recepção dos novos integrantes	170
Figura 23 - NEG Davinna Ayla: Mês do Orgulho.....	171
Figura 24 - NEG Davinna Ayla: Bandeiras	172
Figura 25 - NEG Davinna Ayla: Presença de Davinna Ayla	173
Figura 26 - NEG Júlia Santiago: Dia Nacional da Visibilidade Trans	174
Figura 27 - NEG Maria da Penha: Dia Mundial contra a Homofobia.....	175
Figura 28 - NEG Maria da Penha: Dia do Orgulho	175
Figura 29 - NEG Wilma Lessa: Família é Família	176
Figura 30 - NEG Wilma Lessa: Dia do Orgulho	177

Figura 31 - NEG Wilma Lessa: III Congresso da Diversidade da OAB	177
Figura 32 - NEG Wilma Lessa: Fora Homofobia!	178
Figura 33 - NEG Jornalista Graça Araújo: Convite aos estudantes.....	179
Figura 34 - NEG Jornalista Graça Araújo: Visibilidade Trans	180
Figura 35 - NEG Jornalista Graça Araújo: Dia do Orgulho.....	180
Figura 36 - SEMP: Combate a LGBTQIAPN+fobia 2024	182
Figura 37 - SEMP: Combate a LGBTQIAPN+fobia 2023	183
Figura 38 - SEMP: Cartaz Dia do Orgulho	184
Figura 39 - SEMP: Cartaz de Formação	185
Figura 40 - SEMP: Cartaz da 2ª Formação dos Núcleos 2023.....	185
Figura 41 - SEMP: Cartaz Visita Técnica.....	186
Figura 42 - SEMP: Marsha P. Johnson e Sylvia Rivera	187
Figura 43 - NEG Márcia Dangremon: Visibilidade Lésbica 2023	188
Figura 44 - NEG Márcia Dangremon: Autodescoberta da pessoa lésbica.....	189
Figura 45 - NEG Dandaras: Visibilidade Lésbica	189
Figura 46 - NEG Júlia Santiago: Visibilidade Lésbica	190
Figura 47 - NEG Jornalista Graça Araújo: Visibilidade Lésbica	191
Figura 48 - NEG Jornalista Graça Araújo: Bandeira Lésbica	191
Figura 49 - NEG Jornalista Graça Araújo: Ação voltada para mulheres lésbicas e bissexuais	192

Sumário

Introdução	12
1. Lesbianidades e Movimentos Históricos	26
1.1. Diálogo entre história, memória e suas ausências.....	27
1.2. Lesbianidades: o pecado e o crime.....	33
1.2.1. Uma discussão sobre o patriarcado e sua construção como uma estrutura de poder.	35
1.2.2. Sodomitas: o pecado e o crime das mulheres que ousaram se relacionar com outras. ..	39
1.3. Lesbianidades: a doença.	48
1.4. Saída do armário: Movimentos lesbofeministas em ação.	52
1.4.1. Contexto histórico: Ditadura Civil-Militar no Brasil.	54
1.4.2. GALF: Um lugar de liberdade.	59
1.4.3. A relação entre as Feministas Lésbicas e as Feministas Heterossexuais	69
1.4.4. ChanacomChana: um diálogo transgressor com a sociedade.	73
2. Identidade lésbica: jornada complexa e multifacetada, transcender fronteiras sociais, culturais e acadêmicas.	84
2.1. Gênero e sexualidade.....	87
2.2. Ser lésbica: Identidade disruptiva	94
2.2.1 Adrienne Rich e Monique Wittig: Perspectivas que redefinem a identidade lésbica. ..	100
2.2.2. Lesbianidade e teoria <i>queer</i> : Deslocamentos e conceitos contemporâneos da identidade lésbica.....	106
2.2.3. A Revolução da “Sapatão”: Mudando paradigmas através da construção da identidade.	110
2.3. O papel crucial das teorias e ações lésbicas na desconstrução do sistema heteronormativo	113
3. Uma discussão sobre Gênero, Sexualidade e Educação: Espaços de litígio e resistência.	118
3.1. Gênero e sexualidade na escola.	119

3.2. Gênero e sexualidade como espaço de disputa na educação.	127
3.3. Núcleo de Estudo de Gênero: espaço de resistência LGBTQIAPN+.	137
3.4. Núcleos de Estudo de Gênero como espaços de crítica à normatividade cisheterocentrada. 146	
3.5. Os Núcleos Gênero: novas representação sociais dentro e fora da escola	156
4. Gênero e Sexualidade no Ensino da História	197
4.1. Material paradidático “Histórias das Mulheres Lésbicas: experiências e resistências no Brasil”.	207
5. Considerações Finais	216
Referências	218

Introdução

“As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada” (Adichie, 2019, p. 11).

A presente dissertação tem como principal objetivo analisar as narrativas históricas das mulheres lésbicas no Brasil e a produção de um material pedagógico sobre essas narrativas para o Ensino da História, destinado às/aos estudantes do Ensino Médio. O propósito subjacente é analisar os Núcleos de Estudo de Gênero e Enfrentamento a Violência Contra a Mulher (NEG) em Pernambuco como espaços de visibilização para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Transgêneros, *Queer*, Intersexo, Assexual, Pansexual, Não-binários (LGBTQIAPN+) no contexto educacional.

O ponto de partida fundamental para a busca das lésbicas na história é a compreensão do papel da mulher na narrativa histórica. A historiografia atual tem enfatizado de maneira crescente a importância de debater e recuperar o papel crucial desempenhado pelas mulheres ao longo do tempo na sociedade, considerando que elas representam metade da população em várias civilizações. No entanto, no contexto brasileiro, as mulheres continuam a ser marginalizadas na história, uma condição que remonta à chegada dos europeus no século XV. Essa disparidade é particularmente notável quando examinamos o que tradicionalmente é ensinado nas salas de aula, que ainda tende a enfatizar predominantemente os aspectos políticos e econômicos das ações masculinas.

Deste modo, esta pesquisa busca desafiar essa norma estabelecida, iluminando as histórias de mulheres, em específico as mulheres lésbicas, suas vivências, e suas contribuições para a sociedade. A intenção é enriquecer nossa compreensão do passado e, ao fazê-lo, promover uma narrativa histórica mais inclusiva e representativa, que reflita a diversidade das experiências humanas ao longo do tempo.

Pesquisar sobre os silenciamentos das mulheres que se relacionaram com outras de maneira afetiva/sexual nas narrativas históricas é, também, uma luta pessoal. Como mulher e lésbica, percebe-se o lugar secundário ao qual muitas são constantemente relegadas em diversos campos sociais. A partir das minhas vivências pessoais e profissionais, como professora de História, vejo a necessidade de estudar e pesquisar acerca das invisibilidades sofridas pelas mulheres lésbicas ao longo do tempo. Mais que isso, me motiva com essa pesquisa por acreditar

que a transformação em direção a uma sociedade mais igualitária se baseia na pluralidade de narrativas, na desconstrução da história única¹ (Chimamanda, 2019).

Essa pesquisa é resultado do incômodo e da lucidez diante da invisibilidade da mulher lésbica na história do Brasil e na abordagem das aulas de História no Ensino Básico do país. Apesar da clara norma que estabelece a igualdade entre homens e mulheres como um princípio constitucional² e do Plano Nacional de Educação que enfatiza a "superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação"³ como uma de suas diretrizes, o estudo de gênero nas escolas permanece como um tema tabu e controverso. Isso se deve, em grande parte, à sua natureza desafiadora do sistema cisheteronormativo arraigado. Diante dessa problemática, esta pesquisa também oferece uma proposta de abordagem a ser incorporada às aulas de História, alinhando-se com os conteúdos do currículo dessa disciplina e adaptável a diversas metodologias de ensino.

Este trabalho se baseia no discurso prevalente na escola e na sociedade contemporânea, que retrata as lésbicas e outros membros da comunidade LGBTQIAPN+ como “modismo”, “má influência” e “praticantes de condutas imorais”. Esse discurso é reforçado pela forma como a história é escrita e contada, muitas vezes apresentada como uma narrativa única. O apagamento de corpos dissidentes da norma no passado enfraquece a luta pela igualdade na diversidade. A história é uma ferramenta poderosa que pode fortalecer discursos naturalizantes sobre o modo de vida imposto pela sociedade. Figuras e ações do passado, presentes na história, têm o poder de estimular ou enfraquecer as ações do presente.

Invisibilizar vidas que desafiaram as normas morais cisheteronormativas é uma estratégia utilizada pelos conservadores para impor suas leis e controlar os corpos e modos de vida vigentes.

Essa narrativa dominante masculina heteronormativa na história interfere na formação de mulheres lésbicas empoderadas. O reconhecimento de ações do passado desempenha um papel fundamental na formação de cidadãs ativas em seus direitos. Além disso, é crucial que homens e mulheres compreendam que o silenciamento da mulher lésbica está intrinsecamente

¹O termo “história única” é problematizado e conceituado por Chimamanda Ngozi Adichie em uma palestra ocorrida em 2009. Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br.

Dez anos depois essa palestra foi traduzida e transformada em livro. A problematização levantada por Chimamanda ressalta os perigos da história única, generalizada, feitas – principalmente - pelos que estão no poder.

²Art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.

³LEI Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional da Educação (PNE). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm.

ligado a uma construção histórica. A falta de reconhecimento que as coloca em um "não lugar" invisibiliza suas contribuições para atuações políticas e sociais, bem como destaca seus protagonismos e resistências. O apagamento histórico contribui para a continuidade de violências físicas e morais, alimentando o desrespeito e a discriminação contra lésbicas e outros membros da comunidade LGBTQIAPN+.

Esta pesquisa é caracterizada como documental e bibliográfica, pois, além da análise dos periódicos produzidos na década de 1980 no Brasil, pelo grupo de lésbicas feministas em São Paulo, há uma revisão da literatura para a construção do recurso pedagógico deste estudo, que é um livro paradidático.

A dissertação foi estruturada utilizando duas abordagens metodológicas distintas: análise bibliográfica e pesquisas documentais em duas fontes. A diversificação metodológica é essencial para uma compreensão abrangente e multidimensional do tema abordado, conforme argumenta Severino (2007). Segundo o autor, a utilização de variadas fontes e métodos enriquece a pesquisa ao permitir uma análise mais completa e crítica dos fenômenos estudados, especialmente em campos de estudo complexos e multifacetados.

A análise bibliográfica é um dos alicerces teóricos da pesquisa, permitindo situar o estudo dentro do contexto acadêmico e historiográfico existente. Severino (2007) destaca que a revisão da literatura não apenas fornece a base conceitual necessária, mas também possibilita a identificação de lacunas na pesquisa existente e a construção de um referencial teórico sólido.

As duas pesquisas documentais — a análise dos boletins produzidos por lésbicas na década de 1980 e a pesquisa sobre as publicações do *Instagram* dos Núcleos de Gênero em Pernambuco — complementam e ampliam as análises teóricas. Severino (2007) argumenta que a diversidade de fontes, incluindo documentos primários e fontes contemporâneas, é crucial para capturar a complexidade dos fenômenos sociais e históricos. A análise dos boletins permite resgatar as vozes e perspectivas das próprias lésbicas da década de 1980, enquanto a pesquisa nas redes sociais oferece uma visão atual das práticas de resistência e visibilidade no ambiente escolar. Ambas as abordagens são necessárias para uma compreensão integral e atualizada do tema.

A diversidade metodológica e de fontes é fundamental para a criação do material didático paradidático, que visa informar e inspirar jovens do Ensino Médio. O livro desenvolvido foi baseado em um estudo com fontes diversificadas e literatura especializada, garantindo que o conteúdo seja não apenas informativo, mas também relevante e engajador para as/os estudantes.

Para abordar as lesbianidades e sua história, esta investigação inicia-se com a análise de três contextos específicos ao longo da história do Brasil. O primeiro contexto remonta ao período colonial, quando a visita da Inquisição ao Nordeste brasileiro resultou no julgamento de 29 mulheres acusadas de sodomia⁴. A origem da palavra "sodomia" está relacionada à narrativa bíblica, derivando do nome da cidade de Sodoma, mencionada no Antigo Testamento. De acordo com a Bíblia, Sodoma e Gomorra eram cidades antigas destruídas por Deus devido à sua suposta imoralidade e pecados, incluindo práticas sexuais consideradas desviantes. Este contexto se baseia principalmente nos estudos de Luiz Mott, Ronaldo Vainfas e Lúcia Bellini, que analisaram esse período e os processos do Tribunal da Santa Inquisição em suas respectivas obras: "O Lesbianismo no Brasil" (1987), "Trópico dos Pecados" (1989) e "A Coisa Obscura" (2014).

Entre o crime e o pecado, as ações dessas mulheres foram levadas aos tribunais, resultando em penalidades variadas de acordo com o caso, o grau de envolvimento e as denúncias. É importante ressaltar que esses casos e sua subsequente resolução atestam a existência de formas de relacionamento para além do cisheteronormatividade, destacando a relevância do estudo dessas relações no início do Período Colonial brasileiro.

O segundo momento histórico analisado é o século XIX, período em que a ciência e a medicina passam a ocupar a ordem moral do Ocidente cristão, como nos explica Napolitano (2005, p. 10) a respeito da moral feminina no período:

Uma vez que passou a ser um dos objetos principais do discurso médico oitocentista, tornando-se sua aliada e facilitando a penetração e intervenção do médico na vida íntima da família, a mulher não pode escapar do olhar clínico dos médicos. Os comportamentos sociais, sexuais, morais e domésticos femininos foram cuidadosamente analisados e todo um conjunto de normas foi prescrito para ser seguido por elas, a fim de se tornarem boas mães e esposas, cuidando da melhor forma possível da prole que formaria o futuro da nação. Com os olhos voltados para o comportamento feminino, a medicina procurou normatizar, para que fosse possível tratar tudo aquilo que se desviasse das normas por ela estabelecidas.

Dessa forma, os relacionamentos amorosos e sexuais entre mulheres passam da visão de crime e pecado para doença, a qual deveria ser tratada por um viés psiquiátrico e enfatiza suas ações no início do século XX. Apenas no final deste século que a homossexualidade deixa de ser considerada doença no Brasil, seguindo o movimento internacional de desclassificação da homossexualidade como uma patologia mental pela Organização Mundial de Saúde.

⁴Eram classificadas como sodomitas, herança do período medieval europeu, pois não havia especificamente uma lei que regesse a realidade de troca sexual e afetiva entre mulheres. O termo é mais explorado ao longo do capítulo um dessa dissertação.

A última parte do primeiro capítulo traz o processo de apropriação e empoderamento das mulheres lésbicas que, durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil montam os primeiros movimentos sociais em defesa de suas problemáticas e exclusões. Para embasar esse período em específico me detenho a formação do Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF) e a pesquisa documental dos boletins ChanacomChana que foram produzidos em São Paulo e distribuído por vários estados brasileiros ao longo da década de 1980.

Detenha-se esta pesquisa dos periódicos por considerá-los importante fonte documental que traz referências sobre as questões vivenciadas por um específico grupo lésbico militante, mas que alcança rede em diversos estados do Brasil, problematizando e realçando demandas que eram vivenciadas por muitas mulheres que se identificavam como lésbicas no período. Os boletins são fontes primárias, escritos pelas próprias sujeitas que falavam sobre suas identidades, suas lutas e conquistas, representando um importante recorte histórico ao tratarmos de narrativas sobre mulheres lésbicas no Brasil. Para a análise, elencou-se as principais matérias publicadas em cada periódico, além do formato, contato e estabelecimento de comunicação. Além disso, foram considerados os recortes que tratam da formação identitária e do contexto social vivido.

É importante ressaltar que a palavra “lésbica” começou a ser usada no Brasil, assim como em outras partes do mundo, no contexto da identidade sexual e da orientação sexual no século XX. O termo tem origens históricas na mitologia grega, referindo-se à poetisa grega Safo, que era da ilha de Lesbos e escrevia sobre o amor entre mulheres. A adoção da palavra “lésbica” ganhou mais visibilidade e aceitação à medida que os movimentos pelos direitos LGBTQIAPN+ começaram a se desenvolver. Por isso, é um anacronismo histórico chamar de “lésbicas” as mulheres que se relacionaram com outras durante os primeiros séculos da colonização do Brasil. No entanto, utiliza-se, quando necessário, do termo e suas variações para melhor expressar sobre um determinado tempo e grupo social e como posicionamento político, visto que no passado essas mulheres não poderiam existir, tampouco tinham espaço para falarem de si e marcarem suas identidades.

Ademais, no primeiro capítulo desta pesquisa, a contextualização foi limitada à perspectiva ocidental, focando nas experiências e julgamentos do branco europeu. Apesar dos avanços em relação às pesquisas sobre os povos originários, africanos e negros e suas visões variadas sobre os modelos de relacionamento, o direcionamento do estudo se baseou predominantemente nas classificações morais branco-cristãs e em suas normatizações, tal como as consequências diretas de violências e ações resistentes à imposição moral europeia.

No segundo capítulo, o debate se aprofunda em uma discussão sobre gênero, sexualidade e identidade lésbica e a importância dessa abordagem no rompimento da heteronormatividade. Esse debate ocorre com objetivo de subsidiar a compreensão sobre a sujeita lésbica, protagonista deste estudo, para então debater as características fixas e flexíveis que garantem essa identidade e, além disso, o que essa categoria rompe ao definir sua existência em diversos meios sociais.

Um aprofundamento na abordagem das questões de gênero e sexualidade é uma urgência nos dias de hoje, uma vez que diversas formas de dissidência em relação à heterossexualidade têm gerado polêmicas, tanto nos âmbitos científicos quanto nos morais e religiosos. Essas discussões têm provocado conflitos políticos que se refletem nas lutas pelos Direitos Humanos, em oposição ao conservadorismo discriminatório.

Considerando essa realidade, é de suma importância que a discussão se apoie nas teorias de gênero, que desconstruem a ideia de que as ações são predefinidas pelos sexos biológicos. Desde a célebre declaração de Simone de Beauvoir (1967, p. 9) de que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, o conceito ainda controverso de gênero ganha destaque nos estudos políticos e acadêmicos. A identidade como mulher é vista como uma construção cultural e, portanto, sujeita a mudanças.

Em outras palavras, a concepção de um sujeito submisso ao sexo masculino, considerado apenas como um corpo destinado a servir e procriar, é questionada na dinâmica de poder. Nesse sentido, adota-se os conceitos de gênero de Joan Scott (1990, p. 86): “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”.

Além dessa definição primária, o conceito de gênero deve estar posto na sua relação, no entendimento essencial da existência (por certo binária) do masculino e feminino. Pois, é na comparação de ambos que as características, pré-estabelecidas socialmente, são deferidas.

Tendo por base esse conceito de gênero, lance-se luz à história das mulheres a qual permanece a problematização do lugar histórico-social que esse grupo foi singularizado, como se não houvessem as diferenças que perpassam suas existências como raça, classe e sexualidade. Assim, é através de teorias pós-estruturalistas, que se conceituam esses lugares sociais plurais, do qual retiro e busco o lugar identitário das mulheres lésbicas, assim como detenha-se a sua invisibilização.

Nas teorias pós-estruturalistas surgem questionamentos relevantes sobre as binaridades e os lugares socialmente estabelecidos como pontos de apoio. Partindo dessas teorias, busca-se explorar os lugares singulares que são atribuídos aos indivíduos, muitas vezes de acordo com

as exigências sociais, como a heteronormatividade. Além disso, investiga-se a desconstrução desses lugares quando os indivíduos resistem e desafiam os sistemas de poder, mantendo suas identidades vivas apesar de todas as contestações.

Para embasar essa discussão, recorre-se à obra de Judith Butler, em sua obra: "Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade" (2019). Nesse trabalho, Butler questiona, entre outras coisas, a base que sustenta as noções de diferença e semelhança entre sexo e gênero. Ela problematiza as definições que tentam enquadrar as mulheres em um único grupo homogêneo e, mesmo dentro do Movimento Feminista, questiona as concepções estabelecidas na segunda metade do século XX. Assim, a autora afirma que:

“Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos do gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constitui de maneira coerente e consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas” (Butler, 2019, p. 17).

Essa compreensão mais ampla e complexa do gênero, como proposta por Butler, desafia as noções rígidas e binárias que frequentemente moldam nossa compreensão das identidades de gênero e enfatiza a interseccionalidade de múltiplas dimensões de identidade. Isso abre espaço para uma compreensão mais rica e inclusiva das experiências humanas e das formas pelas quais as identidades de gênero são formadas e vivenciadas.

É indispensável, e talvez impossível, que dentro da discussão de gênero e sexualidades não se parta historicamente dos movimentos feministas, visto que, esses movimentos que proporcionaram essa discussão e protagonizaram as mulheres e lésbicas, base desta pesquisa. A expansão do termo gênero e seus significados é fruto do estudo das feministas que contrapunham o sistema de dominação heteronormativo. Para tanto, o aprofundamento da discussão traz à tona os lugares ocupados e a diversidade de feminismos que se fizeram presente na história, destacando os lugares silenciados das mulheres lésbicas que, muitas vezes, eram protagonistas dos movimentos feministas.

São também, os movimentos feministas, a base das transformações das vidas familiares, e, portanto, referência nas transformações sociais e políticas. As denúncias das violências sofridas pelas mulheres tomam fôlego ao longo do século XX e vão ganhando respaldo na sociedade. As lutas iniciam-se pelas mulheres brancas de camadas mais altas que passam a exigir espaço e garantias no mercado de trabalho e, como essa exigência está ligada a ações políticas, essa luta se torna o direito de votar e se candidatar, participar ativamente das decisões

governamentais. Essas frentes abrem espaços relevantes para ações de mudanças e conquistas de direitos.

No entanto, a discussão sobre a quebra da heteronormatividade não teve espaço de discussão dentro do movimento, sendo uma reflexão que se ampliará, juntamente com as questões lésbicas, a partir dos anos 1980 no Brasil.

Na realidade, as mulheres lésbicas sempre estiveram presentes nas lutas feministas que se romperam no Brasil na segunda metade do século XX, pois seu lugar como mulher na sociedade, ser inferior e desprovido de liberdade e condições existência sem o comando de um homem, e como homossexual – pessoa discriminada e considerada aberração, portadora de patologia – exigia um movimento de mudança, como condição de existência. No entanto, esse lugar ocupado era silenciado dentro dos movimentos, seja pela necessidade de se adequar ao contexto e renunciar as identidades variadas dentro dos movimentos, seja pelo lugar que as feministas heterossexuais não queriam assumir, já que o próprio feminismo era estereotipado como “coisa de sapatão”. E “coisa de sapatão” era exatamente o que parte das mulheres cisgêneras, brancas e héteras e parte da sociedade não permitia que existisse: a perda da feminilidade.

Ao ultrapassar a condição de normatividade, restringe o reconhecimento social. O abjeto se produz, tendo o discurso da diferença como designação negativa para não seguir o padrão, traduzida, muitas vezes, em substantivos como “imoralidade”, “anormalidade”, “desvio”, “doença”, “aberração”, “pecado”, ou em várias formas de invisibilização (Soares; Costa, 2012, p. 3).

Portanto, também dentro do movimento feminista que se fortalece na segunda metade do século XX, as lésbicas foram obrigadas a invisibilizar sua identidade, tendo que resistir nas margens.

Esse contexto impulsiona divisões no interior do movimento feminista, e as teorias lésbicas ganham destaque no pensamento ocidental. Em 1980, a feminista lésbica norte-americana Adrienne Rich (2006) introduz o termo “heterossexualidade compulsória”, descrevendo-a como uma imposição social que subjuga a mulher em relação ao homem e a mantém sob o domínio masculino. Essa visão caracteriza a heterossexualidade como o único modelo de relacionamento aceito e, para essa pensadora, a discussão sobre gênero e sexualidade deve partir desse conceito. Segundo essa perspectiva, os indivíduos são inseridos na sociedade em um sistema opressivo de imposição sexual, que é visto como inflexível.

Utiliza-se as teorias lésbicas de Adrienne Rich (2006) e Monique Wittig (1980) para o segundo capítulo, a fim de aprofundar a discussão sobre o silenciamento das lésbicas, como

mencionado anteriormente e para destacar os mecanismos de poder envolvidos nesse contexto. Monique Wittig (1980) explora como o pensamento heterossexual muitas vezes é considerado universal, uma vez que seus sistemas e significados podem criar a ilusão de uma compreensão abrangente da realidade, enquanto qualquer coisa que se afaste dessa norma é rotulada como desviante. Em suas próprias palavras:

A sociedade heterossexual é a sociedade que não oprime apenas lésbicas e homossexuais, ela oprime muitos diferentes/outros, oprime todas as mulheres e muitas categorias de homens, todas e todos que estão na posição de serem dominadas (os). Para constituir uma diferença e controlá-la é um “ato de poder, uma vez que é essencialmente um ato normativo. Todos tentam mostrar o outro como diferente, mas nem todos conseguem ter sucesso a fazê-lo. Tem que ser socialmente dominante para se ter sucesso a fazê-lo” (Wittig, 1980, p. 11).

No Brasil, a partir de 1980, as teorias lésbicas também começaram a ganhar relevância, uma vez que os aportes lesbofeministas ganham espaço de comunicação e pesquisa. E a mulher lésbica representava uma ameaça ao sistema patriarcal estabelecido. Esse sistema se sustentava, entre outros fatores, pela dominação do corpo da mulher, subjugando-o ao prazer sexual masculino e pela naturalização da procriação feminina. Nesse contexto, a lesbianidade era vista como uma expressão pecaminosa da sexualidade e como um sinal de independência das mulheres em relação aos homens. Por essa razão, os registros da lesbianidade permaneciam frequentemente apagados da história, sendo descritos de maneira doentia e vergonhosa.

A existência histórica das lésbicas é a garantia da ancestralidade e força de empoderamento que atravessa e rompe com a heteronormatividade e com o lugar de propriedade sexual e emocional do homem. Rompe também com o lugar esperado e categorizado como o feminino, vai em direção contrária ao objeto de prazer e fonte natural cuidadora da casa e dos filhos. Nessa concepção, a visibilidade da mulher lésbica é de importância singular para todos os movimentos feministas.

A suposição de que “a maioria das mulheres são heterossexuais de modo inato” coloca-se como um obstáculo teórico e político para o feminismo. Permanece como uma suposição defensável, em parte porque a existência lésbica tem sido apagada da história ou catalogada como doença, em parte porque tem sido tratada como algo excepcional, mais do que intrínseco (Rich, 1982, p. 35).

Heterossexualidade compulsória determina, então, que as mulheres devem se relacionar exclusivamente com homens e que, um desvio desse comportamento seria a parte, um lugar marginal e insignificante, contrário a naturalidade e, também por isso, deve ser apagado de memórias. A heterossexualidade compulsória é uma das principais características que aprisiona

a mulher, pois nutrem o sentimento de que é necessário um homem para cuidar e proteger, procriar e seguir o curso da natureza, desqualificando as relações entre mulheres, as quais são postas como seres inferiores.

A existência lésbica inclui tanto a ruptura de um tabu quanto a rejeição de um modo compulsório de vida. É também um ataque direto e indireto ao direito masculino de ter acesso às mulheres. Mas é muito mais do que isso, de fato, embora possamos começar a percebê-la como uma forma de exprimir uma recusa ao patriarcado, um ato de resistência (Rich, 1982, p. 36).

Tudo considerado, o espaço de resistência das lésbicas mantém um diálogo direto com os movimentos feministas, embora muitas vezes tenham sido silenciadas dentro desses movimentos. Afinal, na busca por conquistar direitos, a sociedade heteronormativa ocasionalmente concedia pequenas concessões econômicas e liberdades, desde que as mulheres, entendidas dentro das normas tradicionais, permanecessem sob o controle masculino. A feminilidade era (e em alguns casos, ainda é) vista como essencial, pois era considerada fundamental para manter o domínio sobre o corpo e as emoções das mulheres.

O segundo capítulo explora, ainda, as complexas interseções entre teoria *queer* e identidade lésbica, focando particularmente na reapropriação e ressignificação da identidade "sapatão" no contexto contemporâneo. Desde o final do século XX, as teorias *queer*, como as propostas por Paul B. Preciado, e os movimentos sociais de lesbianidade, como os descritos por Jules Falquet, têm desafiado as normas cisheteronormativas e expandido as noções de gênero e sexualidade. A teoria *queer*, emergindo na década de 1990, problematiza as categorias tradicionais de gênero e sexualidade, propondo uma visão fluida e multifacetada das identidades humanas. Preciado (2010) enfatiza que a "multidão *queer*" não busca uma identidade fixa, mas celebra a diversidade de corpos e desejos que transcendem as normas binárias.

Neste contexto, a identidade "sapatão" se destaca como um exemplo de resistência e reconfiguração das normas estabelecidas. Termos historicamente pejorativos como "sapatão" foram ressignificados por movimentos lésbicos e *queer* para desafiar a hegemonia da heterossexualidade e reivindicar novas formas de existência e expressão. Green (2000) e Nunes (2021) destacam que a identidade "sapatão" vai além de uma simples orientação sexual, constituindo uma postura política que confronta as expectativas de gênero e sexualidade impostas pela sociedade. Essa identidade, ao rejeitar as categorizações tradicionais de "feminilidade" e "masculinidade", cria um espaço alternativo de pertencimento e resistência, contribuindo para a desestabilização das normas binárias e heteronormativas.

A abordagem interseccional, como argumentado por Falquet (2012), é essencial para compreender as experiências únicas de indivíduos que se identificam como "sapatão". As discussões sobre interseccionalidade permitem analisar como diferentes formas de opressão e privilégio interagem e moldam as identidades sociais. Reconhecer a multiplicidade de fatores como raça, classe, e gênero é crucial para entender a complexidade das experiências lésbicas. Rocka (2021) reforça que a identidade "sapatão" é flexível e dialoga com outras identidades dentro da comunidade LGBTQIAPN+, abrangendo uma diversidade de expressões corporais e experiências de vida. Assim, este capítulo busca não apenas explorar a teoria *queer* e a identidade lésbica, mas também destacar como a ressignificação da identidade "sapatão" contribui para uma compreensão mais inclusiva e dinâmica das identidades de gênero e sexualidade.

Esse debate é também de suma relevância para o desenvolvimento do terceiro capítulo, que se propõe a explorar as questões de gênero e sexualidade no ambiente escolar, visto que a escola é o principal território de debate e ação deste estudo. Como base teórica essencial para esta discussão, utiliza-se as contribuições de Guacira Lopes Louro (1997; 2008), uma pesquisadora de referência nacional no tema que analisa como as práticas escolares reproduzem e produzem as categorias binárias heteronormativas. Louro (1997) argumenta que essas categorias não apenas moldam as atividades escolares, mas também perpetuam estereótipos de gênero que têm profunda influência nos espaços educacionais. Ela destaca a importância de observarmos de perto os detalhes cotidianos da escola, que revelam as diversas maneiras como o tempo, o espaço e as interações são vivenciados e percebidos por cada indivíduo dentro desse ambiente. Segundo Louro (1997, p. 59):

Os sentidos precisam estar afiados para que sejamos capazes de ver, ouvir, sentir as múltiplas formas de constituição dos sujeitos implicadas na concepção, na organização e no fazer cotidiano escolar. O olhar precisa esquadrihar as paredes, percorrer os corredores e salas, deter-se nas pessoas, nos seus gestos, suas roupas; é preciso perceber os sons, as falas, as sinetas e os silêncios; é necessário sentir os cheiros especiais; as cadências e os ritmos marcando os movimentos de adultos e crianças.

Com base na análise dessas dinâmicas político-sociais, o terceiro capítulo explora a importância e a necessidade de incluir discussões sobre gênero e sexualidade nas escolas. Como mencionado anteriormente, essas questões são cruciais na sociedade contemporânea. Limitar a abordagem desses temas à esfera familiar é contraproducente para um Estado laico, uma vez que a negação dessas temáticas frequentemente se fundamenta em preceitos morais religiosos

cristãos. Além disso, perpetuar a construção de uma identidade feminina única centrada na heterossexualidade apenas reforça estereótipos prejudiciais que limitam a diversidade.

Para embasar este debate, foram utilizadas pesquisas que evidenciam as violências sofridas por indivíduos LGBTQIAPN+ nos ambientes escolares, assim como as bases legais que garantem o combate à discriminação e violência. É na escola que se estabelecem práticas sociais e se aprendem os padrões heteronormativos que são reiteradamente reforçados. Esses padrões definem os papéis de gênero atribuídos e influenciam as ações dos indivíduos na sociedade. Assim, a instituição escolar desempenha um papel crucial normalizando as posições sociais em relação ao gênero e à sexualidade. Como Louro (2013, p. 45-46) nos lembra:

Uma noção singular de gênero e sexualidade vem sustentando currículos e práticas de nossas escolas. Mesmo que se admita que existem muitas formas de viver os gêneros e a sexualidade, é consenso que a instituição escolar tem obrigação de nortear suas ações por um padrão: haveria apenas um modo adequado, legítimo, normal de masculinidade e feminilidade e uma única forma sadia e normal de sexualidade, a heterossexualidade; afastar-se deste padrão significa buscar o desvio, sair do centro, tornar-se excêntrico.

Compreendendo o chão da escola como um espaço de normatividade social e de potenciais rupturas, esta pesquisa tem os Núcleos de Estudo de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a Mulher (NEG) como lugar privilegiado para disseminação de outros saberes sobre a comunidade LGBTQIAPN+ e os debates de gênero e sexualidade. Estes núcleos, estabelecidos pela Secretaria da Mulher de Pernambuco em colaboração com a Secretaria de Educação e Esporte do estado desde 2011, têm como objetivo discutir questões de gênero e sexualidade, além de introduzir conceitos e ações pertinentes entre adolescentes.

Como coordenadora do Núcleo de Gênero, foi observado o engajamento de estudantes que se identificam como dissidentes da heteronormatividade nas discussões e participações nos Núcleos. Focando nas discussões de gênero, esses espaços oferecem uma arena para a expressão de identidades e desejos que divergem da norma heterossexual, muitas vezes sendo o único ambiente dentro e fora da escola onde adolescentes podem se expressar livremente, como no caso de jovens lésbicas.

Portanto, no terceiro capítulo desta pesquisa, é explorado o papel dos Núcleos de Estudo de Gênero e Enfrentamento da Violência Contra a Mulher como locais de acolhimento para pessoas LGBTQIAPN+ dentro das escolas. Estes núcleos representam um espaço de resistência para essas identidades, promovendo discussões que fortalecem seus membros.

Utilizando análises de conteúdos informativos e pedagógicos produzidos pelos jovens, professores e secretárias de educação e ações divulgadas em redes sociais institucionais,

apresenta-se exemplos de iniciativas voltadas para o público LGBTQIAPN+ desenvolvidas pelos núcleos em Pernambuco. Santos, Gouvêa e Oliveira (2022) ressaltam a importância inevitável das redes sociais como acervos para pesquisas na história da educação, dado o papel dessas plataformas na criação de novas práticas de leitura, escrita e distribuição de informações.

Este estudo tem também como objetivo específico identificar os espaços de atuação e resistência da comunidade LGBTQIAPN+ e das lésbicas, destacando como esses núcleos educacionais, fundamentados em uma perspectiva feminista, contribuem para a desconstrução de preconceitos dentro das escolas, oferecendo visibilidade e empoderamento às lésbicas e os demais integrantes da comunidade.

Para essa pesquisa, foi buscado nas redes sociais dos Núcleos de Gênero mais ativos, as postagens que, direta ou indiretamente, tratavam sobre a comunidade LGBTQIAPN+ como um todo, e postagens que tratavam de alguma/algum das/dos integrantes da comunidade. O objetivo foi analisar as postagens e compreender quais temáticas estavam sendo abordadas, que demandas relacionadas as sexualidades e identidade de gênero estavam sendo debatidas. Considerando, também, que os próprios Núcleos já são um espaço conquistado, de acolhimento e visibilização da juventude dissidente da cisheterossexualidade, foi selecionado o *Instagram* de nove Núcleos os quais expõem os trabalhos direcionados a questões da comunidade LGBTQIAPN+ e de rompimento da heteronormatividade. Analisa-se ainda o *Instagram* da Secretária Executiva do Ensino Médio e Profissional (SEMP) com o intuito de buscar postagens que fizessem referência aos Núcleos e a comunidade LGBTQIAPN+.

As postagens voltadas para mulheres lésbicas receberam destaque nesta pesquisa, pois são as principais sujeitas deste estudo. O objetivo foi direcionar as principais temáticas e abordagens sobre lesbianidades vistas através das publicações no *Instagram* dos Núcleos. Dessa forma, pretende-se contribuir para a construção do material pedagógico proposto, considerando as demandas, os debates e as necessidades de materiais que aprofundem e desenvolvam conhecimento histórico sobre lésbicas e demais integrantes da comunidade LGBTQIAPN+.

A análise das ações dos núcleos, a partir da divulgação em redes sociais, amplia o entendimento sobre as identidades juvenis LGBTQIAPN+, promovendo considerações essenciais sobre quem é esse público, suas necessidades, interesses e as formas como se expressam e se organizam nos espaços escolares.

No capítulo 4, o foco se volta para o Ensino da História, visto que este desempenha uma função crucial no debate sobre gênero e sexualidade dentro do ambiente escolar. O Ensino da História pode ser uma ferramenta poderosa na manutenção dos lugares sociais naturalizados, perpetuando narrativas que enfatizam a elite masculina, branca, cisgênera e heterossexual como

os representantes sociais dominantes, marginalizando aqueles que não se enquadram nesses padrões. Por isso, é de primordial importância discutir as desconstruções no Ensino da História, dando voz e espaço àquelas/àqueles que foram historicamente excluídas/excluídos de suas sociedades e de suas memórias.

Nesse sentido, a discussão promovida por Cubas (2017) se mostra fundamental ao propor um deslocamento do pensamento historiográfico para a sala de aula, onde a categoria de análise antecede os discursos historiográficos. Cubas argumenta que é essencial repensar como a história é ensinada, questionando as normas estabelecidas que tendem a marginalizar as experiências e contribuições de grupos não hegemônicos. Isso inclui uma reflexão crítica sobre como as identidades de gênero e sexualidade são representadas na história oficial e como essas representações moldam a percepção e o entendimento dos estudantes sobre si mesmos e sobre a sociedade.

Ao trazer essas reflexões para a sala de aula, abre-se espaço para um Ensino da História mais inclusivo e plural, que reconhece e valoriza as múltiplas vozes e experiências presentes na sociedade. Isso permite a formação de memória sobre mulheres lésbicas e contribui significativamente para a valorização da existência lésbica. Além de enriquecer o aprendizado das/dos estudantes, essa abordagem também contribui para a construção de uma escola mais justa e democrática, capaz de promover a diversidade e o respeito às diferenças.

Como produto pedagógico desta dissertação, foi elaborado um material didático que aborda narrativas de mulheres lésbicas, seguindo os recortes temporais discutidos no primeiro capítulo. Este material tem como objetivo complementar os recursos de Ensino de História atualmente disponíveis, incorporando pesquisas acadêmicas que, embora realizadas há décadas, ainda não foram plenamente integradas ao currículo de História. O material paradidático oferece uma discussão embasada nas teorias de gênero, sexualidades, identidade e memória, fundamentais para compreender narrativas que foram historicamente excluídas devido ao contexto social e histórico que as invisibilizou.

Destinado a estudantes do Ensino Médio, a linguagem, temática e abordagem crítica são direcionadas especificamente para um público adolescente jovem, diferenciando-se das necessidades do Ensino Fundamental. Além disso, o material tem como objetivo ser divulgado entre os Núcleos de Gênero, buscando aprofundar os debates sobre lesbianidade em um ambiente escolar que já fomenta discussões nessa área, como foi possível observar com a análise das redes sociais dos Núcleos.

O material paradidático proposto desempenha um papel crucial no campo pedagógico ao preencher lacunas significativas na representação histórica e social das mulheres lésbicas.

Ao introduzir narrativas até então negligenciadas nos currículos escolares, ele busca não apenas ampliar o espectro de conhecimento dos estudantes, mas também instiga reflexões a respeito da diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais.

Além de enriquecer o Ensino da História com perspectivas mais amplas e inclusivas, o material incentiva reflexões críticas sobre como as normas sociais e históricas moldaram a percepção pública e a memória coletiva. Portanto, ao oferecer uma abordagem educativa sensível e informada, este recurso educa e pretende colaborar com o empoderamento das/dos jovens ao possibilitar que reconheçam e valorizem a diversidade de experiências humanas.

A discussão sobre a inclusão de narrativas lésbicas nas salas de aula é essencial diante do atual contexto brasileiro, marcado pelo fortalecimento de narrativas infundadas como a “ideologia de gênero” e a “doutrinação escolar”. Estes discursos frequentemente visam deslegitimar professores e professoras que incentivam reflexões que vão além das normas heterossexistas dominantes. Introduzir narrativas lésbicas no ensino não apenas desafia o ensino tradicional e a glorificação de figuras historicamente privilegiadas, mas também desconstrói um paradigma colonizador⁵ que uniformiza a história e marginaliza aqueles e aquelas que não se conformavam com a norma estabelecida, mas que, mesmo assim, desempenharam papéis na sociedade e resistiram às opressões que enfrentaram. Promover uma história disruptiva e inclusiva é fundamental para validar essas vidas historicamente marginalizadas e construir um sentido de existência contínuo para personagens que desafiaram as normas. Trazer essas histórias para o centro do ensino não apenas amplia a representação, mas também permite que corpos considerados diferentes encontrem validação e reconhecimento em suas próprias narrativas e memórias. Como nos afirma Junqueira (2009, p. 176):

Uma sociedade dotada de um projeto democrático tem, certamente, a ganhar com a busca incessante da inclusão de todos os seus indivíduos e grupos, com o reconhecimento de suas diferenças e com a incorporação (e não a normalização) das temáticas que a diversidade suscita. Ao assegurar que cada cidadã e cidadão, de maneira livre e criativa, seja capaz de fazer novas leituras de si e do mundo, ampliam-se as possibilidades de intervenção, de autoinvenção de individualidades e de estabelecimento de relações interpessoais a partir de novos pressupostos.

1. Lesbianidades e Movimentos Históricos

Neste capítulo, busca-se estabelecer uma base sólida para a compreensão da história das mulheres lésbicas por meio de uma análise bibliográfica e de uma pesquisa documental

⁵Compreendendo que a história trabalhada em sala de aula privilegia os ideais dos colonizadores, no sentido de reproduzir majoritariamente narrativas daqueles que estavam no poder e representavam a elite socioeconômica.

específica. A primeira parte da análise concentra-se na revisão da historiografia existente sobre mulheres lésbicas, explorando como essas narrativas foram abordadas ou silenciadas ao longo do tempo. A partir da revisão de obras de autoras e autores especialistas nas temáticas deste estudo, foi buscado situar o estudo dentro do contexto acadêmico e identificar lacunas e contribuições relevantes. A pesquisa documental analisa boletins produzidos por lésbicas em São Paulo na década de 1980, com o objetivo de dar voz às experiências e perspectivas dessas mulheres. A escolha dessas fontes primárias visa oferecer uma visão autêntica e direta da resistência e das contribuições das lésbicas no Brasil durante esse período.

As análises realizadas no capítulo um foram fundamentais para a construção do material pedagógico desenvolvido neste trabalho. A revisão da historiografia sobre mulheres lésbicas e a pesquisa documental dos boletins dos anos 1980 oferecem uma base rica e diversificada de conhecimento que foi essencial para a elaboração do material paradidático. Através da análise bibliográfica, identificaram-se os principais debates e lacunas na representação histórica das mulheres lésbicas, permitindo que o material didático aborde essas questões de maneira informativa e crítica. A pesquisa documental, por sua vez, fornece exemplos concretos e autênticos das experiências e resistências das lésbicas no passado, que são integrados ao conteúdo do livro para oferecer uma narrativa mais completa e representativa. Assim, a combinação dessas análises não apenas enriquece o conteúdo do material pedagógico, mas também assegura que ele seja fundamentado em uma pesquisa profunda e historicamente documentada, promovendo uma compreensão mais rica e inclusiva da história das mulheres lésbicas para as/os jovens do Ensino Médio.

1.1. Diálogo entre história, memória e suas ausências

A história está diretamente ligada a reconstrução das memórias, e essas memórias históricas são há muito discutidas como o formato que encontramos de nos identificarmos com o tempo e espaço de pertencimento. Da mesma maneira, a história está construída a fim de protagonizar alguns grupos no poder, visto que a história reconstrói o passado a partir das intenções do presente, e utiliza o passado para fomentar o ideário desses grupos, postos como “merecedores”, afinal, tem uma “história”.

A compreensão da memória individual e coletiva está intimamente relacionada a uma variedade de processos que envolvem a percepção do tempo e do espaço ocupado. Em outras palavras, a interpretação de eventos passados está relacionada à nossa compreensão do passado, influenciada pelas tradições, culturas e contextos sociais em que estamos imersos. Portanto, é

evidente que as perspectivas sobre o passado variam de acordo com as concepções morais e sociais de um determinado tempo e lugar, bem como as relações estabelecidas dentro desse contexto. Dessa forma, os lugares dos sujeitos são dados a partir da ocupação e acesso aos direitos.

Esse lugar de existência e pertencimento garante a luta, os privilégios, a possibilidade de salvaguardar e expandir ideologias mantendo, ao fundo, a história como guardiã. Essa história que acessamos é, na verdade, a seleção de memórias interpretadas, presa no tempo pela narração do historiador.

As memórias nos permitem buscar identificações e pertencimento, ainda que essa seja uma memória de grupo, de algo que nunca vivemos ou vimos, mas, de alguma maneira, nos sentimos parte. Pollak trata sobre essa relação entre memória e identidade da seguinte forma:

Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros (Pollak, 1992, p. 5).

Como dito, essa relação da memória com a identidade faz parte da própria estrutura fundante da história e ao pertencermos a determinada memória construímos um lugar de força coletiva. Da mesma maneira que o não lugar na história seria um tipo de estratégia para o enfraquecimento sobre nossos direitos e acessos.

Afinal, qual história herdamos quando a memória foi apagada? Como pertencemos se o lugar de pertencimento está deslocado no vazio entre o erro e a inexistência? Keith Jenkins (2007, p. 23) nos fala que “[...] a história constitui um dentre uma série de discursos a respeito do mundo. Embora esses discursos não criem o mundo (aquela coisa física na qual aparentemente vivemos), eles se apropriam do mundo e lhe dão todos os significados que têm.” Diante desse olhar sobre a história, que significados de mundo as identidades que foram apagadas conseguirão deixar?

Esses questionamentos são muito vivos quando buscamos a “história das mulheres lésbicas no Brasil”⁶. Afinal, a identidade se faz através dos contatos que nos liga ao outro e esse

⁶A expressão é posta entre aspas para enfatizar o entendimento sobre a essencialização do termo, visto que, a identidade lésbica é uma construção recente da história, e seria anacrônico pensar essa identidade em contextos

lugar constrói pontes com o passado reafirmando sua existência ao longo do tempo e no presente.

No que diz respeito aos relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo, a memória coletiva reflete uma visão profundamente enraizada na construção científica dos séculos XIX e XX no Brasil, que os considerava como anormais. Durante o período colonial, a religião era frequentemente empregada para julgar e excluir, enquanto a partir do século XIX, a Ciência e a Biologia assumiram esse papel. Isso implica que a construção dessa memória está marcada pela discriminação, com juízos de valor excludentes em relação àqueles que não se encaixam nas normas cis heterossexuais, resultando assim em uma negação desse passado. Em suma, identificar-se como mulher e envolver-se em relacionamentos afetivos e sexuais com outras mulheres, nos contextos brasileiros pós-colonização, equivale a registrar uma história de dor, sofrimento e exclusão.

Compreende-se, portanto, que a memória coletiva tem sido moldada por uma ideia cristalizada das definições normalizadas de relacionamento. É sob essa perspectiva que as memórias do passado são acessadas e interpretadas. Essas construções das "memórias do passado" não apenas refletem os projetos do presente, mas também influenciam ativamente na sua conformação, reforçando assim as relações consideradas "não aceitas", como aquelas entre mulheres.

Na história escolar, apesar de muitos avanços acadêmicos, o que predomina é a sobreposição de memórias colonizadoras que versam por um grupo único e comum. Portanto, até a década de 1970 falar de história e sujeitos históricos era falar das experiências do homem branco cis hétero e da classe alta, tal como seus jogos de poder e o ordenamento político que mantinha esse poder. A presença das mulheres brancas, nas universidades e na luta por direitos igualitários, amplia as perspectivas do olhar sobre o passado nas discussões historiográficas, ao lado da história dos grupos historicamente menos favorecidos em termos de direitos. No entanto, é importante destacar que as mulheres inseridas nas identidades lésbicas permaneceram ocultas, com seu espaço e direito à memória sendo negados. Em vez disso, elas eram retratadas como sujeitos incorretos, desviantes da norma e representantes de uma realidade obscura para se viver.

As memórias institucionalizadas nas salas de aula são orientadas pela construção política moral dos desejos contemporâneos, visando à formação cidadã para a construção social dos jovens. Esta política é fortemente influenciada pela tradição estereotipada de gênero e

passados. No entanto, como explicado na introdução, esses termos foram utilizados como posicionamento político e facilitação da linguagem.

sexualidade, que permanece, em grande medida, fiel aos paradigmas do século XIX, perpetuando assim um formato específico em detrimento de outras possibilidades igualmente válidas.

Se outras narrativas históricas não são acessadas e se as representações nos livros didáticos, nas aulas de história e nos projetos escolares não incluem mulheres que se relacionaram com outras mulheres, o imaginário social tende a considerar essas experiências como inexistentes. Isso reforça a ideia de que tais relacionamentos são anormais, não naturais ou até mesmo uma condição patológica.

Além disso, é importante destacar que nossa percepção e compreensão do mundo são influenciadas não apenas por experiências reais, mas também por fragmentos de imagens, sensações e ideias que absorvemos socialmente. Com base nesses elementos, somos capazes de criar novas imagens e símbolos, que podem ser incorporadas às nossas memórias como se fossem experiências reais e vividas. Isso implica que nossas memórias são moldadas não apenas por eventos concretos, mas também por influências sociais e culturais, e que podemos reconstruir nossas memórias com base nessas influências (Durval, 1994).

Com base nessa compreensão sobre memória e história, houve a necessidade de buscar vestígios e presenças das lésbicas nas discussões historiográficas do Brasil. O objetivo foi elaborar um material que não apenas preencha lacunas de memórias, mas, principalmente, sirva como recurso pedagógico nas salas de aula, visando construir uma memória histórica mais inclusiva e justa para aquelas que se encontram à margem das normas cis heterossexuais. Para alcançar esse intento, é necessário transcender as concepções tradicionais positivistas da história e compreender sua natureza plural. Deve-se reconhecer que aquilo que é destacado na história política, masculina, dominante e ligada à elite social, não reflete necessariamente as experiências de forma abrangente.

É crucial compreender que as narrativas não contadas, por desviarem-se da norma, possuem uma relevância tão significativa quanto os relatos frequentemente encontrados nos livros didáticos. Reconhecer e valorizar as diversas identidades é um trabalho histórico essencial para uma compreensão mais justa da sociedade.

Compactua-se, ainda, da ideia de Jenkins (2007, p. 25) quando diz: “o passado já passou, e a história é o que os historiadores fazem quando põem mãos à obra”, é inegável que a história foi escrita por pessoas e que essas pessoas tinham intenções a respeito do que queriam registrar. Certamente não havia no passado colonial do Brasil o interesse de deixar vestígios sobre as relações afetivas/sexuais entre mulheres que ocorriam na alta sociedade, afinal, se a própria

existência da “lésbica” poderia levá-la a fogueira⁷, por que manter registro de mulheres que manchariam a honra da família? Tampouco foi do interesse dos historiadores, até a segunda metade do século XX, escrever as histórias desse grupo marginalizado.

Neste modelo de sociedade a negação de uma história, memória, tradição e identidade foi mais um formato de excluir as mulheres “lésbicas”, fortalecendo o discurso de modismo e efemeridade de suas relações, dilatando as violências. Pois a história das mulheres “lésbicas” foi condicionada por invisibilidades visto que “o passado que conhecemos é sempre condicionado por nossas próprias visões, nosso próprio “presente”. Assim como somos produtos do passado, assim também o passado conhecido (a história) é um artefato nosso” (Jenkins, 2007, p. 33).

A ideia de uma reconstrução de história é, desde os Annales, movida por críticas diversas ao conceito de passado único. Principalmente ao longo da segunda década do século passado, novas vertentes de pensar a história como plural – através de outras visões sejam as feministas, os neomarxistas, os pós-estruturalistas – fazem parte da desconstrução da história positivista, rígida em seus conceitos universalizantes. Dessa forma, a busca da verdade sobre o passado se transmuta em busca de verdades e o leque de visões sobre o passado se amplia, assim como os métodos para acessar essas “verdades” também tendem a se ampliar, possível através do protagonismo de outros sujeitos históricos.

O entendimento dessa história plural converge principalmente pela desconstrução naturalizada de um todo idêntico, assim, se entendemos que a história se dá através da relação de poder e que esse lugar permaneceu durante os últimos séculos sob a posse dos homens cis brancos da alta sociedade, podemos desconstruir ao elencar vozes femininas e ações destas no passado. O lugar posto às mulheres e o construído por elas foi silenciado durante longo período na história, tendo assim que enfrentarem os discursos que naturalizavam a cultura a as mantinham em lugares de domínio.

Tão logo recorre-se à história da mulher que igualmente não podemos elencá-las em uma vivência única de passado, embora seja importante frisar que muitas identidades (e aqui usa-se a palavra identidade no sentido daquilo que torna um grupo igual ou semelhante) construam união e lutas emancipatórias. No entanto, esse relativismo que se amplia ao pensar uma história com diferentes atores protagonistas deve considerar ainda as diferenças presentes

⁷ No início do período colonial no Brasil, as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo levavam a condenação por sodomia. Essa condenação poderia gerar várias formas de punição, apesar de não ser muito comum, a punição mais severa era a pena de morte na fogueira. É importante ressaltar que as atitudes e práticas legais em relação à sodomia variaram amplamente ao longo do tempo.

dentro dos grupos marginalizados, ou seja, as mulheres partilham diferenças que na história do Brasil predispõe seu lugar social, racial, sexual entre outros. É possível que ao não reconhecer essas diferenças, caia-se no mesmo erro dos opressores, que nos vê como um grupo único em história, vida e desejos.

Duschatzky e Skliar trazem a seguinte verdade:

“A modernidade inventou e se serviu de uma lógica binária, a partir da qual denominou de diferentes modos o componente negativo da relação cultural: marginal, indigente, louco, deficiente, drogadinho, homossexual, estrangeiro etc. Essas oposições binárias sugerem sempre o privilégio do primeiro termo e o outro, secundário nessa dependência hierárquica, não existe fora do primeiro, mas dentro dele, como imagem velada, como sua inversão negativa (Duschatzky; Skliar, 2001, p. 123).

Esse divisor histórico criado pela Modernidade é o que definiu as pesquisas, de modo que manteve o lugar de opressão aos grupos minoritários, a lógica invertida: para justificar as ações e valores do presente Moderno busca no passado os vestígios mantenedores das relações de poder, embora o discurso se afirme em uma construção histórica neutra, que se baseia nos documentos e, portanto, possuidora da verdade.

Além disso, essa lógica binária posta por Duschatzky e Skliar, (2001, p. 124) é o que vai reafirmar o lugar da normalidade definida pelo perfil dos dominantes e justifica-se seu lugar de poder pondo os demais sujeitos no lugar de erro. Continua: “o outro diferente funciona como um depósito de todos os males, como o portador das falhas sociais”.

Ademais, as trajetórias dos dominantes (vencedores) são frequentemente destacadas e perpetuadas pela memória histórica, que se desenvolve a partir das narrativas da memória coletiva. Isso resulta na inserção dos sujeitos em padrões de comportamento que parecem ser contínuos e imutáveis (Durval, 1994). Cria-se um passado a partir do presente, fortalecendo assim os ideais e valores predominantes. Esses ideais representam um conjunto de normas e modelos de vida que são cristalizados no imaginário coletivo como exemplos a serem seguidos e considerados como normais. Nas palavras de Durval (1994, p. 47):

“A “memória histórica” é para nós composta de fatos convencionados como históricos que têm repercussões nas memórias pessoais e de grupos porque têm significado para eles, são aqueles fragmentos de História que são incorporados às memórias coletivas e individuais, servindo como marcos temporais”.

Portanto, trazer à tona as memórias das “mulheres lésbicas” presentes na história é uma necessidade primordial na luta contra o preconceito e questões lesbofóbicas ainda presente em

nossa sociedade. Compreendendo a relação que a história e a memória exercem na construção social do presente e como as relações de poder mantêm, através de discursos que naturalizam a cultura da supremacia cis heteronormativa.

As “mulheres lésbicas” foram excluídas duplamente dos registros do tempo e da história no Brasil. Afinal, a homossexualidade é vista há milênios pelo Ocidente cristão como lugar de aberração, desvio, doença, erro. E, por se tratar de mulheres: o sexo inferior, menos importante, sujeito a desvios hormonais constantes e, portanto, desprezível.

O projeto de sociedade patriarcal⁸ instalada aqui no Brasil durante o período colonial colocou a mulher branca como o símbolo de honra das famílias abastadas, dessa forma, sua sexualidade e todas as dimensões presentes em seus corpos não tinham importância, era da posse do homem. A mulher representava o jogo de poder, objeto de uso dos homens com funções claras de subserviência e portadora do desenvolvimento da prole. Como consequência do patriarcado, a qual não permitia a independência das mulheres sem a presença dos homens, também as histórias das “mulheres lésbicas” no Brasil ainda é um desafio. Pois se as próprias “lésbicas” deveriam matar seus desejos sexuais, esconder suas relações afetivas, corriam o risco de serem mortas, os registros e documentos que marcavam a sua presença deveriam ser inexistentes para tentar manter a honra das famílias.

O lugar histórico da mulher lésbica está ligado ao poder da formação identitária e cultural. Esse processo permite que se registre um espaço de existência para as mulheres que se relacionam com outras, conferindo legitimidade aos seus direitos dentro de uma visão de sociedade plural que valoriza e respeita as diversidades.

1.2. Lesbianidades: o pecado e o crime

A importância de traçar as relações entre mulheres no passado está diretamente ligada ao contexto de violência que as mulheres lésbicas enfrentam nos dias de hoje. Apesar das leis, documentos escritos, códigos e avanços que garantem a presença das mulheres lésbicas em todos os espaços com igualdade de direitos e cidadania, a LGBTIQAPN+fobia e a lesbofobia ainda persistem na sociedade brasileira. Compreender as raízes dessa cultura opressiva em nossa sociedade significa entender como essa opressão foi enraizada em relação a práticas diferentes da heterossexualidade, juntamente com os violentos métodos de repressão para combater qualquer vivência e identidade que desafiasse os conceitos morais de sexo e família.

⁸ O termo patriarcal/patriarcado é discutido mais profundamente no título seguinte.

É crucial enfatizar mais uma vez que a autoafirmação e o reconhecimento como mulher lésbica, especialmente nos primeiros séculos do Brasil colonial, eram praticamente inexistentes. De fato, o próprio termo “lésbica” só se tornou de uso comum no final do século XIX no Brasil. Embora alguns documentos possam indicar a existência de relações amorosas e/ou sexuais entre mulheres, as identidades como “mulheres lésbicas” não foram registradas, nem nos documentos da época, nem nas próprias vozes das mulheres envolvidas. Os registros e julgamentos do período eram feitos baseados em práticas consideradas heréticas, não entendida como categoria de pessoas (Bellini, 2022).

Portanto, reitera-se o uso do termo “lésbicas”, pois o objetivo é discutir a existência de mulheres que se relacionaram com outras ao longo de nossa história e contribuir para a construção, no presente, de uma identidade lésbica com marcos históricos significativos e empoderadores. É importante ressaltar que, mesmo nos documentos que mencionam relações entre mulheres, algumas dessas mulheres também mantinham relacionamentos com homens, na maior parte das vezes em conformidade com os padrões morais e ideológicos cristãos católicos da época. Isso sugere, contudo, que apesar das normas impostas de relacionamento, existiram mulheres que desafiaram as expectativas sociais predominantes.

O objetivo deste estudo, intitulado "Lesbianidade: o pecado e o crime", é analisar os escritos que abordam a documentação inicial sobre os relacionamentos entre mulheres no Brasil. Pretende-se discutir as considerações acerca do contexto histórico colonial e suas relações opressivas, destacando que, apesar da opressão e das normas sociais impostas, muitas mulheres resistiram e buscaram realizar seus desejos. Para uma compreensão mais aprofundada da temática, é essencial discutir o conceito de patriarcado, termo que teve destaque no movimento feminista e continua relevante atualmente. Visto que o significado desse termo evoluiu ao longo do tempo, dedicaremos uma parte deste estudo para explorar os debates contemporâneos em torno dele.

Posteriormente, será abordado o contexto histórico vivenciado no Brasil colonial, especialmente com a visita do Tribunal da Santa Inquisição no final do século XVI e os julgamentos das mulheres que se relacionavam com outras e foram processadas por esse tribunal. Esse objetivo se dá por compreender que o direito à cidadania perpassa inevitavelmente pela memória histórica como formadora de uma cultura e/ou tradição. Essa tradição foi negada às mulheres lésbicas desde que habitaram este território chamado Brasil.

Dessa forma, os primeiros registros e com o maior número de informações que temos de relações afetivas e sexuais entre mulheres são os documentos do Tribunal da Santa

Inquisição⁹. Através das denúncias e Confissões do Santo Ofício, obtêm-se os julgamentos de mulheres portuguesas e luso-brasileiras que habitavam o Brasil.

1.2.1. Uma discussão sobre o patriarcado e sua construção como uma estrutura de poder

A sociedade brasileira é frequentemente descrita como patriarcal, uma denominação adotada pelos movimentos feministas a partir da década de 1970, com intuito de questionar o processo de dominação masculina nas sociedades ocidentais. No entanto, para compreender plenamente esse termo histórico, é essencial explorar o conceito de patriarcado de forma mais abrangente e entender que o processo de dominação não está separado do processo de outras formas de exploração (Saffiotti, 2015).

O patriarcado é um conceito cujo significado se modificou ao longo de vários séculos. Originalmente, “[...] o patriarcado e os patriarcas designavam os dignitários da Igreja, seguindo o uso dos autores sagrados, para os quais patriarcas são os primeiros chefes de família que viveram, seja antes, seja depois do Dilúvio” (Delphy, 2009).

Em seu conceito original, o patriarcado estava ligado ao entendimento do domínio nas mãos do dirigente de uma comunidade. Este dirigente era um dos primeiros a se estabelecer no território, não dependendo de ninguém, e detinha autoridade sobre os demais. Com o passar dos anos, o conceito de patriarcado passou por ressignificações, associando-se também à ideia de paternidade, que na sociedade moderna e contemporânea se relacionaria com um genitor primário e suas descendências. No entanto, na terminologia original, o patriarcado não estava necessariamente ligado a categoria de pai entendida atualmente.

No final do século XIX, o conceito de patriarcado foi reinterpretado e inserido no contexto do pensamento ocidental, sendo então classificado como um conceito ligado ao processo de evolução das sociedades conforme descrito por Delphy:

“A palavra denota pequenas comunidades agrícolas compostas de unidades familiares de produção, cada uma sob o cajuado de seu antepassado, sendo a vida comunitária regida pela reunião dos ancestrais, dos chefes de família. Para os autores, essa é a imagem de uma idade de ouro, que eles opõem à corrupção e à decadência provocadas pela vida na cidade, pela indústria e pelo assalariamento” (Delphy, 2009, p. 174).

⁹ O Tribunal do Santo Ofício, também pode ser chamado de Santa Inquisição, era um tribunal da Igreja Católica que atuava no julgamento de atos considerados hereges. Conhecido pelos métodos violentos de torturas com o princípio de obter as confissões ou punir para servir de exemplo e manter o poder ideológico do catolicismo.

Ou seja, no final do século XIX, a ideia de patriarcado estava intrinsecamente ligada a uma categoria ou cultura ética tradicional, representando uma memória coletiva referente aos antepassados. Esse entendimento reforça a complexidade e as múltiplas camadas de significado associadas ao conceito de patriarcado ao longo da história.

Por fim, o sentido discutido na atualidade está intrinsecamente ligado ao pensamento feminista, ganhando destaque a partir do fortalecimento do movimento na década de 1970, conhecido como "segunda onda". As características desse sentido estariam relacionadas ao estudo estrutural da sociedade, evidenciando-o como um elemento determinante de uma estrutura que implica na subjugação da mulher pelos homens. Esse entendimento colocou como uma ferramenta analítica fundamental para compreender as dinâmicas de poder e as desigualdades de gênero na sociedade contemporânea.

Esse último sentido, ainda presente nas discussões e escritos do movimento feminista, está intrinsecamente relacionado aos ideais do final do século XIX. Ele se opõe à cultura estabelecida por um homem, simbolizado pelo pai ou marido, que detém poder político, econômico e social sobre a família, especialmente sobre as mulheres. Essa visão implica uma estrutura de opressão, dominação e exploração das mulheres, não somente se limitando a relações individualizadas.

Para muitas frentes feministas, o patriarcado se tornou o principal alvo de combate, independente do contexto histórico em que estava inserido, incluindo o capitalismo. As frentes de lutas militantes o isolaram como um sistema cuja existência era independente de outros contextos. Isso significa que, para essas correntes feministas, o patriarcado era percebido como uma estrutura de poder opressiva que transcende e influencia diversos aspectos da vida social, econômica e política, independentemente do sistema econômico predominante.

No entanto, esse entendimento tem causado objeções de muitas autoras e militantes, que criticam o caráter universalizante do conceito patriarcal. Deve-se compreender que nem todas as sociedades são estruturadas de forma que o pai ou o marido representem o poder masculino em uma família (Delphy, 2009).

O uso do termo patriarcado deve estar situado em um tempo e espaço específicos. Caso contrário, corre-se o risco de reproduzir uma visão naturalizada do poder do homem sobre a mulher. Além disso, a crítica também se fundamenta na ideia de que a chamada "estrutura patriarcal", não se aplica a todas as sociedades. Essa abordagem reflete um pensamento colonial ocidental com viés na elite e no homem branco.

Compreender o patriarcado como um sistema independente e isolado levanta importantes problemáticas, como a desconsideração da atuação conjunta do patriarcado com o

capitalismo. O sistema capitalista se beneficia e se beneficiou da exploração do trabalho da mulher, e é complexo desassociá-los, visto que atuam em conjunto na construção social. Além disso, o desenvolvimento do conceito de gênero e de suas desconstruções questiona o fato de que a discussão ligada unicamente à crítica ao patriarcado pode, na verdade, estar privilegiando a ideia das relações tidas como naturais entre sexo e gênero. Portanto, é fundamental considerar as interseções entre patriarcado, capitalismo e outras formas de opressão, assim como as complexidades das construções sociais de gênero, para uma compreensão mais completa das dinâmicas de poder.

A utilização do termo neste texto é feita primeiramente para caracterizar um sistema de dominação que esteve presente no território brasileiro durante o período colonial, especialmente nos territórios que hoje correspondem ao Nordeste brasileiro. Essa contextualização é crucial para compreender as especificidades históricas e sociais do patriarcado nessa região e sua influência nas estruturas de poder e nas relações de gênero ao longo do tempo.

Compreende-se que o termo “patriarcado” se refere a uma característica pertencente a um grupo social e está intrinsecamente interligado a outras formas de opressão e determinações, não sendo concebida como uma superestrutura independente dos contextos e outras formas de poder. Ao contrário, trata-se de uma construção social associada a outros formatos de dominação, específicos no tempo e espaço. Isso implica que o patriarcado não é uma construção natural humana inevitável, mas sim um fenômeno social moldado por relações de poder históricas e culturais, cujas manifestações variam de acordo com o contexto social e histórico em que se desenvolvem (Morgante e Nader, 2014).

Ademais, as transformações que fizeram parte do conceito de patriarcado a partir da década de 1970 nos permite considerar que a dominação e exploração das mulheres não se limita ao seio familiar “[...] pois o patriarcado não abrange apenas a família, mas atravessa a sociedade como um todo” (Saffiotti, 2015, p. 50).

Desse modo, os posicionamentos jurídicos e o estabelecimento de leis e direitos estão intrinsecamente relacionados com determinações características do patriarcado, os quais se infiltram no Estado e se estabelecem para além da sociedade civil. (Saffiotti, 2015).

O conceito nos permite compreender as conexões entre a dominação e a exploração das mulheres, que estão interligadas, além de compreender os formatos ideológicos que constituíram o pensamento dominante no período colonial e suas respectivas permanências na contemporaneidade (Morgante e Nader, 2014).

Saffiote (2015, p. 48) nos diz que:

“Em geral, pensa-se ter havido primazia masculina no passado remoto, o que significa, e isto é verbalizado oralmente e por escrito, que as desigualdades atuais entre homens e mulheres são resquícios de um *patriarcado* não mais existente ou em seus últimos estertores. De fato, como os demais fenômenos sociais, também o *patriarcado* está em permanente transformação. Se, na Roma antiga, o patriarca detinha poder de vida e morte sobre sua esposa e seus filhos, hoje tal poder não mais existe, no plano *de jure*. Entretanto, homens continuam matando suas parceiras, às vezes com requintes de crueldade, esquartejando-as, ateando-lhes fogo, nelas atirando e as deixando tetraplégicas etc.”

É importante destacar que o conceito de patriarcado não está sendo apresentado aqui como uma categoria de análise para substituir o conceito de gênero, o qual é muito mais amplo e abrangente para abordar todos os períodos históricos, incluindo as relações de gênero e suas opressões. Diferentemente, o conceito de patriarcado é datado e está associado a espaços específicos. Seu uso aqui está relacionado com uma forma de entendimento sobre a construção histórica do período colonial, o qual contribuiu com marcas profundas nas relações de gênero e sexualidade contemporâneas. Dessa forma:

“O exposto permite verificar que o gênero é aqui entendido como muito mais vasto que o patriarcado, na medida em que neste as relações são hierarquizadas entre seres socialmente desiguais, enquanto o gênero compreende também relações igualitárias. Desta forma, o patriarcado é um caso específico de relações de gênero” (Saffiotti, 2015, p. 126).

Como o intuito é discutir as relações afetivas e sexuais entre mulheres no Brasil, e um dos períodos elencados é o final do século XVI, é essencial considerar os estudos acerca do patriarcado e suas formas de opressões, visto que “Um dos elementos nucleares do patriarcado reside exatamente no controle da sexualidade feminina, a fim de assegurar a fidelidade da esposa a seu marido” (Saffiotti, 2015, p. 52).

Isso não significa, no entanto, que o patriarcado seja uma estrutura natural que atua de forma isolada na construção da sociedade. Pelo contrário, o patriarcado é um conceito político e histórico que pode nos ajudar a compreender sociedades e períodos específicos na formação de suas relações de poder. Ele se adapta e interage com outras formas de opressão, como o racismo, o capitalismo e o colonialismo, entre outros para perpetuar e reforçar suas estruturas de dominação.

Saffiote (1987) nos fala que o sistema capitalista é mais recente que o patriarcal, embora não consigamos separá-los completamente na atualidade, pois são sistemas que se reinventaram e transformaram em um único sistema de exploração, juntamente com o racismo. Para a autora, o denominado patriarca-racismo-capitalismo constitui um sistema único de exploração dominante. No entanto, a autora esclarece que não se trata de uma unidade harmônica e pacífica, mas sim contraditória, no sentido de manter o controle da classe trabalhadora e seu poder de

compra em um limite suficiente para garantir o lucro capitalista, dentro da exploração racista e patriarcal.

Recorrer ao uso do termo não deve ser uma forma de generalizar ou neutralizar os processos históricos, mas sim de compreender como se estruturaram e que marcas foram deixadas na sociedade contemporânea. Concorde-se, por fim, com as palavras de Saffiotti (2015), ao justificar a importância do uso do termo patriarcado:

“Caberia, então, novamente, a pergunta: por que se manter o nome patriarcado? [...] 1 – não se trata de uma relação privada, mas civil; 2 – dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição. [...] 3 – configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; 4 – tem uma base material; 5 – corporifica-se; 6 – representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência” (Saffiotti, 2015, p. 60).

1.2.2. Sodomitas: o pecado e o crime das mulheres que ousaram se relacionar com outras

Em 1592, chega à Bahia Heitor Furtado de Mendonça, inquisidor do Tribunal do Santo Ofício, com o propósito de julgar os atos pecaminosos e criminais que cabiam à Igreja Católica no período. A presença do inquisidor já causava movimento em toda a colônia brasileira, pois o julgamento das heresias podia levar os pecadores a penalidades severas como decapitação e queima na fogueira. Entre os métodos usados pelo Tribunal para forçarem a população a acusar ou anunciar seus próprios atos pecaminosos, era o prazo dado pelo Santo Ofício, máximo de 30 dias, para que os hereges confessassem seus erros, a fim de terem a possibilidade de penas mais brandas.

Essas punições possuíam menos o intuito de punir os culpados do que espalhar o terror, a coerção, o receio. Elas espalhavam um verdadeiro temor, fazendo com que as pessoas que presenciassem esses espetáculos punitivos examinassem suas consciências, refletissem acerca de seus delitos (Napolitano, 2004, p. 2).

A representação dessas punições tinha o objetivo de criar o pânico. Portanto, apenas a chegada do inquisidor, juntamente com a possibilidade de assumir antecipadamente as más condutas cristãs e conseguir penalidades mais brandas, gerava movimento e acusações na colônia. Segundo Bellini (2022, p. 13), o “[...] terror fazia com que pessoas fossem denunciadas por vizinhos, conhecidos e parentes ou tomassem elas próprias a iniciativa de se confessar”.

A Santa Inquisição representava o formato mais severo e direto da mentalidade cristã católica na colônia. Baseada em princípios bíblicos, as relações que não se enquadravam na imposição cis heteronormativa eram diretamente consideradas como pecado e erro. Além disso,

eram vistas como uma afronta aos desejos religiosos, à organização do Estado e à vida em sociedade. O imaginário associado a essa época era de dor e sofrimento, refletindo um jogo entre passado, presente e futuro: o passado que condenara Sodoma e outras cidades por abrigarem relações entre pessoas do mesmo sexo; o presente marcado pela possível condenação, baseada na violência e no apagamento histórico; e o futuro apocalíptico, que construía a ideia de um julgamento divino condenando a uma vida eterna de dor e sofrimento.

O cristianismo era parte substancial do processo de colonização e domínio. Praticamente todas as ações e determinações se fazia através da religiosidade, de tal forma que não podemos separar, naquele período, o processo de colonização com o objetivo de cristianização. A fé católica e seus princípios morais eram determinantes no controle da sociedade colonial (Bellini, 2022, p. 11).

Nesse contexto, os julgamentos faziam parte dessa empresa colonizadora, que através dos tribunais exerciam sua demonstração de poder, com objetivo de eliminar as causas que tidas como heréticas. No entanto, esses julgamentos acabaram se tornando os únicos registros acessíveis para discutir a possibilidade de relações entre mulheres no chamado período colonial. Bellini (2022) aponta: “Assim, a Inquisição portuguesa, visando pôr fim às transgressões cometidas, acabou paradoxalmente preservando as histórias dessas mulheres para estudos posteriores, com seus relatos minuciosos, únicos registros que temos delas” (p. 16).

É importante ressaltar que as discussões sobre os possíveis delitos não convergiam nos debates dos acusadores. Os supostos julgamentos discutiam em razão do crime de sodomia. Este era o nome usado para relações sexuais anais que envolviam a penetração peniana e a ejaculação, sendo ambas as ações consideradas pecaminosas, indo contra "a ordem natural" e resultando em "desperdício do sêmen". Ou seja, os atos sexuais deveriam ocorrer exclusivamente entre homem e mulher com a finalidade da procriação. Ademais, todos os outros formatos de se relacionar sexualmente eram considerados como erro e pecado. Assim como nos explica Vainfas (1989, p.100): “Com a pálida exceção da cópula entre esposos, única prática legítima desde que visando à procriação, desejos e atos sexuais eram pecados mais ou menos abomináveis, quaisquer que fossem os seus protagonistas. ”

Apesar de já ser considerada pecado quando praticada entre pessoas de sexos opostos, a sodomia praticada entre pessoas do mesmo sexo era vista como um pecado de peso maior, sendo ojerizada e demonizada. Não era apenas o ato sexual que incomodava, mas toda relação íntima que se firmava entre pessoas do mesmo sexo. Isso refletia diretamente o atentado moral, considerado descabido e uma ameaça primária à família e à estrutura patriarcal, a qual tinha

objetivos claros: manter a permanência e os acordos financeiros que sustentassem o poder e a riqueza sob o domínio de um homem.

Esse lugar de poder atribuído ao homem se confirma diretamente quando observamos o atributo da mesma heresia, a sodomia, sendo aplicada para relações entre mulheres, as quais biologicamente (enquanto mulheres cis) não poderiam praticar o mesmo ato. Assim:

“Convém observar que, na tradição misógina da igreja, sequer abriram-se numerosos processos contra as mulheres lésbicas porque seus atos não eram considerados a altura e não representavam a mesma gravidade dos crimes e pecados cometidos pelos homens” (Oliveira, 2015, p. 5).

Dessa forma, nos julgamentos contra a sodomia caberia apenas às relações sexuais masculinas. Na verdade, a sexualidade feminina e o corpo das mulheres eram amplamente desconhecidos e tratados de forma inferior. Essa falta de compreensão era resultado da visão misógina trazida pelos portugueses católicos, que não conheciam a sexualidade feminina e sequer tinham leis diretas que abordassem as relações entre mulheres. Inclusive, durante os séculos XV, XVI e XVII, era impensável para a sociedade a ideia de que as mulheres pudessem sentir prazer na ausência de um homem, uma cultura em que o falo era considerado o principal ator. Em muitos casos, acreditava-se que o sexo entre mulheres ocorria como uma preparação para o casamento. Comenta, Napolitano:

Brântome, um comentador do final do século XVI das excentricidades sexuais dos cortesãos franceses, dizia que algumas mulheres preferiam umas às outras para não engravidar e não perder a honra ou a virgindade. Outras eram mulheres que usavam outras para não perder a arte de fazer amor com homens, porque esse exercício não passava de uma aprendizagem para alcançar o amor maior dos homens. E o que elas conseguiam de outras mulheres eram apenas estímulos para irem se satisfazer com homens (Napolitano, 2004, p. 9).

No entanto, assim como as leis eclesiásticas, o livro Quinto das Ordenações Filipinas estabelecia que o julgamento das relações entre pessoas do mesmo sexo, tanto de homens quanto de mulheres na metrópole, se daria aos que cometessem o pecado denominado sodomia. Ao serem levados a julgamento na colônia, foram documentados um total de 29 casos de relações afetivas e sexuais entre mulheres pelo Tribunal do Santo Ofício (Vainfas, 1989). Essa documentação representa a primeira evidência da presença de mulheres que se relacionaram com outras no Brasil. Apesar de trágico, esse registro é crucial para reafirmar não apenas a existência dessas mulheres, mas também a forma como eram ocultadas, torturadas e criminalizadas por seus atos. É provável que esse número seja menor do que a realidade,

compreendendo a invisibilidade e a marginalização enfrentadas por essas mulheres ao longo da história.

É importante ressaltar que no contexto colonial, onde a certeza do chamado “pecado contra a natureza” era imposta pelos detentores do poder, as mulheres, de uma maneira geral, se viam compelidas a encontrar brechas na opressão patriarcal para sobreviverem e afirmarem suas existências como sujeitas. Muitas vezes, isso implicava em agir em grupo, fugir, articular-se contra pais e maridos, ou até mesmo trair seus casamentos, criando espaços clandestinos para vivenciarem paixões proibidas. Nessas reações sociais, eram frequentemente rotuladas como mulheres diabólicas, descendentes de Eva, bruxas. Dentro desse grupo social, estavam também aquelas mulheres que, desafiando as normas vigentes, buscavam satisfazer seus desejos além dos limites estabelecidos, encontrando prazer sexual e romance entre elas.

Em comparação com os homens, o número de mulheres que se relacionaram com pessoas do mesmo sexo, e que foram julgadas pelo Tribunal da Santa Inquisição, foi consideravelmente menor durante a primeira visita do Inquisidor a essas terras. Esse desequilíbrio revela diretamente o viés e a negligência das leis em relação às mulheres e suas sexualidades. Luiz Mott, um dos primeiros estudiosos sobre essa temática na história do Brasil, lança luz sobre esse quesito:

“Se a documentação sobre a história dos sodomitas é rara e lacunosa, as informações sobre o amor entre mulheres são ainda muitíssimas menos numerosas, fragmentárias, quando não inexistentes. Se para os gays masculinos houve um verdadeiro complô do silêncio dos donos do poder e de seus escribas, destruindo-se evidências comprobatórias do amor unissexual entre membros do sexo forte, no caso do lesbianismo a falta de documentos se deve mais à cegueira, indiferença e preconceito dos homens face à sexualidade feminina, considerada assunto de menor importância e indigno de atenção do sexo forte [...]” (Mott, 1987, p. 8).

Vainfas (1989) sugere que esse número pode ser menor devido à discricção com que as mulheres agiam em comparação aos homens. No entanto, não devemos considerar apenas a quantidade de casos, mas também a natureza das penalidades impostas, que tendiam a ser mais brandas em relação às mulheres. Isso nos leva a refletir sobre o papel social das mulheres como sujeitos, visto que os relacionamentos afetivos e sexuais entre mulheres resultaram em menos julgamentos e penalidades violentas, quando comparada ao dos homens, isso ocorreu em grande parte devido à invisibilidade, ao desconhecimento e à desvalorização da sexualidade feminina na época. Essa falta de atenção por parte das autoridades reflete a misoginia enraizada na sociedade colonial patriarcal. Ronaldo Vainfas argumenta ainda que:

As relações entre mulheres adultas mal se distinguiam do cotidiano peculiar que irmanava senhoras, escravas e mulheres livres na troca de segredos, nos mexericos,

nas alcovitagens e, certamente, na preparação de mezinhas de variada sorte. E, por outro lado, a exemplo do que ocorria entre meninos e moleques, muitas nefandices femininas não passavam de experimentos de moçoilas recém-saídas da puberdade, pertencentes aos mais variados segmentos da sociedade colonial (Vainfas, 1989, p. 117).

Percebe-se que, inicialmente, nas primeiras pesquisas historiográficas sobre mulheres que mantinham relações umas com as outras, há uma continuidade na desvalorização desses laços. Tais estudos tendiam a retratar o amor entre mulheres como uma simples consequência da frustração nos relacionamentos com homens. Essa perspectiva reflete uma interpretação da “lesbianidade” como uma reação às normas sociais e às expectativas de gênero predominantes na época. No entanto, essa visão simplificada não leva em consideração a diversidade de experiências e motivações por trás dos relacionamentos entre mulheres, nem reconhece a existência de desejos independentes das relações heterossexuais. Portanto, torna-se crucial questionar essas interpretações tradicionais e explorar a complexidade das relações afetivas e sexuais entre mulheres ao longo da história. Vainfas (1989) continua da seguinte forma:

Uma vez casadas, sobrevinha a decepção, não raro os maus-tratos, e, com certeza, a descoberta de que os maridos pouco ligavam para seus íntimos desejos. Só lhes restava, então, deixá-los e divorciar-se — sempre uma opção extrema; ou, ainda, amansá-los com orações amatórias, conquistá-los por meio de filtros, traí-los com outros homens e, quem sabe, retornar aos nefandos deleites doutroa (Vainfas, 1989, p. 118).

O que se evidencia é a persistência da mesma concepção imposta às “lésbicas” durante o período colonial: a de que a sexualidade feminina estava direcionada exclusivamente para os homens. Como observado, essa perspectiva histórica perdurou até a década de 1970, promovendo justificativas que buscavam negar o desejo mútuo entre pessoas do mesmo sexo.

Por certo que assumir-se lésbica, ou nefanda, durante o período colonial seria um movimento difícil e improvável. Não havia, sequer, identidade, concepção, possibilidade de viver na sociedade colonial assumindo uma relação entre pessoas do mesmo sexo. O motivo é claro: tratava-se de um crime, que poderia levar a morte. Ou seja, era uma existência proibida e tendia a ser apagada da história. Os casos ficavam escondidos, vividos em um cotidiano que ora era diminuído e passado com vistas grossas, por motivos que bem já discutimos: a invisibilidade da sexualidade feminina separada do homem, ora foi escancarado quando o Inquisidor se fez presente a fim de abolir esse mal.

É importante ressaltar também que diante dos tribunais as mulheres acusadas de atos “nefando” e “sodomicos” tenderam a esconder relações, diminuir o número real dos contatos que tiveram com outras mulheres e justificar suas ações como algo passado ou pontual,

reafirmando o posicionamento esperado da sociedade e dos julgadores por defesa própria. Portanto, a análise do documento do Tribunal do Santo Ofício deve ser feita considerando suas entrelinhas, questionando as verdades que estariam escondidas nas pequenas brechas de confissões, visto que o intuito das denunciadas seria diminuir suas penalidades.

Diante desse cenário colonial, muito se tem a considerar sobre as mulheres que assumiam suas relações e seus gostos por outras mulheres, ainda que sem saber ao certo como se nomear ou justificar suas atrações, mas que devem ser lembradas, aqui, como resistentes aos seus desejos e exemplos da validação das suas práticas “lesbianas”. Um dos casos em destaque é Paula de Siqueira, mulher branca e moradora da Bahia, casada com o contador da fazenda. Paula sabia ler e entre suas leituras preferidas estava “Diana”, livro proibido pela Santa Inquisição por narrar um caso entre mulheres. Vainfas levanta esse episódio com a seguinte análise:

Tanto falava sobre Diana, recitando-o para as amigas, que acabaria processada por tê-lo consigo; revelando-se corajosa, Paula desafiaria o visitador dizendo “que não havia razão de defenderem tal livro”, “que tinha muito gosto” de lê-lo, e por sua vontade o leria sempre, não fosse por sabê-lo “quase todo de cor” (Vainfas, 1989, p. 119).

O ponto a se destacar aqui é a coragem com que Paula defende seu gosto pelo livro e o faz diante do Inquisidor. Essa coragem não está apenas voltada na defesa de uma leitura com casos banais, mas defesa de seu gosto por ler casos de práticas sexuais e afetivas entre mulheres, sentimento assumido com grande risco em frente a um julgamento que, inclusive, a denúncia, principalmente por reafirmar seu gosto e desejo fora da norma. Bellini (2022, p. 18) destaca ainda que Paula de Siqueira:

“[...] ela própria procurou o Santo Ofício e contou sobre seu “caso” com Felipa de Sousa, que havia começado dois anos antes “com muitas cartas de amores e requiebros” e presentes que Felipa lhe mandava, o qual teve o seu desfecho no dia em que a recebeu em sua casa e “ambas tiveram ajuntamento carnal uma com a outra”.

Felipa de Sousa, mulher branca, também foi julgada e condenada pelo Tribunal do Santo Ofício nesse mesmo período. Segundo seu próprio depoimento, assume suas práticas diante do Visitador e explica que sempre buscava por mulheres das quais ela sentisse amor e desejos carnavais. Conta ainda que usava de estratégias para se afastar do marido e conseguir dormir com as hóspedes, além de marcar encontros amorosos na igreja. Por todos seus casos assumidos, Felipa foi a condenada que teve maior confissão registrada sobre suas práticas sexuais com mulheres e a que teve a condenação mais severa, entre as 29 julgadas no final do século XVI: “foi presa, sentenciada, açoitada publicamente e, finalmente, condenada ao degredo” (Bellini,

2022, p. 20). Tanto Paula de Siqueira quanto Felipa de Sousa tiveram suas culpas lidas e anunciadas pelas ruas de Salvador como parte da penitência.

As condutas de ambas se distanciam do estereótipo criado sobre as mulheres do Brasil durante o período colonial. Pois se construiu um imaginário acerca das mulheres luso-brasileira como recatas, submissas e presas em seus lares (Bellini, 2022). De fato, esse estereótipo não está totalmente incoerente, é certo que no imaginário social do período, essas eram as características desejadas para as mulheres. No entanto, esses depoimentos nos confirmam que não existia uma universalidade de vivências entre as mulheres e que elas não eram passivas as imposições das normas morais e judiciais. Mas que resistiam para praticarem e seguirem seus desejos. Além disso, nem todas se curvaram aos julgamentos na pressão com o Inquisidor, muitas assumiram suas práticas e enfrentaram com arrogância os emissários (Bellini, 2022).

Outro caso que veio à tona no Tribunal, mas que já tinha gerado comentários na cidade por brigas de ciúmes ocorridas em público, foi entre Francisca Luis, negra forra, e Isabel Antonia, mulher branca. Pelas brigas que vieram a conhecimento dos vizinhos, foram denunciadas ao Santo Ofício. Ambas carregavam a fama de dormirem juntas e utilizarem instrumentos em seus atos sexuais. Em 1580 já haviam sido presas pelo Juízo Eclesiástico e suas condenações foram perdoadas. No entanto, devido ao escândalo que causaram com cenas de violência e ciúme, foram denunciadas ao Visitador e assumiram terem cometido o “pecado nefando” (Bellini, 2022, p. 20-21). Esse caso também nos leva a refletir sobre os posicionamentos das mulheres não eram todos restritos aos lares e que tampouco elas ficavam reclusas e cumpriam plenamente as leis morais destinadas a elas.

Outro ponto que merece destaque neste último caso citado é a relação interracial ocorrida entre mulheres. Não sendo o único sentenciado, visto que, houve a confissão de Guimar Pisçara, mulher branca e Mécia, negra da Guiné. Essas relações foram documentadas pelo Tribunal com relato “de certos jogos de sedução de que participaram escravas e senhoras. São laços pessoais que parecem ter-se sobreposto aos lugares que ocupavam na hierarquia doméstica [...]” (Bellini, 2022, p. 24). Sabe-se que os casos sexuais e amorosos heterossexuais entre escravizadas e senhores não eram incomuns, tampouco nos impressiona a possibilidade dessas relações também ocorrerem entre mulheres. Afinal, as relações de poder das pessoas brancas sob as pessoas pretas no período colonial acarretaram vários tipos de domínios, incluindo os sexuais.

Nos depoimentos e julgamentos das 29 condenadas ao crime de sodomia é importante ressaltar que essas mulheres viveram no território hoje tido como Nordeste brasileiro e que pertenciam predominantemente a classe intermediária da sociedade, “eram, em sua maioria,

esposas ou filhas de artesãos, lavradores, pequenos proprietários de terra; brancas vindas de Portugal e mestiças; livres, encontrando-se no conjunto estudado três escravas negras” (Bellini, 2022, p. 17-18).

Dessa forma, o julgamento do Santo Ofício representa também um importante documento que dá voz a existências históricas que são geralmente pouco consideradas, visto que a ordem patriarcal estabelecia o poder ao homem cis branco da elite. E, nos depoimentos gerados, observa-se a validação das falas de mulheres, negras e da classe média e baixa. Além disso, temos como principal destaque, as mulheres que ousaram se relacionar com outras em um contexto histórico de perseguição e violência contra essa prática. Desse modo:

Paula, Felipa, Francisca, Isabel, Guiomar, Catarina, entre outras, o que têm em comum é terem posto em prática o que desejavam em certos momentos, e assim fazendo tornaram-se alvo da vontade dos inquisidores de desvendar e punir seus atos não submissos aos códigos vigentes (Bellini, 2022, p. 27).

Explorar as relações afetivas e sexuais entre mulheres durante o período inicial da formação do Brasil é buscar compreender as possibilidades de interação que elas poderiam ter entre si. No entanto, é difícil estimar quantas dessas relações passaram despercebidas e quantas conseguiram existir em formatos alternativos. Ao investigar o que consideráramos uma relação “lésbica” no período colonial brasileiro, deparamo-nos com a invisibilidade da sexualidade feminina, submetida a uma repressão intensa em um contexto em que o prazer sexual era atribuído à malícia e visto como contrário à pureza e doçura associadas à mulher honrada. Sob a ordem patriarcal, o prazer sexual não era considerado uma prerrogativa feminina.

Nesse cenário, o relacionamento entre mulheres podia ser tanto um espaço de liberdade sexual e expressão de desejos, quanto um terreno delicado, sujeito a restrições. Dessa forma é possível pensar que essas interações podiam envolver paixões e trocas carinhosas, mesmo sem a ocorrência de relações sexuais. Porém, essa distinção se torna complexa na pesquisa histórica: como determinar se uma relação era meramente afetuosa entre amigas ou se transcendia para uma dimensão amorosa e íntima?

Para além das comprovações oficiais que obtemos com o Tribunal do Santo Ofício, o objetivo aqui é pensar os possíveis formatos de relacionamentos entre mulheres que chegariam próximos ao debate sobre se tratar de uma relação amorosa ainda que não consigamos provar a existência de trocas sexuais ou que talvez essas trocas nem tenham ocorrido, visto que a demonização dessa ação poderia agir como uma pressão social. Luiz Mott, compactua dessa ideia levantando a suspeita de que:

“[...] Apesar da história registrar alguns casos de lésbicas mais afoitas em realizar seus impulsos libidinosos, boa parte das mulheres homossexuais do passado talvez não tenham se permitido intimidades eróticas; com suas amadas, tamanha a repressão e o controle a que estavam submetidas” (Mott, 1987, p. 15).

Abrir esse leque seria permitir uma discussão profunda e talvez, frágil, a cerca de qual seria a linha tênue que lançaríamos para determinar e diferenciar as relações fraternas das amorosas. Mas o fato é que a norma heterossexual deve ser vista como o primeiro impedimento das mulheres “lésbicas” poderem experimentar e existirem enquanto tais. E, por mais que a análise dos documentos nos impeça afirmações precisas sobre a sexualidade de várias mulheres que passaram pela nossa história, é preciso entender a composição de ações e trocas.

Por exemplo, Conventos e Casa de Recolhimento também se tornaram espaços com boatos e notícias a respeito de casos de relações sexuais e afetivas femininas. O fato é que embora seus relacionamentos com outras mulheres tenham existido ou não, a ideia de ruptura com a imposição heterossexual, estava presente quando algumas mulheres escolhiam isolar-se – ainda que dentro dos domínios sistemáticos do período – a vivenciar um casamento e compor uma família tradicional. Tal é a comprovação dessa existência que, inclusive, havia casas de Recolhimento que direcionavam no trato das mulheres desviantes, as quais tinham ações consideradas irregulares. Esses espaços serviam como solução para a honra das famílias e para justificar um direcionamento sobre essas mulheres que não obedeciam a chamada “ordem natural” da vida. Era, na verdade, uma prisão política. No entanto, muitas preferiam ao invés de estarem presas naquilo que nomeavam por elas de lares.¹⁰

A partir de meados do século XVII, os registros que documentam relações afetivas e sexuais entre mulheres se tornam escassos. Isso se deve, em parte, às dúvidas que já existiam sobre a capacidade das mulheres de praticarem a sodomia. Por conseguinte, o Tribunal da Santa Inquisição chega à conclusão de que não tem jurisdição sobre as relações amorosas e sexuais entre mulheres. Como nos afirma Mott:

“Com a alforria do lesbianismo, ficaram as tríades luso-brasileiras livres do medo da fogueira, perdendo os historiadores as principais fontes documentais para o estudo homoeróticos desta minoria sexual. Melhor para nossas antepassadas, pior para os pesquisadores [...]” (Mott, 1987, p. 31).

Deixar de serem julgadas e condenadas a fogueira pode ser considerado um avanço, afinal, deixava de ser crime de responsabilidade do Tribunal do Santo Ofício. No entanto, a

¹⁰ Mott (1987, p. 31-34) em sua pesquisa sistemática, traz exemplos de casos de relações amorosas/sexuais entre mulheres, durante o período colonial, que ocorreram nos Conventos e Casas de Recolhimento.

ideologia cristã católica permanecia firme e o julgo social determinante nas condenações e exclusões sociais. Além disso, outras instâncias judiciais poderiam julgar ações sexuais entre mulheres. E, na verdade, a ausência de documentação representa muito mais o não-lugar das mulheres “lésbicas” e sua cultura de apagamento histórico. Permanecia, na colônia brasileira, o silenciamento dos casos de práticas sexuais entre mulheres, afinal, ainda estava presente o medo desses casos “mancharem” os nomes das famílias. Se da fogueira (na qual muitas vezes se queimava junto com a herege, sua condenação, para que não houvesse pistas) elas estavam livres, outras vias ainda amedrontavam e oprimia a sexualidade entre mulheres. O objetivo era sempre que nada restasse de suas ações e em memória.

1.3. Lesbianidades: a doença

A relação entre mulheres retorna aos documentos e registros para possíveis escritos históricos séculos depois. Durante o século XIX, o poder amedrontador da Igreja Católica está em declínio e sua influência permanece mais em resquícios morais e ideológicos do que em espaços políticos e judiciais, se comparado aos séculos anteriores. Paralelo a isso, outras fontes de conhecimento se destacam como a Medicina e o Direito. De uma maneira geral, a Ciência abarca o espaço público e privado, do Estado à vida cotidiana. Sua influência passa a determinar os conceitos de verdade (Oliveira, 2015).

Nesse cenário, o fazer do conhecimento permanece na mão dos homens, tal como o domínio e as normas sobre o corpo da mulher. Os comportamentos femininos e sua sexualidade tornam-se temas estudados pela ciência masculina, carregada de morais cristãs e, portanto, misóginas e heterossexistas.

Nesse contexto, as relações entre pessoas do mesmo sexo são submetidas a estudos médicos e frequentemente retratadas como formas degenerativas da sexualidade (Oliveira, 2015). As concepções morais cristãs continuam a influenciar, impondo uma visão binária da existência, na qual a mulher é considerada um ser inferior destinado a encontrar significado na vida ao lado de um homem. Este último é percebido como o único capaz de estabelecer normas e moldar a vida em sociedade com base em suas condições racionais e psíquicas. Dessa maneira, o desejo sexual entre mulheres é muitas vezes interpretado como um desvio de conduta, associado a questões de saúde e moralidade.

Nesse sentido, a homossexualidade sai da ótica do discurso do pecado ou crime, como fora nomeada em séculos precedentes, e passa a ser concebida como doença. Mas, não qualquer tipo de doença física; ela era vista como doença mental, e, portanto, deveria ser submetida a tratamentos distintos entre os quais a hidroterapia, eletricidade e sugestão hipnótica. Todos os tratamentos deveriam estar sob os cuidados de um

especialista – o médico psiquiatra – cujo objetivo final seria proporcionar a cura ao degenerado (Oliveira, 2015, p. 9).

As mudanças no campo político com a chegada da Família Real Portuguesa, no início do século XIX, configuram uma nova rotina nos novos polos econômicos, os quais se deslocam definitivamente para o Sudeste. No meio cotidiano, os prazeres relacionados a vida nas capitais passam a tomar outra forma para a elite que se estabelecia. Com o surgimento de novas áreas de entretenimento e diversão como cafés, restaurantes, praças e salões de festas, as mulheres brancas passam a estabelecer um novo formato de vida social, mais urbana, menos enclausuradas em suas grandes fazendas (Napolitano, 2005). Embora as leis que passam a reger o país diretamente com o rei em território carreguem o mesmo conservadorismo cristão católico.

Essa vida urbanizada, a qual gerava ainda mais movimento de rua a elite, visto que até então as ruas e pequenos centros eram destinados a escravizados, prostitutas e degenerados, passa a ser preocupação do Reino. Os amontoamentos de casas pobres são expulsos do centro e a proposta de higienizar o espaço urbano se torna uma questão para o Estado. Este, ao longo do século XIX, se apoia na Ciência e na Medicina para travar os novos caminhos sanitários. Isso significa que os médicos passam a ganhar um destaque singular na visão dos donos do poder (Napolitano, 2005).

Era preciso na proposta higienizadora, calcada nos estudos medicinais, interditar os caminhos que levavam a doenças e o percurso trilhado alçava ideias de cuidado com as relações sexuais que, nesse formato, enfatizava a importância de os maridos restringirem seus atos sexuais às suas esposas e, estas, deveriam se responsabilizar pelo cuidado da saúde dos filhos (Napolitano, 2005). Observa-se que a família é posta como a base do controle sanitário, em uma distribuição desigual de responsabilidade no equivalente a gênero e a perpetuação do formato único de relacionamento afetivo-sexual: a cisheterossexualidade.

O formato de pensamento e consistência do meio social impera a ideia de ciência como sinônimo de progresso, sem uma análise aprofundada às questões morais que se repetiam com novas justificativas. A família composta por pai, mãe e filhos era o que se via como meio de manter o controle populacional e a salubridade dos espaços.

Aqueles que não aderissem ao caminho prescrito pelo espaço social seriam frequentemente marginalizados e excluídos de sua essência, configurados como anormais. Naturalmente, as relações que divergissem da heterossexualidade seriam colocadas fora desse espaço social padrão, vistas como uma ameaça à naturalização dos corpos.

Não tardou, dentro desse cenário, os médicos deslocarem as relações homossexuais para um viés doentio e assim perpetuar teorias e experimentos na evidência da cura. Conforme Mott afirma:

[...] As safistas loucas e viciadas mereciam na pena dos cientistas palavras e tratamentos menos indulgentes, posto imaginarem que pode-las-iam curar seja com tratamento hormonal, seja com choque ou terapia química (Mott, 1987, p. 45).

As teorias médicas científicas abordavam diversas questões relacionadas ao corpo da mulher, buscando justificar o desejo e a prática sexual entre mulheres por meio de disfunções hormonais, incluindo a menstruação. Além disso, essas teorias sustentavam a crença de que tais disfunções poderiam estar associadas a problemas de ordem mental, como a histeria. Oliveira (2015) nos afirma que: “Para o médico Luiz de Paula, a lesbianidade estava relacionada a problema mental específico – a histeria – pois nela, a imaginação é desregrada e superexcitada, como em todos os outros degenerados [...]” (p. 9).

O que podemos ver é que se altera o lugar de origem para a explicação do desejo “lesbiano”, mas esse desejo permanece sendo símbolo de erro, deformação, ojeriza e agora, doentio (Napolitano, 2005). Analisar esse período da história como um momento de evolução preconizando que as mulheres que se relacionavam com outras não teriam mais medo da fogueira é erroneamente otimista, visto que poderiam estar sujeitas a tratamentos psiquiátricos irreversíveis, causadores de dor e sofrimento

Apesar do desenvolvimento da Medicina ter se fundamentado em questões científicas, visando se distanciar das influências de fé e crença e, adotando um discurso de neutralidade científica, as questões morais remanescentes do cristianismo ainda serviam de pano de fundo para os autores dessa ciência progressista que se estabelecia no Brasil. Imbuídos de ideais misóginos e machistas, esses pesquisadores construíam estudos em conformidade com seu contexto, naturalizando mais uma vez as relações heterossexuais como normativas e saudáveis, enquanto atribuíam erroneamente, através de recortes científicos distorcidos, o rótulo de doença às relações homossexuais. Buscavam-se justificativas para todas as ações que não eram moralmente aceitas, partindo do pressuposto de que o corpo da mulher era biologicamente inferior e sujeito a descontroles hormonais e sexuais. Assim:

Para o médico Pires de Almeida, a masturbação, ou onanismo, era responsabilizada por diversos males, como inflamação na vagina e, era a partir dela, que se davam as relações lésbicas, denominadas de clitorismo a dois, que poderiam ocorrer através do safismo e do tribadismo onde não haveria penetração vaginal e, por isso, essa prática era comum entre virgens, porque não punha em risco o perigo da perda da castidade (Oliveira, 2015, p. 9-10).

Observa-se também que as justificativas repetem as mesmas utilizadas pelos inquisidores: as relações entre mulheres eram atribuídas ao medo de perder a virgindade, à frustração com relacionamentos masculinos e à influência de literatura. O que se acrescenta para endossar a violência contra mulheres que se relacionam com outras são os desregulamentos menstruais e os distúrbios psíquicos, como a histeria.

Os discursos morais e higiênicos se retroalimentaram. O corpo da mulher ainda seria alvo de vários debates, os perfis morais que as estereotipavam garantiam seu lugar inferior e sua função principal seria gerar proles, além da uniformização de ideias sobre a naturalidade da criação dos filhos. Não foi difícil colocar as relações sexuais entre mulheres como não saudáveis, contrário ao sanitarismo, visto que já exibia a ideia (inclusive foi esta que endossava as pesquisas) do erro antinatural da sexualidade entre pessoas do mesmo sexo.

Surge, nesse contexto, a crença na possibilidade de cura. Uma vez que a homossexualidade foi considerada uma doença, naturalmente esperava-se uma cura. Por isso, não é surpreendente que violências ocorressem durante esses experimentos. Os médicos adentravam as residências, utilizando seus conceitos biológicos para impor verdades morais (Napolitano, 2005). Sua voz passava a ter um valor inquestionável, sendo vista como a voz da Ciência, respaldada pelos detentores do poder. Napolitano nos conta que:

A mulher oitocentista foi encontrando no “doutor” uma figura confiável de homem, da mesma maneira que a do marido e a do padre, confessando-lhe doenças, dores, intimidades do corpo e da sua vida em geral, em suma, ela fez dele alguém em quem ela podia confiar (Napolitano, 2005, p. 53).

Nota-se que não são poucas as continuidades históricas que reafirmam e atestam os lugares de poder entre os gêneros. Muda-se os termos de safistas para clitoristas, como se tirasse do lugar histórico-cultural e usasse uma linguagem biológica científica, a qual não se valeria por crença, mas por verdade atestada no progresso do conhecimento.

A visão psicológica e médica redireciona o sujeito desviante da norma para uma categoria a ser estudada e “curada”. Ao contrário dos julgamentos dos séculos anteriores, que condenavam a prática de atos proibidos, como relacionar-se com alguém do mesmo sexo, a partir do século XIX começou-se a questionar quem era esse sujeito e os métodos para estudá-lo, visando compreender suas capacidades e características (Bellini, 2022).

O debate sobre as relações entre mulheres serem vistas como erro e patológicas só ganha outra narrativa a partir da década de 1960, quando a opressão vivenciada por grupos minoritários emerge, levando os discursos acadêmicos e os movimentos sociais a se tornarem espaços de reflexão e debate sobre diferentes formas de existência. Vale ressaltar a crescente

importância dos grupos feministas nesse período, bem como a participação ativa das lesbofeministas, que começam a explorar e reivindicar espaços para discutir suas próprias experiências. Esse período será explorado com mais profundidade nos próximos tópicos.

É interessante notar que ao visualizar esse passado violento, colocamos um espelho diante dos discursos atuais. O lugar moralmente negado às mulheres lésbicas ainda é justificado por frases como "você precisa conhecer um homem de verdade", "esse desejo é tentação do demônio, não é de Deus", "cura gay", entre outras. Essas afirmações são comumente proferidas e ouvidas no cotidiano, perpetuando ideias opressivas da binaridade, mesmo que o sufixo "-ismo", que denota uma condição patológica, não seja mais aceito desde a década de 1990, quando se fala sobre homossexualidade.

A reflexão sobre o passado, especialmente acerca das memórias que foram apagadas, permite-nos compreender os formatos sociais presentes e reconhecer o direito de existência dos sujeitos que foram violentados ao longo da história. Isso nos possibilita a construção de um presente mais inclusivo e vivo.

1.4. Saída do armário: Movimentos lesbofeministas em ação

“Pela primeira vez na história deste país, um grupo de mulheres se reúne para falar e escrever acerca de sua homossexualidade. Aquelas mulheres sempre esquecidas, negadas e renegadas, exatamente por não se submeterem aos papéis que a sociedade machista impõe como seus papéis naturais, no mês consagrado por essa mesma sociedade à função “sublime” das mulheres, pedem a palavra e descem o verbo.” (Martinho, 2019, n. p.).

Esse é um trecho da primeira matéria jornalística escrita por mulheres lésbica, sobre lesbianidades e publicado no Brasil, com objetivo de falar de suas existências, o ano foi 1979. O existir das mulheres lésbicas no Brasil veio atrelado aos movimentos sociais, mais especificamente, aos movimentos surgidos no período da Ditadura Civil-Militar. Lutavam contra a censura e todos os formatos de violência às existências diferentes da heteronorma.

Foi na militância lésbico-feminista da década de 1980 a primeira vez que as mulheres lésbicas conseguem espaço dentro da sociedade brasileira para falarem de si, se colocarem em perfil de orientação no mundo, diferente do padrão normativo.

No contexto ditatorial, estabelecer seus espaços era um desafio significativo devido à discriminação social em relação ao formato de relacionamento e identidade que as lesbianas

ativistas enfrentavam. Na década de 1970/1980, essas mulheres ativistas que, ao preferenciar chamar assim não para diminuir as mulheres que se relacionavam com outras em tempos anteriores, mas sim para nomear a identidade que elas próprias estabeleceram, precisavam se valer da força militante para reivindicar seus direitos em meio à restrição da liberdade e à emergência de representantes que não se enquadravam nas normas padrão estabelecidas pela política conservadora, fundamentada nos valores cristãos dos brancos heteronormativos.

É importante entender que, no contexto do Ocidente branco, a imposição da homossexualidade tem sido fundamental para o domínio sobre o corpo feminino, estabelecendo a procriação como o mandamento natural do ser mulher. Essa imposição, por sua vez, tem resultado na restrição das vivências de gênero e sexualidade, limitando as diversas expressões identitárias. Diante dessa predominância etnocêntrica, relacionamentos amorosos e sexuais entre mulheres emerge como resistência ao sistema imposto, uma radicalização revolucionária.

A resistência surge a partir de relações íntimas entre mulheres, que desafiam a dominação masculina e rejeitam a necessidade de aprovação e validação dos homens. Essas relações amorosas e sexuais entre mulheres se tornam uma força catalisadora para a libertação e empoderamento individual, abrindo caminho para a afirmação autônoma e a redefinição de papéis e narrativas de gênero.

Durante a Segunda Onda Feminista, nos anos 1960, a categoria de gênero emergiu como uma forma de desafiar a noção de que os papéis masculinos e femininos eram inerentes e naturais. As discussões passaram a reconhecer que esses papéis eram construções sociais impostas pela sociedade, estabelecendo uma hierarquia na qual os homens ocupam uma posição superior às mulheres. Nesse sentido, as mulheres são subjugadas pelos homens dentro de uma estrutura machista, e é a partir dessa posição subalterna que elas passam a comunicar o lugar sociocultural ao qual foram submetidas e a categorizar o gênero.

Dentro do Movimento Feminista, as lésbicas começaram a difundir questões relacionadas aos seus próprios modos de ser e de se autodefinir, desafiando as normas de gênero predominantes no mundo Ocidental. Além disso, levantam questão a respeito de suas diferenças em relação as feministas homossexuais e ao próprio movimento que, muitas vezes, reproduzia a norma heteronormativa. Para tanto, grupos de mulheres lésbicas se deslocam dos movimentos feministas, ainda que compartilhem e abracem diversas lutas, e criam seus próprios movimentos.

É a primeira vez que vemos no Brasil uma organização pública, apesar de várias censuras e opressões que sofrerão durante a ditadura (1964-1984), de mulheres lésbicas. Formada por elas, discutindo as questões relacionadas a lesbianidade e voltadas para esse público. Por isso, essa parte do capítulo é posta como “saída do armário”, expressão que se populariza nesse mesmo período. A ideia do "armário" surgiu como uma analogia para descrever o ato de esconder a identidade sexual não-conforme. O armário, nesse sentido, representa o segredo, o medo de ser rejeitado ou mal compreendido, e a pressão social para se conformar às normas heterossexuais. "Sair do armário" refere-se, então, ao processo de coragem e autenticidade, em que uma pessoa decide revelar sua orientação sexual à família, amigos e à sociedade em geral, buscando aceitação e a vivência plena de sua identidade.

1.4.1. Contexto histórico: Ditadura Civil-Militar no Brasil

A partir de 1964, teve início no Brasil o período histórico conhecido como Ditadura Civil-Militar. Esse regime autoritário foi resultado de uma série de eventos políticos internacionais, como a Guerra Fria e a consequente influência exercida pelos Estados Unidos sobre os países latino-americanos, fundamentada na argumentação do perigo iminente do avanço comunista. Nesse contexto, os conservadores brasileiros encontraram uma oportunidade favorável para assumir o poder de forma autoritária, alegando a necessidade de preservar uma suposta ordem que, segundo eles, estava ameaçada pela ascensão da contracultura e o fortalecimento dos movimentos sociais que representavam as minorias.

Ao longo dos primeiros dez anos da ditadura, os órgãos estatais brasileiros passaram a agir com violência política contra aqueles que eram contrários aos princípios determinados pelo conservadorismo. Como dito, os defensores dessa ideologia argumentavam que a disseminação de novas ideias, valores e práticas sociais comprometia a estabilidade e os valores tradicionais da sociedade. Além disso, as críticas direcionadas ao poder econômico concentrado nas mãos de grandes empresários e proprietários de terras eram vistas como uma ameaça ao *status quo*.

Os órgãos do Estado brasileiro empregaram medidas repressivas e violentas para reprimir e silenciar os opositores políticos, perseguindo indivíduos e grupos que se manifestavam contra as diretrizes conservadoras estabelecidas. Essas ações visavam preservar a ordem social e econômica conforme defendido pelos conservadores, restringindo assim a liberdade de expressão e outros direitos civis fundamentais.

Na verdade, não é a primeira vez na história do Brasil que a censura se faz presente. Desde o início da colonização esse formato foi institucionalizado, de diferentes maneiras, com

pretensão de estabelecer o modelo da norma do homem branco. Em diversas camadas da sociedade esse modelo é mantido e a censura é uma de suas ferramentas mantenedoras. Refere-se ao ato de restringir, controlar ou suprimir informações, expressões ou obras consideradas inaceitáveis, ofensivas, perigosas ou contrárias às normas estabelecidas por uma autoridade governamental, religiosa ou social. Pensando no século XX, a censura ganhou destaque em regimes ditatoriais, que não de maneira inédita, passam a reprimir pensamentos e produções que fogem a lógica dominadora. Músicas, peças teatrais, obras literárias, bares são exemplos que produções e espaço que a censura atuou diretamente durante o regime.

Se a manutenção conservadora era posta como o formato moral que impediria o Brasil de viver um golpe comunista, os movimentos e as pessoas que ameaçassem esse conjunto de ideias moralizantes deveriam ficar ocultos, não divulgados e seus produtores, silenciados, por vezes através da tortura.

A escritora Cassandra Rios foi um grande exemplo a respeito da censura no período da ditadura. Através de suas obras, Cassandra buscou explorar a sexualidade feminina e desafiar os tabus da época, retratando relacionamentos homoafetivos e personagens femininas independentes e sexualmente assertivas. Sua abordagem ousada e corajosa rendeu-lhe perseguição e censura.

Segundo Fernandes (2023, p. 204):

“Durante o período da ditadura militar, trinta e seis de suas obras estavam censuradas, foram 26 anos de perseguições judiciais, intimida da Primeira até a Nona Vara Criminal. Chegou a ser condenada a um ano de prisão, mas, como tudo ocorreu à revelia, o advogado da editora dos livros, quem naquele período descobriu que existia essa ordem de prisão contra Cassandra, lutou para obter o encerramento do caso, e assim ela não conheceu a prisão. Contra o seu livro *Eudemônia*, foram abertos dezesseis processos. A partir desse livro, também foi escrita uma peça de teatro, mas foi proibida. Com exibição no Teatro de Alumínio, com a casa lotada, a peça não chegou nem ao fim do primeiro ano.”

Uma das medidas tomadas para institucionalizar essa repressão foi a Doutrina de Segurança Nacional, criada pela Escola Superior de Guerra (ESG), em 1968. De acordo com o site “Memórias da Ditadura”:

A Doutrina de Segurança Nacional foi um decreto elaborado pela Escola Superior de Guerra que permitiu ao regime ditatorial perseguir e eliminar os “inimigos internos”, ou seja, aqueles que eram considerados pela ditadura como ameaças à ordem estabelecida por questionarem e se oporem ao regime autoritário. A Doutrina surgiu na esteira da perseguição aos comunistas, no contexto da Guerra Fria, no entanto permitiu que não apenas comunistas e opositores fossem perseguidos, mas muitos

outros que foram considerados “inimigos da nação” ou “ameaças à segurança do país”.¹¹

Ou seja, os “inimigos da nação” estavam dispostos em todos os lugares e espaços que não dentro do padrão conservador já citado. Os perseguidos pelo Regime eram não apenas os envolvidos diretamente com uma política comunista. Duarte (2017, p. 19-20), nos ajuda a esclarecer as amplitudes do que era considerado “ameaça” pelo regime:

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) sobre a qual se construíram as linhas de ação ditatoriais defendia que os antagonismos e pressões externas ou internas provocados pelo “inimigo” poderiam assumir diversas naturezas (política, econômica, psicossocial, militar) e formas (violência, subversão, corrupção, tráfico de influência, infiltração ideológica, domínio econômico, desagregação social ou quebra de soberania).

Portanto, ao analisar o contexto das mulheres lésbicas durante esse período ditatorial, podemos perceber que isso reforçava os estigmas morais conservadores, que por sua vez levavam à exclusão e ao repúdio dessas mulheres, consideradas desviantes das normas estabelecidas. Vale ressaltar que esses estereótipos não foram criados nesse período específico, como visto neste capítulo, desde a colonização europeia e a formação política da branquitude na construção do Brasil, a heterossexualidade era a única forma aceitável de vivência social. As relações homossexuais eram vistas como pecaminosas, sendo associadas ao mal pela concepção cristã. Posteriormente, essas práticas foram consideradas patológicas pela Ciência, resultando em formas violentas de eliminar comportamentos desviantes da heterossexualidade.

Na ditadura essas versões são reeditadas, declara insanas, pornográficas, as quais necessitavam de intervenção por ameaçar a moral dos conservadores. A censura é ativada institucionalmente como o processo direto para preservação do formato estrutural dos mantenedores do poder: homens, brancos, héteros, elitistas, cristãos e capitalistas. É importante ressaltar que houve, também, movimento das mulheres brancas, classe média e alta, formadoras dessas manutenções. De fato, o golpe ocorrido em março de 1964 contou com mobilizações femininas na defesa da família de caráter anticomunista (Duarte, 2017).

As Marchas da Família com Deus pela Liberdade, ocorrida em diversos territórios do Brasil, inclusive antecessoras a tomada de poder e marcada historicamente como o movimento claro pró-golpe, é uma evidência clara que o Regime Civil-Militar que viria a se instalar no

¹¹Memórias da Ditadura. Doutrina de Segurança Nacional. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/saibamais/doutrina-de-seguranca-nacional/>. Acesso em 26 jun. 2023.

Brasil era marcado ideologicamente por questões morais e que estas objetivavam manter e fortalecer o discurso conservador heteronormativo.

Nesse sentido, a degradação moral era vista pela Doutrina como uma das armas usadas pelos comunistas para desagregar a sociedade, tornando-a campo fértil para a disseminação de suas ideias. Não só o ideário golpista, mas os governos militares alimentavam-se, nesse aspecto, de elementos do imaginário anticomunista brasileiro disseminado a partir da segunda década do século XX que via, nas ideias comunistas, entre outras coisas, um risco à preservação da moral sexual e da estrutura familiar (Duarte, 2017, p. 20).

Logo se confirma que a construção política, social e econômica do Brasil durante a década de 60 e 70 era pautada no fortalecimento e retomada do conservadorismo no poder, pois a manutenção conservadora era reafirmada no estabelecimento rígido de uma ditadura. A caça aos comunistas era, na verdade, uma ampliação vasta de perseguição aos que ameaçavam a conduta e a estrutura dos permanentes poderosos e descendentes dos mesmos no país: herdeiros dos donos das terras, dos lares e das mulheres.

Esse discurso da ameaça comunista, que se espalhava pelo Ocidente vinculado aos Estados Unidos, foi apropriado no Brasil para silenciar as minorias que “ousaram” a partir dos anos 50 e início dos 60 a fortalecer o movimento de contracultura que vinha ganhando manchetes e divulgações, mas já incomodava os apropriadores construtores das normas sociais. Não é surpresa, diante desse cenário, o discurso discriminatório aos homossexuais: “inimigos mortais” da família tradicional, os pervertidos pecadores, desmoralizantes e doentes. Nas palavras de Benjamin Cowan, “[...] a homossexualidade, como movimento visível que se preocupava com assuntos de direitos e identidade, pareceu parte de um complexo de desvios sexuais, culturais e morais que trariam o triunfo da subversão” (Cowan, 2023, p. 39).

E continua:

[...] esta perspectiva apareceu, também, nas principais instituições e publicações do próprio regime, onde teóricos e mesmo forças de segurança viam no desejo homossexual uma tática de guerra revolucionária (o nome doutrinário que os teóricos da contrassubversão deram à espécie de guerra supostamente criada pelos comunistas para destruir o Ocidente) (Cowan, 2023, p. 39-40).

Durante a ditadura, outro estigma que ganhou força foi o patologizante, enraizado nos fundamentos do século XIX. Estes fundamentos, longe de terem sido superados, persistiam na sociedade. Diante do surgimento de um movimento conservador que adotava ideais heteronormativos como seu lema político e estabelecia um aparato repressivo institucionalizado, houve um estímulo à realização de pesquisas médicas e ao trabalho de

pesquisadores que classificavam as identidades divergentes como doenças. Esse contexto proporcionou um terreno fértil para o fortalecimento da discriminação e para a supressão de indivíduos que não se conformavam às normas estabelecidas. As crises morais fundamentaram a justificativa política da ditadura, apoiadas por grupos médicos. Julia Kumpera (2021, p. 44) traz detalhes sobre esses atuantes:

“Entre as parcerias civis e militares no âmbito da ESG, destaca-se a atuação do psiquiatra Antonio Carlos Pacheco e Silva (1898-1988), amigo de longa data do primeiro general presidente, Castello Branco. Formado em neuropsiquiatria, Pacheco e Silva trabalhou em importantes hospitais psiquiátricos no começo do século XX: em 1921, tornou-se diretor do Hospital de Juquery (Franco da Rocha-SP) e em 1929 participou da fundação do Sanatório Pinel (Pirituba-SP). Na mesma década, realizou viagens de estudo aos EUA e à Europa, a convite da Fundação Rockefeller, a fim de aprofundar seus conhecimentos médicos. Ademais, atuou ativamente na Liga Brasileira de Higiene Mental, uma das diversas entidades civis que, baseada em princípios eugenistas e na medicina social, se propunha a moralizar a sociedade.”

Apesar dos ataques e da perseguição direcionados à identidade e às pessoas homossexuais, é importante ressaltar que elas e eles não desapareceram, como nunca ocorreu ao longo da história do Brasil. A resistência sempre esteve presente. Durante o período da ditadura e da censura, as mulheres lésbicas não apenas estavam presentes, mas também se organizaram ativamente para preservar suas existências e conquistar avanços, buscando brechas dentro do contexto adverso.

Convém enfatizar que os vinte anos de ditadura civil-militar são contraditórios no aspecto analisado. Pois, apesar da censura ter ganhado força nas produções artísticas e culturais e da Lei da Segurança Nacional fortalecer a visão conservadora de apagamentos das lésbicas, gays e transexuais/transgêneros,

“Curiosamente, é também nesse período que se verificam mudanças importantes na sociabilidade LGBT no Brasil. Do ponto de vista da diversão e do entretenimento, surgiram boates e casas noturnas, no Rio de Janeiro e em São Paulo, dirigida especialmente para um público homossexual. Passou a haver maior visibilidade dos espaços públicos frequentados por gays e lésbicas nos principais centros urbanos” (Green e Quinalha, 2023, p. 26).

E é luz sobre esse momento histórico, dentro da perspectiva de resistência, que propusesse trazer a primeira organização de mulheres lésbicas independentes de outros movimentos sociais, que alcançou grande visibilidade no país. Falando de si, em busca de outras, com desejo de existirem na sociedade como seres pertencentes a condição de sujeitos livres, inclusive, pautando uma luta que já estava presente em seu formato de existir: a defesa da democracia.

1.4.2. GALF: Um lugar de liberdade

O Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF) foi um dos grupos pioneiros no ativismo lésbico no país e teve um papel importante na luta pelos direitos das mulheres e pela visibilidade lésbica. O grupo tinha como objetivo principal promover a conscientização sobre as questões específicas enfrentadas pelas mulheres lésbicas e combater a discriminação e o preconceito baseados na orientação sexual. Além disso, o GALF buscava questionar as estruturas heteronormativas da sociedade, defendendo a igualdade de gênero e a liberdade sexual.

Antes da formação do GALF (história que será detalhada em seguida), o movimento lésbico se formou dentro do Somos, que foi o primeiro grupo reconhecido no âmbito de luta política na defesa dos homossexuais que surgiu no Brasil, final da década de 70. No contexto político ditatorial, de uma forma geral, os movimentos sociais dialogavam com a luta democrática, quando não, tornavam-se polêmica na própria esquerda, a qual defendia que deveria haver uma união entre os movimentos em prol de um movimento maior: a luta contra a ditadura civil-militar e a burguesia. Fernandes (2023, p. 202-203) esclarece que:

A dificuldade inicial encontrada por esse primeiro grupo de lésbicas organizadas foi estar diante de um estado político militar, de direita. Assim, as lutas para a promoção da visibilidade, respeito, a expressão da sexualidade lésbica e por justiça, bem como contra a opressão social e política, nasceram de forma inseparável da luta por liberdade e contra a ditadura. A segunda dificuldade foi o enfrentamento com outra forma autoritária de se fazer política, a da esquerda ortodoxa, que não compreendia que a urgente necessidade de se pensar a sexualidade, o racismo, o machismo e o patriarcado, conjuntamente com as demais causas sociais, era um instrumento fundamental para a mudança da estrutura social e o fim da opressão existente.

Essa complexa rede dos movimentos que defendiam grupo minoritários de direito, os quais estavam sob ameaça e opressão constante, se identificavam enquanto grupos marginalizados socialmente, mas mantinham diferenças significativas em suas essências o que traziam fartas discussões antagônicas. Era preciso consolidar forças na defesa da democracia, ao mesmo tempo que, para isso, era preciso solidificar existências e redes invisibilizadas, existir enquanto corpo, encontrarem-se em seus diversos pares.

Nessa dicotomia entre homogeneizar para fortalecer e heterogeneizar para criar existências a berlinda foi posta para as mulheres lésbicas que, pela primeira vez na história do Brasil, embasadas em estudos e novas discussões em âmbitos internacionais, que as lésbicas do Grupo Somos decidem criar um subgrupo, Grupo Lésbico-Feminista (LF) em 1979. Essa

formação se deu, segundo Míriam Martinho¹², logo após o lançamento da primeira matéria feita por lésbicas para debater questões cruciais às lesbianidades no final dos anos de 1970. A matéria foi solicitada por um importante jornal alternativo, *Lampião da Esquina*, que debatía temas polêmicos referentes a homossexualidade, voltada para o público gay, e, na sua 12ª edição teve como matéria de capa “Amor entre Mulheres” (Martinho, 2019).

Figura 1- Capa do Jornal Lampião da Esquina



Fonte da imagem: Acervo Um Outro Olhar (Martinho, 2019), imagem da capa do jornal *Lampião da Esquina* que conteve a matéria sobre mulheres lésbicas em 1979.

A necessidade de falarem sobre si era eminente, como afirma Fernandes (2023, p. 216), a respeito do pedido para escrita dessa matéria:

“[...] convidaram as integrantes do LF a escreverem um artigo sobre lésbicas. Imediatamente, o convite foi aceito, pois até aquele momento a vivência lésbica só era tratada pela imprensa como uma patologia ou nas páginas policiais”.

Após o lançamento dessa matéria e formação do LF, o subgrupo passa a participar de reuniões e congressos que debatam as questões lesbianas e femininas. A partir de debates e levantamento sobre as questões das mulheres, o subgrupo se aproxima do Movimento Feminista, onde já existiam pontes, visto que as muitas lesbianas militantes tinham no

¹²Míriam Martinho é uma das fundadoras dos primeiros movimentos lésbicos existentes no Brasil, mais especificamente em São Paulo. Sua contribuição à militância lésbica é singular, pois ela esteve à frente de diversas lutas e escritos. Atualmente administra a páginas “Um Outro Olhar”, arquivando importantes memórias da história lésbica no Brasil.

Feminismo um lugar de luta anterior ao LF, afinal, a luta pela libertação das mulheres é um tema genuíno às causas lésbicas.

Inclusive, essas questões relacionadas a gênero chegam a ser debatidas dentro do Somos, as integrantes lesbianas problematizam os machismos e paternalismos dos homens gays dentro do grupo e, somado a questões divergente e rachas dentro da Somos, em maio de 1980, o subgrupo lésbico-feminista oficializa a separação definitiva, inclusive, publicada no Lampião da Esquina. Entre as razões citadas, destaca-se um trecho da publicação:

“A participação de lésbicas em grupos mistos tem impedido o desenvolvimento de uma consciência feminista, essencial a nosso ver, para o próprio M.H. Dada à especificidade da discriminação que sofremos enquanto mulheres e homossexuais, consideramos o processo de afirmação somente possível em reuniões separadas das dos homens. As mulheres não podem descobrir o que tem em comum a não ser em grupos só de mulheres.”¹³

O movimento das mulheres lésbicas a partir de então toma rumo independente, mas ainda se reúnem ao Somos em uma ação conjunta no mesmo ano, devido a conhecida “operação limpeza” organizada e realizada pelo delegado Wilson Richetti. Essa ação visava prender e espancar prostitutas, travestis e homossexuais que ocupavam as ruas e bares no centro da cidade, perdurou por alguns meses, até que vários movimentos sociais como o Feminista, o Movimento Negro, os militantes da Somos, entre outros se organizam em manifestação contra essas ações arbitrárias e violentas da operação.

Em um sábado, por volta das 23 horas, o aparato repressivo do delegado Richetti entrou novamente em ação, mas os alvos agora foram os bares Cachação, Ferro’s Bar e o Bixinguinha, locais frequentados por lésbicas com menor poder aquisitivo. Mesmo portando todos os seus documentos, mulheres foram levadas indiscriminadamente sob o argumento “você é sapatão” (Fernandes, 2023, p. 220).

Os bares e boates passaram a ser perseguidos pois representavam lugares de segurança para esses corpos distante da norma heterossexista. O lugar de uma suposta liberdade em ser o que é, estar entre pares, desenvolver paqueras e relações amorosas passou a ser visado no período porque representava uma afronta a moralidade, e esta, como dito anteriormente, foi uma poderosa arma sustentada pelo Estado no período para justificar a violência, a censura e a ditadura em sua amplitude. Vê-se uma continuidade do lugar lésbico ser direcionado para o

¹³ O Racha do Somos/SP. Lampião da Esquina, Rio de Janeiro, ano 3, n. 25, p. 8 Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/29-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-25-JUNHO-1980.pdf>. Acesso em 20 jun. 2023.

crime, ao mesmo tempo um retrocesso pois essa perseguição e censura se intensifica e é institucionalizada por órgão nacionais, com policiamento ostensivo em espaços públicos, a fim de combater os “inimigos” do Estado. Segundo Julia Kumpera (2021, p. 58):

A violência sistemática das operações policiais foi vista pelas autoridades como “excessos”, que pouco importavam frente à imperiosa tarefa de livrar o centro de São Paulo da “delinquência”. Na realidade, a “delinquência” serviu como uma excelente justificativa para os rondões, que visavam restringir a circulação de pessoas, expulsar as travestis e prostitutas do centro da cidade, cercear espaços de sociabilidade de gays e lésbicas e disseminar o medo entre esses grupos.

Para responder a esses ataques institucionais, as lésbicas que integravam o subgrupo da Somos organizaram-se estrategicamente, valendo-se de cartazes e fortalecimento mútuo, a fim de se posicionarem diante da violência policial direcionada a elas e ao mesmo tempo estabelecer um grupo que se destacava na sociedade, afirmavam-se como sujeitos. Participam do protesto que vai às ruas, assinam a faixa com o nome "Ação Lésbica Feminista", evidenciado na fotografia a seguir, demonstrando ser um grupo atuante em duas frentes marcantes: feministas e lésbicas.

Figura 2 - Ação Lésbica Feminista



Fonte da imagem: Acervo Um Outro Olhar¹⁴

Junto a essa faixa outra foi levada, evidenciando a junção da luta política no que tange as repressões e ordens do período, com a necessidade de se dizer lésbica e afirmar seu lugar de existência, prazer e identidade. Afinal, a tensão gerada nos bares com as operações, tiravam das mulheres lésbicas o espaço que as mantinham unidas, existentes. Vale ressaltar, inclusive, que muitos movimentos e lutas saíam dos bares.

¹⁴Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/29-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-25-JUNHO-1980.pdf>. Acesso em 20 jun. 2023.

Figura 3 - Cartaz em defesa do prazer lésbico



Fonte da imagem: Acervo Um Outro Olhar¹⁵

É imprescindível salientar que o movimento de resistência contra a atuação do delegado Richetti marcou um momento histórico, representando a primeira vez em que gays e lésbicas se mobilizaram e tomaram as ruas de São Paulo em protesto contra as violências que sofriam, reafirmando corajosamente suas identidades.

A organização das mulheres lésbicas assume outra dimensão quando elas conseguem estabelecer, de forma definitiva, um grupo fortalecido e autônomo, desvinculado tanto dos homens gays quanto das feministas heteronormativas. Em outubro de 1981, Míriam Martinho, Rosely Roth e outras colaboradoras lésbicas fundaram o Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF), que se manteve ativo ao longo da década de 1980 em São Paulo, expandindo suas atividades para outros estados do país e se tornando uma influente força a nível nacional.

Oficialmente, o Grupo durou de 1981 até 1990, apesar de não ser o único movimento lésbico do período, é o que ganhou mais destaque nacional e conseguiu alcançar maior visibilidade entre as mulheres lésbicas. De acordo com Míriam Marinho, uma das fundadoras do GALF, a história do Grupo pode ser dividida em duas partes: uma correspondendo ao período de organização, expansão e tentativa de aproximação do Movimento Feminista, o outro, a partir de 1985, representando a expansão do movimento, no alcance televisivo e na proximidade com o Movimento Lésbico Internacional.¹⁶

A sigla GALF era amplamente utilizada para se referir ao Grupo de Ação Lésbica Feminista, uma vez que havia consideráveis dificuldades em estabelecer uma organização com o nome explícito de "lésbico feminista", devido à aversão que a palavra "lésbica" despertava na sociedade. Tanto para questões burocráticas quanto para a troca de correspondências e informações entre lésbicas de todo o país, essa sigla se mostrava essencial. Era compreendido

¹⁵Disponível em: <https://www.umoutroolhar.com.br/2014/03/meus-anos-sob-o-regime-militar-e-o.html>. Acesso em 23 jun. 2023.

¹⁶Martinho, 2019. Disponível em: <https://www.umoutroolhar.com.br/2021/10/memoria-lesbiana-40-anos-do-grupo-acao-lesbica-feminista-GALF.html>. Acesso em 23 jun. 2023.

que essa abordagem era uma das ferramentas para organizar e ampliar o movimento, estabelecendo contato e fortalecendo a rede entre mulheres que não se enquadravam nos padrões heteronormativos.

Entre suas produções de maior destaque está o Boletim ChanaComChana, que, na verdade, nasceu no movimento lésbico anterior – o LF – mas sua grande produção e alcance nacional se deu dentro do GALF. O boletim foi uma ferramenta fundamental para a disseminação de informações, debate e construção de identidade lésbica no Brasil durante a década de 1980. Por meio de artigos, entrevistas, relatos pessoais e eventos divulgados, o boletim proporcionou um espaço de conexão e troca entre as mulheres lésbicas. Nele se abordava uma ampla gama de temas, como direitos das mulheres lésbicas e direitos homossexuais em geral, representação na mídia, experiências pessoais, literatura lésbica, entre outros. Sua importância reside no fato de ter sido uma das primeiras publicações a tratar abertamente da vivência lésbica no país, desafiando tabus e preconceitos.

O impacto do Boletim ChanaComChana na história das mulheres lésbicas no Brasil é significativo, servindo como uma fonte valiosa de registros e memórias desse período de luta e construção de identidade. Por isso, mais adiante, será tratada de maneira mais detalhada os trabalhos desenvolvidos pelo boletim em um subtema desse capítulo.

Além disso, é importante ressaltar os principais desafios enfrentados pelo GALF, conforme destacados por Martinho (2021, n. p.):

Como desafios, enfrentou o questionamento da identidade lésbica-homossexual que levava inevitavelmente à desmobilização política, o heterossexismo do movimento feminista que hostilizava a politização das questões lésbicas, a perda das sedes públicas, no início de 1985, e o esvaziamento do movimento homossexual.

Esses desafios específicos se somavam ao contexto ditatorial, caracterizado por repressões e censura, e à persistência da moralidade cristã nas condutas políticas do Brasil. A luta das mulheres lésbicas era pela existência fora dos padrões normativos, em uma época em que as normas heterossexistas eram consideradas as únicas aceitáveis e naturais. Um exemplo marcante desse contexto foi o encontro do GALF com o governador Franco Montoro em 1982, no qual uma das reivindicações foi que “o Secretário de Saúde apoiasse a exclusão do parágrafo 302 do Código de Saúde do Inamps, que rotulava o homossexualismo como "desvio e transtorno sexual" (Martinho, 2021, n.p.).

Em 19 de agosto de 1983, ocorreu um episódio que se tornou famoso em vários aspectos e que desempenhou um papel fundamental na história do GALF. Após serem proibidas de

vender o folhetim ChanaComChana no bar que frequentavam regularmente – o Ferro's bar – localizado no centro da cidade de São Paulo, as militantes do GALF organizaram um protesto contra essa restrição.

Vanda Frias, relata no boletim ChanacomChana o que antecedeu a manifestação:

O que Rosely denuncia começara há quase dois meses. Todos os sábados, quando íamos vender o boletim ChanacomChana no Ferro's éramos agredidas pelo porteiro — com ameaças ou com puxões de braço para que nos retirássemos. Até que no dia 23 de julho último, a barra pesou mais: um dos donos do bar, seu segurança e seu porteiro tentaram concretizar a expulsão, através de agressões físicas. Enquanto nos puxavam para o lado de fora, parte das lésbicas — que compram o boletim e conversam com as moçoilas do GALF - nos segurava lá dentro (Frias, 1983, p. 1).

O Ferro's Bar, um espaço frequentado principalmente por mulheres lésbicas, foi um local de grande importância para esse grupo, pois era onde encontravam apoio e construíam sua comunidade. Portanto, quando foram expulsas do estabelecimento e tiveram sua capacidade de disseminar materiais relacionados às temáticas lésbicas restringidas, isso foi considerado uma afronta. Para enfrentar essa situação, as mulheres lésbicas se uniram com o auxílio de uma advogada e militantes de outros grupos, e organizaram um protesto que incluía a invasão do bar e um discurso proferido por Rosely Roth, uma das fundadoras do GALF.

A fotografia abaixo retrata o momento em que Rosely Roth discursa durante o protesto. Motivadas pela exaustão resultante de uma margem constante e fortalecidas por sua atuação política organizada, as mulheres lésbicas que participavam desse movimento não se curvaram diante da opressão que as cercava. Elas já haviam enfrentado situações de censura e até mesmo prisões devido à sua orientação sexual, e agora, adentravam os espaços que conseguiam para reafirmarem suas identidades.

Figura 4 - Rosely discursando no Ferro's Bar



Fonte da imagem: Acervo Um Outro Olhar¹⁷

Ao final do discurso o movimento conquista seu direito, um dos donos do estabelecimento permite a venda do folhetim, tal como a ocupação do espaço pelas mulheres lésbicas, com livre circulação.

O episódio do Ferro's Bar é marco de destaque na história das mulheres lésbicas no Brasil, visto que foi a primeira manifestação protagonizada por lésbicas e registrada em jornais. Essa ação, movida pelas militantes e representantes do GALF, significou a luta pelos seus espaços, o direito de pertencerem e conseguirem expor suas questões sociais e políticas, a força de acreditar que através da união e da luta podiam conquistar seus direitos. Martinho, 2019, nos confirma:

Primeira demonstração do gênero no Brasil, foi chamada por publicações homossexuais da época de nosso “pequeno Stonewall Inn”, em referência à revolta de gays, lésbicas e travestis contra a repressão policial em Nova Iorque (28 de junho de 1969) que daria origem ao Dia Internacional do Orgulho Gay.¹⁸

É importante frisar que em 2008, através da Comissão de Direitos Humanos, o dia 19 de agosto (em que ocorreu essa manifestação) foi instituído o dia do Orgulho Lésbico no Estado de São Paulo. A data é celebrada em todo o país como uma oportunidade para promover a visibilidade e o empoderamento das mulheres lésbicas, bem como para combater a discriminação e o preconceito baseados na orientação sexual. Embora o evento original tenha acontecido em São Paulo, a celebração do Dia do Orgulho Lésbico se estendeu para além dessa cidade e se tornou reconhecida e comemorada em diferentes regiões do país. É uma data importante para destacar a luta e a conquista de direitos das mulheres lésbicas, bem como para promover a inclusão e a igualdade na sociedade.

O movimento ocorrido no Ferro's foi programado para ser simbólico, era um grito sobre a liberdade das mulheres lésbicas, mas era também um momento em que elas desejavam aparecer, se moverem, mostrarem-se para os espaços como pessoas que vão gritar pela sua existência, afirmando que estão saindo do armário. No 4º boletim do ChanaComChana, Vanda Frias escreve uma matéria sobre o ocorrido e relata: “Com a reconquista do Ferro's, buscávamos também lutar pelo legítimo direito de circular livremente em todos os locais” (Frias, 1983, p. 3).

¹⁷Martinho, 2018. Disponível em: <https://www.umoutroolhar.com.br/2018/08/19-de-agosto-primeira-manifestacao-lesbiana-contra-discriminacao-no-brasil.html#more>. Acesso em 25 jun. 2023.

¹⁸Martinho, 2019. Disponível em: <https://www.umoutroolhar.com.br/2019/08/19-de-agosto-ha-36-anos-o-galf-invadia-o-ferros-bar.html>. Acesso em 25 jun. 2023.

O Grupo se fortalece qualitativamente, sua construção política e social se amplia significativamente na primeira metade da década de 1980. Ele permanece comparecendo em vários encontros, congressos, simpósios que se relacionavam, principalmente, com o movimento feminista e com os grupos homossexuais, que no geral eram organizações de homens gays.

Em maio de 1985, destaca-se outro momento marcante publicamente, tanto para o GALF quanto para a representatividade lésbica no Brasil, que é a entrevista de uma das integrantes do GALF, Rosely Roth, no programa televisivo da Hebe Camargo. Nesse período, Hebe Camargo estava no auge de sua carreira televisiva e era uma das apresentadoras mais populares e queridas do Brasil. Seu programa, chamado "Hebe", era transmitido pela Rede Bandeirantes de Televisão.

"Hebe" era um *talk show* que mesclava entrevistas com celebridades, performances musicais, jogos e debates sobre temas diversos. O programa era conhecido pelo estilo descontraído e pela personalidade carismática de Hebe Camargo, que cativava o público com seu jeito espontâneo e sua capacidade de se conectar com os convidados.

Os programas da Hebe Camargo foram um grande sucesso na época, alcançando altos índices de audiência e se tornando uma referência na televisão brasileira. Hebe era conhecida por trazer personalidades de diferentes áreas para suas entrevistas, desde artistas e cantores renomados até políticos e personalidades do mundo do entretenimento.

Nesse cenário, Rosely Roth, juntamente com uma mulher conservadora, mãe de uma mulher lésbica, um médico e outros convidados participaram de uma conversa/debate sobre a homossexualidade feminina. O impacto da TV, como principal veículo de comunicação no período, e da presença desses participantes foi importantíssima. Segundo Marisa Fernandes (2023, p. 232), "Por meio desse programa, o GALF se tornou conhecido nacionalmente, atingindo lugares impossíveis de serem acessados por outras formas que não a televisão".

Durante o programa Rosely aproveitou para dar o endereço com o número da Caixa Postal do GALF, com objetivo claro de receber cartas, informações, depoimentos e notícias sobre as lésbicas do Brasil. Vale salientar que dentro do Boletim ChanaComChana, muitas dessas cartas recebidas eram divulgadas. O GALF tinha entre seus objetivos claros fortalecer a rede das mulheres lésbicas, ajudá-las a se assumirem e construir uma ligação de amparo para que não se sentissem sozinhas.¹⁹

¹⁹Uma parte do programa está disponível no canal "Um Outro Olhar", no YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JqDzZJfJSbE>. Acesso em 30 de jun. 2023.

Em virtude da ampla visibilidade e divulgação alcançadas por esse grupo de lésbicas, após a exibição do programa, Hebe recebeu uma carta do Serviço de Censura Federal, a qual alegava que o programa teria se transformado “numa tribuna livre de aliciamento, indução e apologia ao homossexualismo feminino” (Fernandes, 2023, p. 233). Hebe não se calou, e respondeu a essa carta de maneira clara e direta, impondo-se contra a censura.

A partir de 1985, o GALF expande a fronteira e participa dos encontros feministas internacionais, como o III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, ocorrido no Estado de São Paulo. E, em 1986, a participação na 8ª Conferência do Serviço de Informação Lésbica Internacional (ILIS), em Genebra, na Suíça. Essa expansão foi impulsionada por diversos fatores, incluindo a crescente luta das mulheres lésbicas no Brasil, que conquistaram um espaço maior de acesso à informação e a leituras relacionadas às questões da homossexualidade. Além disso, o país vivia um processo de abertura política democrática.

Não podemos deixar de destacar que as participantes do GALF, produtoras e pensadoras, faziam parte de uma classe privilegiada entre as lésbicas. Eram mulheres de luta que oportunizaram o contato com a intelectualidade acadêmica e com a cidade de São Paulo – polo de referência econômica no Brasil. É importante frisar também que estamos discutindo a visão dos primeiros movimentos de identidades lésbicas que carregavam essas teorias, mas que isso não significa que estamos agrupando a diversidade lesbiana, nem tão pouco estamos falando da maioria. Um grande abismo marcado por classe e raça diferenciam as lesbianidades do período analisado.

O fim do GALF (Grupo de Ação Lésbico-Feminista) ocorreu em meados da década de 1990. Embora não haja uma única causa que explique sua dissolução, alguns fatores contribuíram para o encerramento do grupo.

Uma das razões foi a mudança de contexto político e social no Brasil. Com o avanço da democracia e a abertura política, houve uma diversificação dos movimentos feministas e lesbianos. As demandas específicas das mulheres lésbicas passaram a ser abordadas por diferentes organizações e coletivos, o que levou a uma dispersão dos esforços militantes, naquele momento. Além disso, a própria dinâmica interna do grupo, como divergências ideológicas e desgastes das lideranças, também contribuiu para o fim do GALF. É comum que movimentos sociais tenham ciclos de atuação e transformações ao longo do tempo, e o GALF não foi exceção.

Apesar de ter encerrado suas atividades, o GALF deixou um legado importante para o movimento lésbico no Brasil. Sua atuação pioneira contribuiu para o fortalecimento da

visibilidade e dos direitos das mulheres lésbicas, abrindo caminho para outras iniciativas e organizações que surgiram posteriormente.

Ao fomentar um amplo leque de debates, como se pode notar nas seções do Boletim, o GALF pode ser considerado possivelmente o grupo lésbico mais significativo no Brasil durante os anos 1980. Sua relevância decorre de sua forte atuação política e constante presença na esfera social. As ativistas do GALF se destacaram por serem provocadoras, transgressoras e incisivas, levando ao público discussões sobre os fundamentos do feminino lesbiano, que eram defendidos pelo grupo.

1.4.3. A relação entre as Feministas Lésbicas e as Feministas Heterossexuais

“As lésbicas se inserem nos movimentos feministas provocando os feminismos, a fim de desconstruir a invisibilidade lésbica e enfrentar a lesbofobia, presente não apenas na sociedade em geral, mas dentro do próprio movimento” (Lessa, 2008, p. 320).

A questão do Feminismo é polêmica para as mulheres lésbicas nos discursos históricos que abordam sua formação. Por um lado, o Feminismo é visto como um lugar de segurança e empoderamento para as lésbicas, uma vez que luta pela liberdade econômica das mulheres, abrindo possibilidades para se libertarem da dependência dos homens. Nesse sentido, Patrícia Lessa (2008, p.310) afirma: "Feministas e lésbicas, ao longo de seus encontros e desencontros, marcam posições de sujeito crítico, que se opõem ao modo como o mundo é padronizado em códigos e representações que sempre remetem ao masculino". Por outro lado, o Feminismo também foi um espaço que negou a identidade lésbica, precisamente por sua incapacidade de desafiar radicalmente a cultura heteronormativa.

Assim, para encontrar uma brecha de existência dentro do sistema, as feministas caminharam por um terreno perigoso: permitiram a negação de identidades diversas, homogeneizando o discurso sob a ideia de uma única mulher, e se colocaram em conformidade com as permissões dadas pelo sistema e pelos homens. Esse formato de movimento, carregado de preconceitos, permitia às feministas protagonizarem apenas quando estavam livres de símbolos lésbicos. No final da década de 1970 e ao longo da década de 1980, as lésbicas romperam com o Feminismo branco clássico devido à necessidade premente de existirem como lésbicas e serem reconhecidas como tal.

Foi a primeira vez, que de maneira pública e expansiva no Brasil, a identidade lésbica passa a ser requerida como um lugar singular de sujeitas que já tinham aparato produtivo, intelectual, científico e acadêmico – vindo do Brasil e de influências estrangeira – para a

possibilidade de se dizer lésbica. E, de importância igual, ampliar a discussão do que isso poderia significar, quais características seriam atribuídas e quais polêmicas seriam assumidas nesse formado de existir.

Na refira conjuntura, essas posturas foram vistas como radicais pelas feministas heterossexuais, afinal, possivelmente, traria confrontos mais intensos e negação da sociedade ao Feminismo, visto que as lésbicas eram um perfil desconsiderado do padrão de ser mulher.

Sob essa perspectiva, Lessa (2008, p. 310) nos fala:

Ser anti-homem, de fato, significa não aceitar a apropriação e a desqualificação do feminino no patriarcado, reduzindo a questão política a um desvio de comportamento. Afinal, a lesbiana é a imagem de uma mulher às avessas daquela mulher idealizada: uma mulher doente e pervertida.

Junto a discussão social e filosófica dessas atribuições, os problemas assumidos quase unanimemente entre as militantes lésbicas eram os lugares que elas não queriam encaixar-se, a saber, a patologia, a exclusão familiar, a negação da possibilidade de independência – econômica e social –, o desejo de não pertencer a um homem para existir enquanto pessoa física. A exclusão histórica de mulheres que romperam com a heteronormatividade e lançaram-se a outros desejos distantes da norma, estava presente significativamente em todos os passos de discussões sobre lesbianidades. Dessa forma, estruturalmente, não era possível encaixar qualquer tema sem falar da exclusão, e da consciência cada vez mais latente dessa exclusão, em diversos espaços, inclusive dentro do Feminismo.

É importante ressaltar que muito da luta e estudo dentro do Feminismo possibilitou às mulheres lésbicas entenderem sobre si. Por certo, que os movimentos feministas também eram compostos por mulheres lésbicas, apesar dessa identidade ter sido silenciada. Dentro desse contexto, conceitos e compreensões acerca da misoginia e da naturalização do papel social da mulher como mera cuidadora do lar, do marido e dos filhos ganhavam destaque. A subjetivação de qualquer desejo fora dessa ordem era direcionado ao patológico, a infelicidade, ao abandono familiar, a ojeriza, a incapacidade de ser um sujeito em sua plenitude. Essa categoria tinha nome e sobrenome: feminista lésbica. O que quer dizer é que os lugares de luta do Feminismo eram rejeitados pela sociedade conservadora e, agora, militar ditatorial e essa rejeição tinha associação direta as lesbianidades. As mulheres feministas, em primeiro lugar, acordaram em abrir mão de identidades outras, homogeneizar a categoria mulher e garantir que as lutas feministas seriam restritas a liberdade feminina e que esta não sairia do trilho da binaridade, que a representação do sexo biológico permaneceria, quase intacto. Em outras palavras,

precisava desassociar a ideia da feminista ser a sapatão²⁰, porque ser sapatão era radical demais para o sistema, seria contra o destino posto às mulheres.

É no final da década de 1960 e início de 1970 que as lésbicas persistiram em reivindicar sua presença e a levantar as vozes sobre os lugares marginalizados que eram postas dentro do Movimento Feminista do período. Como podemos atestar em um trecho do boletim ChanaComChana (1981, n. 0, p. 3), sobre a participação das lésbicas no Congresso Feminista:

[...] imbuídas da maior cara de pau, entramos de “sola” no II Congresso da Mulher Paulista, entre arrepios, chiliques e a perplexidade irritada ou divertida das feministas heterossexuais, colocando a então “inusitada” questão da sexualidade. Reinava um clima de grande confusão graças às tentativas de manipulação das bases femininas por parte de grupos pretensamente populares que ameaçavam, e ainda ameaçam, a autonomia do movimento. De pronto, nos solidarizamos com as outras feministas pela independência de nossas reivindicações específicas, mas mesmo assim, ainda parecíamos como OVNIS (objetos voadores não identificados).

Em outros volumes do boletim, o assunto é retomado, refletindo as experiências das mulheres lésbicas à medida que o movimento lésbico-feminista continua a se desenvolver. A discussão evolui com o propósito de denunciar o lugar invisibilizado ocupado pelas lésbicas, ao mesmo tempo em que busca reconstruir um espaço inclusivo dentro do Movimento Feminista. Um exemplo que ilustra essa dinâmica é um quadrinho publicado no boletim edição nº 1 (1982, p. 3), no qual ocorre uma sátira que evidencia a percepção crítica do grupo lésbico em relação ao SOS-Mulher, destacando as tensões existentes entre eles.

²⁰No passado, o termo "sapatão" carregava uma carga pejorativa e preconceituosa, muitas vezes associada à ideia de masculinidade excessiva ou desvio dos papéis de gênero estabelecidos pela sociedade. Era usado de maneira discriminatória para desqualificar, estigmatizar ou insultar mulheres que não se encaixavam nas normas heteronormativas de feminilidade.

Figura 5 – Invisibilidade lésbica dentro do feminismo



Fonte da imagem: Produção de Míriam Martinho, Boletim ChanacomChana, edição n. 1, 1982, p. 3.

O quadrinho deixa claro que as questões enfrentadas pelas lésbicas estão centradas na sua invisibilidade, sendo negadas a condição de mulheres por não se enquadrarem nas práticas heterossexuais ou por não se adequarem à feminilidade imposta na época. Embora o próprio lesbofeminismo tenha questionado o conceito de ser mulher e tenha gerado debates internos entre as próprias lésbicas, é importante ressaltar que tais questionamentos devem ser discutidos dentro desse grupo, pois quando são definidas por outros (e não por elas mesmas), são subjugadas e excluídas.

O debate até então se concentrava no entendimento simplista de que assuntos como aborto, divórcio e métodos contraceptivos eram considerados relevantes pelas militantes feministas heterossexuais. No entanto, temas relacionados aos prazeres femininos, às diversas formas desses prazeres e às concepções de gênero eram abordados principalmente pelas lésbicas e, portanto, eram vistos como secundários e individuais.

Soares e Costa (2012) confirmam essas diferenças ocorridas entre o Movimento Feminista e o Lesbofeminista, e sua continuidade no decorrer da década de 1980, pós-ditadura.

Os feminismos resistiram a incorporar as questões das mulheres lésbicas em sua produção teórica e agenda política. Boa parte dos movimentos se deixou intimidar pela pressão social da conjuntura da época que exigiu aos feminismos o silêncio sobre a lesbianidade e sua invisibilização pensando ser, minimamente, respeitado pela

esquerda brasileira, pela intelectualidade acadêmica, pela Teologia da Libertação, pela mídia, pela sociedade, em geral, no momento pós-ditadura no Brasil (Soares e Costa, 2012, p. 13).

É importante ressaltar que o GALF não se ausentou, em momento algum, das lutas feministas, inclusive participou ativamente de congressos e reuniões feministas, ampliando debates e lutando pela inserção das demandas lésbicas juntamente com demandas sofridas pelas mulheres heterossexuais. Não raro, essas demandas se entrecruzavam em diversos aspectos. O ponto é que as questões específicas da lesbianidade não entravam dentro do Movimento Feminista. Na verdade, essa marginalização reflete o peso da heterossexualidade imposta e, assumir as questões lésbicas na década de 1970/80 no Brasil, seria enfrentar uma luta maior e com menos espaços do que as feministas heterossexuais haviam conquistado.

É crucial compreender que o conceito de “ser mulher” abrange um grupo heterogêneo, e as mulheres não heterossexuais não surgiram a partir dos grupos feministas, pois elas sempre fizeram parte ativamente do Feminismo. No entanto, elas passaram a questionar aspectos fundamentais de suas existências. Isso inclui a crítica à ideia de que a heterossexualidade é a única forma natural e primária de se relacionar.

Dessa forma, as mulheres não heterossexuais têm desempenhado um papel significativo no Movimento Feminista contribuindo com suas perspectivas e experiências únicas. Elas têm questionado as normas sociais que restringem as possibilidades de relacionamentos e afirmação da identidade. Ao desafiar a suposição de que a heterossexualidade é a única forma legítima de se relacionar, essas mulheres abrem caminho para uma visão mais inclusiva e diversa do Feminismo.

1.4.4. ChanaComChana: um diálogo transgressor com a sociedade

“O lesbianismo é um barato porque propõe o amor pelas mulheres bem no meio das estruturas ultra misóginas do sistema patriarcal”²¹

O jornal ChanaComChana teve seu início no âmbito do Grupo Lésbico-Feminista (LF), um subgrupo da SOMOS-SP. Esse jornal desempenhou um papel fundamental ao proporcionar um espaço para discussões mais aprofundadas sobre questões relacionadas às lesbianidades. Ele abarcava uma ampla gama de discussões relevantes, tanto para as próprias lésbicas quanto

²¹ChanacomChana, n. 1, 1982, p. 2.

para aquelas que não se identificavam como tal. Seu lançamento ocorreu em 1981 durante o III Congresso da Mulher Paulista. Uma das produtoras e fundadoras do jornal, esclarece:

“Confeccionado e editado por Míriam Martinho como fanzine, a partir de colagens e textos datilografados, o CCC [ChanaComChana] vai reunir produções das integrantes do GALF, sobretudo nos seus três primeiros anos, e posteriormente, com a maior divulgação do grupo, de colaboradoras de todo o país. Foram 12 edições até 1987, abordando questões especificamente lésbicas e da mulher em geral, quando o CCC cede lugar ao título *Um Outro Olhar*, outro boletim que o GALF publicará até fevereiro de 1990, no total de 10 edições. Com tiragem média de 500 exemplares, o CCC era rodado em gráficas de universidades e da Câmara Municipal de SP pela cota de parlamentares solidários, como a vereadora Irede Cardoso (então PT), de saudosa memória.”²²

O próprio boletim se esclarece acerca de seu peso político e a importância de seu espaço social. As mulheres lésbicas militantes tiveram voz e se organizaram nesse país depois de quase 500 anos de história política eurocentrada, machista, cristã e branca. E o ChanaComChana é o documento ainda vivo que registra essa história de resistência. Por isso, que em todas as edições foi necessário abrir o debate sobre as questões políticas e sociais e, sempre que precisar, relatar a história que ocorria no próprio período, sinalizando os alcances, as paradas e os anseios. Na edição n. 0, lançada em 1981, assim é descrito o jornal:

“ChanaComChana foi um pulo do conformismo para a participação. Nosso jornal é nossa ponte. A palavra CHANA não pode ser sumariamente definida como “órgão sexual feminino”. É algo tão mais amplo, quanto os contrapontos de existir. Que a palavra CHANA soe para uns como “CHANCE”; para outros como “CHANCA” (pé grande – sapatão?), e para outros como “CHAMA”. O importante é isentar-se das conotações. [...] sabemos que o CHANACOMCHANA é um sopro, mas há horas em que um sopro pode representar tudo, inclusive a vida. E a vida é negra, é prostituta, é homossexual, é mulher, e amamos todas estas suas facetas politicamente minoritárias.”²³

O ChanaComchana abordou uma ampla gama de tópicos, emergentes e não emergentes, relacionados às lesbiandades (na época, usava-se o termo lesbianismo). Desde a sua primeira edição, o jornal trouxe matérias sobre a experiência de ser lésbica, com destaque para o artigo intitulado: “Lesbianismo é um barato” (1982, p. 2). Esse artigo explorava as possibilidades e as opressões vivenciadas pelas lésbicas, ao mesmo tempo em que celebrava o amor entre mulheres e o potencial revolucionário dessas relações nas sociedades heteronormativas. Além disso, o ChanaComChana abordava questões cotidianas vividas pelas mulheres lésbicas, como

²² Martinho, Míriam. 19 de agosto: há 38 anos, o GALF realizava a primeira manifestação lésbica contra a discriminação no Brasil. 2019. Disponível em: <https://www.umoutroolhar.com.br/2019/08/19-de-agosto-ha-36-anos-o-galf-invadia-o-ferros-bar.html>. Acesso em 20 jun. 2023.

²³ChanaComChana, n. 0, 1981, p. 4.

o destaque do time de futebol feminino, e realizava entrevistas que frequentemente ocorriam em bares e boates frequentados por esse público.

Além disso, o boletim trazia biografias de lésbicas, muitas vezes marcadas por histórias trágicas, mas que afirmavam suas existências. Também incluía informes sobre a participação do GALF em eventos passados e futuros significativos para mulheres e lésbicas. Os informes, localizados no final do boletim, deixavam clara a luta que o grupo estava enfrentando e suas aspirações futuras, como a luta pela extinção do parágrafo do Código de Saúde que rotulava as homossexualidades como desvio e transtorno mental.

Poemas, propagandas de livros, filmes, congressos, troca de cartas, questões centradas no feminismo hétero (como aborto e exploração do trabalho doméstico pelo marido), informes sobre os tratamentos às lésbicas em outros países, denúncias a violências contra travestis, enfim, diversos temas que envolvem minorias, mulheres e homossexualidades estava presente nos boletins. O GALF, na produção do ChanaComChana, não deixou de expressar verdadeiramente suas questões. Revolucionário, o boletim é um dos primeiros documentos criados por lésbicas, sobre questões lésbicas e para lésbicas no Brasil. Sobre os boletins, Lessa (2008, p. 313) aponta:

“Os espaços para atuação das feministas ampliam-se, multiplicam-se para todos os lados marcando sua vontade de mudança, de libertação. O espaço lesbiano aqui é marcado pela troca: informação, política, feminismos, humor, sonhos e amor. O mesmo editorial que mostra essa vontade de expansão abrindo canais de ampla comunicação também aponta matriz discursiva do amor, da paixão expressa na escrita, na produção de texto e na produção de novos sentidos para o “sujeito lesbiano”.

O ChanaComchana se destaca por abordar de forma abrangente as questões enfrentadas pelas lésbicas, desde as mais politizadas até aquelas consideradas mais superficiais. No entanto, todas elas são reconhecidas como tendo seu peso social na vivência dessas mulheres. Os boletins não deixavam passar despercebida a crítica ao modo de vida e ao controle imposto sobre as mulheres lésbicas. O ChanaComChana se tornou um marco de existência para esses sujeitos, que encontraram nesses boletins uma plataforma para expressar suas lutas, baseadas em suas identidades.

Efetivamente, foi transversal no ChanaComChana a reivindicação não da igualdade, mas da diferença: a lesbianismo como uma possibilidade de ser mulher, em ruptura com a heterossexualidade; o lesbianismo não como simples expressão do desejo, mas como uma proposta política de existir no mundo e construir relações com outras mulheres (Kumpera, 2021, p. 93).

O potencial do boletim também residia na inclusão da luta das militantes lésbicas que ousaram se posicionar em plena ditadura civil-militar que assolava o Brasil. Seus textos eram

claros ao relatar suas participações em questões globais, mesmo diante do contexto político delicado. Por exemplo, no boletim número 5, houve uma matéria sobre a luta pelo desarmamento nuclear. Nessa matéria, foram explicados o significado das armas nucleares, as possíveis consequências e perigos do processo de produção e armazenamento dessas armas, além de uma análise histórica do impacto da explosão ocorrida em Hiroshima no final da Segunda Guerra Mundial.²⁴

O boletim frequentemente menciona de forma clara quem são suas produtoras e destaca a importância do GALF e de suas ações para a sociedade brasileira. A terceira edição, em particular, é uma "edição de aniversário" em comemoração aos quatro anos de existência do GALF. Nessa edição, são abordados desde o surgimento do grupo até as questões problemáticas enfrentadas ao lidar com o machismo dentro do próprio grupo SOMOS, que era formado por homens gays. Além disso, são discutidas as relações do GALF com outros movimentos feministas.²⁵

A história da palavra lésbica e seu alcance no conceito e identificação de sujeitos que fogem a norma imposta de relacionamento, é outra temática presente na terceira edição do boletim.

Vamos começar falando da palavra lésbica. Taí um nome que arrepiava fraldas, ladies, entendidas, sapatos, bichas, heterossexuais, feministas, etc..., mas escolhemos com muita emoção, uma emoção política há séculos antes de Cristo e de que, inclusive, já falamos, mas que nunca é demais lembrar. A palavra lésbica deriva de lesbos, ilha grega, onde viveu uma das maiores poetisas da antiguidade, Safo, cuja obra sobreviveu ao tempo e a repressão da misoginia cristã, embora fragmentariamente, mas que simbolizou e, ainda simboliza, não só o amor entre mulheres, mas, também, e principalmente, a revolta contra a opressão masculina que sempre deu às mulheres o papel de escravas e meros aparelhos de reprodução.²⁶

A apropriação da palavra "lésbica" era uma necessidade crucial para reverter o estigma associado a ela, que a enquadrava como uma condição doentia ou desviante, passível de tratamento. Essa apropriação visava transformá-la em um título de orgulho, um conceito de sujeito existente e transgressor.

Ao resgatar o contexto histórico do surgimento do termo e destacar a conexão com mulheres que habitaram a Grécia Antiga e se envolviam afetivamente com outras mulheres, as militantes lesbo-feministas buscavam expor a identidade comum entre essas duas realidades temporais. É importante lembrar que essas conexões históricas muitas vezes levaram mulheres

²⁴ChanaComChana, n. 5, 1984, p. 9-13.

²⁵ChanaComChana, n. 3, 1983, p. 1-7.

²⁶ChanaComChana, n. 3, 1983, p.1.

à perseguição, seja na forma de perseguição à fogueira ou a choques elétricos. Essa identificação histórica tinha um significado particularmente relevante para as militantes que atuavam em um contexto de Estado ditatorial.

Para nós, portanto, nos autodenominarmos lésbicas representa não só uma forma de nossa sexualidade específica, mas, muito mais que isso, significa uma postura de recusa ao papel submisso e dependente atribuído às mulheres e uma proposta de desobediência e autonomia na busca de novas formas de ver o mundo. Através dele, identificamos nossa luta contra o preconceito e passamos a existir política, social e culturalmente, rasgando o manto da invisibilidade que tanto interessa ao sistema.²⁷

Os objetivos políticos e sociais do GALF ficam claramente evidentes em sua produção dos boletins, que não apenas se dedicavam a informar sobre quem são e o que representam, mas também se engajavam em diversas lutas para afirmar suas existências. Afinal, a palavra "lésbica" era socialmente carregada de um peso significativo, visto que ser rotulada como lésbica significava ser socialmente excluída, considerada portadora de uma doença psíquica e vista como alguém que deveria ser isolada da sociedade, devido a suas ações serem percebidas como errôneas, repugnantes e pervertidas. Tanto é que muitas mulheres optavam por se identificar com outras palavras, como "entendida".

O GALF e os textos produzidos no ChanaComChana eram uma possibilidade para as lésbicas responderem às violências que sofriam. Tendo ciência histórica, apoiadas por pesquisas acadêmicas e por frentes de militância que operavam em meio ao período de repressão militar, elas construíram esse boletim e uma rede que lhes permitiram documentar suas conquistas e pensamentos, dessa vez na primeira pessoa, falando de si para suas iguais.

Um exemplo concreto dessa abordagem pode ser observado no boletim número 4, que traz como matéria de capa: "Ferro's bar, dia 19 de agosto: uma vitória contra o preconceito"²⁸. Nessa edição, são descritos os acontecimentos ocorridos no bar, onde as participantes do GALF são inicialmente proibidas de vender seus boletins em um ambiente frequentado por lésbicas. No entanto, elas realizam um movimento dentro do bar em defesa de suas vendas, demonstrando sua força e união. Essa ação é destacada como uma vitória contra o preconceito e um exemplo de luta pela democracia. Como relatado por Vanda (ChanaComChana, n. 4, p. 3, autora do artigo, Rosely proclama: "ele só voltou atrás por causa da nossa força, da nossa união. A democracia nesse bar só depende de nós".

²⁷ Idem, p. 1.

²⁸ ChanaComChana, 1983, n. 4, p. 1.

Em sua análise, Lessa (2008) destaca a importância do GALF como possivelmente o grupo lésbico mais relevante no Brasil durante os anos 1980, devido à sua notável atuação política e visibilidade social. As ativistas do GALF foram polêmicas, transgressoras e agitadoras, trazendo discussões pertinentes nas seções do Boletim e promovendo debates sobre os princípios do feminino lésbico defendidos pelo grupo.

O boletim número 6 aborda duas temáticas polêmicas de forma abrangente e bem fundamentada. A matéria sobre Roberta Close, que enfrentava a transfobia em diversos espaços, é didaticamente explorada, levantando a discussão de gênero e da construção deste ao longo da vida, tal como a desvinculação da identidade de gênero em relação ao sexo biológico, e ainda quais insultos e violências atingem essas identidades em prol da norma heterossexual. Além desta, o boletim traz a discussão sobre mães lésbicas, desmistificando a associação obrigatória da maternidade com a heterossexualidade. Ressalta, ainda, a invisibilidade das mães lésbicas e as possibilidades da maternidade sem relação sexual com um homem, através da inseminação artificial, por exemplo.

O boletim número 6 destaca mais uma vez que o GALF não se limitou apenas a discussões identitárias, mas abrangeu diversas questões que afetavam o gênero feminino e como essas questões se refletiam nas vivências das mulheres lésbicas. O foco era compreender quais eram as demandas adicionais enfrentadas pelas mulheres lésbicas, além das demandas já existentes como mulheres, devido à sua orientação sexual.

Questionar as lesbianas em suas alteridades e ações também não passou despercebido pelo GALF na escrita do boletim. Em sua 7ª edição, na matéria de capa “Enrustimento e Solidariedade” é questionada algumas ações de exclusão e violências direcionadas a lésbicas que não reproduzem uma performance feminina, chamadas no período de fanchonas. Socialmente, como já sabemos, na sociedade com herança patriarcal, quanto mais nos distanciamos da norma estabelecida ao modo de ser e a orientação sexual desejada, maior é a discriminação e violência desses sujeitos. Como explica no próprio boletim “Este pré-conceito é bastante lógico, se pensarmos que as lésbicas mais “fanchonas” são mais aparentes” (ChanaComChana, 1985, n. 7, p. 2). A partir dessa aparência que é discriminada, muitas lésbicas se escondem em perfis mais aceitos socialmente e reproduzem críticas e ofensas às lesbianas menos femininas, reproduzindo estereótipos sociais.

É perceptível, primeiramente, que o boletim parte de questões entre as mulheres lésbicas e que se estabelece a não homogeneidade do perfil identitário lésbico. Na década de 1970, as autoras e produtoras do ChanaComChana tinham esse conhecimento e a consciência de que era necessária uma união entre lésbicas e que discriminar as fanchas, ou demais identidades

lésbicas, seria equivocados, levando ao isolamento e à reprodução da violência, assim como se esconder dentro do padrão feminino aceito socialmente. Como escrito na própria matéria:

“As lésbicas que alimentam constantemente seu enrustecimento, esquecem-se de que isto apenas torna sua vida ainda mais difícil. E não percebem que à medida que criticam as demais lésbicas, afastam de si a possibilidade de sentirem-se menos solidárias, já que, relacionando-se com pessoas de sexualidade semelhante à sua, sentir-se-iam mais à vontade para exporem-se tais como são, serem elas mesmas.”²⁹

Portanto, o fortalecimento da rede, a união, o contato e o levantamento de dados sobre identidades lésbicas eram uma importante função do GALF e, por isso, utilizavam-se os boletins para captar essas pessoas. Esses contatos eram importantes por vários motivos, primeiro pela necessidade de manter, ampliar e levantar fundos para a produção. Depois porque o fortalecimento das lésbicas dependia dos espaços de ocupação e da visibilidade que se poderia alcançar com aumento de acessos em diferentes formatos. Inclusive, em quase todos os boletins, as produtoras deixam claro a necessidade de criar esses laços. E especificamente na oitava edição, dentro do texto sobre mais um aniversário do grupo, esclarecem: “No momento, o GALF vem centrando suas atividades no sentido de obter maior contato com mulheres lésbicas tanto no Brasil quanto no exterior com objetivo de criar redes de apoio e solidariedade.” (ChanaComChana, 1985, n. 8, p. 1).

Ainda na oitava edição, é apresentada uma matéria escrita por Rosely Roth, na qual ela relata detalhadamente sua participação no programa da Hebe Camargo. Ela compartilha suas impressões sobre o programa, destacando o fato da servidora pública lesbofóbica ter recebido maior destaque. No entanto, apesar dessa adversidade, Rosely destaca suas conquistas decorrentes de sua participação no programa, tais como:

“[...] a partir das 21 horas daquela sexta-feira, entramos na casa de muitas de vocês que, provavelmente, estão lendo o ChanaComChana agora. Naquele dia, eu sabia que tinha uma oportunidade única de atingir estados, cidades e interiores praticamente inacessíveis, a não ser via televisão, e que chances como aquela, de comparecer num dos programas de rede nacional de maior audiência do país, não aparecem todo dia. Por isso, estava bastante preocupada em aproveitar, da melhor maneira possível, aquele espaço”³⁰

No nono boletim do ChanaComChana, é dado destaque aos movimentos feministas e homossexuais, tanto em âmbito nacional quanto internacional, e aos Congressos Feministas e

²⁹ChanaComChana, 1985, n.7, p.2.

³⁰ChanaComChana, 1985, n. 8, p.7-8.

Homossexuais que estão se expandindo nessas temáticas. O crescimento desses movimentos sociais e suas uniões, em uma América Latina dominada por ditaduras, abre espaço para as identidades lésbicas se expressarem e alcançarem posições de destaque. Na matéria intitulada “III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe: enfim, de volta, um feminismo de bom astral” (ChanaComChana, 1986, n. 9, p. 6), Míriam Martinho relata, com surpresa, o quanto o Encontro foi positivo para a reconexão entre as feministas, afirmando que: “Acima de tudo, o encontro me tocou pelo visível empenho da maioria das pessoas em preservar o respeito pelas diferenças existentes entre nós, mulheres”³¹. É ressaltado ainda que as pautas foram válidas, especialmente no que diz respeito à unificação e à abertura de debates futuros.

Ainda no nono boletim é discutido as lesbianidades dentro do contexto da Constituição, fomentada pela formação da Assembleia que criaria a 8ª Constituição do Brasil. A matéria traz um breve histórico e explicação clara sobre a formação das constituições anteriores do país, além de abordar como se formou a comissão para redigir a próxima Constituição. É enfatizada a importância da luta das lesbianas e outros grupos homossexuais na pressão por direitos civis, utilizando os meios de comunicação disponíveis para alcançar esse objetivo.

O tema da Constituição permanece na discussão do décimo boletim ChanaComChana. Dessa vez, a pretensão é expor as leis em vigor no período (1986) que afetam o grupo homossexual. Também é posto o processo de invisibilização dos homossexuais, tanto em Constituição, quanto no Código Penal. Inclusive é destacado a ausência de punição a estupros no que tange relações homossexuais, isso era assim defendido por considerar estupro a conjunção carnal e só era vista como possível nas relações entre homens e mulheres.³² Como nos afirma Rosely, na matéria do ChanaComChana:

No Código Penal vigente, elaborado em 1940, o conceito de conjunção carnal abrange apenas a heterossexualidade e somente em uma das suas modalidades. A penetração anal, a utilização dos dedos e das mãos, o sexo oral, entre outras formas possíveis de se praticar sexo, são consideradas pelo direito como atos libidinosos.³³

Essa explanação jurídica, abordada em dois boletins, reforça a percepção de que as representantes do GALF possuíam um profundo entendimento político e eram atuantes em suas militâncias. Suas ações abrangiam diversos aspectos, demonstrando consciência e engajamento. Na continuidade dessa mesma matéria, são apresentadas propostas de inserção de textos nas leis brasileiras. Entre essas propostas, buscava-se a inclusão explícita de punição para aqueles

³¹ChanaComChana, 1986, n. 9, p. 6.

³²ChanaComChana, 1986, n. 10, p. 9.

³³ Idem, p. 9.

que praticassem discriminação com base na preferência ou orientação sexual. Além disso, era proposto garantir o direito de livre expressão em todos os lugares. Essas propostas demonstram o compromisso do GALF em buscar a igualdade e a proteção dos direitos das pessoas homossexuais.³⁴

Rosely Roth, autora das matérias referentes à Constituição e ao Código Penal, assim termina a matéria:

Acredito que a nossa força para combater as atitudes preconceituosas, pressionando também no sentido da concretização das leis que protejam os nossos direitos, está condicionada a nossa maior ou menor organização e consciência política. Em todos os momentos a nossa união é e será fundamental para conquistarmos espaços.³⁵

O 11º Boletim do ChanaComChana mantém o foco nas relações políticas devido às próximas eleições que elegerão deputados e senadores. Com o objetivo de continuar lutando pela institucionalização de espaços e direitos para as lésbicas, o boletim entrevistou três candidatas: Cassandra Rios, Irede Cardoso e Dulce Cardoso. A ideia não era apenas discutir propostas relacionadas às mulheres lésbicas, mas também abordar as várias minorias de direitos existentes naquele período, como homossexuais em sua amplitude, questões raciais e indígenas. Acreditava-se que a construção de um Estado democrático deveria incluir a ampliação dos direitos para os grupos socialmente menos favorecidos. Portanto, a entrevista destacou as propostas das candidatas em relação a esses grupos, com o objetivo de fornecer aos leitores informações precisas e escolhas de candidatas que representassem seus interesses.

Também nesse boletim é escrito sobre o 8º Encontro Nacional Feminista, no qual as representantes do GALF protagonizaram uma oficina intitulada "Oficina sobre Lesbianismo".³⁶ Nessa oficina foi elaborado cartazes no intuito de discutir e expor dúvidas ou sugestões sobre as relações das lesbianas. Importante ressaltar que a oficina não era composta apenas por mulheres lésbicas e que discutir dentro de uma oficina em congresso feminista sobre lesbianidades era um grande passo ao movimento, às mulheres lésbicas e às feministas heterossexuais. Percebe-se, através dos boletins, a evolução do espaço conquistado dentro dos movimentos feministas às mulheres lésbicas. Diálogo demasiadamente importante na luta contra norma heterossexista.

No 12º e último boletim do ChanaComChana, lançado em 1987, mais uma vez é evidenciada a relação entre o feminismo e as lésbicas, reconhecendo as similaridades de suas

³⁴ Idem, p. 13.

³⁵ Idem, p. 14.

³⁶ ChanaComChana, 1986, n. 11, p. 2.

lutas em defesa das mulheres. Além disso, Rosely Roth escreve um artigo intitulado "Balanço das Eleições"³⁷, no qual, apesar das críticas em relação aos candidatos eleitos, especialmente aqueles que receberam maior investimento financeiro, ela ressalta os avanços e os elevados números de votos conquistados pelas candidatas entrevistadas por ela, que defendiam direitos homossexuais. Esse reconhecimento evidencia a conscientização sobre a necessidade de continuar a luta.

De maneira geral, os boletins do ChanacomChana seguem um modelo padrão, começando com matérias que abordam a identidade lésbica, a importância do empoderamento dessas identidades e os processos de rompimento de preconceitos. Também são apresentadas histórias sobre as atividades do GALF. Após essas matérias de destaque, encontramos entrevistas e a seção de troca-troca de cartas, na qual as assinantes podem expressar suas opiniões e relatos.

É importante ressaltar que os boletins do ChanaComChana contêm mais diálogos e matérias do que as discutidas neste capítulo. Os pontos destacados foram selecionados com base em sua relevância para os conceitos abordados e a importância dos temas escolhidos. No entanto, os boletins são mais abrangentes, incluindo diversas expressões artísticas como ilustrações, poesias e músicas. Além disso, abordam outras questões que atravessam a existência lésbica e apresentam várias entrevistas sobre assuntos relevantes para as lesbianidades da época.

Ao mesmo tempo em que os boletins e o GALF se inseriam no cenário atual da época, não se abstendo de problematizar questões importantes para a reconstrução de um Estado democrático, também questionavam suas relações com outros movimentos sociais, como o movimento homossexual e feminista, buscando afirmar sua existência e questionar os caminhos de luta adotados pela esquerda.

Em 1988/89, o boletim ChanaComChana é substituído pelo boletim "Um Outro Olhar", este também foi e ainda é produzido pelas dirigentes do GALF com o intuito de divulgar e se conectar às mulheres lésbicas, além de levar a história das resistências e demais assuntos lesbocentrados.

Em suma, o boletim ChanaComChana desempenhou um papel de extrema importância no movimento lésbico e na sociedade como um todo. Ao abordar uma ampla gama de questões relacionadas às lesbianidades, desde temas políticos e sociais até questões do cotidiano vivenciadas pelas mulheres lésbicas, o boletim ampliou o espaço de visibilidade e discussão

³⁷ChanaComChana, 1987, n. 12, p. 16.

dessas vivências. Além disso, ao documentar e divulgar as ações do GALF, o boletim contribuiu para fortalecer o movimento lésbico e gerar conscientização sobre as opressões enfrentadas pelas mulheres lésbicas. Com sua postura polêmica, transgressora e agitadora, as ativistas do GALF levaram adiante o discurso do feminino lesbiano, desafiando normas e preconceitos e inspirando outras mulheres a se unirem na luta por direitos e reconhecimento. O boletim ChanaComChana se tornou um marco na história do movimento lésbico brasileiro, deixando um legado de resistência, empoderamento e transformação social.

2. Identidade lésbica: jornada complexa e multifacetada, transcender fronteiras sociais, culturais e acadêmicas

“Conscientes da nossa multiplicidade e das diversas opressões que nos cercam, somos motores da mudança. Estamos presentes nas assembleias, nos coletivos, nos movimentos, nas instituições, disseminando, por meio de nossas vivências, quando expressamos nossa arte ou materializamos nossa intelectualidade – momento em que nos movemos por mudanças que gerem bem comum, que rompam com a lógica da opressão, que acabem com ideais homogeneizados e o poder dominante” (Rocka, 2021, p. 95).

A proposta desse capítulo é apresentar algumas discussões teóricas e filosóficas para pensar a existência lésbica, a existência de “mulheres” que se relacionam com outras e os momentos de construção identitária desses relacionamentos e identidades que divergem da norma. Também objetiva compreender os aportes e descolamentos sociais possíveis através da existência e do pensamento dessas mulheres, em sua maioria militantes.

O capítulo pretende abarcar discussões sobre gênero, sexualidade e sexo como temas transversais e necessários para a discussão da identidade lésbica, embora saibamos que essa rede vasta e complexa não caberia neste espaço, apenas faz-se um recorte com o intuito de aprofundar as percepções de existências não cisheteronormativas.

A formação da identidade lésbica está intimamente ligada ao movimento do Feminismo Radical nos anos 1970, particularmente nos Estados Unidos. O Feminismo Radical buscava romper com a misoginia e construir laços entre mulheres que permitissem discussões críticas sobre a heterossexualidade. Isso implica que a identidade lésbica emergiu como uma resposta à opressão das mulheres e como uma forma de desafiar as normas heterossexuais predominantes, promovendo uma visão mais igualitária das relações entre os sexos.

Meu objetivo é explorar questões conceituais relacionadas às normatizações de gênero e sexualidade, com o propósito de analisar a construção da identidade lésbica e suas interseções na sociedade ocidental. Para embasar essa discussão, serão examinados os conceitos fundamentais de gênero, além dos movimentos de deslocamento das práticas e identidades lésbicas que desafiam a heteronormatividade.

Os estudos sobre gênero e sexualidade têm suas bases no pensamento feminista, o que direciona a discussão sobre identidade lésbica para uma perspectiva que atravessa a luta da categoria mulher. Esse debate ocorre em paralelo às necessárias desconstruções destinadas a estabelecer as diversas identidades imbricadas, muitas vezes negligenciadas dentro do contexto do Feminismo. Dessa forma, a análise da identidade lésbica não apenas se enraíza no

Feminismo, mas também se entrelaça com outras perspectivas que buscam reconhecer e dar voz às pluralidades presentes nas experiências das mulheres.

É importante ressaltar que o uso da palavra “lésbica” neste contexto é uma escolha política e identitária. Reconhece que o conceito de relacionamento entre mulheres nem sempre se encaixa na definição estrita de identidade lésbica. No entanto, no âmbito do pós-estruturalismo e da categoria *queer*, a semântica lésbica é amplamente problematizada. Ao optar por utilizar esse termo, sabe-se das complexidades e debates que o cercam. A proposta foi fazê-lo por compreender a importância política e social do empoderamento que a categoria lésbica conquistou e desenvolveu ao longo das últimas décadas.

Como base teórica fundamental deste capítulo na discussão de gênero, destaca-se o pensamento de Judith Butler (2023). Butler questiona a natureza binária das relações de gênero e a própria definição do que constitui a categoria “mulher”, propondo uma desconstrução das relações estabelecidas entre sexo, corpo e a concepção historicamente enraizada que associa diferenças humanas ao sexo biológico. A discussão proposta por Butler (2023) é essencial para questionar o estabelecimento de padrões socioculturais que são justificados pela ciência, mas estão envolvidos com questões morais, e configuram o corpo no padrão binário como o homem “aquele detentor do pênis” e mulher “aquela detentora da vagina”.

A continuidade do capítulo aborda a construção do pensamento lésbico ocidental, enfocando os questionamentos surgidos na segunda metade do século XX que deram início às discussões sobre as identidades lésbicas, as quais começaram a tomar forma na academia e nos movimentos políticos da classe média. Para fundamentar essa discussão, recorreu-se às reflexões de duas renomadas pensadoras feministas: Monique Wittig (2006) e Adrienne Rich (1982), ambas lésbicas assumidas. Elas reexaminaram as questões pautadas nos movimentos feministas e questionaram as abordagens heterocêntricas que predominavam nas ações desse movimento durante a década de 1980. No entanto, é importante ressaltar que suas análises apresentam limitações ao não abordar o recorte de raça. Como mulheres brancas de nações economicamente desenvolvidas, suas reflexões não contemplam as diversas realidades e posicionamentos sociais das lésbicas, resultando em uma generalização que negligencia as intersecções de raça e classe.

A construção e a compreensão da identidade lésbica representam uma jornada complexa e multifacetada, que transcende fronteiras sociais, culturais e acadêmicas. No cerne dessa discussão, encontramos uma miríade de vozes e perspectivas que moldaram e continuam a moldar nosso entendimento sobre o que significa ser lésbica em um mundo que, muitas vezes, marginaliza e invisibiliza experiências não conformes à norma heterossexual.

No presente capítulo explora-se a desconstrução de estereótipos e a promoção de uma compreensão mais ampla e inclusiva da identidade lésbica, examinando seus *insights*, reflexões e desafios que enfrentam no contexto social, político e cultural atual. Ao mergulhar nas obras e nos pensamentos de autoras como Tania Navarro-Swain (2000) e Jules Falquet (2010), buscamos não apenas compreender a natureza fluida e multifacetada da identidade lésbica, mas também reconhecer sua importância como um espaço de resistência e empoderamento.

Neste capítulo, adentramos os desdobramentos e as perspectivas contemporâneas sobre a identidade lésbica, evidenciando o impacto das teorias lesbianas e *queer* no questionamento profundo dos pilares do Movimento Feminista, bem como na reconfiguração dos entendimentos sobre gênero, sexualidade e nas normas sociais que regem nossas vidas. Além disso, exploramos a contribuição da teoria *queer*, como discutida por Preciado (2010), na ampliação de nossos horizontes identitários, abrindo caminho para uma compreensão mais fluida e inclusiva das identidades lésbicas, transcendendo as limitações das categorias binárias e heteronormativas.

Por meio de uma análise crítica e reflexiva, buscamos não apenas compreender as transformações nas teorias e práticas relacionadas à lesbianidade e à teoria *queer*, mas também contribuir para um diálogo mais amplo sobre a diversidade, a complexidade e a fluidez das identidades humanas no mundo contemporâneo.

Além disso, discute-se a reapropriação do termo "sapatão" como uma tentativa de subverter as normas heteronormativas e reivindicar espaços de pertencimento e expressão para as comunidades LGBTQIAPN+. Ao desafiar as expectativas sociais em relação ao gênero e à sexualidade, as pessoas que se identificam como "sapatonas" estão engajadas em uma forma de resistência e empoderamento que busca transformar as hierarquias de poder existentes.

Autores como Sterling (2001) e Green (2000) oferecem *insights* valiosos sobre a evolução histórica dessas concepções, destacando como a linguagem e os estigmas sociais moldaram a percepção da identidade "sapatão". Porém, é nos escritos de Nunes (2021) que encontramos uma análise mais aprofundada sobre as implicações políticas dessa identidade. Nunes (2021) desafia a visão essencialista da lesbianidade e propõe uma abordagem mais fluída e multifacetada, onde a identidade "sapatão" é vista como um posicionamento político que transcende as categorias binárias de gênero e sexualidade.

Ao destacar a interseccionalidade das identidades "sapatão" e a variedade de expressões corporais e identitárias que ela engloba, Rocka (2021) nos convida a repensar nossas noções preconcebidas de gênero e sexualidade. Nesse contexto, a identidade "sapatão" emerge como uma força política que desafia os sistemas de opressão e dominação que moldam nossas vidas.

A partir das contribuições teóricas e das lutas políticas das lésbicas, emerge uma compreensão mais ampla sobre a identidade lésbica como algo fluido e em constante evolução, desafiando assim as concepções tradicionais de gênero e sexualidade. O capítulo enfatiza a importância de reconhecer e valorizar essa diversidade de identidades, destacando como as lésbicas são agentes ativos na desconstrução das normas sociais impostas pelo sistema heteronormativo.

Além disso, são abordadas as interseções entre gênero, sexualidade e poder, ressaltando como as lutas das mulheres lésbicas estão intrinsecamente ligadas à luta mais ampla contra a opressão heterossexista. A partir dessa perspectiva, a lesbianidade é apresentada como uma estratégia de resistência e subversão às estruturas de dominação impostas pela sociedade.

Por fim, conclui-se destacando o potencial revolucionário da lesbianidade, que não se limita apenas ao âmbito individual, mas provoca transformações culturais e sociais mais amplas. Refletir sobre a identidade lésbica faz-se necessário para promover o empoderamento das sujeitas que abraçam essa identidade e para aqueles que se afastam da heterossexualidade imposta.

Este capítulo busca não apenas esclarecer as definições e debates teóricos, mas também preparar o terreno para a análise das práticas educacionais e das representações de gênero e sexualidade nos espaços escolares.

O debate teórico sobre gênero, sexualidade e identidade lésbica apresentado no capítulo dois é crucial para a fundamentação e a abordagem do material didático desenvolvido. Esse material incorpora os conceitos para garantir que as/os estudantes do Ensino Médio possam explorar e compreender as múltiplas dimensões do gênero e da sexualidade de forma crítica e informada. Ao integrar os conceitos discutidos no segundo capítulo, o livro paradidático não apenas reflete uma compreensão acadêmica atualizada, mas também promove uma abordagem pedagógica que desafia estereótipos e incentiva uma visão mais inclusiva e diversificada da história das mulheres lésbicas. Dessa forma, o material didático se torna uma ferramenta eficaz para a educação sobre questões de gênero e sexualidade, alinhando-se com os debates teóricos e contribuindo para uma educação mais completa e crítica.

2.1. Gênero e sexualidade

O termo "gênero" começou a ser usado no contexto das Ciências Sociais e Humanas depois da metade do século XX, com uma origem complexa e multifacetada. Inicialmente, foi

utilizado para descrever as diferenças entre os papéis sociais, comportamentos e identidades associados a homens e mulheres.

“Buscavam, desta forma, reforçar a ideia de que as diferenças que se constataavam nos comportamentos de homens e mulheres não eram dependentes do “sexo” como questão biológica, mas sim eram definidos pelo “gênero” e, portanto, ligadas à cultura” (Pedro, 2005, p. 78).

Dessa forma, o conceito de gênero foi utilizado para destacar as construções culturais associadas aos papéis sociais, em contraposição à ideia de que as diferenças entre homens e mulheres são puramente biológicas. No intuito de categorizar e separar a construção cultural estabelecida de uma suposta natureza fixa inquestionável, como refletido nas definições binárias de homem e mulher na nossa sociedade.

O conceito de gênero foi introduzido nos estudos das feministas brancas com o intuito de compreender como as construções sociais moldam as experiências e a subjetividade das pessoas com base em seu sexo biológico. A partir desse ponto, o termo "gênero" passou a ser amplamente utilizado para analisar as dimensões sociais, culturais e políticas das identidades sexuais e de gênero.

Dentro do Feminismo cisgênero heterossexual branco, o conceito de gênero tinha como objetivo principal questionar os papéis relacionais que eram atribuídos a homens e mulheres na sociedade. Nesse sentido, o gênero emergiu como uma categoria política, buscando facilitar a compreensão dos espaços sociais e das explorações dessas sujeitas.

Joan Scott, uma renomada referência no estudo de gênero, destacou-se por sua compreensão da construção do conceito de gênero na sociedade, influenciada pelos estudos das feministas norte-americanas. Estas buscavam diferenciar sexo de gênero, propondo uma análise que visava identificar as características atribuídas a cada sexo e que eram naturalizadas como parte de sua essência (Scott, 1995). Tal abordagem visava desvelar padrões de comportamento que alimentavam um sistema machista, favorecendo homens cis brancos heterossexuais que não se viam obrigados a realizarem trabalho não remunerados, como os afazeres domésticos e o cuidado com as crianças.

Ao longo da história, a exclusão das mulheres nos espaços de conhecimento e no desenvolvimento intelectual formal contribuiu diretamente para a premissa construída de que sua condição era naturalmente limitada ao papel de fêmea procriadora e cuidadora. As mudanças de paradigma na Ciência ocorreram precisamente devido à expressão das feministas, que questionaram a escassez de seus espaços e começaram a categorizar seus entendimentos da sociedade. Scott acrescenta que:

“As pesquisadoras feministas assinalaram desde o início que o estudo das mulheres não acrescentaria somente novos temas, mas que iria igualmente impor um reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente. (Scott, 1995, p. 73)”.

Dessa forma, o termo "gênero" emergiu como uma categoria destinada a substituir o conceito de "mulher". Esse movimento foi especialmente marcante no campo da história, onde a abordagem positivista buscava resgatar figuras femininas proeminentes no cenário político e científico, com o intuito de compreender a "história das mulheres". No entanto, essa abordagem acabou por generalizar a experiência feminina, perpetuando uma perspectiva histórica que valorizava apenas feitos considerados "heroicos", deixando de fora uma ampla diversidade de vivências associadas ao que se entendia como “mulher” e construindo o próprio gênero.

“Pois uma narrativa histórica que nunca é neutra, e que apenas relata fatos em que homens estiveram envolvidos, constrói, no presente, o gênero. A história, neste caso, é uma narrativa sobre o sexo masculino, e constitui o gênero ao definir que somente, ou principalmente, os homens fazem história.” (Pedro, 2005, p. 87).

A história havia mantido em anexo o que chamou de “história das mulheres”, contribuindo para a naturalização do gênero. Além disso, o formato que anexa a vida das mulheres aos conteúdos políticos e econômicos da história as torna insignificantes para o entendimento dos fatos. Isso ocorre devido ao viés histórico estipulado em um formato único, construído por homens cis brancos e centrado na vida masculina. Na década de 1990, Joan Scott trouxe questionamentos sobre esse formato histórico, promovendo um resgate e uma discussão ampla acerca da relação de gênero na constituição da história. Ela objetivou problematizar os lugares fixos nos quais foram colocadas as mulheres e a própria história, propondo revisitar os escritos históricos com olhares críticos aos contextos que foram produzidos com a mesma permanência de suposições engessadas sobre os formatos binários dados aos gêneros (Scott, 1995).

Essa mudança de paradigma levou a categoria de gênero a alterar a “categoria mulher” para além desse mero apêndice histórico, anteriormente designado como a “história das mulheres”. Tornou-se evidente que categorizar a história de forma que atribuisse pouca relevância às mulheres, dentro do mesmo formato de pensar o passado e o presente, não era suficiente. Nesse contexto, a categoria de gênero emerge para ampliar a discussão e, inicialmente, substituir o termo “mulher”, com o intuito de neutralizar as concepções e objetivar os estudos (Scott, 1995).

“Enquanto o termo "história das mulheres" proclama sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos válidos, o termo "gênero" inclui as mulheres, sem lhes nomear, e parece, assim, não constituir uma forte ameaça” (Scott, 1995, p. 75).

Joan Scott esclarece ainda que o termo “gênero” foi introduzido para compreender as interações entre mulheres e homens, indo além da simples dicotomia entre os sexos (Scott, 1995). Essa perspectiva revela que a definição de “mulher” é predominantemente estabelecida por homens e moldada por privilégios masculinos, implicando que essa definição é contextual e relacional. Portanto, o estudo do gênero buscou analisar as desigualdades entre masculino e feminino, sendo um território fundamentado pelas feministas que permitiu o fortalecimento dos feminismos na luta contra as desigualdades.

Para Scott (1995), o gênero é uma categoria analítica que se constrói no Feminismo para discutir as questões relacionadas entre os sexos e instauradas como uma relação de poder.

Os elementos constitutivos do gênero são percebidos em seu formato simbólico, presentes direta e indiretamente nas ações cotidianas, nas políticas públicas e nas relações econômicas. Trata-se de um tema transversal na sociedade, de tal modo que a busca por sua origem ou elemento único é insuficiente para explicá-lo. Além disso, o processo definidor do gênero é, por conseguinte, produtor e/ou reproduzidor do mesmo sistema, espalhando-se por várias categorias sociais, e sua referência é sentida de maneira incorporada, natural, estabelecendo um poder dominante como única possibilidade de estrutura.

Concisamente, Scott coloca o gênero em duas definições que se interconectam: “ (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. ” (Scott, 1995, p. 86).

É válido salientar ainda como o gênero tece realidade, constituindo categorias sociais e organizacionais, tornando-se assim um campo de visão do mundo social, determinante em todas as estruturas e estabelecimentos de poder. “O gênero, então, fornece um meio de decodificar o significado e compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana” (Scott, 1995, p.89).

Além da contribuição fundamental de Scott (1995) sobre as definições e importância do gênero como categoria analítica, Judith Butler, em "Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade" (2023), traz problematizações sobre a genealogia do gênero, ou, na verdade, a genealogia do sexo. Dessa forma, suas análises revisitam as categorias de sexo e gênero, oferecendo uma perspectiva ampla ao que tradicionalmente tinha sido proposto nos

estudos de gênero. Sua crítica se inicia com a categoria "mulher", que é postulada pelo Feminismo, estabelecendo uma relação de "identidade comum" (Butler, 2023). Essa discussão pós-estruturalista questiona a própria unidade da categoria.

“Se alguém ‘é’ uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da ‘pessoa’ transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas” (Butler, 2023, p. 21).

No sistema binário de pensamento sobre sexo e gênero, foi codificado o "ser mulher" em uma lógica opressora, subjugada pelo "homem". Essa estrutura estabeleceu uma relação direta: de acordo com o sexo, são impostos socialmente padrões de comportamento para classificar existências múltiplas em dois parâmetros, consideradas complementares. Juntos, esses parâmetros representariam uma forma essencial da natureza: a procriação. A partir desse cenário, surge um conjunto de características que os sujeitos devem adotar, executando assim o ciclo biológico.

Esse debate invisibilizou a diversidade que se enquadra no significado de mulher, o que excluía determinadas identidades e seus respectivos direitos que garantiriam suas sobrevivências.

O questionamento dessa realidade caminhou no sentido de compreender que os órgãos sexuais não definem as performances, tornando possível a manifestação de características múltiplas. Judith Butler (2023) explora a ideia de posicionar o gênero como a origem da construção do sexo, ou mesmo considerar que ambos estão envolvidos em um processo comum de criação. Em suas palavras: “Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio constructo chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero se revela absolutamente nula” (Butler, 2023, p. 27).

Essa compreensão parte do entendimento de que o corpo não preexiste como uma fatalidade biológica-natural; ele é, em essência, uma construção social. Isso se reflete na maneira como é percebido e como se decide sobre quais aspectos determinar sua funcionalidade. Portanto, o corpo em si já é um produto cultural, moldado pela forma como é entendido, e suas determinações sexuais são influenciadas pela visão binária de gênero.

Além disso, Butler (2023) destaca a importância de reconhecer a multiplicidade de formas nas quais o opressor se manifesta, evitando reduzi-lo a um único formato colonizador.

Uma visão unidimensional do opressor pode negligenciar diversas formas de opressão, como raça, classe e heterossexismo. O olhar crítico sobre as construções culturais deve se dedicar à desconstrução e a criação de reflexões diversas sobre o opressor, pois a generalização perpetua vieses opressores e exclui formas múltiplas de existência. “[...] a insistência sobre a coerência e unidade da categoria das mulheres rejeitou efetivamente a multiplicidade das interseções culturais, sociais e políticas em que é construído o espectro concreto das “mulheres”” (Butler, 2023, p. 39).

Butler questiona a unidade como um formato "excludente de solidariedade no âmbito da identidade" (Butler, 2023, p.41). Isso nos leva a refletir sobre como a estrutura de luta por direitos, quando uniformizada em prol de uma conquista comum, acaba por excluir identidades e restringir reflexões mais amplas sobre o ser. Por vezes, essa abordagem se utiliza da mesma ferramenta que os opressores usam para conduzir a história, negando a pluralidade e um entendimento multifacetado dos modos de vida e existência. No entanto, é importante reconhecer que a luta unificada alcançou conquistas significativas e destacar que "unidades provisórias podem emergir no contexto de ações concretas que tenham outras propostas que não a articulação da identidade" (Butler, 2023, p. 41).

O gênero qualifica as pessoas e determina suas performances sexuais, compreendendo como o sujeito é classificado na sociedade. Dentro da binaridade de gênero, as classificações se reduzem ao que não são as existências: somos um gênero porque não somos o outro. Esse pressuposto reduz e fortalece as performances sociais que determinam os sentidos do ser e suas relações.

Além disso, o gênero se classifica em uma relação binária que não apenas determina como uma pessoa é no mundo, mas também influencia aspectos cotidianos, como a roupa que veste, os lugares que frequenta, o trabalho que exerce, a forma de se sentar e até a altura da voz. Essas influências são profundas e estabelecem a maneira como nos sentimos e com quem nos relacionamos.

Ao atribuir essa definição binária - homem e mulher - automaticamente vinculada a dois sexos - fêmea e macho -, institui-se que ambos devem se relacionar afetivo-sexualmente um com o outro. Essa norma imposta é a ordem dominante que garante condições de existência moral e legal, excluindo qualquer outra forma de ser e relacionar. Portanto, gênero e sexualidade são construções que estão intrinsecamente ligadas às mesmas performances. Dessa forma,

“A coerência ou a unidade interna de qualquer dos gêneros, homem ou mulher, exigem assim uma heterossexualidade estável e oposicional. [...] Essa concepção do gênero não só pressupõe uma relação causal entre sexo, gênero e desejo, mas sugere

igualmente que o desejo reflete ou exprime o gênero, e que o gênero reflete ou exprime o desejo” (Butler, 2023, p. 52).

Esse formato histórico-social de determinação de existência encontra suas limitações nos gêneros e sexualidades que se desviam da norma, quando desejos e identidades surgem fora das classificações aceitas. Embora haja certa flexibilidade e aceitação em alguns casos, desde que não ultrapassem os limites hierárquicos impostos, muitas vezes esses indivíduos são marginalizados e excluídos da história oficial.

Os sujeitos que desafiam as normas de gênero e sexualidade são frequentemente omitidos da narrativa histórica, reproduzindo assim a mesma esfera de poder que os marginaliza e inibe a expressão de suas identidades diversas. No entanto, é na resistência contínua aos padrões normativos que pessoas transexuais e não heterossexuais permanecem vivas para questionar o poder estabelecido e reivindicar seu lugar na sociedade.

Assim, Butler (2023) nos convida a questionar as definições do ser a partir do sexo, delineadas pelo gênero. Esse conceito, considerado um lugar biologicamente teorizado, estabelece relações e identidades verticais entre as existências, configurando um poder de um grupo sobre o outro. Dentro desses princípios impostos pela sociedade, as identidades ficam submetidas a padrões restritos e inalcançáveis, impossíveis de se fechar em si mesmos. Como Butler destaca, “Essa aparência se realiza mediante um truque performativo da linguagem e/ou discurso, que oculta o fato de que “ser” um sexo ou um gênero é fundamentalmente impossível” (Butler, 2023, p. 46).

Esses questionamentos nos ampliam a pensar a categoria do gênero para além do que as teorias biológicas e médicas, que emergiram na Europa a partir do XIX, definiram através da Ciência os corpos sexados, determinantes em seus modos de ser e se relacionar. De tal modo que dissidentes do gênero e da sexualidade imposta permanecem excluídos de acessos e direitos, embora se considere significativos avanços.

Butler (2023) e seu estudo da categoria de gênero nos provoca a pensar a existência como múltipla de significados, nos instigando a sair de uniformidades identitárias e compreender as diferenças dentro dos blocos engessados que definem “homens” e “mulheres”. Essa abordagem desafia os padrões estipulados e questiona a ordem política e moral que controla a sociedade. Além disso, promove um entendimento amplo das concepções humanas sobre a natureza, que constroem concepções culturais a partir de uma perspectiva universalizante e promovem a naturalização dessa determinação, construindo “verdades” que são reproduzidas e se tornam substantivas inquestionáveis como se fosse a própria essência natural.

“A relação binária entre cultura e natureza promove uma relação de hierarquia em que a cultura “impõe” significado livremente à natureza, transformando-a, consequentemente, num Outro a ser apropriado para seu uso ilimitado, salvaguardando a idealidade do significante e a estrutura de significação conforme o modelo de dominação” (Butler, 2023, p. 74).

O estudo de gênero se destaca ainda como um agente reconstrutor da história e da sociedade, oferecendo-nos uma nova maneira de conceber as existências. Ele nos possibilita conceber outros formatos significativos que permeiam a existência e as relações humanas. Portanto, compreender o gênero é de extrema importância quando se busca a história de pessoas que não se encaixam nas normas dominantes, como é o caso das lésbicas.

2.2. Ser lésbica: Identidade disruptiva

O que é ser lésbica? De quais sujeitas estamos falando quando determinamos essa identidade? Autoras que se identificavam/identificam como lésbicas vêm tecendo rastros para que possamos compreender o lugar social dessas sujeitas, mas ainda, elas vêm problematizar essa identidade e expandir suas ações de resistência.

Socialmente poderíamos dizer que, enquanto identidade, lésbica é uma caixa que, em determinados momentos, é importante que caibam já que para assumir essa identidade é necessário “sair dos armários”³⁸ padronizados. Historicamente a lésbica foi primeiramente dita, condenada ao pecado, a loucura, a doença. Séculos depois falamos de si, aceitamos esse posto como resistência contra todos que as negaram e ainda negam como sujeitas de direitos.

A identidade lésbica é um constructo complexo e multifacetado, abrangendo desde sua existência sócio histórica oprimida até as diversas criações teóricas que influenciam e são influenciadas por ela. É crucial explorar as perspectivas das próprias lésbicas sobre o que significa ser uma, bem como os critérios e padrões pelos quais são avaliadas.

É importante ressaltar que, na pós-modernidade, a questão da identidade se encontra fragmentada. As visões universais dos sujeitos e das sujeitas, que anteriormente sustentavam paradigmas e delimitavam espaços, agora estão sujeitas a desestabilização e deslocamento devido à compreensão de uma sociedade multifacetada. Hall (2006) nos afirma que:

³⁸ “Sair do armário” é uma expressão que significa revelar publicamente a própria orientação sexual ou identidade de gênero, especialmente quando se trata de assumir ser LGBTQIAPN+.

“Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais” (Hall, 2006, p. 9).

Nesse processo identitário, falar de identidade lésbica é abrir um leque histórico de entendimentos nem sempre coerentes e certamente variantes. As mudanças estruturais permitem que haja várias identidades em um sujeito e que estas podem ser usá-las em diferentes momentos. Além disso, as identidades tornaram-se movediças, diga-se, transformam-se e compõem espaços diante dos deslocamentos.

Sabendo que a construção da identidade lésbica é histórica, o objetivo aqui é discutir que estruturas foram potencializadas e quais foram deslocadas para se falar hoje de uma teoria lesbiana. Ademais também objetivo debater os deslocamentos que a lesbianidade proporcionou e como se deu sua construção teórica.

Woodward (2014) nos fala que:

“A representação compreendida como um processo cultural estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas as questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar (Woodward, 2014, p. 6-17).

Certamente, a identidade lésbica serve como um espaço de significado para pessoas que, dentro da categoria mulher, desafiam a ordem heterossexual ao se relacionarem com outras mulheres. Historicamente, como evidenciado no primeiro capítulo, essas sujeitas construíram essa identidade dentro de um sistema que as rotulou por desafiar a norma, resultando em categorizações excludentes.

A formação da identidade lésbica como espaço de empoderamento, surge como uma necessidade de sobrevivência, um entendimento de quem foi vista na margem da normalidade e teve a necessidade de se definir para se afirmar como sujeitas e lutar pela garantia de direitos, que permitissem seguir suas existências e desejos. E a dicotomia identitária se designa justamente pelo estabelecimento da identidade imposta heterossexual.

Discutir identidade é fundamental quando se abordam as questões de gênero e sexualidade. Inicialmente, essa discussão se concentrou na compreensão das diversas identidades, buscando desconstruir estereótipos únicos que homogeneizavam a categoria mulher. No entanto, à medida que o debate avançou, percebe-se a importância de considerar as interseções entre diferentes identidades. Portanto, a compreensão da identidade torna-se mais

complexa quando consideramos as interseções entre gênero, sexualidade, raça, classe social e outros fatores.

Dessa forma, a identidade é um processo contínuo de individualização de experiências e construção de perfis que estão constantemente em evolução. É uma discussão dinâmica e em constante renovação. O que antes dava significado ao sujeito e à sujeita como pertencentes de uma estrutura social hoje que se fragmenta, pois se compreende que um indivíduo possui ou faz parte de várias identidades (Hall, 2006).

O sexo biológico como expressão de identidade serviu durante a construção da história Ocidental para reforçar hierarquias e normas opressivas em relação a lesbianidade, pois sua construção estabeleceu determinantes históricos e sociais para a afirmação das características performáticas do gênero.

“A matriz cultural por meio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de ‘identidade’ não possam “existir” – isto é, aqueles em que o gênero não decorre do sexo e aqueles em que as práticas do desejo não “decorrem” nem do “sexo” nem do “gênero”. Nesse contexto, “decorrer” seria uma relação política de direitos instituído pelas leis culturais que estabelecem e regulam a forma e o significado da sexualidade” (Butler, 2023, p. 44).

A escritora brasileira Tania Navarro-Swain (2000) desafia essa norma ao sacudir as percepções sobre lesbianidades e deslocar referências heterocentradas. Para Swain “Esta seria a tarefa científica: desvirtuar as evidências, tirar delas a inocência da convicção e da certeza para se embrenhar na floresta de sentidos que criaram a condição humana e que fizeram de práticas socioculturais modelos definitivos de ser” (Swain, 2000, p. 15).

Para a construção da identidade lésbica foi preciso sacudir as estruturas heteronormativas que vinculava a heterossexualidade como o único formato natural de se relacionar, se apoiando em bases médicas e biológicas do século XIX. Esse viés perseguiu o século XX e definiu a normalidade e a patologia. Estando as relações afetivas e sexuais pautadas na ideia reprodutora como um marco humano e não cultural. Swain problematiza essa discussão:

“Mas quem pode assegurar essa divisão no decorrer de 40 ou 50 mil anos de história dos seres que viveram, amaram, construíram e desfizeram tramas sociais as mais diversas, as mais complexas, as mais simples? Quem pode assegurar que tudo sempre foi da mesma maneira, a não ser invocando uma crença qualquer, um poder ordenador transcendental, uma natureza humana dotada de características fixas e definitivas?” (Swain, 2000, p. 16).

Swain questiona as definições humanas a partir da sexualidade, ou seja, o formato com que olhamos para o passado, reflexo do olhar do presente, se dá através de divisões sexuais, em

definições binárias de homem e mulher. Embora entendamos que o que nos difere ou nos identifica como humanos poderia ser quaisquer outras características, poderia passar por cor da pele, dos olhos ou uma habilidade. Em suas palavras: “E por que sempre a divisão binária, por que sempre a suposição de hierarquias? Pode-se mesmo indagar se a sexualidade teria, ao longo da história humana, a mesma importância que lhe é dada hoje” (Swain, 2000, p. 20).

Na ordem cristã moral europeia as mulheres que se relacionaram com outras estavam às margens, quando não inexistentes. No entanto, não mais submersas, desde meados do século XX, essas pessoas se autointitularam lésbicas em um movimento contrário ao que foram nomeadas: de orgulho e ciente de seus desejos, não em um formato fechado de negação e correção. E assim fizeram, porque primeiramente assim foram postas.

“Ao nomear, identificar, catalogar as lesbianas enquanto desvio da natureza, caricatura do masculino ou certa patologia, as ciências e o senso comum criaram, ao mesmo tempo, o espaço de sua existência, de sua presença no mundo. Deram origem assim à possibilidade de identificação, do encontro, da união, da reivindicação; a quebra da solidão engendra a corrente da informação, do conhecimento, da ajuda mútua, da solidariedade.” (Swain, 2000, p. 63).

As identidades tendem a surgir a partir do momento que se cria a ordem. A partir da criação de estereótipos que compõem e se repetem formando um modelo único de existir, o qual gera imprescindivelmente, o outro, e este diretamente marginalizado e excluído. (Swain, 2000). Dessa forma, a identidade lesbiana surge da exclusão, da relação direta de resistência.

Assim como postula Foucault (2019), o poder não é apenas repressivo, ele também é produtivo. Ou seja, o poder não apenas limita as ações das pessoas, mas também as capacita e as tornam capazes de agir de certas maneiras. Além disso, Foucault destaca que sempre existe resistência ao poder. Essa resistência pode ser encontrada em formas individuais de desafio, bem como em movimentos sociais mais amplos. Dessa forma, Foucault sugere que a criação da ordem é um processo complexo que envolve tanto a imposição de poder quanto a resistência a esse poder.

E essa resistência não poderá ser definida dentro do mesmo padrão de entendimento, tampouco se cria apenas uma ordem unidirecional. Assim, a ordem heterossexual não produz em si uma resistência determinada em homossexualidade ou lesbianidade, a resistência produzida desafia várias nuances prescrita a ordem heterossexual e as classificações estão em movimento de ruptura e resistência.

“Se as classificações tentam definir um perfil para a sexualidade lesbiana, a tarefa é inglória. Não há UMA sexualidade lesbiana, pois não há um modelo a ser seguido, não há uma receita, não há mistérios; presente-se uma busca e um conhecimento do

próprio corpo que é utilizado no prazer de outrem e de si mesmo” (Swain, 2000, p. 86).

Para Swain, portanto, a lesbianidade é um deslocamento que não possibilita criar uma identidade, é uma prática que não tem o poder de formar e designar a existência. Além disso, construir essa identidade seria “um contra-imaginário domesticado, e encontrar uma coerência identitária seria tão ilusório quanto uma coerência de gênero” (Swain, 2000, p. 91).

Por outro lado, a importância da identidade representa uma conquista de luta e existência. Através da visibilidade social e das configurações identitárias, são estabelecidas políticas públicas e ações que promovem a inclusão na sociedade. A teoria lésbica está intrinsecamente ligada aos movimentos sociais, como os feministas e lesbofeministas, que tiveram e têm como objetivo nomear e lutar por garantias e condições de vida. Historicamente, o pensamento lésbico e o movimento lésbico se desenvolvem concomitante ao processo de definição identitária, com o intuito de discutir suas causas e opressões, e lutar por políticas que garantam a sobrevivência e o respeito a essas vivências.

A identidade lésbica surge dentro do movimento lésbico feminista a fim de questionar a lesbianidade como uma categoria política, compreendendo que afirmação e existência é espaço de deslocamento de várias ordens sociais, tais como: a multiplicidade do ser mulher, o questionamento sobre o que significa mulher, a discussão da mulheridade para além da norma heterossexual.

Suas demandas somam a outras questões de gênero e sexualidade e reivindicam espaço de reconhecimento a partir do entendimento das relações de poder que atuam aos dissidentes da norma. É importante pensar a lesbianidade hoje como uma identidade múltipla, afinal, não há um formato único a estabelecer tal relação. Assim como não existe um caminho único sugerido ou um conjunto de características que pudessem abarcar as diferenças e singularidades de se dizer lésbica.

Jules Falquet (2012), renomada socióloga francesa nos estudos de sexualidade, elabora uma pesquisa intitulada "Desafiando o tabu da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política", que tem grande significância sobre o pensamento lésbico contemporâneo e suas rupturas. Este estudo aborda a lesbianidade não apenas como um movimento social e prática política, mas também como um campo amplo de estudo que fundamenta as sexualidades dissidentes. A autora destaca a importância do enfoque interseccional em seu trabalho, reconhecendo a sexualidade como um fator de opressão social.

Falquet (2012) identifica diversas contribuições significativas da lesbianidade, destacando seu papel em questionar e desafiar a hegemonia cultural da heterossexualidade, promovendo uma visão mais ampla e inclusiva das identidades sexuais. A autora também enfatiza a importância de reconhecer a diversidade de experiências e identidades dentro da comunidade lésbica, defendendo a inclusão de vozes marginalizadas e desafiadoras nas discussões sobre sexualidade e política.

É importante referenciar também que a definição de lésbica, tal qual sua discussão identitária faz parte da construção do pensamento Ocidental dominante. Essa categoria, assim como a categoria da ordem heterossexual, “implica numerosos postulados eminentemente sociais, os quais foram progressivamente instalados em diferentes sociedades.” (Falquet, 2012, p.10)

Jules Falquet (2012) nos fala sobre a relevância de pontuar a discussão dentro da lógica ocidental, a parte desta cairíamos em problemáticas etnocêntricas, afinal, em outras culturas e civilizações os conceitos de gênero e sexualidade vão ser dispares, e as classificações seriam outras. Em suas palavras:

“Em contrapartida, práticas que poderiam parecer lésbicas nas lógicas ocidentais atuais, sejam práticas sexuais ou matrimoniais, não o são necessariamente pelas sociedades que as põem em prática. Assim, pelo menos em cerca de trinta sociedades, como os nandis do Quênia Ocidental, existem formas de casamento entre “mulheres” sem que estas tenham necessariamente práticas sexuais entre si” (Falquet, 2012, p. 11).

Dessa forma, entende-se que a lesbianidade não se refere apenas a mulheres que se relacionam sexualmente entre si, mas que a categoria deve compreender o contexto em que ela está inserida, sem homogeneizarmos vivências e opressões, para então não reproduzirmos os caminhos universalizantes de identidade e opressão.

Esses apontamentos têm como objetivo ampliar a visão crítica em relação às questões de sexo, gênero e sexualidade em nossa sociedade. Implica ainda em uma abordagem ampla de questionamentos que buscam construir reflexões profundas e desenvolvimento de práticas que viabilizam as existências das lésbicas.

A identidade lésbica, portanto, não tem uma definição única, ela perpassa por construções sociais e culturais que moldam seu significado e ampliam a compreensão de forças de poder atuantes tanto no entendimento da opressão como o significado da resistência. Mas há uma construção do pensamento lesbiano e uma práxis que altera os sistemas diante do pensar e do identificar-se como lésbica.

Para aprofundarmos a questão, segue uma análise sobre as considerações de duas importantes pensadoras, Adrienne Rich (2010) e Monique Wittig (1980), que são referências na construção do pensamento e identidade lésbica na década de 1980, no norte global, e que influenciou movimentos feministas e lésbicos aqui no Brasil. A seguir, destaca-se alguns debates atuais sobre a lesbianidade e seus deslocamento juntamente com a identidade “sapatão”.

2.2.1. Adrienne Rich e Monique Wittig: Perspectivas que redefinem a identidade lésbica

Na segunda metade do século XX, ocorreram debates significativos dentro dos feminismos do pensamento ocidental, marcando um momento histórico de confronto com os conceitos tradicionais e arraigados de gênero e sexo. Reconhecer e dar voz às existências que se desvinculam dos homens, especialmente nas relações entre mulheres, tornou-se crucial para empoderar e fortalecer identidades que desafiaram a heterossexualidade dominante.

Esse movimento de separação e desvinculação das mulheres dos homens é visto como um importante deslocamento das forças machistas de poder que atuavam na sociedade, representando uma mudança significativa nas dinâmicas de gênero e poder.

Adrienne Rich e Monique Wittig emergiram como figuras proeminentes na construção do pensamento lésbico durante a década de 1980. Como importantes teóricas e escritoras, seus trabalhos exerceram uma influência profunda na compreensão da identidade lésbica e sua interseção com questões de poder, linguagem e identidade.

Adrienne Rich, lésbica norte-americana discutiu o conceito de lesbianidade na década de 1980 e propôs empoderar lésbicas e mulheres heterossexuais através do entendimento da heterossexualidade como uma instituição política, a qual domina e oprime mulheres (Rich, 2010). Inspirada pela exclusão social enfrentada por lésbicas, sua proposta visou reverter esse cenário, dialogando com seus pares para a compreensão do impacto social que a lésbica e seu empoderamento representam, visto que a existência lésbica desafia os padrões impostos ao gênero dominado (o feminino).

Para isso, Rich (2010) estabelece o que ela chama de “Continuum Lésbico” como uma forma de relação que transcende o aspecto meramente afetivo-sexual. Para ela, essa ideia oferece uma nova perspectiva ao erótico e amplia as conexões entre mulheres.

A profundidade e a conexão entre mulheres estabelecem relações — sejam elas familiares, fraternas ou profissionais — que são intrínsecas e podem ser classificadas dentro do “Continuum Lésbico”, mesmo que as participantes não se identifiquem como lésbicas (Rich, 2010). Para a autora, esses formatos de relacionamento resilientes e fortalecidos entre mulheres

estão intrinsecamente ligados ao “Continuum Lésbico”. No entanto, a naturalização da heterossexualidade tende a ignorar e apagar essas conexões, categorizando-as como patologias, crimes ou pecados e mulheres que desafiam a norma heterossexual são vistas como desviantes de sua suposta natureza de submissão ao homem.

“Tudo isso nos permite conectar essas mulheres com as mais celebradas “lésbicas” da escola de mulheres ao redor de Safo do século VII A.C, com as sociedades secretas e as redes econômicas que se encontram entre mulheres africanas e com as irmandades chinesas de resistência ao casamento – comunidades de mulheres que se recusaram a casar ou que, se casadas, comumente se recusavam a consumir seus casamentos e logo deixavam seus maridos, as únicas mulheres na China que não tiveram seus pés amarrados e que, segundo diz Agnes Smedley, festejavam os nascimentos de meninas e organizavam bem-sucedidas greves de mulheres nas fábricas de seda” (Rich, 2010, p. 38-39).

Nesse contexto, Rich (2010) expande a concepção da identidade lésbica ao questionar o papel preponderante que a heterossexualidade ocupa na vida das mulheres. Por que as mulheres são comumente definidas pela heterossexualidade quando seus laços afetivos vão além dessa única relação? Muitas vezes, outras formas de vínculos estabelecidos por mulheres são ainda mais significativas para suas identidades. Surge, então, a indagação sobre porque as relações conjugais heterossexuais têm sido tão definidoras de identidades em comparação com outras formas de relacionamento, e porque elas ocupam um lugar tão central nesse processo de definição.

A identidade lésbica, portanto, vai ser concebida dentro de um espectro de referenciais onde não há uma definição fixa, pois, as definições fixas estariam associadas ao modelo heterossexual, o qual, conforme a perspectiva de Rich (2010), não se aplica aos relacionamentos entre mulheres. Este teria uma construção contínua de significado.

Para desenvolver a categoria lésbica, considerada como um amplo formato de relacionamento entre mulheres, Rich (2010) propõe uma reflexão sobre a norma heterossexual, que ela denomina de "heterossexualidade compulsória". A autora entende que a heterossexualidade não é apenas um modelo de relacionamento, mas sim uma norma socialmente imposta, a qual invisibiliza e oprime outros formatos de se relacionar.

A "heterossexualidade compulsória" fundamenta-se em um modelo de coerção que leva as pessoas a adotarem a heterossexualidade, sem permitir uma discussão mais aberta sobre seus sentimentos e desejos, direcionando-as para um único caminho que foi justificado, nos séculos XIX e XX, como uma relação natural e biológica. Esse viés, de acordo com Rich, é responsável pelo olhar repulsivo direcionado às lésbicas (Rich, 2010).

Portanto, a discussão sobre lesbianidade está intrinsecamente ligada à heterossexualidade, que, segundo a autora, continua a se manifestar como um sistema opressor para todas as mulheres. Através da dominação masculina, as mulheres são submetidas a uma série de violências que apenas reforçam o próprio domínio masculino. Na análise da autora, a sexualidade masculina é tão institucionalizada que se manifesta em várias esferas, tornando difícil limitar a luta de resistência a um único ponto (Rich, 2010).

Constituída em um modelo assimétrico, a heterossexualidade, promove a diferença como segmento que institui a violência masculina sobre as mulheres. Ademais, segundo Rich (2010), é a heterossexualidade compulsória a grande responsável por diversas violências sofridas pelas mulheres na sociedade, não apenas as lésbicas. Ela retrata, apoiando-se em outros autores, o processo de violência econômica, física, psíquica e sexual que as mulheres sofrem na sociedade, seja em cenários domésticos, públicos ou de trabalho. Além de justificar as violências sexuais masculinas, impedindo as mulheres de se libertarem das violências sofridas.

[...] o que certamente impressiona é, sobretudo, o fato de que nós não estamos confrontando apenas a manutenção simples da desigualdade e da posse de propriedade, mas também um feixe difuso de forças que abarcam desde a brutalidade física até o controle da consciência, o que sugere que uma enorme contraforça potencial vem sendo restringida” (Rich, 2010, p. 25).

A naturalização dessas relações opressivas reverbera diretamente às mulheres lésbicas, que são excluídas da norma social por se negarem ao constructo heterossexual de força e dominação. A heterossexualidade está para Rich como o problema chave a ser enfrentado, pois ela é o que mantém o acesso ao corpo e a vida econômica das mulheres (Rich, 2010). Dessa forma, as relações afetivas sexuais entre mulheres permanecem ocultas, excluídas e ojerizadas, afinal são relações que excluem o opressor/dominador do comando.

Rich (2010) fala ainda que a ausência de discussão e o apagamento da mulher lésbica dentro do Feminismo é bastante prejudicial para o movimento, visto que a não discussão sobre a heterossexualidade compulsória estaria por manter as relações de poder do homem sobre a mulher. Acentua também que o processo de libertação feminina está relacionado com o entendimento sobre as forças sociais que impulsionam a heterossexualidade.

“Tomar passo a favor do questionamento da heterossexualidade como uma “preferência” ou “escolha” das mulheres – e, assim, fazer o trabalho intelectual e emocional que vem a seguir – irá exigir coragem de uma qualidade especial das feministas que se definem como heterossexuais, mas acho que a recompensa será grande: uma libertação do pensamento, a exploração de novos caminhos, a dissolução de outro grande silêncio, uma nova claridade nas relações interpessoais” (Rich, 2010, p. 35).

Ou seja, para Rich, a mulher lésbica seria um grande referencial libertário que se desvincula diretamente de seu opressor e oportuniza repensar outros formatos de relacionamento. Em suas palavras: “A existência lésbica inclui tanto a ruptura de um tabu quanto a rejeição de um modo compulsório de vida. É também um ataque direto e indireto ao direito masculino de ter acesso às mulheres” (Rich, 2010, p. 36).

Rich (2010) fundamenta sua teoria acerca da heterossexualidade compulsória trazendo à tona a matança histórica das mulheres lésbicas e/ou as que se relacionaram afetivo e sexual com outras. Como pontuado no primeiro capítulo, a história dessas mulheres foi abafada, destruída em fogueiras, excluída de famílias, presas em conventos e casas de acolhimento, internadas em clínicas psiquiátricas. Esse cenário torna a identidade lésbica “sem acesso a qualquer conhecimento de tradição, continuidade e esteio social” (Rich, 2010, p. 36). Dessa forma, a naturalização da heterossexualidade como formato único de relacionamento se manteve instaurado na consciência social coletiva.

Ou seja, para a autora, a heterossexualidade compulsória não é só um formato de invisibilizar mulheres lésbicas, mas de dominar todas as mulheres. Por isso, é a condição primeira de rompimento e reflexão. Nesse contexto, a lésbica já seria a própria representação de resistência e luta contra a opressão.

Monique Wittig, escritora lésbica francesa, também se destacou como uma figura proeminente no movimento feminista lésbico durante os anos de 1980, oferecendo valiosas contribuições para o pensamento lésbico. Em sua obra “O pensamento heterossexual” (1980), Wittig empreende uma análise a partir da linguagem explorando os símbolos e o inconsciente, e examina as programações elaboradas em nossa psique em relação ao mundo. Embora Wittig se identifique como materialista, sua abordagem destaca a materialidade como um produto da linguagem e do discurso, subvertendo assim concepções convencionais. Essa inversão paradigmática é central em seu pensamento. Um de seus principais objetivos é desafiar as perspectivas eurocêntricas do século XIX, que estabeleceram narrativas naturalizantes em torno das concepções binárias de homem e mulher.

Sua crítica ao pensamento Ocidental defende que ele se constrói sob o dogma da diferença sexual. Pois, embora a ciência tenha questionado os dogmas religiosos e morais a partir do século XIX, adotando uma abordagem científica, os conceitos de moralidade corporal e os dogmas da sexualidade permaneceram intocados e foram naturalizados (Wittig, 1980).

Para Monique Wittig (1980), a produção simbólica gerada pela linguagem constitui o campo de estudo e crítica das identidades “mulher” e “lésbica”. Ela argumenta que as estruturas sociais não questionadas servem como o ponto de partida para pensar sobre as existências e

classificações das pessoas lésbicas. Wittig (1980) concebe a categoria "lésbica" e a categoria "mulher" como categorias políticas, e sugere que nossa compreensão do mundo é mediada pela linguagem. Portanto, ela encara a lesbianidade não como uma orientação sexual, mas como um local político. Wittig (1980) postula que as noções de homem e mulher só são construídas quando olhamos para o mundo a partir de uma perspectiva de dominação, que exclui a alteridade. A forma como nos relacionamos com o outro produz as categorias hierárquicas de homem e mulher.

A autora tensiona o discurso questionando o esforço das lésbicas a utilizar categorias impostas na linguagem dentro da heterossexualidade, para ela a naturalização da heterossexualidade promove discursos opressores dos quais não contemplaria a lésbica. Dessa forma, a heterossexualidade é uma forma de pensamento que divide o mundo em opostos complementares, hierarquicamente distribuídos. Wittig (1980) foca na heterossexualidade, não porque ela é a base, norma ou origem de todas as coisas, mas porque é um conceito que não foi problematizado pela ciência.

“Os discursos que acima de tudo nos oprimem, lésbicas, mulheres, e homens homossexuais, são aqueles que tomam como certo que a base da sociedade, de qualquer sociedade, é a heterossexualidade. Estes discursos falam sobre nós e alegam dizer a verdade num campo apolítico, como se qualquer coisa que significa algo pudesse escapar ao político neste momento da história, e como se, no tocante a nós, pudessem existir signos politicamente insignificantes” (Wittig, 1980, p. 2).

O discurso, conforme percebido por Monique Wittig, não apenas reflete a realidade da opressão, mas também limita nossa compreensão e visão de outras realidades ao permanecermos enredados na linguagem do opressor. Para Wittig (1980), essa linguagem está enraizada na heterossexualidade e na concepção binária de homem e mulher. O pensamento heterossexual, segundo ela, é um discurso que abarca todas as categorias, leis morais, história e indivíduos, reduzindo-os a conceitos universais que, para a autora, são meras construções. Essa realidade está intrinsecamente ligada a uma perspectiva de mundo heterossexual, que não permite espaço para outras formas de relacionamento que não sejam dominadoras (Wittig, 1980).

O formato categórico no qual estamos imersos fundamenta-se na diferenciação e no domínio do outro, onde o "outro" é qualquer pessoa que se perceba como diferente e, conseqüentemente, passível de ser dominado. A própria noção de diferença é, em si, uma categoria política de dominação. “Por exemplo, o conceito de diferença entre os sexos constitui ontologicamente as mulheres em diferentes/outras. Os homens não são diferentes, os brancos

não são diferentes, nem o são os senhores. Mas os pretos, tal como os escravos, são” (Wittig, 1980, p. 4).

Em sua análise, Wittig conclui, então, que as categorias “homem” e “mulher” como categorias do pensamento heterossexual não podem nomear as pessoas homossexuais e lésbicas, visto que seria uma permanência da perspectiva de dominação, da perspectiva heterossexual (Wittig, 1980). Quando há um modo de vida que recusa a norma heterossexual há um rompimento com a mulheridade.

Além disso, em seu texto, Wittig (1980) traz as lésbicas como sujeitas que quebram o contrato heterossexual e, portanto, não poderiam ser mulheres, visto que para ela, mulher só existe dentro da heterossexualidade, de seu sistema econômico, político e linguístico. Dessa forma, a lésbica da Wittig não é uma pessoa, não se refere a prática sexual, mas é um espaço conceitual. É um espaço de possibilidades que a gente cria (Wittig, 1980).

O que Wittig (1980) faz é romper com a categoria mulher, para ela a lesbianidade não é compatível com a mulheridade porque são duas formas distintas de existir no mundo. Diferentemente da Rich que entende mulher numa perspectiva existencialista, a pessoa que tem determinada corporalidade dentro de um sistema de opressão, natural, Wittig pensa a mulheridade como uma categoria política (uma forma de existir no mundo). Rich (2010) foca no que nos une e Wittig (1980) no que nos separa.

A Wittig (1980) vai propor a revisão de todos os conceitos estabelecidos. Ela argumenta que o público não pode ser considerado feminino, uma vez que sua construção é essencialmente masculina. São inseparáveis. Público e privado, religião e o político não podem ser ponto de partida, devem ser objetos de investigação. Para o Feminismo, Wittig (1980) argumenta, deve-se quebrar o dogma da diferença sexual.

Mas do que conceituar a lesbianidade sobre o que ela é, devemos conceituá-la pelo o que ela pode vir a ser. Afinal, a homossexualidade não é um efeito da heterossexualidade. Dessa forma, a lesbianidade não seria a resposta, mas a pergunta: o que pode ser produzido a partir da fissura gerada na quebra da heterossexualidade? Para Wittig, a lesbianidade não pode ser compreendida dentro do pensamento heterossexual. Ela representa outra concepção, outra forma de vida.

Rich (2010) muda o referencial, ou seja, a partir do momento que se tira o sexo como referencial e se coloca o vínculo afetivo, não haverá diferença entre lésbicas e heterossexuais, porque ambas criam vínculo fortes além do sexual. Wittig (1980) vai defender que a categoria mulher é posta na sociedade moderna através do contexto da heterossexualidade e por isso,

lésbica não é mulher. Dessa forma a “mulher” seria, no panorama crítico atual, a pessoas cis e heterossexual. A lesbianidade é uma forma de escapar da categoria mulher.

Apesar das divergências, ambas compartilham a intenção de desafiar as normas e categorizações dos sujeitos nas relações de poder. Elas propuseram um exercício de deslocamento, que não necessariamente deve estar ligado a uma tentativa de redefinição da lesbianidade, mas sim alterar os referenciais que delineiam as fronteiras e possibilitam a emergência de novas formas de entendimento. De tal maneira que ambas fazem sentido ao promoverem diferentes formas de deslocamento.

A Rich (2010) entende a heterossexualidade como uma violência e diante dessa realidade propõe um modo de vida e sobrevivência através da lesbianidade. A Wittig (1980) rompe, pensa na lesbianidade como um modo de vida, mas que não pertence a categoria mulher. É importante frisar que ambas são superficiais na questão de raça e classe, autoras oriundas do norte global, representam o pensamento branco em meados da segunda metade do século XX.

2.2.2. Lesbianidade e teoria *queer*: Deslocamentos e conceitos contemporâneos da identidade lésbica

No final do século, as teorias lesbianas vão provocar questionamentos no entendimento do gênero e da sexualidade, dentro do movimento feminista e da categoria de mulher. Como principais referências temos Adrienne Rich (2010) e Monique Wittig (1980), que, embora discutindo vertentes distintas acerca do entendimento da sexualidade e suas vivências, provocam o lugar político da lesbianidade, questionam a heterossexualidade como norma e criam deslocamentos sobre as relações de poder que atravessam a identidade lésbica, como abordado anteriormente.

A partir da década de 1990 e no início do novo milênio, as identidades dissidentes da heteronormatividade perpassam por outros questionamentos e teorizam sobre o campo do gênero e sexualidade em outros segmentos. Aprofunda-se sobre as camadas de poder e evocam a liberdade do corpo a partir de rupturas mais profundas.

Novos modelos identitários e os próprios entendimentos sobre a identidade passam a fazer parte da sociedade globalizada a qual pertencemos, que se caracteriza por uma acelerada modernização dos costumes ao mesmo tempo em que valoriza as liberdades individuais.

“É notável que a quantidade de informação na rapidez como as coisas chegam e a multiplicidade de opinião presente no novo século da Era Digital é responsável

também por essa variedade tão grande de concepções, de maneiras de se ver, se identificar e até identificar outras” (Rocka, 2021, p. 106).

Esse cenário questiona a sexualidade apenas como uma prática sexual, seu entendimento se desenvolve como um estilo de vida e as ramificações tornam-se cada vez mais complexas. Fruto de questionamentos de vários movimentos sociais como os feministas e homossexuais do século XX, as definições identitárias hoje rompem com o essencialismo e o “estar sendo” prolifera em detrimento do “ser”.

A designação “lésbica” não abarca todas as mulheres envolvidas em relações sexuais ou afetivas com outras mulheres. É, antes, uma construção identitária que desafia a norma da heterossexualidade e da identidade de gênero associada ao sexo. Contudo, as identidades são produtos de construções históricas e carregam significados diversos na multiplicidade das experiências humanas. Assim, identificar-se como lésbica está intimamente ligado à forma como nós percebemos no contexto social e ao modo como atribuímos significado à nossa própria existência.

Pensar que os indivíduos são múltiplos e que suas práticas sexuais não necessariamente definem suas identidades é fundamental. Essa perspectiva vai além das concepções do século passado sobre “homossexualidade” e “lesbianidade”, as quais se revelam como visões redutoras e limitantes, enraizadas nas mesmas estruturas da heteronormatividade. Cada vez mais, reconhecemos a diversidade de existências e a complexidade das identidades humanas. Nesse sentido, a sigla LGBTQIAPN+ tende a expandir-se, refletindo a compreensão de que a experiência de ser e pertencer como sujeito é influenciada por uma multiplicidade de fatores, nos quais os desejos não são fixos.

“Presencia-se, nesse caso, o fato mais geral de as identidades sociais não se constituírem de modo linear, nem necessariamente explícitas. Nessa configuração da pessoa nem tudo é solar; é possível deixar na sombra, não nomeadas certas dimensões da construção de si e uma delas é o espaço entre o desejo e a elaboração de uma identidade sexual marcada” (Heilborn, 1996, p. 141).

Essa compreensão está ligada ao conceito de interseccionalidade, uma abordagem analítica que reconhece a interconexão e a interdependência de diferentes formas de opressão, discriminação e desigualdade. Ele foi originalmente desenvolvido por feministas negras, como Kimberlé Crenshaw, na década de 1980, para abordar as experiências únicas de mulheres negras que enfrentam discriminação baseada não apenas no gênero, mas também na raça.

Atualmente, a interseccionalidade é amplamente utilizada em diversos campos, como estudos de gênero, sexualidade, antropologia, Direitos Humanos e justiça social. Ela destaca

como as identidades sociais, como raça, gênero, classe social, orientação sexual, habilidade física, entre outras, se sobrepõem e se cruzam, influenciando as experiências de cada indivíduo de maneira única e complexa.

Essa abordagem reconhece que as pessoas não são apenas afetadas por uma única forma de opressão, mas sim por uma combinação delas, e que essas formas de opressão estão entrelaçadas e interagem de maneiras complexas. Assim, a interseccionalidade busca analisar e compreender as diferentes camadas de discriminação e privilégio que as pessoas enfrentam com base em suas identidades sociais interseccionais.

Vale salientar ainda que as discussões sobre interseccionalidade descolonizam a visão do dominante (em geral, homem cis, branco, cristão) como modelo universal de existência e passa a compreender questões que modificam bruscamente o modelo de vida. Afinal, de acordo com Falquet (2012, p. 24) “[...] a heterossexualidade como ideologia e como instituição social constrói e naturaliza não somente a diferença dos sexos, mas também a diferença de “raça” e classe”.

É crucial desafiar os arranjos convencionais de existência e ampliar nossas compreensões sobre a diversidade de experiências humanas. Devemos nos distanciar do modelo categorizado, cisheteronormativo e branco, que se apoia em classificações binárias e estereotipadas, ignorando a multiplicidade de formas de existência. Esse modelo não apenas invisibiliza uma variedade de identidades, mas também negligencia os complexos cruzamentos de fatores como raça, classe e gênero que são essenciais na formação da identidade humana.

“[...]É preciso reconhecer que mulheres lésbicas negras deram o primeiro grito, que hoje também existem mulheres lésbicas de cor, latinas, transsexuais, que lutam pela descolonização de seus corpos. Este é o movimento que precisa ser retomado, reforçado e reconhecido. Lutar não apenas para existir, mas coexistir também entre nós e nossas inúmeras diferenças. Aí vejo por que a militância lésbica não pode se perder nos entraves da guerra identitária contemporânea” (Rocka, 2021, p. 107).

A teoria *queer*, desenvolvida desde os anos 1990, emerge como uma base crucial para a construção de significados identitários, ao examinar de forma crítica as normas convencionais dentro do domínio da cisheteronormatividade. Além de permitir a análise das experiências transgêneras, essa teoria questiona e problematiza concepções relevantes nos estudos gays e lésbicos.

Preciado (2010, p.16) esclarece que o movimento *queer* (no texto referido como "multidão *queer*" devido à diversidade de minorias que o compõem) não se limita à busca por uma identidade natural, como aquela restrita às definições de homem e mulher, tampouco se

restringe às práticas sexuais identificadas como heterossexuais e homossexuais. Ao contrário, o movimento abraça a ampla diversidade de corpos que existem para além das normas impostas, binárias e heterossexuais. Nas palavras de Preciado: “O que está em jogo é como resistir ou como desviar das formas de subjetivação sexo políticas” (2012, p. 16).

O movimento *queer* emerge como uma extensão dos próprios movimentos identitários feministas e homossexuais, à medida que teóricos e ativistas começam a revisar criticamente suas abordagens e o desenvolvimento dos movimentos sociais. Este movimento representa uma reivindicação por categorias que não foram devidamente problematizadas nos movimentos sociais, que se basearam em construções identitárias uniformizantes. Por exemplo, o feminismo, que historicamente naturalizou a feminilidade, ao ser dominado pela narrativa das mulheres brancas, de classe média e heterossexuais. E os movimentos de gays e lésbicos, que estabeleceram suas identidades com base em práticas sexuais, reforçando assim o enquadramento dessas identidades dentro do padrão heteronormativo (Preciado, 2010, p. 17).

A política das multidões *queer* emerge de uma posição crítica a respeito dos efeitos normalizantes e disciplinares de toda formação identitária, de uma desontologização do sujeito da política das identidades: não há uma base natural (“mulher”, “gay” etc.) que possa legitimar a ação política [...] Não existe diferença sexual, mas uma multidão de diferenças, uma transversalidade de relações de poder, uma diversidade de potências de vida. Essas diferenças não são “representáveis” porque são “monstruosas” e colocam em questão, por esse motivo, os regimes de representação política, mas também os sistemas de produção de saberes científicos dos “normais”. (Preciado, 2010, p. 18)

Dessa forma, a teoria *queer* representa uma complexa rede de desconstrução do poder normativo da heterossexualidade e das categorias sociais que a permeiam, tais como gênero, raça e classe. No contexto do debate sobre identidade lésbica, a teoria *queer* desafia categorias fixas, permitindo uma compreensão mais ampla e fluída das identidades lésbicas, que podem se sobrepor e se entrelaçar com outras identidades de gênero e sexualidade. Além disso, a teoria *queer* abre espaço para a exploração de identidades lésbicas que não estão exclusivamente vinculadas a uma única orientação sexual, reconhecendo a fluidez e a complexidade das experiências de desejo e identidade. Isso engloba, por exemplo, pessoas que se identificam como lésbicas, mas também podem sentir atração por outras identidades de gênero, ou pessoas que adotam a identidade lésbica em um contexto cultural específico, mas podem assumir outras identidades em diferentes contextos.

2.2.3. A Revolução da “Sapatão”: Mudando paradigmas através da construção da identidade

“Os vitorianos, por exemplo, contrastavam o macho sexualmente agressivo e a fêmea sexualmente indiferente. Mas isso criou um mistério. Se só os homens sentiam um desejo ativo, como poderiam duas mulheres desenvolver um interesse sexual mútuo? Resposta: uma das mulheres tinha que ser uma invertida, alguém com atributos marcadamente masculinos” (Sterling, 2001, p. 43).

Historicamente a lésbica foi associada à ideia de “invertida”, um termo amplamente utilizado no século XX, para descrever mulheres envolvidas em relações sexuais entre si. Esta concepção era fundamentada na construção binária do gênero e do sexo, onde a Ciência categorizava a possibilidade de relacionamentos entre duas mulheres como dependente de uma delas ser “invertida”, assumindo o papel “natural” do homem na relação sexual. Essa perspectiva implicava em uma abordagem das relações lésbicas a partir da violência institucionalizada da heteronormatividade. Dessa forma, surgiu o termo “sapatão” para descrever a “lésbica ativa”, aquela que desempenhava o papel atribuído ao “homem” dentro de uma reprodução hierárquica dos papéis sociais. “Essa oposição binária refletia as categorias heterossexuais tradicionais de homem e mulher, em que o homem era considerado “ativo” nos encontros sexuais e a mulher, sendo penetrada, era “passiva”. ” (Green, 2000, p. 278).

As mulheres que desafiam as normas tradicionais de feminilidade, seja através da manifestação de características consideradas masculinas, da demonstração de independência ou do desejo sexual por outras mulheres, foram marginalizadas pela sociedade. A rejeição dessas mulheres aos papéis femininos tradicionais, incluindo a “passividade” esperada, as colocava fora do paradigma dominante de gênero. A expressão pejorativa “sapatão” é apresentada como um reflexo desse desconforto social em relação às mulheres que foram percebidas como fortes e masculinizadas. Estigma de mulheres que desafiaram as normas de gênero tradicionais, especialmente aquelas que se identificam como lésbicas e rejeitam os papéis femininos convencionais (Green, 2000, p. 279-280).

A identidade lésbica foi estabelecida no século XIX e firmemente enquadrada dentro de uma perspectiva binária e heteronormativa que categoriza os corpos dentro da definição de “mulher”. No entanto, as teorias sobre lesbianidade surgidas na segunda metade do século XX desafiaram essas normas, introduzindo novas visões e abordagens identitárias que incluíam corpos que não se encaixavam nessas categorias convencionais. Nesse contexto, o termo “sapatão” passou por um processo de resignificação, deixando de carregar uma conotação pejorativa e contribuindo para desestabilizar a perspectiva essencialista da identidade lésbica.

Nunes (2021) sugere que essa identidade não deve ser reduzida a uma única categoria fixa, mas sim vista como uma multiplicidade de possibilidades e experiências que desafiam as normatizações. Ela propõe explorar as "corporalidades sapatão" traçando linhas que vão além das normas heterossexuais estabelecidas e abrindo espaço para uma variedade de maneiras de "ser sapatão" que possam questionar e transformar as bases estéticas da identidade lésbica. Em suas palavras:

“[...] Até aqui observamos que a lesbinaidade binariamente ligada à lógica heterossexual foi muito questionada dentro do movimento de intelectuais lésbicas, porém o tensionamento sexo/gênero, que petrifica os corpos entre machos e fêmeas a partir dos seus genitais, é o que estabelece o rompimento epistemológico entre lésbica e *sapatão* (Nunes, 2021, p. 323) ”.

A identidade "sapatão" pode ser entendida como uma forma de posicionamento político por parte das mulheres lésbicas. Elas rejeitam as expectativas e normas impostas pelo modelo heterossexual de comportamento e expressão, optando por uma abordagem que desafia ativamente essas convenções. Ao fazer isso, elas utilizam sua expressão corporal, linguagem e cultura como formas de resistência e enfrentamento à hegemonia da heterossexualidade.

Além disso, a construção da identidade "sapatão" pode ser vista como uma estratégia política que oferece às mulheres um espaço alternativo, indo além dos papéis tradicionalmente atribuídos ao gênero feminino. Em vez de se conformarem com essas expectativas sociais, as mulheres que se identificam como "sapatões" buscam criar novos significados e possibilidades para si mesmas, desafiando assim as estruturas de poder e as normas dominantes de gênero e sexualidade.

Em resumo, a identidade "sapatão" é mais do que apenas uma categoria pessoal ou uma preferência sexual, mas sim um ato político e uma forma de resistência que busca subverter e transformar as hierarquias de poder e as normas sociais existentes.

A anunciação do termo "sapatão" está intrinsecamente ligada ao movimento *queer*, surgido nos EUA, e à sua política de reapropriação identitária. Ao longo do tempo, termos como "viado", "sapatão", "bicha", entre outros, foram transformados de ofensas depreciativas em identidades politicamente estratégicas. Ao abraçarem esses termos, as pessoas não heterossexuais não apenas rejeitam a negatividade associada a eles, mas também os transformam em símbolos de resistência e empoderamento. Essa reapropriação é vista como uma estratégia política para desafiar as normas heteronormativas e reivindicar espaços de pertencimento e expressão para as comunidades LGBTQIAPN+ (Nunes, 2021).

A sapatão decodifica a divisão sexual convencional, associada a outros termos que saem do Feminino, apresentando características postas ao masculino, como “caminhão” ou “mulher-macho”. Deslocando, dessa forma, as categorias de definição de mulher, homossexual, lésbica, entre outros. Nunes (2021) cita Sam Bourcier (2015), um teórico não binário, que assim se define e amplia nosso entendimento sobre as identidades:

“Eu sou mulher?!”. Diria que sou sapatão. É uma identidade de gênero muito mais do que uma identidade sexual. Eu sou sapatão e eu me atraio sexualmente por outra sapatão. [...] E se eu me envolver sexualmente com uma pessoa transsexual? Então, eu não sou uma lésbica se você define como lésbica o fato de ser uma mulher ou estar envolvida com questões das mulheres” (Bourcier, 2015, *apud* Nunes, 2021, p. 324).

Rocka (2021) vai nos dizer que a identidade sapatão vai além da ideia de uma mulher que não se encaixa nos padrões tradicionais de feminilidade. Isso implica que essa identidade desafia ativamente normas e pode incluir uma variedade de expressões de gênero e sexualidade. Não é exclusivamente atração por mulheres que define alguém como "sapatão". Mulheres bissexuais ou pansexuais também podem se identificar como tal, demonstrando que essa identidade vai além da orientação sexual e abrange uma conexão mais ampla. Tampouco não é necessário se enquadrar no estereótipo de "mulher masculinizada" para se identificar como "sapatão". Isso sugere que essa identidade pode ser adotada por pessoas com uma variedade de expressões de gênero, incluindo aquelas que se identificam como gênero fluido e transitam entre estereótipos de masculino e feminino (Rocka, 2021).

Nesse contexto o "universo sapatão" intersecciona dentro da comunidade LGBTQIAPN+, sendo uma identidade flexível e que dialoga com outras, além de transitar por corpos e outras identidades relacionadas a classe, raça e territorialidade.

Ser sapatão branca, classe média, privilegiada e universitária, no Brasil, é diferente politicamente de ser sapatão negra, pobre e mãe na periferia do mesmo país. É evidente que há pesos nas corporalidades, e é justamente esse peso – a materialidade dos corpos – que a teoria *queer* nos ajuda visibilizar enquanto ferramenta para uma análise mais contundente com a realidade específica de cada localidade” (Nunes, 2021, p. 324).

As pessoas que se identificam como "sapatão" podem ter uma variedade de expressões corporais que não se encaixam nas divisões binárias tradicionais dos sexos. Isso significa que a identidade "sapatão" não é restrita a uma única aparência ou forma corporal, mas abrange uma diversidade de características físicas. Nas palavras de Nunes (2021): “Sapatão não tem uma essência biológica que o determine, a identidade emerge quando for necessária em determinados espaços políticos, traçando linhas de conexão com a não heteronormatividade de corporalidades distintas” (Nunes, 2021, p. 325).

Ao destacar a natureza construída historicamente da heterossexualidade e das práticas sexuais baseadas na divisão binária dos gêneros, é possível abrir espaço para a emergência de outras formas de corporalidade, afeto e desejo que estão além das normas vigentes. Isso sugere uma crítica à ideia de que a heterossexualidade é a única forma válida de expressão sexual e que os papéis de gênero são fixos e imutáveis.

Por fim, é fundamental enfatizar que a identidade “sapatão” não se trata apenas de uma orientação sexual, trata-se de uma identidade que permeia a existência, para além de suas relações interpessoais. Isso se evidencia quando observamos que, muitas vezes desde a adolescência, a identidade "sapatão" já está presente na vida de diversos indivíduos, mesmo antes de estabelecerem qualquer tipo de relacionamento. Essa identidade acompanha os corpos ao longo de suas jornadas e molda a forma como esses corpos são socializados no meio, desafiando normas e existindo politicamente. Além disso, essa identidade é fluida e se adapta aos diferentes contextos históricos e entendimentos do corpo. Um exemplo disso é a neologia "*sapatrans*", que descreve a identidade de "sapatão" que, muitas vezes, acompanha homens trans durante um período de suas vidas e que, mesmo após transicionarem, continuam a se identificar como "sapatão". Não cai na divisão binária dos corpos.

A sapatão introduz uma lógica identificatória alternativa que transcende tanto a identidade sexual quanto a identidade de gênero. Desafia a categoria tradicional de sexualidade, criando espaços para a expressão de identidades que não se encaixam no pensamento heteronormativo dominante.

“A manada/alcateia de *sapatonas*, *translesviadas*, *maricas*, *bichas*, *machorras* introduz uma outra lógica identificatória ao atravessar identidade sexual e identidade de gênero, criando linhas de fuga e produzindo, ontologicamente e epistemologicamente, um leque variado de um *estar sendo* político e estratégico em oposição à dualidade do pensamento heteronormativo” (Nunes, 2021, p. 327).

2.3. O papel crucial das teorias e ações lésbicas na desconstrução do sistema heteronormativo

“Lésbicas perverteram a noção de que o corpo da mulher serve ao homem, rompeu a barreira da dominação do macho, do corpo como objeto de reprodução, do sexo como instrumento de poder” (Rocka, 2021, p. 94).

A lesbianidade, surgida de uma compreensão por vezes radical sobre a mulher e suas relações, representa um conceito recente historicamente, forjado nas lutas dos movimentos sociais em defesa dos direitos de um grupo previamente invisibilizado e, portanto,

marginalizado. A definição da lésbica como uma construção histórica frequentemente entra em conflito com a ideia de lésbica como uma identidade fixa. Surge então a indagação: como podemos caracterizar alguém com base em suas práticas sexuais? Quais atividades conferem o título de lésbica? E, inversamente, quando tais práticas não são manifestadas, a identidade lésbica continua a existir?

Incorporar a lésbica dentro de uma identidade exige uma profunda ruptura e reflexão sobre diversos conceitos arraigados. É necessário questionar as definições convencionais de homem e mulher, compreender as dinâmicas sociais que perpetuam e legitimam estruturas de poder, e abordar metodologicamente as dimensões, muitas vezes limitadas pela perspectiva ocidental, de compreender os seres humanos e suas identidades.

Quando as lésbicas se autodefinem e começam a articular as questões que as afetam, estão contribuindo significativamente para a desconstrução das relações de poder estabelecidas. Ao desafiar concepções arraigadas e naturalizadas de sexo e gênero, essas perspectivas abrem espaço para questionamentos profundos sobre os ideais impostos que sustentam a opressão e os privilégios associados ao masculino, ao homem branco cis heterossexual. Ao reconhecerem-se como um grupo com identidade própria, elas promovem deslocamentos no pensamento sobre as diferenças e as relações de poder.

Explorar as identidades dentro da lesbianidade implica em discutir também as interseções entre gênero e sexualidade na nossa sociedade. A norma social, ao estabelecer o gênero em uma perspectiva binária (homem e mulher), pressupõe uma sexualidade heterossexual. Portanto, ao debater a lesbianidade como uma sexualidade que desafia essa norma, estamos também questionando as próprias bases do conceito de gênero. Nesse contexto, as teorias lésbicas desempenham um papel fundamental ao ampliar o debate sobre gênero e identidade.

Dessa forma, o discurso enfatiza a necessidade de reconhecer e valorizar outras identidades, visando fortalecer o processo de aceitação da diversidade e inclusão das diferenças. Contudo, é crucial questionar a ideia de identidade como algo estático e imutável, inclusive quando esta é construída a partir do sexo, tornando-se um padrão normativo que limita as possibilidades identitárias para além das definições convencionais.

As lésbicas contribuem significativamente para a mudança de perspectiva em relação à visão naturalista e simplista da sexualidade, dos gêneros e dos sexos que prevalece no senso comum. Elas desafiam a ideia comum de que a heterossexualidade é uma forma natural de atração entre dois sexos, destacando a complexidade e a diversidade das experiências humanas em relação ao desejo e à identidade sexual. Essa inversão de perspectiva convida a uma reflexão

mais profunda sobre as construções sociais e culturais que moldam nossas compreensões sobre sexualidade e identidade de gênero.

Os movimentos lésbicos, que crescem em influência e se expandem a partir da década de 1970, desempenham um papel fundamental na quebra dos padrões heteronormativos de poder. Ao representarem uma forma de existência que não se baseia em relações íntimas com homens, as lésbicas desafiam as instituições de poder patriarcais, tornando-se agentes significativos de ruptura dentro da sociedade. Falquet (2012) vai nos dizer que:

“[...] Ora, foi precisamente a partir da conjunção deliberada coletiva entre práticas sexuais, amorosas e alianças materiais entre “mulheres” em detrimento das relações obrigatórias com os “homens”, quer dizer, a partir da lesbianidade como movimento político, que puderam ter lugar as verdadeiras revoluções do pensamento que eu apresento aqui” (Falquet, 2012, p. 14).

Os movimentos de lésbicas contribuíram significativamente dentro dos movimentos sociais questionando lutas sociais mais abrangentes as diferenças, promovendo a reflexão sobre as práticas cotidianas em relação aos objetivos políticos, como questões relacionadas à sexualidade, família, divisão sexual do trabalho e definição dos papéis de gênero. Além disso, ressalta a concepção da inseparabilidade das opressões racista, patriarcal, capitalista e heterossexual, enfatizando a importância da luta interseccional. O movimento lésbico oferece diversas possibilidades de vivenciar a lesbianidade que vão além do contexto ocidental, ampliando assim o entendimento sobre essa experiência.

Rocka (2021) nos fala que desde a década de 1950, quando a homossexualidade era proibida, surgiu a popularidade dos casais "butch + femme", nos quais uma parceira assumia o papel masculino e a outra o papel feminino, essa configuração para a autora emulava o modelo de casal heterossexual como uma forma de resistência. Posterior a esse período, com a chamada segunda onda do Feminismo, as lésbicas estavam inseridas em discussões políticas e em coletivos que fortaleciam a comunidade lésbica. É importante ressaltar, que as discussões sobre lesbianidade nem sempre ganhavam espaço, até que o movimento lésbico conseguiu se desvincular e construir seu próprio movimento.

As relações entre mulheres, devido ao processo de heterossexualidade compulsória, estiveram restritas a ambientes e grupos de pessoas, de tal forma que as relações costumavam (e ainda costumam) se cruzar entre as pessoas da comunidade, gerando assim um fenômeno conhecido como “rebuteteio”. Esse fenômeno também representa uma ligação entre mulheres lésbicas que alteram os formatos de relacionamento, inserindo a possibilidade de construir vínculos para além dos relacionamentos amorosos e ressignificar as relações dentro da

comunidade. Não é incomum, por exemplo, uma lésbica se relacionar com a ex companheira da sua ex. Esse formato, na verdade, gera uma importante rede de fortalecimento e resistência das lésbicas, sapateiros e demais dissidentes da norma heteronormativa.

É fundamental destacar que a discussão sobre a identidade lésbica está intrinsecamente ligada a deslocamentos, os quais são fluidos e em constante evolução. Portanto, abordar a diversidade nas orientações sexuais implica também discutir a construção das identidades. Por meio do pensamento lésbico, é possível compreender os corpos e suas significações em dimensões que ultrapassam as normas impostas pela heteronormatividade, reconhecendo assim o caráter fluido dos processos de construção de novas identidades.

“Fato é que não existe purismo lésbico quando existe heterossexualidade compulsória, quando existe diversidade cultural, complexidade humana física e intelectual. Não existe um ideário lésbico padrão. Não existe homogenia lésbica. O que existem são estereótipos e os esteriótipos, ainda assim, são diversos.” (Rocka, 2021, p. 99-100).

As ramificações importantes do lesbianismo político é a crítica à heterossexualidade. Afinal, o sistema heterossexual fundamenta a sociedade ao dividir a humanidade em dois sexos, o que por sua vez serve de base para a construção de dois gêneros opostos. Essa estrutura impõe relações desiguais de complementariedade, justificando assim a divisão sexual do trabalho. Esta divisão se reflete na exploração das mulheres em diversas esferas da vida, incluindo o âmbito doméstico, trabalhista, reprodutivo, sexual e psicoemocional (França, 2021).

A sexualidade não é simplesmente uma questão natural, mas também um aspecto político. Ao longo da história, os conceitos em torno da sexualidade foram moldados e institucionalizados de acordo com uma lógica masculina, especialmente no que diz respeito ao controle dos corpos das mulheres. O sistema político heterossexual é descrito como explorador das mulheres, evidenciando as relações de poder que se manifestam através de violência física e psicológica, bem como de mecanismos que as colocam em uma posição subalterna. Além disso, o sistema reforça normas relacionadas ao casamento, à família, à feminilidade e à sexualidade, e as mulheres são pressionadas a seguir essa norma, mesmo que a considerem opressiva e insatisfatória. O lesbianismo político é visto como uma estratégia para desafiar a supremacia masculina. É fundamental que as mulheres compreendam a heterossexualidade como um sistema de dominação e que o fortalecimento das relações entre mulheres é essencial para combater esse sistema (França, 2021).

Ao questionar a naturalização da heterossexualidade e das práticas sexuais binárias, é possível abrir espaço para a diversidade de experiências e identidades que desafiam e resistem ao pensamento heteronormativo e às normas de gênero tradicionais. Compreender as

lesbianidades como uma identidade flexível e diversificada, levando em consideração suas diferentes manifestações dentro das existências individuais, nos permite conceber a identidade "sapatão" como um ponto de ruptura que abraça a lesbianidade enquanto desloca as noções de gênero. Assim como a palavra "lésbica" foi anteriormente usada de forma pejorativa e posteriormente assumiu um significado empoderador, o termo "sapatão" carregava uma conotação negativa imposta pela sociedade para rotular mulheres que divergiam da feminilidade em suas apresentações e estabeleciam relacionamentos com outras mulheres. As sapatões representam uma forma de resistência, manifestando sua identidade na própria imagem, provoca o ser mulher, em sua personificação e consideração.

“Sapatão rompe com as perspectivas de mundo heteronormativas não se estabelecendo somente pela sexualidade, mas por variadas linhas de identificação que mudam continuamente. A heterossexualidade *versus* a homossexualidade não existem dentro da lógica sapatão; as possibilidades de existência rompem com esse binarismo” (Nunes, 2021, p. 325-326).

Por fim, a lesbianidade convida a uma ampla revolução cultural e social, provocando transformações nos corpos e em entidades sexuadas, categorização de gênero e relacionamentos. Sugere, dessa forma, a necessidade de transformações profundas nas estruturas sociais para alcançar uma sociedade mais igualitária e justa.

3. Uma Discussão sobre Gênero, Sexualidade e Educação: Espaços de litígio e resistência

Este capítulo tem o objetivo de debater as questões relacionadas ao gênero e à sexualidade no espaço escolar. É essencial compreender que a construção de identidades de gênero e sexualidade é um processo cultural complexo e contínuo. Tornar-se mulher ou homem é uma construção que leva uma vida inteira, assim como as sexualidades são parte de um vasto processo cultural ao qual os indivíduos estão submetidos, reprimidos e impostos. As definições que nos guiam criam marcas incisivas que, muitas vezes, parecem naturais porque estão impressas em diversos aspectos de nossos cotidianos (Louro, 2008).

Ao examinar como o ambiente escolar contribui para a construção e reforço de padrões heteronormativos, buscamos compreender o impacto que isso tem sobre a formação de identidades e a inclusão de perspectivas não heteronormativas.

Reconhecendo que indivíduos que desafiam as normas de desejo sempre existiram em diversos contextos, este capítulo destaca a importância dos Núcleos de Estudo de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a Mulher (NEG) como espaços de resistência para a comunidade LGBTQIAPN+ dentro das escolas, especialmente nas escolas do Estado de Pernambuco. Os núcleos são espaços institucionalizados onde há liberdade para discutir gênero e sexualidade na escola. Para a comunidade LGBTQIAPN+, esses espaços são muitas vezes os únicos disponíveis, tornando-se mais que necessários; são conquistas e possibilidades de construir um mundo melhor.

A análise dos Núcleos de Gênero e Enfrentamento à Violência Contra a Mulher nas escolas de Pernambuco oferece um contraponto importante, mostrando como esses espaços atuam como agentes de resistência e transformação dentro do sistema educacional.

Para ilustrar o papel dos Núcleos de Gênero, realizou-se uma pesquisa sobre as postagens nas redes sociais, especificamente no *Instagram*, demonstrando as ações e debates realizados pelos núcleos. O foco nas postagens da comunidade LGBTQIAPN+ se dá porque as lésbicas fazem parte dessa comunidade e é ali que se estabelecem irmandades e se promovem debates para aquelas que ousam romper com a norma heteronormativa.

A análise dos Núcleos de Gênero, com foco nas postagens do *Instagram*, revela a riqueza das produções e as demandas dos sujeitos envolvidos nesses espaços. Observando as práticas e os debates promovidos pelos núcleos, foi possível identificar necessidades e desafios enfrentados pela comunidade LGBTQIAPN+ no ambiente escolar. Essa compreensão foi fundamental para a elaboração do material pedagógico, que se alinha diretamente com as temáticas e demandas observadas nos núcleos, visto que são esses os espaços escolares abertos diretamente para a discussão de gênero e sexualidades. O livro paradidático, portanto, não

apenas visa ser uma ferramenta educacional nas aulas de História, mas também pretende ser utilizado nos Núcleos de Gênero, enriquecendo os debates e oferecendo um recurso adicional fruto de uma pesquisa rigorosa.

3.1. Gênero e Sexualidade na Escola

A partir da década de 1970, os movimentos feministas passaram a incluir debates sérios e transgressores sobre as significâncias do corpo feminino e das sexualidades, desafiando os poderes hegemônicos na sociedade. Essa ampliação abrangeu discussões sobre o feminismo negro, lésbico e trans, que começaram a questionar o feminismo dominante e a abordar questões antes silenciadas. Entretanto, a incorporação dessas discussões nas escolas ocorreu de forma mais lenta e gradual.

No Brasil e no exterior, só algum tempo depois passou-se a discutir a inclusão de pedagogias feministas nas instituições de ensino, reconhecendo-as como espaços fundamentais para a formação e construção da cidadania, onde seria possível desconstruir estereótipos de gênero e promover a igualdade desde cedo. Inicialmente, essas discussões focaram nos papéis sociais desiguais estabelecidos pela definição binária de sexo, sem aprofundar as definições sobre corpos e diversidade dentro da categoria "mulher".

Essa perspectiva, que considera como verdade inquestionável a existência de uma distinção entre os seres humanos com base no sexo, definido como homem e mulher, sustenta-se pela ideia de uma complementaridade biológica entre os sexos. Essa visão promove a crença no desejo único, a heterossexualidade, sugerindo que qualquer desvio desse padrão seria considerado anômalo ou doentio. Argumenta-se, ainda, que essa diferença sexual é a justificativa para as desigualdades entre as categorias estabelecidas de homem e mulher.

Nesse sentido, Louro (1997, p. 21) argumenta que:

“É imperativo, então, contrapor-se a esse tipo de argumentação. É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. O debate vai se constituir, então, através de uma nova linguagem, na qual *gênero* será um conceito fundamental”.

Nesse contexto, Louro (1997) destaca como os atributos de sexo e gênero mantêm identidades excluídas, especialmente por sua ligação direta com a determinação heterossexual.

Segundo a autora, os atributos baseados na caracterização do gênero se tornam um verdadeiro terror quando desafiados. Por exemplo, as pessoas trans (transgênero, transexual e travesti) e aquelas que não se encaixam no modelo heterossexual são frequentemente submetidas a um espaço de chacota, inferiorização e marginalização, especialmente dentro do ambiente escolar. Este cenário é alimentado por um aparato social que inibe e exclui aquelas/aqueles que não se conformam com a heteronormatividade, perpetuando uma estrutura que reforça estereótipos de gênero e marginaliza qualquer forma de expressão que não se alinhe com os padrões preestabelecidos.

Durante todo o século XX, o Estado estabeleceu um lugar patológico para os dissidentes da heterossexualidade, exercendo controle sobre seus corpos por meio de discursos médicos, psicológicos e psiquiátricos. Esses discursos determinavam quais corpos eram considerados normais, garantindo-lhes acesso e garantias de vida, enquanto os corpos considerados anormais eram marginalizados e sujeitos a tratamentos. A escola, como uma das principais instituições da sociedade, desempenhou um papel significativo na manutenção desses lugares sociais, reproduzindo e reforçando as normas estabelecidas.

“A construção dos gêneros e das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado. Família, escola, igreja, instituições legais e médicas mantêm-se, por certo, como instâncias importantes nesse processo constitutivo” (Louro, 2008, p. 18).

A imposição heterossexual é um fenômeno que permeia todos os aspectos da sociedade, formando um verdadeiro exército que opera em várias frentes para defender esse modelo de relacionamento, sem considerar as consequências para as pessoas envolvidas. Este sistema está profundamente enraizado nas estruturas sociais, divisões de classe, aspectos culturais e até mesmo dentro dos próprios indivíduos, perpetuando-se, inclusive, através do sistema educacional.

Nesse contexto, a escola, embora seja um espaço de formação social essencial pois faz parte da formação das/dos sujeitas/sujeitos, desempenha um papel paradoxal na sociedade. Enquanto promove a construção da cidadania, a disseminação do conhecimento científico e o fortalecimento das relações sociais, também atua como um agente reprodutor do sistema imposto. Não apenas molda sujeitos e subjetividades, mas também reproduz valores arraigados que tendem a favorecer os grupos hegemônicos e legitimar concepções sociais preestabelecidas.

Como Junqueira (2009, p. 162) destaca:

“Tomar consciência de que o campo da educação se constituiu historicamente como um espaço disciplinador, normalizador e reprodutor de desigualdades é passo decisivo

para promover a desestabilização das lógicas e dos compromissos tradicionais próprios de uma política educacional concebida para estar a serviço de poucos.”

Dentro das escolas, ainda estão presentes as definições limitadas do entendimento de gênero, que se baseiam principalmente em definições biológicas dos sujeitos. Isso influencia toda a construção sociológica e histórica do indivíduo, restringindo a criticidade a paradigmas que estão alinhados com as forças hegemônicas e classificatórias. Essas definições determinam os direitos e possíveis deveres dos indivíduos, instruindo as performances de gênero e orientando os desejos.

A escola segue um caminho inverso ao esperado numa sociedade democrática, pois em vez de assumir um compromisso de valorização das diferenças, muitas vezes, se mantém na tentativa de uniformizar as estudantes e os estudantes.

Essa uniformização favorece predominantemente a representação da família nuclear heteronormativa. Além disso, os adultos conservadores tendem a abordar essas questões em segredo e de forma discreta, limitando qualquer discussão aberta a situações de brincadeiras e deboche (Louro, 1997). Essa abordagem restritiva não apenas silencia aquelas/aqueles que já estão marginalizados e privados de voz, mas também reforça implicitamente a estrutura heteronormativa como a única e legítima.

Ignorar a discussão sobre sexualidades nas escolas, ou abordá-la apenas com base na heterossexualidade como referência, é ignorar processos naturais e culturais essenciais que fazem parte da convivência em sociedade. Muitas vezes, premissas preconceituosas acreditam que evitar falar sobre a comunidade LGBTQIAPN+ nos ambientes escolares é uma forma de "prevenir" que adolescentes se "tornem homossexuais"³⁹. Essas premissas são errôneas e prejudiciais, pois perpetuam o estigma negativo que associa as sexualidades e identidades de gênero não heteronormativas a doenças, uma crença que existe há mais de um século e que sugere até mesmo que essas identidades são "contagiosas" se expostas (Louro, 1997).

“Obviamente esses mitos estão todos colocando a heterossexualidade no polo positivo das dicotomias que antes assinali, relegando a homossexualidade ao lado doente, anormal, impróprio, nocivo, e levando, conseqüentemente, aqueles e aquelas que se identificam como homossexuais a se refugiar no segredo e no silêncio” (Louro, 1997, p. 139).

³⁹ Utiliza-se a palavra “homossexual” para parafrasear os indivíduos que se baseiam no senso comum e utilizam a “homossexualidade” como sinônimo, universalizante, da comunidade LGBTQIAPN+. No entanto, é importante destacar que essa associação invisibiliza os demais participantes da comunidade, reduzindo a diversidade e complexidade das experiências de gênero e sexualidade.

A escola, apesar de ser uma instituição que foi criada para a elite hegemônica, ao longo do tempo, passou a ser requisitada por aqueles que estavam excluídos dela e continua a ser solicitada como um lugar de ocupação para diferentes corpos e identidades. No entanto, ainda persistem questões importantes: quem pode circular nos corredores de cabeça erguida? Quem pode e quer ser visto como uma pessoa que assume sua existência? Quem são os escondidos? Quem são aqueles que ficam em lugares despercebidos? Essas perguntas refletem a complexidade da convivência na escola, onde as desigualdades entre indivíduos são evidentes e muitas vezes geram exclusão.

É importante refletir que as diferenças implicam, necessariamente, a atribuição de uma norma. Se há diferença, é porque há o estabelecimento de uma característica tida como normal, a base, a “versão oficial” (Louro, 1997). Esse processo de normalização define quem é visível e valorizado na escola e quem é relegado às margens, forçando-nos a questionar como e por que certas identidades são aceitas enquanto outras são invisibilizadas. Portanto, entender quem pode circular livremente e quem se esconde nos corredores não é apenas uma questão de presença física, mas de como a norma escolar molda e restringe a diversidade.

“Gestos, movimentos, sentidos são produzidos no espaço escolar e incorporados por meninos e meninas, tornam-se parte de seus corpos. Ali se aprende a olhar e a se olhar, se aprende a ouvir, a falar e a calar; se aprende a *preferir*. Todos os sentidos são treinados, fazendo com que cada um e cada uma conheça os sons, os cheiros e os sabores “bons” e decentes e rejeite os indecentes” (Louro, 1997, p. 61).

Os sujeitos nos espaços escolares são ensinados a se portar conforme os moldes cisheteronormativos, sob a suposição de que, se seus corpos forem conduzidos de forma “saudável”, eles se tornarão homens e mulheres definidos pelos órgãos reprodutivos e orientarão seus desejos ao sexo oposto. Essas perspectivas estão figuradas nos espaços escolares; caso contrário, os indivíduos são vistos como doentes, desviantes e sofrem repulsa dentro e fora das salas de aula. Os dissidentes dessas normas aprendem cedo, nos espaços escolares, o que significa sofrer *bullying* e violência por serem marginalizados. Dessa forma, é crucial examinar como essas normas são incorporadas e perpetuadas nos sistemas educacionais.

“Currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processos de avaliação são, seguramente, *loci* das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe — são constituídos por essas distinções e, ao mesmo tempo, seus produtores” (Louro, 1997, p. 64).

As identidades lésbicas, um dos focos principais desta pesquisa, ficam restritas aos “não ditos” e ao ocultamento nos espaços escolares. Suas questões são frequentemente consideradas

polêmicas e, portanto, evitadas. Meninas e meninos dissidentes da heterossexualidade são invisibilizados em relação às suas questões de identidade e orientação de desejos. Constantemente, os jovens são referenciados como se caminhassem inevitavelmente para a heterossexualidade, e qualquer desvio desse caminho é visto como uma condenação. Louro (1997, p. 68) nos esclarece:

“A negação dos/as homossexuais no espaço legitimado da sala de aula acaba por confiná-los às "gozações" e aos "insultos" dos recreios e dos jogos, fazendo com que, deste modo, jovens gays e lésbicas só possam se reconhecer como desviantes, indesejados ou ridículos.”

Além disso, mecanismos, crenças e sistemas classificatórios geram representações sociais estereotipadas, nas quais certas características são repetidamente atribuídas ao indivíduo considerado como "o outro", neste caso, a comunidade LGBTQIAPN+. Esse processo de determinação de estereótipos faz com que esses indivíduos sejam reduzidos a suas supostas características identitárias. Por outro lado, estereótipos e identidades, são implicitamente dissociados daqueles que os atribuem (Junqueira, 2009).

As marcas violentas instituídas dentro do ambiente escolar na demarcação do espaço da heterossexualidade servem, na verdade, como guardiãs da heteronorma. Essas marcas estão distribuídas em diversas dimensões e espaços. Conforme discutido anteriormente, a heterossexualidade está sempre imposta, e toda expressão de LGBTQIAPN+fobia serve para demarcar o "outro" em defesa do que é normalizado: a heterossexualidade.

Essa LGBTQIAPN+fobia se apresenta na sociedade e nas escolas de diversas formas, desde piadas e supostas "brincadeiras" até ações mais radicais que resultam em violência física e psicológica. Historicamente, essa fobia se manifestou de várias maneiras, levando os indivíduos à marginalização, julgamentos, tratamentos de eletrochoques e apagamentos familiares, entre outras violências que ainda persistem. A tolerância social é limitada; as pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ são aceitas desde que o estabelecimento da fronteira heterossexual seja mantido, desde que os direitos e a equidade não sejam os mesmos (Borillo, 2001).

Por isso, o combate à heteronormatividade e à discriminação daqueles que não são cisgêneros e heterossexuais deve estar presente na escola. Excluir da escola a discussão sobre gênero e sexualidade, como ocorre em várias instituições, sob o discurso de que deve ser tratado apenas dentro das famílias, fortalece o processo de discriminação. Esse silenciamento constrói estigmas, tabus e marginaliza as identidades não heteronormativas. Além de reproduzir ações

excludentes, ele produz a exclusão, relegando a comunidade LGBTQIAPN+ ao lugar da anormalidade, ao que é incomum ou não pode ser falado.

Além disso, muitas vezes, o lar e a família não promovem a inclusão e a discussão dessas temáticas, seja por falta de acesso ao conhecimento, seja por discriminação e tentativa de silenciamento, baseando-se na ideia de proteção contra as violências que os indivíduos fora das normas cisheterossexuais podem sofrer. Isso acentua a necessidade de debater nas instituições de ensino as temáticas sociais e as discussões contemporâneas que fazem parte da academia e do convívio social. Muitas vezes, é na escola que os jovens têm o primeiro contato com discussões profundas e embasadas sobre questões de gênero e sexualidade, que os afetam diretamente ou afetam outros ao redor. Deixar de tratar esses conceitos e suas problemáticas é, na verdade, uma forma de compactuar com o padrão normativo da heterossexualidade.

É importante lembrar que a escola tem a função de contribuir para o desenvolvimento pleno das crianças e jovens, preparando-os para uma vida com dignidade e desenvolvimento de todas as suas potencialidades humanas. Portanto, deve considerar as construções sociais e as possibilidades de desenvolvimento dessa cultura, acolhendo e ajudando na formação de indivíduos livres e potentes em seus próprios caminhos, compreendendo as diferenças nas formas de viver e se relacionar. Quando silenciemos temáticas sociais recorrentes na juventude, determinamos o que é permitido falar e o que deve ser escondido, definindo quais indivíduos têm direito à existência e a relacionamentos conforme suas próprias vontades e desejos.

É necessário pensar o espaço escolar como um lugar que deve construir questionamentos e reflexões sobre as ordens estabelecidas. Isso implica não apenas promover uma aceitação multicultural, mas também compreender as identidades plurais, incluindo o debate sobre a heterossexualidade. Ou seja, é preciso reconhecer que partimos de normas construídas socio-culturalmente, e discutir a heterossexualidade e suas imposições é fundamental para compreender as normas instituídas e as identidades consideradas normais e naturais. Afinal, se há a demarcação da diferença, é porque a norma também é demarcada. A reflexão deve se expandir para questionar quais corpos podem ditar as regras e estabelecer os relacionamentos, e quais corpos são colocados no âmbito da diferença.

A escola é um espaço favorecido para a construção da ideia de pluralidade identitária e convivência, pois além de ser um ambiente diverso, ela se propõe ao desenvolvimento democrático da vida em coletivo. Portanto, é essencial discussões que promovam conhecimento sobre as relações de poder e as hierarquias frutos de uma construção histórica, as quais devem ser analisadas criticamente. Do contrário, a escola se torna um espaço mantenedor dos poderes

hegemônicos e de normatizações de disciplinas que convergem para a heteronormatividade dos corpos e das mentes (Secad /MEC, 2007).

Na realidade, o que acontece é um formato explícito do conceito de sexualidade, que não apenas é aceito, mas também imposto. A decisão de não debater questões de gênero faz parte de um propósito político de excluir sexualidades e performances de gênero não aceitas. Como Foucault argumentou em "A Vontade de Saber" (1988), a sexualidade é uma temática explícita e discutida. O controle da sexualidade existe nas instituições brasileiras desde o período da colonização, influenciando quais sujeitos são aceitos e quais sexualidades são permitidas. Isso é um fato estabelecido. A negação de algumas e a permissão de outras faz parte de um projeto organizado de controle dos corpos.

“Essa presença da sexualidade independe da intenção manifesta ou dos discursos explícitos, da existência ou não de uma disciplina de "educação sexual", da inclusão ou não desses assuntos nos regimentos escolares. A sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se "despir"” (Louro, 1997, p .81).

É evidente que a sexualidade aceita é a heterossexual e que os gêneros ditados são as definições de masculino e feminino baseadas nos órgãos genitais ao nascer. Isso pode ser observado na organização das atividades, na segregação dos banheiros, na divisão de tarefas e nos relacionamentos que são escondidos. Como questiona Louro (1997), se a heterossexualidade e a identidade de gênero definida no nascimento são consideradas os únicos formatos naturais de ser e se relacionar, por que há tanto silêncio em relação aos formatos não hegemônicos de relacionamento? Qual é o motivo por trás dessa vigilância e cuidado para manter a heterossexualidade?

Se considerarmos, ao contrário, que as identidades de gênero e as sexualidades são construções sociais, por que insistimos em afirmar que algumas são normais e outras não? Por que algumas são aceitas e garantem acesso a condições básicas de existência, enquanto outras são marginalizadas e excluídas?

É importante destacar, ainda, que as questões de sexualidade estão entrelaçadas com outras questões sociais, percebendo os seres humanos e sua construção cultural não como identidades isoladas, mas como interseccionais, levando em consideração questões de raça, território e classe (Louro, 2001). Portanto, o estudo de gênero e sexualidades nas escolas é fundamental para desconstruir estereótipos e promover essas discussões. Por exemplo, ao compreender as categorias de mulher dentro do estudo de gênero, é possível discutir as relações de poder presentes ainda dentro dessa categoria e expandir as discussões para outras estruturas

de poder, como aquelas relacionadas à classe, raça, etnia, entre outras. Além disso, podemos perceber as naturalizações de comportamentos impostos e a conformidade a valores morais que, socialmente, parecem biologizantes.

Junqueira (2009, p. 184) nos aponta um importante caminho sobre a significância da discussão sobre gênero e sexualidades:

“Falar em diversidade sexual requer situar questões relativas a gênero e sexualidade no terreno da ética democrática e dos direitos humanos, apelando para a necessidade de se reconhecerem como legítimas as múltiplas e dinâmicas formas de expressão das subjetividades, dos corpos e das práticas sexuais. Exige a promoção de políticas e pedagogias atentas à complexidade, produtoras de posturas flexíveis voltadas para garantir a igualdade de direitos, as oportunidades e a interlocução. Conclama indivíduos e grupos, em um esforço dialógico, não descartarem *a priori* as vivências, as experiências ou os saberes do outro e aceitarem construir novas formas de intersubjetividade e de interação social. Pede atenção contínua às convergências entre representações e mecanismos heteronormativos, sexistas, heterossexistas, misóginos, homofóbicos e racistas.”

Para combater essas desigualdades sociais, é fundamental estarmos atentas/atentos às formas de opressão presentes em nosso cotidiano, especialmente no ambiente escolar. Desafiar essas normas exige ações diárias que rejeitem a aceitação das opressões, mesmo quando sua importância é minimizada. Precisamos expandir nossas perspectivas, incorporando outras narrativas e conceitos sobre identidade e relacionamentos. Além disso, é crucial nomear e discutir os padrões existentes de vida e relacionamento, utilizando conhecimentos já estabelecidos. Devemos direcionar nosso estudo e foco para a análise da violência e das normas que perpetuam a heterossexualidade como padrão privilegiado, pois é a partir dessa norma que as violências se manifestam e se multiplicam.

É crucial comprometer-se continuamente em garantir discussões amplas, especialmente em espaços escolares, visando promover reflexão e avançar na busca pela ampliação de direitos, em vez de manter o domínio hegemônico. Na postura escolar, devemos estar atentas/atentos aos debates contemporâneos presentes entre as/os estudantes e suas implicações, assegurando que todos possam contribuir de forma equitativa para a construção de uma escola diversa. É essencial desconstruir ideias que associam o insulto às mulheres e à comunidade LGBTQIAPN+, tratando essas identidades como inferiores.

São numerosas as barreiras a serem superadas, sendo essencial compreender que os conceitos de gênero e sexualidade permeiam todas as áreas da sociedade. Por essa razão, é crucial promover uma discussão urgente e relevante sobre esses temas nos ambientes escolares. Afinal, estamos lidando com questões políticas e relações de poder que influenciam a percepção de vida e a experiência dos indivíduos.

O aumento significativo do número de mulheres e meninas nas universidades e escolas, muitas vezes superior ao dos homens, juntamente com os avanços conquistados por minorias como pessoas negras e a comunidade LGBTQIAPN+, representa um passo importante rumo à mudança nas instituições. Além disso, a crescente globalização e a disseminação da internet e tecnologias acessíveis têm permitido que as diferenças entre os indivíduos sejam reconhecidas e vivenciadas. Embora isso não garanta automaticamente todos os direitos básicos e a equidade de gênero e sexualidade, esse cenário nos obriga a enfrentar as questões das pessoas excluídas. A mídia, as artes e o entretenimento têm destacado vivências não heteronormativas de forma não excludente, valorizando e empoderando essas experiências. Esses movimentos estão levando as escolas em direções que não podem mais ser ignoradas, pois não há mais como esconder as pessoas em armários.

“Sem pretender erradicar a conflitualidade da vida social, trata-se de um empenho em fazer do mundo um espaço compartilhado, investindo nas possibilidades da invenção de valores e de formas de viver e se relacionar para além das categorias normativas” (Junqueira, 2009, p. 186).

Tanto a escola quanto a sociedade se beneficiam com a adoção de propostas inclusivas e a quebra de estereótipos excludentes. Uma sociedade verdadeiramente fortalecida é aquela que é diversa e abrangente, promovendo o bem-estar por meio de processos democráticos. É fundamental que todos os indivíduos tenham a liberdade de expressar quem são e como desejam viver suas vidas. Caso contrário, corre-se o risco de alimentar uma sociedade excludente e autoritária, baseada em tradições retrógradas que minam a convivência harmoniosa entre seus membros.

Afinal, se a escola persiste em reproduzir violências e discriminações sem combatê-las efetivamente, não podemos considerá-la um espaço emancipatório. Quando parte dos estudantes enfrenta violência dentro do ambiente escolar e não há políticas abrangentes ou investimentos para combater as desigualdades de gênero e sexualidade, a escola falha em seu papel de promover igualdade e inclusão.

“A criação de condições para lidar de maneira adequada com os temas relativos à diversidade sexual e aos direitos sexuais nas escolas depende, em grande medida, de políticas públicas de educação e de mobilizações sociais que objetivem desestabilizar a produção de hierarquias, opressões e clivagens concernentes tanto aos padrões heteronormativos, que historicamente modularam e modulam as relações de gênero, quanto às dinâmicas de (re)produção de diferenças e desigualdades” (Junqueira, 2009, p. 163).

3.2. Gênero e Sexualidade como Espaço de Disputa na Educação.

O Brasil adotou a chamada Constituição Cidadã em 1988, baseada nos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, elaborada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948. Essa constituição reflete nosso compromisso com uma educação que promove a cidadania e a inclusão, orientada para o desenvolvimento humano e o respeito às liberdades individuais, à diversidade e às diferenças.

Nesse contexto, as instituições de ensino têm a obrigação de abordar as temáticas sociais e as discussões contemporâneas que permeiam a academia e o convívio social. A escola muitas vezes é o primeiro espaço a proporcionar às/aos jovens discussões profundas e embasadas sobre questões de gênero e sexualidade, que impactam não só suas vidas, mas também a sociedade em geral. Ignorar esses temas e suas complexidades equivale, na verdade, a silenciar e excluir identidades que não se encaixam nas normas estabelecidas.

Desconsiderar esses conceitos vai de encontro aos princípios fundamentais da nossa Constituição Federal⁴⁰, que preconiza a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, e assegura expressamente a igualdade entre homens e mulheres como um preceito constitucional (art. 5º). Além disso, contraria o Plano Nacional de Educação (PNE)⁴¹, aprovado há uma década, que estabelece diretrizes para a “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”, bem como na “promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) também enfatiza a importância de que a educação esteja vinculada às práticas sociais. Portanto, é imperativo reconhecer que as discussões sobre gênero e sexualidade são parte integrante da vida dos estudantes, permeando as mídias e as redes sociais. Além disso, os diversos arranjos familiares existentes atualmente desafiam a heteronormatividade, destacando ainda mais a necessidade de abordar essas temáticas no ambiente escolar.

Nesse sentido, cabe à escola não apenas debater as identidades de gênero e orientações sexuais que fogem das normas estabelecidas, proporcionando espaços de acolhimento e liberdade individual, mas também adotar medidas que visem romper com estigmas e discriminações enraizadas em nossa sociedade.

⁴⁰Refere-se aqui a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm.

⁴¹ O Plano Nacional de Educação foi aprovado através da Lei 13.005 em 25 de junho de 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm.

Apesar das garantias legais estabelecidas, a categoria de gênero ainda é objeto de disputa e controvérsia. Ao longo da última década, observamos um aumento no pensamento conservador, respaldado por políticas de extrema direita, que têm sistematicamente atacado o estudo do conceito de gênero. Esses grupos têm promovido embargos midiáticos, acusando professores e instituições públicas e pressionando-as para que cessem o suposto ensino da "ideologia de gênero"⁴², alegando que tal abordagem desvirtua crianças e adolescentes e que tais questões devem ser tratadas exclusivamente no ambiente familiar.

A ameaça percebida pela categoria de gênero para os conservadores está intrinsecamente ligada à desconstrução dos lugares sociais privilegiados que têm sido mantidos ao longo dos séculos. O reconhecimento e a compreensão das diversas identidades de gênero desafiam as estruturas de poder tradicionais e questionam as normas sociais estabelecidas, o que gera resistência por parte daqueles que se beneficiam dessas hierarquias.

Valença (2022, p. 40) vai nos dizer que:

“Ao escrever a palavra gênero, em sua apreensão no cenário político-educacional brasileiro da última década, desembocamos, à revelia de quaisquer intenções, em uma evocação ameaçadora contra estruturas tradicionais de família e sexualidade que se pretendem sedimentadas. Para muitos, os estudos de gênero simbolizam uma subversão à cartografia divina, uma antinatural biologia dos corpos, prazeres e experiências”.

Dessa forma, qualquer discussão sobre gênero nas escolas é vista como um problema a ser combatido. A associação direta entre gênero, Feminismo e a transgressão dos valores tradicionais limita as instituições de Ensino Básico na sua capacidade de romper com as violências e estereótipos de gênero, que ameaçam os direitos de minorias, como mulheres cisgêneras e a comunidade LGBTQIAPN+.

No entanto, é através da desconstrução desses estereótipos que conseguiremos promover uma discussão voltada para a inclusão e acessibilidade das diferenças em nossa sociedade. Dessa forma, é de grande importância que a discussão sobre gênero e sexualidade esteja presente nas escolas de maneira institucionalizada e formal. Afinal, essa é uma temática já presente entre os estudantes que acessam discussões e identidades não heteronormativas através dos meios de comunicação globalizados, como a internet.

⁴² A expressão "ideologia de gênero" não é um termo técnico reconhecido no campo acadêmico das ciências sociais ou da psicologia. Em vez disso, ela é frequentemente utilizada por grupos conservadores e religiosos para desacreditar ou distorcer discussões sobre gênero e sexualidade. A cerca do uso da palavra "ideologia", Cubas (2017, p. 77) nos fala que: “ressaltamos ainda que a apropriação feita do termo ideologia é bastante vulgar, associando-o às possibilidades consideradas temerárias ou falaciosas.”

Valença (2022) também nos esclarece que essa discussão tem sofrido severa fiscalização e tentativas de silenciamento devido às conquistas de direitos que proporcionam acesso e visibilidade para a comunidade LGBTQIAPN+. Em suas palavras:

“O combate à menção do gênero em contextos educativos brasileiros tem sido marcado por uma contraofensiva de setores reacionários às incipientes conquistas políticas de grupos com identidades de gênero e orientações do desejo não hegemônicas, aglutinados -mas não exclusivamente sob a sigla LGBTQIA+. O impacto político da visibilização dessas atrizes e atores sociais é sem dúvidas irreversível e tensiona uma ordem que historicamente lhes nega acesso a direitos, dentre eles o direito à memória e história” (Valença, 2022, p. 40).

Falar de gênero na escola, compreendendo-o como uma categoria plural na atualidade, é fortalecer a luta política na garantia de direitos, a partir do momento em que considera as diferentes formas de existência como lugares legítimos a serem ocupados por corpos que se contrapõem à hegemonia cisheteronormativa. Utilizado principalmente pelas feministas em suas diversas dissidências, o conceito de gênero promove a inclusão e o reconhecimento das identidades que desafiam normas tradicionais.

Muitas violências estão enraizadas nos argumentos daqueles que defendem a extinção do debate sobre gênero, frequentemente acompanhados por uma distorção da temática e uma defesa misógina que restringe a liberdade das mulheres. Esse ataque à "ideologia de gênero"⁴³ é especialmente direcionado à comunidade LGBTQIAPN+, refletindo uma postura conservadora que bloqueia a discussão e reflexão sobre a hegemonia heteronormativa, perpetuando normas que privilegiam e naturalizam a heterossexualidade.

A escola tem sido alvo de ataques por movimentos conservadores, que se manifestam através de propostas como "escola sem partido"⁴⁴ e críticas à "ideologia de gênero". Embora essas ideologias se apresentem sob o discurso da democracia e neutralidade, na prática, perpetuam estruturas que subjugam as mulheres, reforçam estereótipos rígidos de feminilidade, silenciam sistematicamente a comunidade LGBTQIAPN+ e defendem a exclusão da política dos espaços educacionais. Esses ataques destacam o papel crucial da escola na sociedade como

⁴³ A expressão "ideologia de gênero" é um termo controverso frequentemente utilizado por setores conservadores para criticar estudos e políticas relacionadas às questões de gênero. O conceito sugere que existe uma tentativa de impor uma visão específica sobre gênero, desafiando as tradições e os valores familiares. No entanto, acadêmicos e ativistas dos direitos humanos argumentam que esta visão é uma distorção dos estudos de gênero, que visam entender e combater desigualdades e discriminações baseadas em sexo e identidade de gênero.

⁴⁴ "Escola Sem Partido" é um movimento político brasileiro que defende a neutralidade política e ideológica nas escolas, alegando que há uma doutrinação política por parte de alguns professores. Na prática, no entanto, o movimento busca censurar discussões sobre temas sociais importantes, limitando a liberdade de expressão e o desenvolvimento crítico das/dos alunas/alunos.

um espaço de construção de conhecimento, onde crianças e jovens têm acesso a diversas culturas e realidades.

Esses embates também revelam que as discussões sobre gênero e sexualidade nas escolas são vistas como uma ameaça por fundamentalistas e conservadores, cujas doutrinas morais se camuflam de Ciência e Biologia. Contudo, esses espaços de transgressão estão sendo reconhecidos e valorizados, desafiando as normas tradicionais hegemônicas.

Esse cenário de transgressão observado nas escolas públicas brasileiras é resultado, entre outras coisas, das diversas formas de diversidade que ocupam esses espaços. Diferenças de classe, etnia, religião, gênero, sexualidade e raça vêm se intensificando desde a progressiva democratização dos ambientes escolares, impulsionada pela política e legislação vigorosas no final da década de 1980, conforme estabelecido nas diretrizes da Constituição Federal (Brasil, 1988).

Nos deparamos, assim, com uma realidade a qual exercitamos a ideia de democracia, em aceitar as diferenças e compreender que o espaço público é um espaço que deve ser vivido por todas e todos que tem igual direito. Além disso, cabe a escola tornar essas diferenças respeitadas, preservar as identidades das e dos indivíduos que participam dela e garantir um espaço sem opressão e violência. Afinal, “Para além do domínio da informação científica, a escola é cada vez mais um importante lugar de educação para as relações sociais, aprendendo quais os melhores modos de estabelecer o convívio em meio a tantos marcadores identitários diferentes” Seffner (2020, p. 79).

O gênero é um elemento estruturante das relações sociais, sendo impossível negar sua presença nos ambientes escolares. Ele se manifesta em todos os espaços, mesmo naqueles que não abordam diretamente o debate de gênero. Negar ações e reflexões sobre gênero dentro da escola é apoiar uma perspectiva já imposta: a determinação do gênero a partir do sexo biológico e a concepção de que a única forma de relacionamento sexual é a heterossexual. A ideia propagada por conservadores e fundamentalistas de que discussões sobre gênero devem ser restritas aos espaços domésticos silencia debates importantes e nega reflexões que poderiam ser construídas nas escolas. Afinal, a escola é um espaço aonde as/os estudantes vão para aprender além do que se ensina em casa. Se assim não fosse, a escola não seria necessária. Além disso, como espaço público, a escola deve reger-se pelas leis que defendem a igualdade entre homens e mulheres e o respeito a toda e qualquer orientação sexual.

O debate, ainda que polêmico, deve fazer parte do espaço escolar, pois, como já dito, este é o ambiente propício para debater e construir cidadania. Os conflitos e divergências em

relação aos princípios construídos nos lares e em outros espaços são fundamentais para a formação dos sujeitos e para o desenvolvimento de juízos críticos.

“Aqui já temos um delicado equilíbrio, explicar a pais e mães que seu filho ou filha vai aprender na escola conteúdos que podem estar em pouca sintonia com o que ele aprendeu em casa, e que isso não tem nada de errado, pois a educação escolar não é a continuação da educação doméstica ou familiar, assim como a medicina pública não é a continuação da medicina praticada em casa na base das tradições, e assim como a justiça pública não é pautada pelas disposições familiares. A escola está comprometida com a formação científica e com o preparo para a vida no espaço público, e isso implica necessariamente certo grau de tensão com os valores familiares” (Seffner, 2020, p. 87).

Em 2015, o Congresso, fortalecido pela chamada bancada evangélica, mobilizou-se para a retirada da palavra "gênero" dos Planos Estaduais e Municipais de Educação, bem como da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Essa ação reflete a atenção das camadas conservadoras aos planos de educação e outras atividades escolares, com o objetivo claro de manter as diretrizes autoritárias do grupo dominante: homem, branco, cisgênero, hétero, cristão (Cubas, 2017).

Além da pressão e intervenção política, os conservadores fundamentalistas distribuíram cartilhas tendenciosas entre a população, contendo recortes distorcidos sobre a discussão de gênero e disseminando *fake news*, como a alegação de que haveria a extinção de banheiros divididos por sexo nas escolas e aulas de sexo sendo oferecidas às crianças. Essas ações deturparam discussões sérias sobre o estudo de gênero e suas implicações na construção de uma escola plural, diversa e pautada no respeito.

Ao tratar da diversidade sexual, é importante construir um panorama crítico sobre as políticas que mantiveram os dissidentes da heterossexualidade à margem, e trabalhar gênero e sexualidade com o viés dos Direitos Humanos, visando garantir a inclusão e o respeito às diferenças.

Em 2016, foi realizada uma pesquisa nacional direcionada as relações de orientação sexual e/ou identidade/expressão de gênero no ambiente educacional no Brasil⁴⁵. A pesquisa revela resultados preocupantes e depoimentos de estudantes sobre as violências sofridas dentro da escola. De uma maneira geral, a maioria dos estudantes se sentia insegura no ambiente escolar: “60,2% afirmaram se sentir inseguros/as na instituição educacional no último ano por

⁴⁵O texto completo da pesquisa mencionada pode ser encontrado no link: <http://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/08/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>.

causa de sua orientação sexual e 42,8% se sentiam inseguros/as por causa da maneira como expressavam o gênero” (Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Escolar no Brasil, p. 27).

Essa pesquisa tem importância no combate à discriminação, ao fornecer dados concretos sobre as relações opressivas enfrentadas pela população LGBTQIAPN+ nas escolas. Com esses dados, é possível cobrar ações legais e estatais de forma mais incisiva e fundamentada, incentivando o desenvolvimento de iniciativas que visem combater esses cenários de discriminação e violência.

Os depoimentos dos estudantes coletados na Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil de 2016 evidenciam a gravidade e a profundidade das violências enfrentadas pela comunidade LGBTQIAPN+ no ambiente escolar. As experiências pessoais relatadas refletem o impacto direto dessas violências na vida acadêmica e emocional das jovens, reforçando a necessidade urgente da ampliação da discussão sobre gênero e sexualidades nas escolas. A seguir, apresentamos dois depoimentos que ilustram essa realidade:

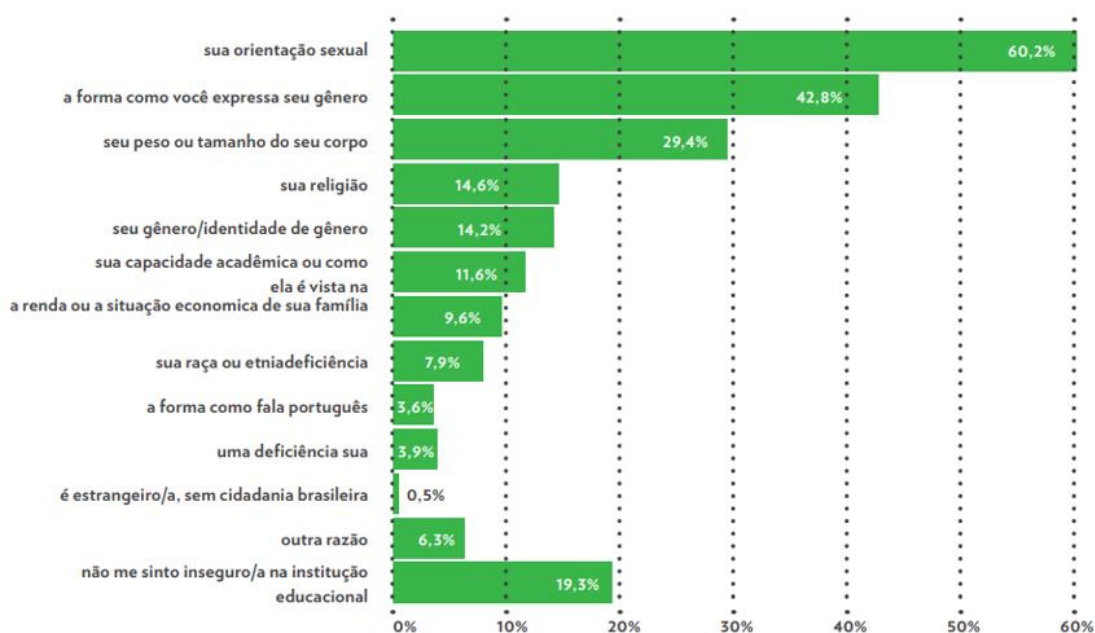
“Certa vez ao sair da escola com a minha amiga (lésbica), dois garotos da nossa sala nos perseguiram até quase chegarmos à minha casa (moro a 5 km da escola). Enquanto corríamos com medo, os dois gritavam coisas como: aberrações, filhos do capeta, abominação e coisas do tipo. Depois do ocorrido fui para a escola por mais uma semana, e depois desisti de estudar aquele ano (2015), pois não me sentia seguro. (depoimento de estudante de 16 anos, estado do Mato Grosso)”

[...]

“Eu estudo nessa instituição desde o maternal, e desde os meus 7 anos aos 14 eu sofri bullying... lesbofobia, gordofobia e machismo. (depoimento de uma estudante lésbica, 18 anos, estado do Rio de Janeiro)” (Pesquisa Nacional Sobre O Ambiente Educacional No Brasil 2016, p. 27).

Além dos depoimentos dos estudantes, a Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil de 2016 (p.28) apresenta dados quantitativos que reforçam a percepção de insegurança no ambiente escolar. Um dos gráficos mais reveladores responde à pergunta: "Você se sente inseguro por causa de...". Nele, observa-se que mais de 60% das/dos estudantes relataram sentir-se inseguros devido à sua orientação sexual. Esse dado alarmante sublinha a prevalência do medo e da insegurança vivenciados pela comunidade LGBTQIAPN+ nas escolas.

Figura 6 - Gráfico sobre as inseguranças na instituição escolar



Fonte da imagem: Porcentagem de estudantes que se sentem inseguros/os na instituição educacional por causa de uma característica pessoal (Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016, p. 28).

Quando os estudantes LGBTQIAPN+ se encontram em situações de insegurança ou desconforto dentro da instituição educacional, é comum que evitem determinados locais ou atividades em que se sentem menos aceitos, podendo, em alguns casos extremos, cogitar abandonar a escola permanentemente. Essa dinâmica evidencia como um ambiente escolar hostil pode impactar negativamente na capacidade desses estudantes se engajarem e participarem ativamente da vida escolar. Como ilustração, um depoimento de uma estudante lésbica de 14 anos, residente no estado do Ceará, reflete essa realidade:

“Não gosto mais de ir pra escola porque é lá que tenho minhas piores lembranças. Ano passado me zuearam só porque eu gostava de uma professora. Eles me chamavam de sapatão, me xingavam, eu me sentia infeliz (...), as amigas que pouco tinha perdi quando souberam que eu me apaixonei por uma professora. A diretora tentava resolver meu problema, mas nada resolvia. Minhas aulas este ano já começaram e só fui 3 dias. Bom, durante esses únicos 3 dias que fui sofri bullying, assédio, xingamento e brincadeira de mau gosto. Tentei me juntar a um menino popular pra ver se conseguia sofrer menos. Bom, eu consegui, mas não adianta de nada porque ainda sim olham pra mim como se fosse um E.T., como se fosse um estranho. Tento desmentir minha sexualidade porque se já sofro bullying sem assumir, imagina se assumisse. Minha mãe tenta me fazer ir pra escola, mas não adianta. Penso em até suicídio, mas ela tenta me dar forças. (...) Bom eu já sou tão infeliz comigo que não quero mais ver ninguém, já pedi pra minha mãe morar bem longe de família e qualquer pessoa que possa me julgar, mas não tem como. Não sou mais feliz e há 4 anos que vivo numa angústia sem fim. E como minha cidade é pequena, tem poucas pessoas LGBT aqui, e na minha

idade não tem nenhuma menina lésbica, é triste porque nunca vou poder sair pra rua com minha namorada ou falar que tenho uma porque o preconceito é grande e porque não tem. Bom, eu já falei muito e se fosse pra contar tudo eu passaria uma semana, mas meu conceito sobre a vida é que ela não tem valor quando você é alvo de bullying, a infelicidade é sua vida e raramente você é feliz. (Depoimento de estudante lésbica, 14 anos, estado do Ceará) ” (Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional No Brasil 2016, p. 30).

É importante ressaltar que, na escolha dos depoimentos apresentados neste trabalho, optou-se por recortes específicos de estudantes que se identificaram como lésbicas. Esta escolha se fundamenta na natureza desta dissertação, voltada para a análise e compreensão das experiências e desafios enfrentados pelas mulheres lésbicas no contexto educacional. Ao destacar as vozes e vivências dessas estudantes, buscou-se contribuir para uma compreensão mais profunda das barreiras e discriminações que as lésbicas enfrentam nas escolas, bem como para a promoção de um ambiente escolar mais inclusivo para todas as identidades de gênero e orientações sexuais.

Estes relatos destacam a importância de promover o diálogo e a conscientização sobre questões relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero no ambiente escolar. As experiências compartilhadas por estudantes lésbicas dentro da escola oferecem uma perspectiva significativa sobre os desafios enfrentados por essa comunidade. Por exemplo, uma estudante lésbica de 15 anos do estado do Rio Grande do Sul relatou: “Eu sinto que as pessoas me olham de um jeito estranho, como se dissessem “cuidado, ela é lésbica, vai que ela quer pegar você”, ou quando alguns colegas me chamavam de “sapatão” ou ‘macho’” (Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional No Brasil 2016, p. 33).

Diante das evidências apresentadas, torna-se claro que a violência e discriminação contra a população LGBTQIAPN+ persistem como desafios significativos nos ambientes escolares. A falta de inclusão e representação de questões relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero nas instituições educacionais reflete uma lacuna que foi historicamente construída.

Na tradição curricular brasileira, quando os temas relativos à sexualidade apareciam no currículo, ficavam circunscritos às áreas de Ciências ou, eventualmente, a Educação Moral e Cívica. Após o processo de redemocratização no Brasil e a promulgação da Constituição Cidadã de 1988, o debate sobre sexualidade se concentrou principalmente no combate e na prevenção da Aids e da gravidez na adolescência. Embora seja importante que a sexualidade seja discutida na educação, a restrição desse espaço para debates sobre sexualidades enfatizou discursos que

perpetuam a associação da dissidência heterossexual com a anormalidade e a doença (Secad/MEC, 2007.).

Ampliar os conceitos de sexualidades no trabalho educativo, na perspectiva de garantir os Direitos Humanos, implica em ir além das questões relacionadas à saúde física e ao combate às DSTs. Significa compreender as sexualidades como parte integrante da vida e dos corpos, abordando temas como desejos, prazeres, identidade e visão criativa sobre comportamentos e vida social.

É no início do novo milênio que começam a surgir discussões voltadas para o combate à homofobia e à transfobia como projetos para as escolas. Um exemplo disso é o financiamento do Programa Nacional DST e Aids do Ministério da Saúde, que em 2003, com forte engajamento do movimento LGBTQIAPN+, lançou novas campanhas de prevenção. Exemplificando essas iniciativas, foram lançadas as campanhas “Homossexualidade na Escola: toda discriminação deve ser reprovada” e “Travesti e Respeito: está na hora dos dois serem vistos juntos”, demonstrando um esforço conjunto para promover a diversidade e o respeito dentro do ambiente escolar (Secad/MEC, 2007, p. 14).

As pessoas devem ser pensadas em suas diversas e múltiplas categorias, pertencentes às suas realidades histórico-sociais, que constroem e transformam suas existências. Nas escolas, é essencial promover uma compreensão crítica de si e da sociedade, e a discussão sobre sexualidades emerge como uma importante ferramenta nesse debate. Considerar os indivíduos como seres complexos e diversificados, que expressam uma variedade de sentimentos e práticas sexuais, é fundamental para o trabalho e a discussão escolar sobre as orientações sexuais.

A configuração cisgênera heteronormativa contribui diretamente para a disseminação da LGBTQIAPN+fobia, impondo sérios desafios à trajetória dos jovens que fazem parte da comunidade. Esses desafios reverberam ao longo de suas vidas, dada a importância crucial da educação como um processo institucionalizado que fornece conhecimento e informações fundamentais para as pessoas. A falta de direitos básicos, como afeto e bem-estar no ambiente escolar, resulta em insegurança, marginalização, isolamento e uma visibilidade distorcida. Além disso, são comuns as violências de assédio e *bullying*, conforme exemplificado nas pesquisas analisadas anteriormente, prejudicando não apenas o desempenho escolar, mas também a permanência nas instituições de ensino. Essas dificuldades podem persistir na vida adulta, afetando a inserção no mercado de trabalho e o desenvolvimento pessoal dos indivíduos. É importante ressaltar também que a falta de ações que garantam inclusão, respeito e discussões sobre sexualidade interfere no processo de construção da identidade dos adolescentes e na formação de sua autoestima (Secad/MEC, 2007).

Para dismantelar as estruturas escolares que perpetuam o sistema opressor da norma cisheterossexual, é fundamental implementar ações sociais eficazes. A escola, enquanto espaço de formação cidadã, destaca-se como um ambiente privilegiado para promover essas discussões. De fato, é nesse espaço que se propõe a formação de cidadãs e cidadãos críticos e questionadores, capazes de refletir sobre as normas sociais e de desenvolver suas identidades e desejos de maneira livre e autônoma.

3.3. Núcleo de Estudo de Gênero: Espaço de Resistência LGBTQIAPN+

Os estudos sobre gêneros nas escolas públicas do Estado de Pernambuco têm como principal iniciativa a institucionalização do debate através do trabalho executado pelos Núcleos de Estudo de Gênero e Enfrentamento da Violência Contra a Mulher (NEG). Esta política pública, implementada desde 2011, é uma colaboração entre a Secretaria da Mulher de Pernambuco e a Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco.

A institucionalização desse espaço nas escolas permitiu um debate mais profundo e o acesso a informações e conhecimentos que antes eram quase exclusivos das universidades. Raros eram os trabalhos realizados por especialistas nos espaços escolares. Através dos núcleos, deu-se voz a minorias que enfrentam um longo processo histórico de apagamento e exclusão, especialmente àquelas e àqueles que não seguem as normas sociais estabelecidas para gêneros e sexualidades.

Os Núcleos começaram a surgir no início da década de 2010 como resultado da Política de Produção de Conhecimento, Informação e Formação dirigida pela Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco, que anos antes havia desenvolvido ações para combater a violência contra a mulher (Silva, 2015). Assim, frente aos avanços nos estudos de gênero e no combate à violência contra a mulher, a proposta de levar centros de debates para instituições públicas de ensino passou a integrar as políticas do governo do Estado de Pernambuco.

“Os núcleos [...] têm como objetivo promover ações de formação e pesquisa em gênero e educação, envolvendo profissionais e estudantes da rede estadual, a fim de incentivar ações educativas que possam gerar uma nova consciência de valorização da mulher, promovendo mudanças na relação entre alunos e alunas dentro e fora do ambiente educacional” (Silva, 2015, p. 25-26).

O estudo de gênero no Brasil, entendendo gênero para além de um conceito fixo, mas como uma construção histórica e especificamente como uma categoria de análise (Scott, 1995), fortaleceu-se por meio dos estudos realizados nas universidades. O aprofundamento desse

termo nos leva a diversos entendimentos sobre as opressões sociais naturalizadas na sociedade, ditadas pela heterossexualidade normativa. Assim, ao trabalhar com o conhecimento acerca das violências sofridas pelas mulheres, violências tão enraizadas e muitas vezes despercebidas, seguimos utilizando a categoria de gênero para aprofundar o debate e desenvolver ações diretas.

Enfrentar as violências dirigidas às mulheres e as violências de gênero significa, primeiramente, compreender quem é o sujeito mulher, como esse sujeito é ditado e construído, e quais são suas singularidades e opressões. O caminho teórico nos leva a entender a heteronormatividade como a premissa dessa violência. Além disso, os estudos de gênero proporcionam um espaço para discutir identidades dissidentes da cisgeneridade e da heterossexualidade.

Desde a década de 1980, o termo "mulher" vem sendo substituído pelo termo "gênero" ou "relações de gênero" para um estudo mais aprofundado, com o objetivo de institucionalizar reflexões e diálogos com o feminismo político e estabelecer uma área de estudo no Brasil. Essa mudança ajudou a compreender o determinismo biológico relacionado ao sexo e evidenciou as construções culturais relacionais na formação dos sujeitos feminino e masculino.

Como analisado anteriormente, as práticas escolares reforçam os estereótipos de gênero, determinando e separando de maneira desigual o que se classifica como meninos e meninas. A vida escolar é um momento crucial na elaboração das identidades, e estas são constantemente atravessadas pelos estereótipos de gênero ao longo do percurso. Esses estereótipos binários influenciam diretamente na formação dos sujeitos e produzem significativa violência para aqueles que não representam os poderes hegemônicos. Portanto, é fundamental o estudo e trabalho de gênero dentro das escolas, não apenas para transgredir uma violência histórica e culturalmente instaurada, mas também para a construção de uma sociedade cidadã com respeito às diversidades e um entendimento abrangente e plural de ser e se relacionar.

Os Núcleos de Estudo de Gênero (NEGs) são espaços exclusivos para esse debate emergente, indo além do perfil de tema transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997). Na prática, essa transversalidade muitas vezes como “gênero” como um tema secundário, pontual e superficial devido à dimensão curricular proposta e à ausência de materiais adequados para o trabalho. Os NEGs, por sua vez, possibilitam um espaço dentro das escolas exclusivamente dedicado ao debate sobre gênero, inserindo diretamente essa temática no cotidiano escolar.

Os Núcleos de Estudo de Gênero (NEGs) produzem ações institucionalizadas por políticas públicas que interferem diretamente nos sujeitos participantes dos espaços escolares e

produzem conhecimento para as gerações adultas futuras, sendo uma ferramenta essencial na mudança de parâmetros opressores heteronormativos.

Além disso, os NEGs são frutos de lutas iniciadas no Brasil há décadas. Movimentos sociais, como o feminista, em convergência com estudos acadêmicos, pressionam os dirigentes do Estado a construírem políticas públicas que visem a transformação social através de ações e combates. Silva (2015) relata que desde os primeiros anos do novo milênio, secretarias federais têm se organizado conjuntamente para a produção e concretização de cursos de especialização e pesquisas voltadas para a área de gênero, destinados a profissionais da educação.

Dessa forma, percebe-se que os NEGs são um conjunto de forças que reúne conhecimento científico, luta de movimentos sociais, anos de discussões nacionais e estrangeiras sobre as realidades vividas, força e empoderamento das mulheres e redobrado movimento pedagógico no foco das transgressões naturalizadas. Como nos diz Silva (2015, p. 9):

“Mas o sucesso e a qualidade das ações dos núcleos dependem da articulação de diferentes instituições combinada com certas particularidades, tais como região de instalação, gestão acadêmica e escolar, número e perfil dos profissionais e estudantes envolvidos com as atividades educacionais, etc.”

É necessário observar e analisar os Núcleos de Gênero compreendendo que se trata de uma institucionalização política em desenvolvimento, com uma construção histórica que permitiu sua instalação e, principalmente, a manutenção de seu funcionamento. O fortalecimento dos Núcleos de Gênero reflete uma resposta às demandas por uma educação mais inclusiva e plural, que reconheça e valorize as diversas identidades de gênero e orientações sexuais.

É também fundamental destacar que a institucionalização desses Núcleos não representa apenas um avanço na política educacional, mas também constitui um mecanismo vital para a construção de uma sociedade equitativa. Ao proporcionar um espaço para o debate e a reflexão sobre questões de gênero, esses núcleos promovem a conscientização e a formação crítica dos sujeitos envolvidos no processo educacional, incluindo estudantes, professores, gestores e demais membros da comunidade escolar.

Dessa forma, os Núcleos de Gênero desempenham um papel essencial na transformação das práticas escolares e na promoção de uma cultura de respeito e valorização da diversidade, contribuindo para a desconstrução de estereótipos de gênero e a redução das desigualdades históricas e sociais. A continuidade e o fortalecimento dessas iniciativas são, portanto, cruciais para o desenvolvimento de uma educação que verdadeiramente atenda às necessidades e

desafios contemporâneos, preparando as futuras gerações para uma convivência mais harmoniosa.

Os estudos de gênero, que inicialmente focavam na perspectiva das mulheres cis e heterossexuais e suas posições políticas, começaram a tomar forma no Brasil a partir da década de 1970. Desde então, esses estudos têm absorvido novas reflexões e questionamentos, transgredindo ordens sociais e insistindo na luta por uma perspectiva que rompa com as violências e marginalizações em um sentido mais amplo sobre as questões que abarcam a mulheridade.

Os estudos de gênero hoje têm a função não apenas de discutir as opressões vividas pelas mulheres, mas também de alterar a epistemologia do entendimento binário e heteronormativo da sociedade. Dentro dessa perspectiva, os Núcleos nas escolas estaduais de Pernambuco e de outros estados do Brasil, embora avançando lentamente em relação às teorias acadêmicas, estão trazendo novos horizontes de entendimento sobre as mulheres, as violências que as atingem, as pessoas trans (transsexuais, transgêneras e travestis) e as diversas sexualidades presentes na comunidade LGBTQIAPN+.

Os paradigmas sobre as violências contra as mulheres têm raízes profundas e seu entendimento está situado em uma transversalidade e interseccionalidade de diferenças. Compreende-se, assim, que debater sobre violência contra a mulher não se limita às agressões físicas e psicológicas vividas por mulheres cis em suas relações heteronormativas. É necessário compreender os poderes que atuam em diversas esferas dos estudos de gênero, que impõem a ordem branca cisheteronormativa e outras categorias que dominam o corpo. Como nos diz Louro (1995, p. 102):

“Uma compreensão mais ampla de gênero exige que pensemos não somente que os sujeitos se fazem homem e mulher num processo continuado, dinâmico (portanto não dado e acabado no momento do nascimento, mas sim construído através de práticas sociais masculinizantes e feminizantes, em consonância com as diversas concepções de cada sociedade); como também nos leva a pensar que gênero é mais do que uma identidade aprendida, é uma categoria imersa nas instituições sociais (o que implica admitir que a justiça, a escola, a igreja, etc. são "generificadas", ou seja, expressam as relações sociais de gênero). Em todas essas afirmações está presente, sem dúvida, a idéia de formação, socialização ou educação dos sujeitos.”

Na prática escolar, os Núcleos de Gênero são organizados por professoras e professores com afinidade e interesse pelo debate sobre gênero. Esses núcleos realizam encontros que podem ocorrer semanalmente, mensalmente, bimestralmente ou semestralmente. Nas Escolas de Referência de Tempo Integral e nas Escolas Técnicas Estaduais de Pernambuco, é comum que o núcleo seja inserido como disciplina eletiva, permitindo que os estudantes escolham participar dessas aulas fora dos Itinerários Formativos regulares.

Outro formato comum para esses encontros são as aulas de Estudo Orientado, onde os estudantes interessados nas temáticas de gênero podem se reunir. A participação nos encontros e a adesão como membro dos Núcleos de Gênero geralmente é voluntária, atraindo principalmente aquelas/aqueles que têm interesse nas questões abordadas.

Com essa garantia de participação autônoma, os NEGs tornam-se espaços de acolhimento, apoio e engajamento. Esses vínculos são essenciais para a discussão de temas ainda polêmicos e excludentes nos ambientes escolares.

Louro (1997) argumenta que qualquer esforço para desafiar os arranjos sociais existentes ou incentivar novos arranjos deve incluir a formação de redes de aliança e solidariedade entre todos os envolvidos nas práticas educativas, tanto dentro quanto fora das escolas. É essencial identificar aliados, compartilhar informações, promover debates e convidar a participação, pois esses passos são fundamentais para reconhecer a importância política das relações de gênero e sexuais e para estar aberto a questionar e transformar suas formas atuais.

Marília Aguiar Façanha, professora da rede pública, desenvolveu uma pesquisa de mestrado, defendida em 2018, sobre o Núcleo que ela coordena. Em seu relato de experiência, ela compartilha o seguinte: "[...] passamos por um clima muito tenso na escola, durante os meses de setembro e outubro. Além da escola, nas redes sociais, e o núcleo me ajudou nesse momento, pois era um espaço no qual podíamos nos fortalecer." (Façanha, 2018, p. 96). Esse relato confirma a importância da rede de apoio e acolhimento dos Núcleos durante um período conturbado para o Brasil, as eleições de 2018, que fortaleceram o conservadorismo e os fundamentalistas no país.

Os Núcleos de Gênero (NEGs) não se limitam a discussões e debates, mas também realizam ações dentro da comunidade escolar. As/os estudantes que participam dos NEGs são protagonistas dessas iniciativas. A partir das discussões temáticas, elas/eles elaboram planos de ação que podem incluir a organização de palestras com convidados especiais, a produção de peças de teatro, a disseminação de cartazes nas escolas, a elaboração de vídeos e a distribuição de panfletos, entre outras atividades.

Os Núcleos de Gênero (NEGs) representam uma faceta da mudança em curso na sociedade ocidental, influenciada principalmente pelos movimentos feministas do século passado. Esses movimentos desafiaram e começaram a romper os padrões sociais tradicionais de convivência, relacionamento e identidade. Essa transformação implica em um deslocamento das determinações impostas aos sujeitos pelos padrões eurocêntricos e cristãos, que historicamente definiram os formatos considerados "saudáveis" de ser e se relacionar, estigmatizando todos os que divergiam dessas normas. Louro (2008, p. 9), acrescenta que:

“Transformações são inerentes à história e à cultura, mas, nos últimos tempos, elas parecem ter se tornado mais visíveis ou ter se acelerado. Proliferaram vozes e verdades. Novos saberes, novas técnicas, novos comportamentos, novas formas de relacionamento e novos estilos de vida foram postos em ação e tornaram evidente uma diversidade cultural que não parecia existir. Cada vez mais perturbadoras, essas transformações passaram a intervir em setores que haviam sido, por muito tempo, considerados imutáveis, trans-históricos e universais.”

Desde o final do século passado, as identidades das minorias tornaram-se arenas de luta e empoderamento, apresentando seus modos de viver e existir no mundo com referências valorativas. Isso tem provocado as estruturas tradicionais de poder e criado fissuras no formato normativo de estabelecimento social (Louro, 2008).

A marginalização histórica das categorias mulher, lésbica, gay, transsexuais, transgêneros, negras e negros, latinas e latinos, entre outras, resultou na apropriação dos discursos e meios de comunicação, da cultura, arte e mídia, para que esses grupos pudessem falar por si mesmos e moverem suas identidades para os palcos sociais e autorreferenciais. Isso se fundamenta no desejo de romper com a ordem histórica e social imposta, através de diversas relações de poder. Tornou-se, assim, essencial a apropriação desse espaço social para falar sobre outras identidades e analisar suas próprias questões (Louro, 2008).

Os espaços escolares também se tornaram cenários dessa transformação. Os movimentos sociais e as políticas voltadas para as minorias têm conseguido conquistar espaços importantes, reconhecendo a fundamental influência das escolas e do currículo como agentes produtores e reprodutores dos conceitos normativos.

Não recorre aqui, no entanto, ignorar o longo processo histórico de exclusão dessas sujeitas e sujeitos, tampouco festejar uma inclusão da qual ainda temos muito a caminhar. Apesar dos avanços nos espaços sociais e do aumento do consumo ativo de arte e cultura produzida pela comunidade LGBTQIAPN+, ainda persistem e, em alguns casos, crescem as ações repressivas de conservadores e religiosos fundamentalistas. Esses grupos continuam a promover uma política insistente e alienada de exclusão e repressão das identidades e desejos divergentes.

Nesse contexto, os Núcleos de Gênero podem ser compreendidos como territórios subversivos, uma vez que suas discussões desafiam pensamentos binários naturalizados. Os estudos de gênero provocam uma desmistificação das condutas morais em relação ao prazer, subvertendo o pensamento da sexualidade e da ordem heteronormativa. É por isso que dentro dos núcleos encontramos a diversidade da comunidade LGBTQIAPN+. O estudo de gênero

amplia a visão sobre as pessoas e suas determinações para além do sexo e do relacionamento imposto.

Junqueira (2009, p. 163-164) nos acrescenta que:

“Uma política pública educacional com propósitos inclusivos deve procurar subverter os valores hegemônicos e as relações de poder que nortearam a edificação de uma escola para poucos. Igualmente, precisa investir no debate dos critérios que habitualmente adotamos para avaliar e classificar o mundo, as coisas, as pessoas e suas atitudes. Por isso, também deve se voltar para a reconstrução dialógica de regras e formas de convívio, além de repensar continuamente os currículos e conceber novas maneiras de ensinar e aprender. Políticas sistemáticas, consistentes e sustentadas de promoção do reconhecimento cultural e político da legitimidade da expressão da diversidade sexual implicam o empoderamento de indivíduos e grupos sexualmente dissidentes e marginalizados. Requerem também a construção ou o aprofundamento do diálogo, a tessitura de alianças, indispensáveis para se fazer frente a possíveis manifestações de resistência por parte de setores dominantes e a processos de atualização ou invenção de formas de opressão, inclusive entre grupos discriminados.”

O Núcleo de Estudo de Gênero e Violência contra a Mulher atende e cumpre todos os critérios delineados por Junqueira (2009). Sua abordagem inclusiva se destaca ao conceder autonomia aos estudantes na produção de conhecimento. Esta política valoriza e reserva espaço para que eles possam falar por si mesmos, representando corpos que frequentemente são marginalizados pelo poder hegemônico em virtude de suas identidades. Os participantes expressam uma variedade de experiências e se inserem no centro do debate, contextualizando seus próprios espaços de opressão social e evidenciando sua capacidade de transformação e produção do espaço. Ao mesmo tempo, propõem ações dialógicas e artísticas junto ao restante do corpo discente, assumindo um papel de protagonismo no diálogo e na conscientização.

Os núcleos também proporcionam uma experiência docente ao produzir, observar as produções e refletir sobre as ações presentes na escola. Isso ocorre porque as ações dos núcleos são expostas na escola e discutidas entre o grupo. Apesar de existirem datas e meses importantes que "guiam" as temáticas abordadas (como o mês da mulher em março, o mês do combate a homofobia em maio, o mês combate à violência contra a mulher em agosto, entre outros), os núcleos se desenvolvem a partir das discussões elaboradas dentro das escolas e das ações observadas, seja pelas/pelos estudantes ou pelas/pelos docentes. O objetivo é compreender as demandas particulares de cada espaço escolar e os enfrentamentos necessários para atendê-las. Assim, os núcleos desempenham suas atribuições de maneira singular.

O trabalho docente nos Núcleos de Gênero (NEGs) enfrenta grandes desafios na abordagem de questões relacionadas a gênero e sexualidade na escola. As educadoras e educadores encaram uma série de desafios intrincados. Um dos mais complexos é equilibrar a apresentação de informações científicas com a sensibilidade moral inerente a esses temas, ao

mesmo tempo em que mantêm consciência de sua própria posição ética. Além disso, devem respeitar as opiniões das famílias enquanto promovem valores que estão em sintonia com a noção republicana de espaço público. Também é fundamental reconhecer que as novas gerações moldarão novos estilos de vida em harmonia com a tradição (Seffner, 2020).

É importante destacar que este capítulo tem como objetivo enaltecer as ações e a relevância dos Núcleos de Estudo de Gênero e Enfrentamento à Violência contra a Mulher. No entanto, isso não quer dizer que esses espaços não enfrentam grandes desafios e limitações. Eles são criados em meio a dificuldades e com poucos recursos, e frequentemente não recebem o devido reconhecimento por parte das equipes docentes. Os desafios enfrentados pelos núcleos são significativos e destacam a urgente necessidade de um maior apoio e valorização desses espaços dentro das escolas.

Afinal, de acordo com Louro (2008), a expressão e representação das identidades emergentes não garantem necessariamente uma transição igualitária em direitos. Os marcadores que as distinguem como "diferentes" continuam a ser destacados, em contraste com aqueles que não possuem ou não necessitam de marcadores, pois estes últimos já são considerados como padrão, presumidos pela sociedade.

Além disso, apesar dos Núcleos de Estudo de Gênero e Enfrentamento à Violência contra a Mulher serem ambientes autorreferenciais e de debates sobre as diferenças, promovendo o empoderamento dos participantes, também podem ser vistos como um espaço que mantém a discussão confinada a um território restrito, uma tentativa de controlar um debate que é inevitável, uma espécie de válvula de escape.

De qualquer forma, a escola tem a responsabilidade de formar cidadãos conscientes e críticos, além de auxiliar os adolescentes na construção de suas identidades e direcionamento de seus desejos. É dever da escola romper com as violências e opressões que segregam as diferenças estabelecidas pelas normas. Portanto, é de fundamental importância que as escolas desenvolvam planos de ação que abordem temas tão urgentes na sociedade, como as diversidades sexuais e de gênero. Os NEGs são um exemplo desse espaço.

A escola tem passado por transformações significativas, impulsionadas por indivíduos que reivindicam seus espaços e moldam suas próprias existências. A demanda por diversidade tem sido uma pressão constante sobre as instituições educacionais, exigindo que elas reconheçam e acolham a multiplicidade de identidades e experiências presentes na sociedade. Esse processo de mudança, porém, não é linear ou isento de conflitos. A escola ainda é um espaço em litígio, onde diferentes visões e valores se confrontam. Mesmo assim, é fundamental que as instituições educacionais continuem a evoluir, promovendo um ambiente inclusivo que

respeite e celebre a diversidade, proporcionando a todas e todos um lugar onde possam se expressar livremente e desenvolver suas potencialidades. Louro (1997, p. 120) nos acrescenta que:

“Escolas e academias, em suas práticas, experimentam continuidades e descontinuidades, realizam deslocamentos e, eventualmente, rupturas. As denúncias, as questões e as críticas feministas, bem como aquelas vindas dos Estudos Culturais, dos Estudos Negros, dos Estudos Gays e Lésbicos também estão produzindo efeitos. Assim sendo, ainda que de formas talvez tímidas, vemos hoje em escolas brasileiras experiências e iniciativas que buscam subverter as situações desiguais — de classe, raça, gênero, etnia — vividas pelos sujeitos”.

Na nossa sociedade, gênero e sexualidade são conceitos que frequentemente coexistem no mesmo espaço, embora não se relacionem de maneira direta e única. A determinação cultural do sexo-gênero — ou seja, a caracterização de pessoas com vagina como meninas e pessoas com pênis como meninos — está intimamente ligada à expectativa de desejo sexual heterossexual (atração pelo sexo oposto). Essas concepções se deslocam da lógica sociocultural e passam a ser encaradas como o formato saudável e natural de envolvimento. No entanto, outras identidades e orientações de desejo são frequentemente vistas como diferentes e hierarquicamente inferiores. Esse enquadramento cultural impõe uma norma que marginaliza e desvaloriza a diversidade de experiências e expressões de gênero e sexualidade, reforçando desigualdades e preconceitos profundamente enraizados na sociedade.

O binarismo, incessantemente reafirmado na sociedade, dificulta a visualização das multiplicidades que abarcam os gêneros e as sexualidades. É fundamental, portanto, examinar a lógica binária e cisheterocentrada para compreender como as construções sociais são direcionadas a um padrão único e violento, controlando os corpos e seus desejos e, assim, produzindo desigualdades. Reflexões críticas são essenciais para nos guiar dentro do espaço escolar, permitindo que consideremos os mecanismos através dos quais as normas heterossexuais atuam, em vez de focar apenas nas dissidências. Isso implica uma abordagem mais ampla e inclusiva, que desafia o padrão dominante e promove um entendimento mais profundo e justo das diversas experiências e identidades.

Ademais, é importante compreender que, ao estudar e discutir temáticas relacionadas à questão de gênero, estaremos necessariamente abordando as determinações e orientações dos desejos, as quais são centradas na heterossexualidade. Portanto, ao proporem uma discussão sobre gênero, os NEGs inevitavelmente envolvem a comunidade LGBTQIAPN+, devido à relação direta entre as normas de gênero e as normas sexuais. Assim, a discussão sobre gênero nos NEGs integra naturalmente as questões da diversidade sexual e de orientação de desejo.

3.4. Núcleos de Estudo de Gênero como espaços de crítica à normatividade cisheterocentrada.

“A sopa de letrinhas é servida. E é um prato que se come quente”
(Valença, 2022, p. 54).

No contexto do debate sobre os Núcleos de Gêneros e as relações intrínsecas com a comunidade LGBTQIAPN+, o trabalho da teórica feminista Gayle Rubin é particularmente relevante. Em sua obra "O Tráfico de Mulheres: Notas sobre a 'Economia Política' do Sexo" (2017), Rubin introduz o conceito de "sistema sexo/gênero". Ela examina como as sociedades constroem e organizam as diferenças sexuais e de gênero, argumentando que o sistema sexo/gênero é uma estrutura social que classifica as pessoas com base em categorias de sexo e gênero, atribuindo a elas papéis, expectativas e valores específicos. A análise de Rubin ajuda a esclarecer como essas construções sociais sustentam o binarismo e a cisheteronormatividade, reforçando a importância de uma reflexão crítica e inclusiva nas práticas educativas.

“Um “sistema de sexo/gênero”, numa definição preliminar, é uma série de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (Rubin, 2017, p. 3).

Gayle Rubin argumenta que ao longo dos milênios, a esfera do sexo, do gênero e da procriação humana tem sido continuamente moldada por diversas atividades sociais. Essas transformações têm impactado profundamente como percebemos e vivenciamos aspectos fundamentais da vida, como nossa identidade de gênero, nossos desejos sexuais e até mesmo nossa concepção da infância. Para Rubin, o sexo, tal como o conhecemos, não é apenas um dado biológico, mas sim um produto social, construído e reconfigurado pela interação entre as estruturas culturais e as normas sociais. Essa perspectiva destaca a natureza fluida e contingente de conceitos como identidade de gênero e desejo sexual, enfatizando sua dependência do contexto histórico, cultural e social em que estão inseridos (Rubin, 2017).

A formação da identidade de gênero é um processo ativo que ocorre dentro do sistema sexual e transcende a mera reprodução biológica. Não se limita apenas a um entendimento orgânico da procriação, mas engloba uma variedade de dinâmicas sociais. Isso inclui tanto a construção quanto a expressão das identidades de gênero, bem como as interações sociais que moldam essas identidades. Rubin nos acrescenta que:

“Longe de ser uma expressão de diferenças naturais, a identidade de gênero exclusiva é a supressão das semelhanças naturais. Ela exige repressão: no homem, de qualquer versão de traços “femininos”; nas mulheres, a de traços definidos como “masculinos” (Rubin, 2017, p. 28).

Esse entendimento é fundamental para os Núcleos de Estudo de Gênero e Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Os núcleos operam como espaços críticos onde as dinâmicas sociais e as interações que moldam as identidades de gênero podem ser analisadas e desconstruídas. O enfoque nos estudos das construções sociais a partir do sexo permite que as/os estudantes desenvolvam uma compreensão mais inclusiva e diversificada das identidades de gênero, desafiando a normatividade cisheterocentrada e fomentando a resistência às estruturas de poder que perpetuam desigualdades.

Além disso, Rubin (2017) discute a interconexão entre gênero, desejo sexual e orientação sexual dentro do sistema sexo/gênero. O gênero também impõe uma orientação específica do desejo sexual em relação ao outro sexo, há uma expectativa social de que pessoas de determinado gênero sejam atraídas sexualmente pelo sexo oposto, ou seja, heterossexuais. Nesse contexto, há uma “supressão do componente homossexual da sexualidade humana e, por consequência, a opressão dos homossexuais, é, portanto, produto do mesmo sistema cujas regras e relações oprimem as mulheres” (Rubin, 2017, p. 28). Isso sugere que a hierarquia de gênero e as normas sexuais estão interligadas, e a opressão das/dos homossexuais é uma extensão das mesmas estruturas sociais que oprimem as mulheres, uma complexa interseção entre gênero, desejo sexual, orientação sexual e poder dentro da sociedade.

Por isso, a relação tão direta de um estudo que se intitula “Núcleo de Estudo de Gênero e Enfrentamento a Violência contra a Mulher” estar associado a um espaço de ocupação e resistência LGBTQIAPN+.

Apesar do alcance feminista em intervir criticamente sobre os papéis social atribuídos aos sexos, mais especificamente, a subjugação da categoria mulher, o sistema sexo-gênero não rompeu com as binaridades e as normas da heterossexualidade. O desafio é questionar não apenas as relações binárias estabelecidas nas classificações de mulher-homem, mas a correlação direta de seus relacionamentos heterossexualidade – homossexualidade. É, principalmente, por isso que os Núcleos de Gênero dentro das escolas públicas estaduais enfrentam hoje um cenário de luta política.

De acordo com Foucault (1987), as relações de poder ocorrem em diversas esferas, não apenas entre grupos, mas também dentro das relações e dos próprios grupos. O poder só se manifesta quando há a possibilidade de fuga e resistência; caso contrário, seria apenas violência.

Assim, a existência de uma possibilidade, mesmo que reduzida, de alterar a relação de poder, ou seja, de exercer liberdade, é o que estabelece essa relação de poder. Dentro dessa dinâmica, há sempre uma possibilidade de resistência.

Foucault (1988) distingue claramente entre uma relação de violência, que atua sobre um corpo ou sobre coisas, e uma relação de poder. Enquanto a violência busca forçar, subjugar e destruir, fechando todas as possibilidades, o poder se articula sobre dois elementos essenciais: o reconhecimento do outro como sujeito de ação e a abertura de um campo de respostas, reações e possíveis invenções diante dessa relação de poder.

Dentro dessa perspectiva foucaultiana, os Núcleos de Gênero se apresentam como espaços de resistência dentro das escolas. Neles, contrapõe-se ao processo de normalização do sistema binário de gênero, que determina apenas dois gêneros com base no sexo e uma única relação moralmente aceita como natural: a heterossexualidade. Nos núcleos, são discutidas as relações de opressão e violência enfrentadas por mulheres e outras dissidências da heteronormatividade na sociedade, enquanto se desenvolvem ações dentro das escolas para problematizar essas relações de poder.

A oportunidade conquistada pelas minorias de direitos, principalmente a população LGBTQIAPN+, permitiu uma evolução na conquista de direitos e na visibilidade social. Embora ainda haja um alto índice de violências LGBTQIAN+fóbicas, as lutas e resistências têm ganhado cada vez mais reconhecimento na sociedade. Entre essas iniciativas, destacam-se os movimentos que ocorrem dentro das escolas públicas estaduais de Pernambuco, como os Núcleos de Estudo de Gênero e Enfrentamento à Violência contra a Mulher

Nesse contexto, é importante destacar que os NEGs fazem parte dos avanços ocorridos no início do segundo milênio. Foram implementados programas de ação que abordaram diretamente a questão de gênero e sexualidade, abrangendo o currículo escolar, a formação de professoras e professores, seminários, apoios universitários, discussão de inclusão e garantias de direitos das minorias nas escolas e universidades, projetos, diretrizes sobre os livros didáticos, além de planos e metas para combater a LGBTQIAP+fobia. Todas essas ações foram construídas e concretizadas pelo Governo Federal em parceria com o Ministério da Educação⁴⁶.

Como sabido, a escola é um espaço de constantes insultos e violências vividos pelos/as estudantes LGBTQIAPN+. A banalização da discriminação e do preconceito contra os

⁴⁶Todos esses estudos, planos e diagnósticos podem ser verificados no Caderno da SECAD, Organização: Ricardo Henriques, Maria Elisa Almeida Brandt, Rogério Diniz Junqueira, Adelaide Chamusca; lançado em 2007, pelo Ministério da Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escola_protege/caderno5.pdf .

dissidentes da heterossexualidade é uma realidade presente e difícil de combater. Dessa forma, a exclusão e os agrupamentos entre os pertencentes da comunidade são formas de sobrevivência que eles encontram nos espaços escolares. Os NEGs tornaram-se, primeiramente, um lugar de acolhimento e pertencimento. Por ser um espaço aberto às/aos interessadas/interessados, as/os participantes se aproximam pelas afinidades compartilhadas, seja pelas identidades não heteronormativas ou pela conscientização e irmandade na luta contra as discriminações. Esses laços afetivos têm uma significância singular no fortalecimento e empoderamento das minorias de direitos.

Além disso, é fundamental considerar a escola não apenas como um espaço para o aprendizado de currículos e desenvolvimento científico, mas também como um ambiente para a construção de relações que promovam aprendizados sociais. Especialmente ao abordar questões de gênero e sexualidade, reconhecemos que esse debate transcende os limites das disciplinas curriculares ou teorias científicas. Nesse sentido, é essencial repensar as ações educacionais para além dos conteúdos, aproveitando os espaços disponíveis para combater discriminações e preconceitos. Com frequência, os membros da comunidade LGBTQIAPN+ não se sentem desconfortáveis e agredidos apenas durante as aulas, mas também nos pátios, corredores e eventos festivos.

Os Núcleos se destacam como espaços potencialmente saudáveis para discutir as questões relacionadas às sexualidades. Representando uma esperança diante de um cenário ainda tão conservador, que insiste em manter a educação sexual afastada das escolas, em uma batalha praticamente impossível, uma vez que somos seres sexuais e, portanto, a sexualidade faz parte de nossa vida individual e em sociedade. Além disso, como afirmado por Louro (1997, p. 131):

“As questões referentes à sexualidade *estão*, queira-se ou não, na escola. Elas fazem parte das conversas dos/as estudantes, elas estão nos grafites dos banheiros, nas piadas e brincadeiras, nas aproximações afetivas, nos namoros; e não apenas aí, elas estão também de fato nas salas de aula — assumidamente ou não — nas falas e atitudes das professoras, dos professores e estudantes”

É fundamental também acreditar na educação como um espaço de resistência e transformação, onde todos tenham igual oportunidade de participação. Embora a escola possa reforçar estereótipos de gênero e sexualidade cisheteronormativos e esteja inserida em uma sociedade LGBTQIAPN+fóbica, Seffner (2020) nos lembra que o aumento do nível educacional está associado à redução dos preconceitos. Dessa forma, os debates e espaços de convivência promovidos pelas instituições de ensino tendem a desconstruir discriminações e promover um maior respeito às diferenças.

Os Núcleos de Estudo de Gênero e Combate à Violência contra a Mulher representam um espaço expandido de luta. Ao considerar o nome do programa, torna-se evidente que o debate central gira em torno das violências enfrentadas pelas mulheres, com uma ênfase implícita nas mulheres cisgêneras heterossexuais, que são vítimas de violências misóginas e machistas. Essa luta é crucial em nossa sociedade, dada a frequência alarmante de feminicídios entre mulheres cis heterossexuais. Os debates e ações presentes nos Núcleos refletem essa urgência em abordar e combater essas formas de violência.

No entanto, é importante frisar que essa abordagem é mais palatável para os conservadores, já que mantém a discussão dentro dos limites da heteronormatividade. É possível, inclusive, que os Núcleos tenham sido criados inicialmente para direcionarem o debate nesta perspectiva.

Em sua dissertação em 2015, Rômulo Guedes e Silva, professor da rede estadual em Pernambuco e estudioso da institucionalização dos NEG's ativos até o período, fala:

Note-se a ênfase dada pela SecMulher para as desigualdades sociais entre mulheres e homens, delimitando, assim, o campo semântico que gravita em torno do conceito de gênero. Diferentemente das políticas educacionais brasileiras mais gerais que aproximam o conceito de gênero das questões relacionadas com a diversidade sexual, a SecMulher reforça a agenda por direitos dos movimentos feministas em várias frentes (Silva, 2015, p. 31).

Contudo, é importante refletir sobre algumas ressalvas em relação a essa constatação de Silva (2015). Primeiramente, embora o espaço oficialmente se dedique diretamente às questões de gênero no combate à violência contra a mulher, também é um espaço de debate feminista que é ocupado pela comunidade LGBTQIAPN+. Historicamente, não seria a primeira vez que os espaços feministas são ocupados por dissidências da heteronorma. Segundo, ao tratar de "violência contra a mulher", estamos também falando de mulheres que fazem parte da comunidade LGBTQIAPN+, como lésbicas, bissexuais e mulheres trans, que sofrem violência motivada pela misoginia, machismo e patriarcado. Ignorar essas experiências é perpetuar uma visão estereotipada de mulheridade. Terceiro, a pesquisa de Rômulo Silva abrange os anos de 2014 e 2015; quase uma década depois, podemos observar uma ocupação significativa da comunidade LGBTQIAPN+ nos Núcleos⁴⁷. E quarto, ao considerar o gênero como categoria de análise, é essencial entender seu aspecto relacional e sua estreita relação com a sexualidade,

⁴⁷Essa constatação em específico será aprimorada no seguimento deste capítulo ao destacar as análises realizadas nas páginas do *Instagram* de alguns Núcleos ativos atualmente.

fundamentos enraizados no domínio dos corpos pela cultura colonial brasileira, que buscam ser transformados.

É amplamente reconhecido que socialmente é mais aceitável, para o poder hegemônico, abordar a violência dirigida às mulheres cis heterossexuais, manifestada por meio de agressões físicas e psicológicas. No entanto, restringir o debate exclusivamente a essa questão é insustentável. Além de perpetuar as normas opressivas da heterossexualidade, resulta na reprodução de discriminações e estereótipos em relação àquelas/àqueles que são considerados "outros" ou "desviantes".

Ademais, compreendemos que as vivências e discriminações são interseccionais, formando uma teia complexa de opressões e interações sociais que permeiam as experiências individuais. Nesse contexto, é crucial estar atenta/atento às formas de opressão presentes nas diversas realidades vivenciadas nos espaços escolares.

“Certamente é possível que um sujeito viva, simultaneamente, várias condições de subordinação. Seria um tanto simplista, no entanto, "somar" essas subordinações, pois elas se combinam de formas especiais e particulares. Evidentemente, há histórias mais longas e dolorosas de opressão do que outras. Portanto, serão sempre as condições históricas específicas que nos permitirão compreender melhor, em cada sociedade específica, as relações de poder que estão implicadas nos processos de submetimento dos sujeitos” Louro (1997, p. 52-53).

Os núcleos, como um refúgio para os membros da comunidade LGBTQIAPN+, muitas vezes representa o único espaço dentro da escola onde esses indivíduos podem ser autênticos, expressar-se livremente e revelar sua verdadeira identidade, contando com o apoio de colegas que compartilham da luta contra a LGBTQIAPN+fobia. Esses espaços são cruciais para a inclusão e o empoderamento dessa comunidade, proporcionando um ambiente de conquista, aprendizado e “saídas do armário”.

É importante entender que a experiência de "sair do armário" não é algo pontual na vida de uma pessoa que não se encaixa na heteronormatividade. Mesmo que haja momentos específicos de revelação social, seja no âmbito familiar, na escola ou no trabalho, os membros da comunidade LGBTQIAPN+ enfrentam diariamente situações que exigem que revelem sua identidade, enfrentando diversas formas de violência, discriminação e hostilidade. E os Núcleos são o apoio e o espaço de aprendizado sobre si e a sociedade.

Com o propósito de demonstrar as práticas dos Núcleos de Estudo de Gênero e Enfrentamento à Violência contra a Mulher como espaços de resistência dentro das escolas para a comunidade LGBTQIAPN+, especificamente para mulheres lésbicas, este capítulo abordará uma pesquisa realizada nas redes virtuais. Em um primeiro momento, foram analisadas matérias

jornalísticas que tratam dos NEG's, seus objetivos e funções, além de incluir pesquisas acadêmicas. Em um segundo momento, foi realizada uma pesquisa nas redes sociais, especificamente no *Instagram*, examinando as páginas criadas por alguns Núcleos que se destacam por suas atuações. Essa análise focará nas postagens, nos símbolos utilizados e na expressiva quantidade de trabalhos realizados diretamente voltados para a população LGBTQIAPN+.

Em 2013, o anuário da Secretaria da Mulher, definiu como função dos Núcleos:

“Os Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a Mulher são resultados da articulação da SecMulher com a Secretaria de Educação, as Instituições de Ensino Superior e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. Tem como objetivo a realização de ações de formação e pesquisa em gênero e educação, envolvendo profissionais e estudantes, através da reflexão e discussão sobre as desigualdades existentes entre homens e mulheres na sociedade, como estratégia para combater o preconceito e fundamentar a construção de uma práxis comprometida com a luta das mulheres. Neles, portanto, está depositada a confiança na transformação que precisam passar os papéis de homens e mulheres nas novas gerações, fortalecendo o processo de ruptura com o paradigma patriarcal. Tendo em vista a estruturação desses núcleos, estão sendo elaborados projetos com o apoio da SecMulher, visando, também, a participação de estudantes e educadores em seminários, congressos e cursos; além do estímulo à criação de grupos permanentes de discussão e de acervo bibliográfico” (SECMULHER, 2013, p. 45).

No anuário de 2013 sobre os Núcleos de Estudo de Gênero, percebemos que a discussão de gênero estava restrita a um viés binário, focado no combate ao patriarcado. O debate permanecia nas linhas gerais da vinculação dos sexos aos gêneros, sem considerar vivências além da heteronormatividade. No entanto, ao longo da última década, observamos uma ampliação dessa discussão, impulsionada pela participação de estudantes e agentes da educação que desafiam a heteronormatividade. Esses indivíduos começaram a ocupar esses espaços e a trazer à tona demandas urgentes nas escolas. Os Núcleos tornaram-se locais onde membros da comunidade LGBTQIAPN+ podiam discutir as imposições heteronormativas e suas violências. Além disso, a crescente conscientização sobre as violências direcionadas à comunidade LGBTQIAPN+ impulsionou o debate e as ações contra essas agressões.

Segundo a pesquisa de mestrado realizada por Silva (2015), que entrevistou e analisou os cinco principais núcleos atuantes em 2014 nas escolas estaduais de Pernambuco, quatro deles destacaram as questões da sexualidade como a temática mais trabalhada, conforme relataram os professores orientadores.

O nomeado como “Núcleo 1” pelo autor é da Escola de Referência em Ensino Médio Trajano de Mendonça (Recife-PE), assim descreve Silva (2015, p. 49):

“As temáticas mais trabalhadas dentro do núcleo da referida escola versam sobre orientação sexual e de gênero; saúde do homem e da mulher; sexualidade e meio ambiente; músicas de depreciação feminina; empoderamento do sexo feminino nos cargos políticos, de gestão e na entrada nas universidades”.

Percebemos, inclusive, que orientação sexual e de gênero é descrita como a primeira entre as temáticas mais trabalhadas. O mesmo acontece com o “Núcleo 2” referente a Escola de Referência em Ensino Médio de Belo Jardim (Belo Jardim-PE): “Como subtemas relacionados à gênero, surgem outras discussões sobre temas como: como Orientação sexual e de gênero; sexualidade; músicas de depreciação feminina” (Silva, 2015, p. 53).

Ainda sobre o “Núcleo 2”, Silva (2015, p. 56) nos fala:

“As entrevistadas relataram o despertar de uma consciência coletiva nos alunos na busca por mudanças de comportamentos que perpetuam o preconceito de gênero na sociedade. Além desses resultados do desenvolvimento de uma consciência coletiva, o núcleo teve experiências positivas na resolução de conflitos intrapessoais e familiares relacionados à aceitação da homossexualidade de um aluno”.

A presença dos Núcleos na comunidade tem provocado mudanças notáveis. Essas mudanças não só alcançam diretamente os comportamentos dos estudantes, mas também se refletem inevitavelmente no convívio familiar. A organização dos Núcleos e sua institucionalização, através da proliferação de discussões, debates e ações, fortalecem o movimento e possibilitam interferências positivas dentro das famílias, como evidenciado no caso citado.

Além disso, a institucionalização dos Núcleos no Estado promove o desenvolvimento do debate sobre gênero e sexualidades entre professoras e professores que coordenam os Núcleos e elaboram discussões sobre essas temáticas. Essa institucionalização também aumenta o número de pesquisas e formações na área de gênero, um campo ainda carregado de muitos tabus que precisam ser desconstruídos. Com a existência dos NEG, as formações tornam-se mais frequentes, com um objetivo direto e claro de trabalhar com os/as estudantes. Como destaca Silva (2015, p. 64):

“O Núcleo de estudos em gênero também trouxe grande contribuição aos professores das diferentes disciplinas, aproximando-os do tema e contribuindo para a construção de uma educação pautada na transdisciplinaridade, a partir dos conhecimentos que foram sendo adquiridos pelos profissionais que faziam parte da coordenação do núcleo e multiplicavam os conhecimentos adquiridos nas pesquisas, cursos e formações que foram surgindo”.

Outra pesquisadora dos Núcleos de Gênero foi a professora Marlia Aguiar Façanha. Ela desenvolveu uma pesquisa no ProfHistória e trouxe as ações realizadas no núcleo como relato de experiência em sua dissertação. O interessante a destacar da dissertação de Façanha (2018)

é que, embora sua pesquisa tenha o foco nas questões de gênero e do feminismo dentro da escola, em suas considerações finais sobre o núcleo, ela relata:

"O nosso objetivo foi e será exigir respeito aos estudantes homossexuais, transexuais, para que não tenham que ouvir piadas homofóbicas por parte de seus colegas ou professores, pois eles têm os mesmos direitos de permanência e aproveitamento da escola que todos os outros. Nosso objetivo é desnaturalizar posturas arcaicas de gestões, professores e estudantes, e incluir a diversidade de pensamento e de existência na escola" (Façanha, 2018, p. 103).

O que é importante refletir sobre essas considerações é que existe uma alta demanda pelas questões LGBTQIAPN+, e a apropriação das identidades dessa comunidade tem exigido cada vez mais o debate, deslocando as discussões de gênero para além das visões cisgêneras e heterossexuais, como predominou no feminismo tradicional. Dessa forma, é importante destacar que a comunidade LGBTQIAPN+ não apenas recebe acolhimento dentro dos espaços conquistados, mas também provoca alterações significativas em outras vivências, indo além das dominantes.

Em 2021, houve a comemoração de dez anos da implantação dos núcleos de gênero em Pernambuco. Vê-se nas matérias publicadas sobre essa comemoração que a presença e as questões relativas à comunidade LGBTQIAPN+ estão intrínsecas aos objetivos dos NEG. Em uma matéria publicada no Portal Consed (Conselho Nacional de Secretários de Educação) que aborda o desenvolvimento e a expansão dos núcleos, bem como a importância dessas iniciativas, enfatiza-se a relevância das atividades realizadas nos núcleos acerca da comunidade LGBTQIAPN+.

"Os Núcleos de Gênero e Enfrentamento da Violência Contra a Mulher são espaços promotores de ações de formação, pesquisa e extensão, objetivando o desenvolvimento de práticas comprometidas com a transformação social, a partir da promoção da igualdade de gênero. Eles abrem espaço para as diferenças, o gênero, combate aos preconceitos contra a população negra e LGBTQI+ e tudo o mais que se refere às questões que envolvam gênero".⁴⁸

Outra matéria jornalística, também abordando a comemoração dos dez anos da implantação dos Núcleos de Estudo de Gênero e Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, foi encontrada no site da ALEPE (Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco). A secretária-executiva da Educação Integral e Profissional do Estado de Pernambuco em 2021, Maria Medeiros, esclarece o objetivo do núcleo e fala sobre a comunidade LGBTQIAPN+: "O objetivo dos núcleos é desenvolver práticas comprometidas com a transformação social a partir

⁴⁸Matéria disponível no link: <https://www.consed.org.br/noticia/escolas-da-rede-contam-com-mais-nucleos-de-genero-e-enfrentamento-da-violencia-contra-a-mulher-em-2021>. Última visualização em 05 jun. 2024.

da promoção da igualdade de gênero. Lá, a gente também abre espaço para as diferenças e para debater preconceitos contra as populações negra e LGBTQIAPN+”.⁴⁹

Em novembro de 2023, ocorreu o Primeiro Encontro Estadual dos Núcleos de Estudo de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a Mulher, em Recife, com a participação das coordenadoras e coordenadores dos núcleos de todo o Estado. Durante o evento, houve o discurso de um estudante egresso, Léo Lins, um estudante trans que passou pelo processo de transição de gênero durante o período escolar com o apoio e a participação do núcleo. A presença de Léo no evento enfatiza, mais uma vez, que além de ser um espaço que acolheu esse estudante, é um território também produzido por ele, um espaço que foi encontrado dentro do ambiente escolar para poder proliferar existências além da cisheteronormatividade.

A matéria sobre o evento⁵⁰, realizada pela Secretaria da Educação, traz a comunidade LGBTQIAPN+ mais uma vez como parte singular nos objetivos dos núcleos:

“Os núcleos têm suas atividades acompanhadas pelas duas secretarias parceiras na ação e são espaços que promovem ações de formação, pesquisa e extensão, visando o desenvolvimento de práticas comprometidas com a transformação social, a partir da promoção da igualdade de gênero. Eles abrem espaço para as discussões sobre as diferenças, as questões que envolvem gênero e os preconceitos contra a população negra e LGBTQ+”.

Além disso, o símbolo criado para representar os núcleos de gênero do Estado de Pernambuco apresenta o desenho do território pernambucano preenchido com as cores do arco-íris, simbolizando a comunidade LGBTQIAPN+, e inclui o símbolo do intersexo. Esta representação, que pode ser observada na foto abaixo, diz muito sobre o que os núcleos representam e sobre quais sujeitas e sujeitos estamos discutindo.

⁴⁹Matéria disponível no link: <https://www.alepe.pe.gov.br/2021/12/07/alepe-celebra-dez-anos-dos-nucleos-estaduais-de-estudos-de-genero/>. Última visualização em 05 jun. 2024.

⁵⁰Disponível no link: <https://portal.educacao.pe.gov.br/see-e-secretaria-da-mulher-promovem-i-encontro-estadual-dos-nucleos-de-estudos-de-genero-e-enfrentamento-da-violencia-contra-a-mulher/>. Último acesso em 05 jun. 2024.

Figura 7 - 1º Encontro Estadual dos Núcleos de Gênero



Fonte da imagem: Felipe Jordão/Secretaria da Educação e Esportes.
Disponível em: <https://portal.educacao.pe.gov.br/see-e-secretaria-da-mulher-promovem-i-encontro-estadual-dos-nucleos-de-estudos-de-genero-e-enfrentamento-da-violencia-contr-a-mulher/>

Percebemos, a partir das análises e reflexões de matérias encontradas na *web* e com o desenvolvimento dos núcleos ao longo do tempo, que esses, após sua implantação no Estado de Pernambuco, foram se apropriando dos debates feministas. Esses núcleos passaram a ser ocupados por agentes feministas que desafiaram os ideais de um feminismo centrado na heterossexualidade, principalmente devido à participação ativa da comunidade LGBTQIAPN+. Os participantes desses núcleos ocuparam seus espaços e construíram dinâmicas que abordam problemáticas além daquelas enfrentadas por mulheres e homens cisgêneros e heterossexuais. Isso permitiu rompimentos essenciais para a inclusão de pessoas marginalizadas e desenvolveu um feminismo que desloca os poderes hegemônicos da heteronormatividade dentro dos espaços escolares. Como nos afirma Louro (1997, p. 114): “Sem dúvida essas formulações permitem que se inscrevam as pedagogias feministas na perspectiva das pedagogias emancipatórias, que pretendem a “conscientização”, a “libertação”, ou a “transformação” dos sujeitos e da sociedade”.

3.5. Os Núcleos Gênero: novas representação sociais dentro e fora da escola

A escolha pela pesquisa nas plataformas de mídia social, especificamente no *Instagram*, deveu-se à sua proeminência no contexto atual. Para os historiadores, utilizá-las como um

recurso para pesquisas exploratórias constitui uma abordagem inovadora que merece ser utilizada.

Nas últimas décadas, as mídias sociais se tornaram uma das principais referências entre os veículos de comunicação. Elas têm ganhado uma presença crescente, especialmente entre jovens e adolescentes. Além de servirem como fontes de entretenimento, também desempenham um papel importante na disseminação de informações, na interação pessoal e no arquivamento de fontes e memórias.

As redes sociais possuem uma força reformadora, observada na formação de novas consciências nos sujeitos. Elas dão voz a muitos, de maneira democrática, de uma forma que jamais poderia ser atingida em outras épocas da História. As redes sociais também democratizam as informações de maneira ágil e interativa, sendo consideradas ferramentas sociais por proporcionar um novo poder de organização às relações interpessoais. Como nos fala Recuero e Soares (2013, p. 242) - “Os sites de rede social tiveram um impacto profundo no cotidiano das pessoas, alterando a forma como se relacionam, constroem e percebem valores e mesmo como constroem significados e sentidos.”

A internet e as redes sociais possibilitam a organização coletiva em torno de causas que requerem a colaboração de vários indivíduos para serem concretizadas. Ao compartilharmos informações ou fontes sobre o tempo presente, nos tornamos veículos de comunicação, ampliando o alcance e o impacto das mensagens disseminadas (Shirky, 2012).

Além de divulgar informações, a mídia, especificamente as redes sociais, também é formadora de opinião e um componente essencial no processo de construção de identidades. Ao criar um perfil no *Instagram*, constrói-se uma identidade virtual que é significativa na vida social das pessoas, principalmente dos jovens.

Dessa forma, a relevância dos *Instagrams* como campo de pesquisa para educação e a vida das/dos adolescentes está na força que as redes sociais desenvolveram na atualidade. Segundo Cordeiro e Cerri (2017, p. 3227):

"[...] enquanto movimento popular, enquanto meio de comunicação, enquanto formadora de opinião e influenciadora em consciência histórica, enquanto meio de afirmação de identidade, enquanto ferramenta sócio, político e cultural, enquanto espaço de sociabilidade e formação de conhecimento e cultura histórica. Registro de pensamentos e comportamentos sociais. Portanto, pode-se considerar uma ferramenta de busca de fontes históricas, atualmente quase inesgotável, para se analisar micro histórias, em estruturas macro, e buscar compreender as práticas culturais que estão desenhando o processo histórico que define a cultura histórica atual."

O acesso simplificado e rápido à criação de fotografias e vídeos nos celulares possibilita a divulgação de diversos conteúdos, incluindo trabalhos e ações realizadas. Por isso, foram utilizadas as páginas no *Instagram* dos Núcleos de Estudo de Gênero e Enfrentamento à Violência contra a Mulher como fonte de pesquisa sobre as ações produzidas e divulgadas, especialmente aquelas relacionadas à comunidade LGBTQIAPN+.

Uma nova forma de interação surge com as mídias sociais, inaugurando um padrão distinto de comportamentos e condutas na interseção entre mídia e relações sociais. Essa dinâmica não apenas caracteriza os sujeitos, mas também expõe sua interação sociocultural dentro de contextos históricos (Sousa; Leão, 2016).

Há uma crescente tendência das mídias sociais se tornarem criadoras de significados, tanto no contexto sociocultural quanto como ferramentas para argumentação e preservação da cultura histórica. Isso se deve, entre outras coisas, ao fato de que os indivíduos compartilham informações e expressam seus posicionamentos.

A partir da organização mental das pessoas, há uma espécie de interpretação e representação nos meios sociais, o que se reflete nas práticas sociais e comportamentos. Além disso, as redes sociais possuem formatos e símbolos específicos de comunicação com a sociedade. Dessa forma, o *Instagram* torna-se um reflexo das práticas sociais e comportamentos dos jovens e adolescentes.

Os registros simbólicos são vistos e compartilhados, construindo identidades subjetivas e representando importantes fontes históricas sobre as produções e discussões de seu tempo. Esses registros constituem um arquivo midiático democrático, no sentido de que a produção e o acesso são difundidos para uma vasta população, e permitem contar com comentários e interações diretas do público.

Para elaboração desta pesquisa, buscou-se postagens que apresentassem as ações realizadas pelos NEG, assim como aquelas que representassem uma pesquisa de divulgação. Muitas vezes, essas postagens resultavam de estudos realizados durante os encontros. O objetivo não era apenas registrar e divulgar a ação, mas a própria postagem fazia parte da ação.

Visto que as postagens vão além das simples divulgações de ações, visando não apenas mostrar ao público — seja estudantes da escola, familiares ou toda a comunidade escolar — mas também informar e ensinar sobre as temáticas abordadas. A produção desses posts requer conhecimento histórico e social, tornando-se assim um meio de aprendizagem. Além disso, serve como plataforma para divulgar os trabalhos realizados e disseminar conhecimento ao público. Portanto, a pesquisa através dos *Instagrams* oferece um panorama abrangente sobre os Núcleos de Gênero, os trabalhos desenvolvidos e as temáticas exploradas.

As páginas escolhidas falam sobre a construção identitária dos núcleos, compreendendo que os núcleos são organizações em que as alunas e os alunos não são apenas receptores do conhecimento, eles produzem o conhecimento, são considerados “protagonistas” das temáticas debatidas e tem como função pensar em metodologias de levar para o grande grupo escolar as temáticas pertinentes. Geralmente, esses temas estão ligados a meses e datas significativas ou aos problemas de violência vivenciados e observados no ambiente escolar.

Embora seja possível realizar uma vasta análise da rede social *Instagram*, abrangendo aspectos como linguagem, interação, escala de acessos, símbolos e signos, estrutura, comportamento social, público e replicabilidade (Recuero, Soares, 2013), o foco desta pesquisa foi direcionado para analisar os *Instagrams* como um espaço de “diário” público, objetivando identificar os núcleos como lugar de resistência para as lésbicas e toda comunidade LGBTQIAPN+. O *Instagram* é amplamente utilizado pelos Núcleos de Estudo e Grupos (NEGs) para divulgar suas pesquisas e ações, tornando-se um canal importante para expressar e promover discussões sobre questões de gênero e identidade. Portanto, buscou-se compreender as postagens relacionadas à comunidade LGBTQIAPN+, examinando como essas postagens são feitas e demonstrando que o espaço de resistência direcionado aos dissidentes da heteronorma se encontra nos núcleos.

O objetivo foi analisar os conteúdos das postagens, sem a intenção de avaliar o domínio e a profundidade dos temas, considerando que o *Instagram* é mantido por estudantes do Ensino Médio. Buscamos identificar as pautas levantadas, como as identidades e lutas sociais são expostas, quais temáticas estão sendo trabalhadas e o que podemos perceber através das identidades imagéticas desenvolvidas. Os posts foram capturados e retirados das páginas sem nenhuma alteração ou interferência para a pesquisa.

Para melhor compreensão, primeiramente, segue uma lista dos nove núcleos analisados a partir de suas redes sociais e suas respectivas escolas e localização. São eles:

1. Núcleo Marcia Dangremon – EREM Ginásio Pernambucano (Recife-PE).
2. Núcleo Nísia Floresta - EREM Rita Maria (Orobó-PE).
3. Núcleo Dayanna Louise - EREM Conde Correa de Araújo (São Lourenço da Mata-PE).
4. Núcleo Davinna Ayla - EREM Pastor José Florêncio (Cabo de Santo Agostinho-PE).
5. Núcleo Julia Santiago - ETE Miguel Batista (Recife -PE).
6. Núcleo Maria da Penha – EREFEM Icó Mandantes (Petrolândia-PE).
7. Núcleo Wilma Lessa - EREM Silva Jardim (Recife-PE).
8. Núcleo Jornalista Graça Araújo - ETE Ginásio Pernambucano (Recife-PE).
9. Núcleo Profa. Bernardina Araújo – EREM Belo Jardim (Belo Jardim-PE).

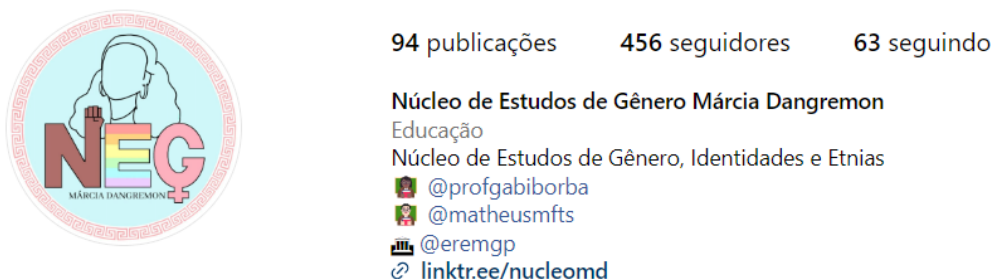
Além das páginas do *Instagram* dos núcleos, foi analisado o *Instagram* da Secretaria Executiva do Ensino Médio e Profissional (SEMP) com objetivo de buscar as postagens relacionadas com os núcleos e seus trabalhos direcionados às lésbicas e demais participantes da comunidade LGBTQIAPN+.

Após identificar os principais Núcleos que estão ativos e utilizam as redes sociais como meio de divulgação, suas páginas foram analisadas em busca das questões significativas desses espaços como locais de resistência LGBTQIAPN+. A seleção dos núcleos foi baseada em suas atividades gerais, não se limitando exclusivamente às ações voltadas para a comunidade LGBTQIAPN+. A partir dos núcleos selecionados, a pesquisa se concentrou nas postagens que abordam especificamente a comunidade LGBTQIAPN+.

A primeira observação relevante refere-se às fotos dos perfis. Por se tratar de uma página de perfil institucional, utiliza-se uma imagem criada, um símbolo desenvolvido para representar a página do *Instagram* e, geralmente, o próprio núcleo específico. Esse símbolo é frequentemente replicado em bandeiras, fundos de páginas/eventos ou camisetas.

Dos nove perfis analisados, seis deles tem na imagem de perfil e símbolo do próprio núcleo, referências a comunidade LGBTQIAPN+, com predominância para as cores do arco-íris. Observe as capturas de telas dos perfis citados:

Figura 8 - Perfil Núcleo Márcia Dangremon



Núcleo Márcia Dangremon. Fonte da imagem: <https://www.instagram.com/nmarciadangremon/>

Figura 9 - Perfil Núcleo Nísia Floresta

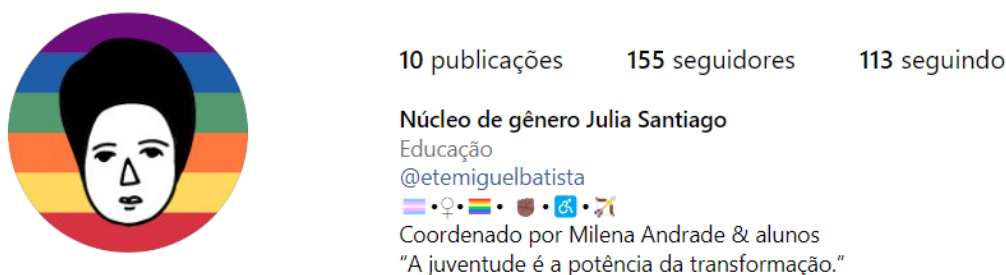
Núcleo Nísia Floresta. Fonte da imagem: <https://www.instagram.com/neg.nisiafloresta/>

Figura 10 - Perfil Núcleo Dayanna Louise

Núcleo Dayanna Louise. Fonte da imagem: <https://www.instagram.com/neg.dayannalouise/>

Figura 11 - Perfil Núcleo Davinna Ayla

Núcleo Davinna Ayla. Fonte da imagem: https://www.instagram.com/neg_davinna_ayla/

Figura 12 - Perfil Núcleo Júlia Santiago

Núcleo Júlia Santiago. Fonte da imagem: <https://www.instagram.com/negjsantiago/>

Figura 13 - Perfil Núcleo Graça Araújo

Núcleo Graça Araújo – Fonte da imagem: https://www.instagram.com/nugen_etegp/

O destaque para as imagens dos perfis é de grande relevância, visto que estamos falando dos símbolos que os núcleos carregam dentro das escolas. A maioria das fotos de perfil apresenta símbolos LGBTQIAPN+, os quais não apenas representam visualmente o compromisso dos núcleos com a diversidade sexual e de gênero, mas também são símbolos de identidade e resistência para as/os estudantes que participam desses grupos.

Essas imagens não são apenas decorativas, mas representam as propostas e valores pelos quais os núcleos trabalham, como inclusão, respeito e educação sobre questões de gênero e sexualidade. A presença constante desses símbolos nos perfis dos núcleos não apenas fortalece a identidade desses grupos, mas também serve como uma forma poderosa de manifestação e afirmação dentro do ambiente escolar. Além disso, essas representações visuais contribuem significativamente para a construção de um ambiente educacional mais inclusivo, onde todas as/os estudantes se sintam representadas/os e valorizadas/os.

E mesmo o núcleo Maria da Penha, também analisado, ainda que em sua imagem do perfil do *Instagram* não tenha um símbolo direto que referencie a comunidade LGBTQIAPN+, na descrição do perfil observamos a bandeira LGBTQIAPN+ e a bandeira trans. A presença

das bandeiras na descrição promove a visibilidade e a conscientização sobre questões de gênero e sexualidade, e reforça o compromisso do núcleo com a diversidade e a luta contra a discriminação.

Figura 14 - Perfil Núcleo Maria da Penha



Núcleo Maria da Penha. Fonte da imagem: <https://www.instagram.com/negmariapenha/>

Os núcleos analisados destacam-se não apenas pela divulgação de suas atividades nas redes sociais, mas também pela produção de conhecimento e pela promoção de debates relevantes. Ao explorar os trabalhos publicados por esses núcleos, identificamos uma variedade de iniciativas, desde pesquisas teóricas até campanhas de conscientização. Essas ações demonstram como esses grupos educacionais influenciam positivamente a comunidade escolar e além dela. Eles promovem discussões importantes sobre gênero, sexualidade e direitos humanos, além de desenvolverem um ambiente escolar inclusivo, que acolhe e garante o protagonismo de indivíduos LGBTQIAPN+. A seguir, é possível observar alguns exemplos dessas iniciativas.

O Núcleo de Gênero Marcia Dangremon, do Ginásio Pernambucano, localizado em Recife-PE, possui um *Instagram* bastante ativo. Nele observamos que mais de 30% das postagens referem-se diretamente à comunidade LGBTQIAPN+, e nas demais postagens essa comunidade é frequentemente mencionada, com o objetivo de pluralizar as discussões sobre gênero. Um exemplo é a postagem realizada no dia 8 de março de 2022, sobre o Dia das Mulheres⁵¹. Nessa ocasião, a discussão abrangeu o entendimento de "mulheres" no plural, trazendo à tona debates sobre identidades silenciadas na definição de mulher, e reconhecendo que "mulher" não é apenas uma categoria que inclui mulheres brancas, cisgêneras e heterossexuais. Como podemos ver na legenda da postagem:

“A fim de dar continuidade às discussões em torno das várias feminilidades aqui mencionadas, traremos, no decorrer desta semana, post’s sobre os atravessamentos de

⁵¹Postagem disponível no link: https://www.instagram.com/p/Ca3L2QFrwOd/?img_index=7. Acesso em 12 jun. 2024.

O Núcleo de Gênero Nísia Floresta, pertencente à EREM Rita Maria, localizada no município de Orobó-PE, também direciona suas pautas à comunidade LGBTQIAPN+. Na seção de "destaques" da página do Instagram do Núcleo, há um destaque intitulado "Campanhas". Nele, podemos identificar iniciativas voltadas ao combate contra a homofobia, contra a LGBTQIAPN+fobia, e à luta pela visibilidade lésbica.

Figura 16 - NEG Nísia Floresta: Combate a Homofobia



Figura 17 - NEG Nísia Floresta: Respeito acima de tudo



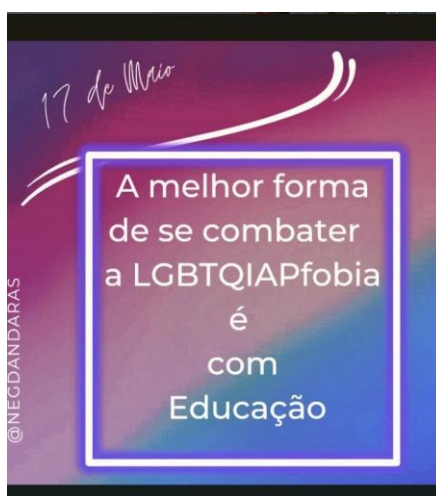
Figura 18 - NEG Nísia Floresta: 29 de agosto



Fonte da imagem: Neg.nisiafloresta, 2023.⁵⁴

O Núcleo de Gênero Dandaras⁵⁵, da EREM Maria Cavalcante Nunes em Petrolândia – PE, destaca-se pelo seu trabalho significativo tanto dentro do estado quanto entre os demais Núcleos. Muitas de suas iniciativas são divulgadas na página do *Instagram* do Núcleo. Veremos algumas a seguir:

Figura 19 - NEG Dandaras: 17 de maio.



Fonte da imagem: Neg.dandaras, 2022.⁵⁶

⁵⁴As três imagens são parte do mesmo “destaque” do *Instagram*. Disponível em: <https://www.instagram.com/stories/highlights/18008629897656076/>. Acesso em 12 jun. 2024.

⁵⁵ Link da página do *Instagram* do NEG Dandaras: <https://www.instagram.com/negdandaras/>. Acesso em 12 jun. 2024.

⁵⁶Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CdqhjjqrZk2/> Acesso em 12 jun. 2024. Publicação realizada no dia 17 de maio, dia do combate a LGBTQIAPN+fobia, o ano foi 2022.

Em julho de 2022, foi publicado um vídeo⁵⁷, a título de conhecimento, sobre o significado da sigla LGBTQIAPN+ e a explicação sobre identidade de gênero e orientação sexual. Com o seguinte texto:

“Mas o que é LGBTQIAPN+? Você pode até dizer: meu Deus, mas essa sigla não para de crescer! Pois seja bem-vinda/o ao universo da diversidade! Vamos aprender um pouco sobre identidade de gênero, orientação sexual e sexo biológico, de forma bem didática. Marca aí aquela pessoa que precisa aprender junto com a gente!”

O objetivo foi promover discussões públicas, inclusive incentivando o público a marcar outras pessoas e disseminar esse conhecimento. Além disso, a página do *Instagram* do Núcleo de Gênero Dandaras denuncia casos de violência motivada por homofobia e LGBTQIAPN+fobia, e divulga os trabalhos realizados tanto dentro do Núcleo quanto na escola.

Outro interessante trabalho realizado pelo Núcleo de Gênero Dandaras foi uma enquete postada no *Instagram*, cujo objetivo era coletar dados das/dos estudantes para compreender o nível de acolhimento e abordagem das violências enfrentadas pela comunidade LGBTQIAPN+ na escola.

Figura 20 - NEG Dandaras: enquete sobre as violências sofridas pela comunidade LGBTQIAPN+



Fonte da imagem: Neg.dandaras, 2021.⁵⁸

Na legenda da imagem que representa a enquete, são descritos os resultados:

⁵⁷Disponível no link: https://www.instagram.com/p/CgJ4uwHlr_T/. Acesso em 12 jun. 2024.

⁵⁸Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CPb-ipHhiVD/>. Acesso em 12 de jun. 2024. Postagem realizada em maio de 2021.

“Quem se lembra dessa enquete? Creio que a galera não esqueceu, até porque 250 pessoas, aproximadamente, responderam às perguntas que se resumiram em: NOSSAS ESCOLAS SÃO ACOLHEDORAS OU LGBTFÓBICAS? Olha o resultado: são ou não são acolhedoras?

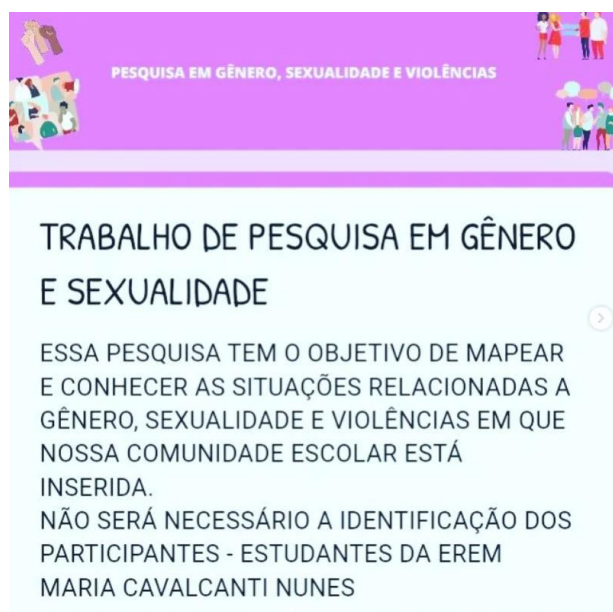
1º - a maioria já presenciou um colega ou uma colega ser vítima de uma ofensa, uma brincadeira de cunho sexual e homofóbico. Mas também essa maioria afirmou que a escola tomou atitudes corretas e educativas, não fechou os olhos para o preconceito.

2º - das expressões de cunho homofóbico que mais ouvem se refere à sexualidade das meninas, as mais cobradas por não se encaixarem no padrão heteronormativo ditado pelo patriarcado: uma mocinha não se sente assim.

3º - Olha que maravilha! Nossas escolas são inclusivas e plurais. É na escola que os e as estudantes encaram expressões depreciativas, ofensivas e agressivas, e é na escola que se fortalecem na defesa de sua liberdade e dignidade, onde o agressor ou agressora aprende a respeitar a diferença”.⁵⁹

Outra a pesquisa que pretendeu mapear e conhecer os estudantes sobre seus enfrentamentos relacionados a gênero e sexualidade foi realizada em abril de 2022. Como podemos observar na imagem a seguir:

Figura 21- NEG Dandaras: Pesquisa em Gênero e Sexualidade



Fonte da imagem: Neg.dandaras, 2022.⁶⁰

As pesquisas que buscam conhecer as/os estudantes da comunidade escolar, assim como as violências sofridas nesse espaço, e divulgar os resultados são ferramentas importantes para orientar ações e desenvolvimento pedagógico. Ao demonstrar em dados as violências enfrentadas no ambiente escolar, especialmente aquelas relacionadas a gênero e sexualidades,

⁵⁹Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CPb-ipHhiVD/>_Acesso em 12 jun. 2024.

⁶⁰Disponível em: https://www.instagram.com/p/Cc9B0x7r7kO/?img_index=1. Acesso em 12 jun. 2024.

essas pesquisas conferem maior veracidade às questões enfrentadas, proporcionando um direcionamento preciso para as ações a serem realizadas.

Outra postagem que se destacou no *Instagram* do Núcleo de Gênero Dandaras é um texto publicado em junho de 2021. O texto aborda a construção dos núcleos, que continuamente são ocupados pelas minorias de direitos, estigmatizadas e estereotipadas como "outros" na escola e na sociedade. Ele também reflete como os NEGs são espaços de acolhimento para pessoas dissidentes das normas heteronormativas cisgêneras brancas.

“Nascemos Dandara, símbolo da resistência das mulheres negras invisibilizadas. Crescemos Dandaras, simbolizando todas as mulheres violadas em seus direitos, vítimas da face mais cruel que o machismo pode apresentar. Nos tornamos Dandara dos Santos, travesti brutalmente assassinada, apedrejada até morrer em plena luz do dia no ano de 2017.

Somos Dandaras de Jefferson Feijó, estuprado, espancado e apedrejado com pauladas, perdeu a fala, os movimentos, num ataque homofóbico em 2019.

Somos Dandaras de Roberta da Silva, mulher trans queimada viva, luta pela vida como sempre fez no cais de Santa Rita, mais uma vítima de transfobia.

Somos Dandaras de Léo, Paulo, Sarah, Valentina, Júlia, João, Gabriel, Alex, Juju, Gui, Cassandra... Nomes. São nomes, são pessoas.

Somos Dandaras que levantam a bandeira do respeito, do direito à vida, pelo direito de viver e do orgulho LGBTQIA+”.⁶¹

O Núcleo de Gênero Dayanna Louise, pertencente à EREM Conde Correa de Araújo em São Lourenço da Mata – PE, foi recentemente criado, assim como seu *Instagram*. Observa-se poucas postagens na página e metade delas aborda o combate à LGBTQIAPN+fobia, destacando uma ação realizada em maio de 2024.⁶²

Destaca-se a seguinte postagem, referente a receptividade das/dos estudantes novatas/novatos ao Núcleo. Na foto, é visível a bandeira LGBTQIAPN+ como símbolo presente.

⁶¹Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CQrP1eghRCf/>. Acesso em 12 jun. 2024.

⁶²Disponível em: <https://www.instagram.com/neg.dayannalouise/>. Acesso em 12 jun. 2024.

Figura 22 - NEG Dayanna Louise: recepção dos novos integrantes



Fonte da imagem: Neg.dayannalouise, 2024.⁶³

O Núcleo de Gênero Davinna Ayla, da EREM Pastor José Florêncio, localizada no município do Cabo de Santo Agostinho - PE, dedica uma parte significativa de suas postagens ao tema da comunidade LGBTQIAPN+. Das 21 publicações realizadas, 8 são especificamente voltadas para essa comunidade.⁶⁴

O *Instagram* do Núcleo é composto, principalmente, por recortes que indicam a divulgação de conhecimento:

⁶³Disponível em: https://www.instagram.com/p/C4RUAMKPbQ0/?img_index=1. Acesso em 12 jun. 2024.

⁶⁴Disponível em: https://www.instagram.com/neg_davinna_ayla/. Acesso em 12 jun. 2024.

Figura 23 - NEG Davinna Ayla: Mês do Orgulho



Fonte da imagem: Neg_davinna_ayla, 2023.⁶⁵

Na legenda da imagem, encontra-se o seguinte texto:

“Escrito por Ravi P.; Revisado por Calisto M. F.

A revolta de Stonewall é muito conhecida, apesar de ser pouco contada a fundo e, algumas vezes, até esquecida. Com muitas leis que impediam as pessoas até mesmo de se vestirem da forma como se sentiam mais à vontade, nos Estados Unidos, até mesmo usavam de parâmetros legais para determinar se uma pessoa estava de acordo com a norma imposta social e legalmente – por ex, usando pelo menos três peças de roupa “apropriadas” ao gênero associado a genital da pessoa.

Com preços exorbitantes e uma estrutura não muito agradável, o bar de Stonewall se tornou um lugar seguro para LGBT+s de toda a cidade de Nova Iorque.

Usando de subornos, a máfia impedia que a polícia fizesse batidas nas proximidades do estabelecimento ou em horários de pico e cobrava até 5x mais pelas bebidas vendidas ali dentro. Mesmo assim, ainda era a melhor opção do momento.

Mas no dia 28 de junho de 1969 tudo mudou. A polícia ignorou o acordo ilícito com a máfia e decidiu aplicar as leis que eram contra a existência e expressão de pessoas que fugiam da cisheteronormatividade.

A polícia apareceu naquele dia no horário mais movimentado, entrando no bar e ameaçando prender quem trabalhava ali, alegando venderem bebidas ilegais, e quem frequentava o local por não “se vestirem de maneira apropriada a seu gênero”. Diferente do esperado pela polícia, a reação foi violenta: o público usava quaisquer objetos disponíveis para se defender dos ataques.

Mesmo em uma situação de desigualdade de força bélica, a clientela de Stonewall não aceitou que a polícia destruísse um dos únicos, senão o único, lugares seguros para se expressar da cidade. E assim a revolta se iniciou.

Essa revolta foi protagonizada por pessoas trans e Drag Queens presentes. Um nome muito importante e que não deve ser esquecido é da Drag Queen e mulher trans negra Marsha P. Johnson. Nascida em 1945, Marsha se tornou uma figura relevante no ativismo em prol da comunidade LGBT+”.

A postagem sobre a Revolta de Stonewall, escrita por Ravi P. e revisada por Calisto M. F., desempenha um papel crucial para o Núcleo de Gênero ao ampliar o entendimento da história e da resistência LGBTQIAPN+ entre os estudantes e membros da comunidade escolar.

⁶⁵Disponível em: https://www.instagram.com/p/CuA_0O2LYFx/ . Acesso em 12 jun. 2024.

Ao abordar eventos históricos como a Revolta de Stonewall de maneira educativa e informativa, a postagem não apenas resgata um episódio significativo de luta contra a opressão e discriminação, mas também promove a conscientização sobre os direitos e desafios enfrentados pela comunidade LGBTQIAPN+. Além disso, ao destacar figuras como Marsha P. Johnson, a postagem enriquece a narrativa com representação e reconhecimento da diversidade de identidades dentro do movimento LGBTQIAPN+. Essa abordagem contribui para um ambiente escolar mais inclusivo e empoderador, incentivando o respeito à diversidade e a celebração da história de resistência da comunidade LGBTQIAPN+.

Nos “destaques” do *Instagram* também se encontra as bandeiras que representam as identidades que fazem parte da comunidade LGBTQIAPN+:

Figura 24 - NEG Davinna Ayla: Bandeiras



Fonte da imagem: Neg_davinna_ayla, 2023.⁶⁶

Postar as bandeiras da comunidade LGBTQIAPN+ no *Instagram* do Núcleo de Gênero é importante para promover visibilidade, representação e educação sobre diversas identidades de gênero e orientações sexuais. As postagens demonstram às lutas enfrentadas pelo núcleo, referente a comunidade LGBTQIAPN+, incentivam o respeito mútuo e estimulam o engajamento em discussões sobre igualdade e direitos humanos. Essa iniciativa fortalece a

⁶⁶Disponível em: <https://www.instagram.com/stories/highlights/18299644897097108/>. Acesso em 12 jun. 2024.

identidade do Núcleo como um espaço de apoio e que fomenta um ambiente educacional mais diversos e consciente das necessidades de todas/todos as/os estudantes.

Outra menção importante acerca do Núcleo Davinna Ayla é a postagem que explica sobre o nome do Núcleo:

Figura 25 - NEG Davinna Ayla: Presença de Davinna Ayla



Fonte da imagem: Neg_davinna_ayla, 2023.⁶⁷

Texto da postagem:

“Nesta semana (29 de maio), nosso NEG contou com a presença de @davinna.ayla, madrinha do núcleo, e seu companheiro, @v.h_ferreira. Davinna é uma mulher trans que estudou na @erempastorflorencio e serviu de exemplo para compreendermos a luta por direitos LGBTQIAPN+. A história de Davinna sempre esteve presente no chão de nossa escola e na última reunião os estudantes votaram para que o núcleo recebesse o seu nome. Na ocasião a coordenadora @marianaxavier81 entregou a placa de reconhecimento e nossos estudantes escutaram a história de vida de Davinna e Victor e fizeram várias perguntas”.

A escolha de nomear o Núcleo de Gênero em homenagem a Davinna Ayla é significativa para afirmar o compromisso do núcleo como um espaço de resistência LGBTQIAPN+. Davinna, uma mulher trans e ex-aluna da EREM Pastor José Florêncio, personifica a luta pelos direitos LGBTQIAPN+ dentro da própria comunidade escolar. Ao receber seu nome, o núcleo não apenas celebra sua história e contribuições, mas também reconhece a importância de representar e apoiar a diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais. Essa iniciativa

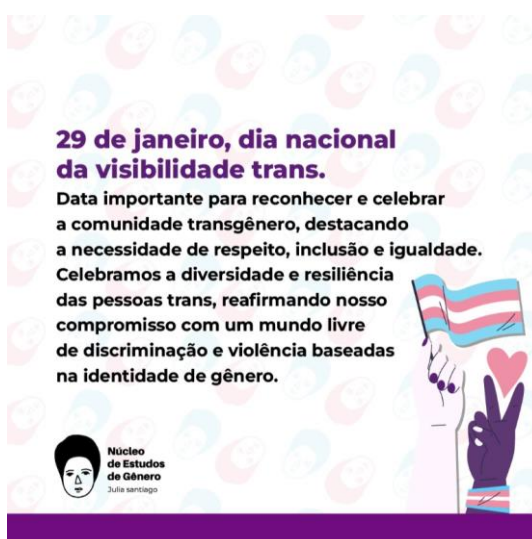
⁶⁷Fonte: https://www.instagram.com/p/Cs4ouM2rjqw/?img_index=1 Acesso em 12 jun. 2024.

não só fortalece a identidade do núcleo como um espaço seguro e inclusivo, mas também educa os estudantes sobre a importância da inclusão e do respeito à diversidade.

O Núcleo de Gênero Julia Santiago, vinculado à ETE Miguel Batista em Recife - PE, é uma iniciativa recente que iniciou suas atividades virtuais em setembro de 2023. Um dos destaques do *Instagram* do núcleo foi uma postagem informativa que abordou a importância da visibilidade trans.

Outro destaque do *Instagram* do referido núcleo é postagem informativa que abordou a importância da visibilidade trans. Essa iniciativa reflete o compromisso do núcleo em promover conscientização e inclusão, proporcionando um espaço virtual para discussões relevantes sobre identidade de gênero e direitos trans na comunidade escolar e além dela.

Figura 26 - NEG Júlia Santiago: Dia Nacional da Visibilidade Trans



Fonte da imagem: Negjsantiago, 2024.⁶⁸

Legenda da postagem:

“Historicamente, as pessoas trans têm sido marginalizadas, discriminadas e muitas vezes invisibilizadas, enfrentando desafios significativos em várias áreas da vida, incluindo acesso a cuidados de saúde adequados, emprego, educação e segurança pessoal.

A visibilidade trans é crucial para combater o estigma, a discriminação e a violência enfrentados por pessoas transgênero. Isso envolve não apenas reconhecer a existência das pessoas trans, mas também respeitar sua identidade de gênero, apoiar seus direitos humanos e lutar por igualdade e inclusão em todos os aspectos da sociedade. A luta não para. #diadavisibilidadetrans #nucleodegenero”.

⁶⁸Disponível em: https://www.instagram.com/p/C2sv6j_P1A6/ Acesso em 12 jun. 2024.

O Núcleo de Gênero Maria da Penha, pertencente a EREFEM Icó Mandantes que está localizada na cidade de Petrolândia - PE. O *Instagram* do núcleo é usado tanto com o intuito informativo quanto para divulgação de suas ações.

Figura 27 - NEG Maria da Penha: Dia Mundial contra a Homofobia



Fonte da imagem: Negmariapenha, 2023.⁶⁹

Figura 28 - NEG Maria da Penha: Dia do Orgulho



Fonte da imagem: Negmariapenha, 2022.⁷⁰

⁶⁹Disponível em: <https://www.instagram.com/negmariapenha/>. Acesso em 12 jun. 2024. Ação do núcleo realizada na escola para o combate a homofobia, realizada em maio de 2023.

⁷⁰Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CfZQJwlroJx/>. Acesso em 12 jun. 2024. Cartaz informativo publicado no mês do Orgulho LGBTQIAPN+, em 2022.

O Núcleo de Gênero Wilma Lessa, da EREM Silva Jardim em Recife - PE, desempenha um papel crucial no combate à LGBTQIAPN+fobia. Através de seu *Instagram*, o núcleo aborda questões pertinentes à comunidade para além da heteronormatividade, além de divulgar eventos e ações significativas. Essa iniciativa não apenas promove conscientização sobre diversidade de gênero e sexualidade, mas também fortalece um ambiente escolar inclusivo e respeitoso.

Em maio de 2024, o Núcleo de Gênero Wilma Lessa, da EREM Silva Jardim em Recife-PE, não apenas discutiu o combate à LGBTQIAPN+fobia, mas também abordou temas relacionados às diferentes configurações familiares. Essa iniciativa demonstra o compromisso do núcleo em ampliar as discussões sobre diversidade de gênero e sexualidade.

Figura 29 - NEG Wilma Lessa: Família é Família



Fonte da imagem: Nucleodegenerowilmalessa, 2024.⁷¹

Em junho de 2023, o Núcleo participou de um evento em colaboração com o sindicato para discutir o Dia do Orgulho. Essa iniciativa é significativa, pois evidencia o alcance expandido pelos Núcleos de Gênero, proporcionando um espaço vital para a discussão de sexualidades e a promoção de ações contra as violências de gênero e sexuais. Além de demonstrar o alcance do núcleo para além dos muros da escola, reforçando seu papel na comunidade em ampliar o diálogo e a conscientização sobre questões de gênero e sexualidade.

⁷¹Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C7HBqSzLBk-/>. Acesso em 12 jun. 2024.

Figura 30 - NEG Wilma Lessa: Dia do Orgulho



Fonte da imagem: Nucleodegenerowilmalessa, 2023.⁷²

Na legenda da foto:

“Foi potente, aprendi muito na noite de hoje. Sindicatos de Recife, Jaboatão, Igarassu e SINTEPE estavam presentes, também o gabinete do vereador Ivan Moraes, do PSOL. A EREM Silva Jardim com o Núcleo de Gênero se fez representar para discutir uma pauta tão importante, o dia do Orgulho, a luta por direitos da população LGBTQIAPN+”.

Outras participações do Núcleo Wilma Lessa em eventos abertos:

Figura 31 - NEG Wilma Lessa: III Congresso da Diversidade da OAB



Fonte da imagem: Nucleodegenerowilmalessa, 2022.⁷³

Legenda da postagem:

⁷²Fonte: https://www.instagram.com/p/CuDiodsrku8/?img_index=1 Acesso em 12 jun. 2024.

⁷³Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CfZ84MELzsO/>. Acesso em 12 jun. 2024.

“O Núcleo de Gênero Wilma Lessa participou hoje do III Congresso da Diversidade da OAB, foi uma experiência incrível. Os debates sobre visibilidade, representatividade, políticas públicas, transformam, fazem refletir e trazem legitimidade à luta. Obrigada Ivanna, pelo convite.”

A seguir, uma ação do Núcleo Wilma Lessa, dentro do espaço escolar:

Figura 32 - NEG Wilma Lessa: Fora Homofobia!



Fonte da imagem: Nucleodegenerowilmalessa, 2023.⁷⁴

Na legenda da foto, afirma: “Fora homofobia! Assunto para ser debatido na escola, sim. Formar cidadãos e cidadãs é prestar serviço à sociedade, é acabar com a violência, é propagar o respeito. Por um mundo melhor, sempre!”.

O Núcleo se posiciona como um espaço de reafirmação para a comunidade LGBTQIAPN+ e um agente ativo no combate às violências direcionadas a esse grupo, promovendo educação, conscientização e respeito dentro e fora dos muros da escola.

O Núcleo de Gênero Jornalista Graça Araújo, da ETE Ginásio Pernambucano, localizado no bairro do Recife - PE, também mantém um *Instagram* ativo que desempenha um papel crucial na promoção de postagens informativas para a comunidade escolar, além de divulgar suas próprias ações.

⁷⁴Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cthw6dvrNEc/>. Acesso em 12 jun. 2024. Evento realizado em junho de 2023.

Figura 33 - NEG Jornalista Graça Araújo: Convite aos estudantes



Fonte da imagem: Nugen_etegp, 2021.⁷⁵

A postagem desta imagem foi feita com o objetivo de convidar as/os estudantes da escola a conhecerem o Núcleo de Gênero Jornalista Graça Araújo. Na legenda, está escrito: “Alunes da @eteginasiopec venham conhecer o nosso núcleo de gênero”. Além de usar as cores da bandeira LGBTQIAPN+ como referência visual, a legenda adota linguagem neutra para se referir às/aos convidadas/convidados. Isso demonstra que o núcleo não apenas é frequentado pela comunidade LGBTQIAPN+, mas também tem o objetivo explícito de abordar e trabalhar essa temática de forma inclusiva e acolhedora.

Outra postagem relevante do Núcleo de Gênero Jornalista Graça Araújo foi sobre a ação realizada em junho de 2023, que contou com a participação de convidadas e convidados trans para discutir suas realidades e trajetórias. Essa iniciativa abriu um debate importante e significativo, proporcionando representatividade e ampliando as vozes dentro da comunidade escolar.

⁷⁵Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CUC3-k5lkDa/> Acesso em 12 jun. 2024.

Figura 34 - NEG Jornalista Graça Araújo: Visibilidade Trans



Fonte da imagem: Nugen_etegp, 2023.⁷⁶

Na legenda da foto:

“Hoje tivemos a honra de receber três pessoas trans para contar um pouco sobre as suas trajetórias. Foi um momento enriquecedor para os nossos estudantes que fazem parte do Núcleo de Estudos de Gênero e do Grêmio Estudantil, além de nos trazer muito conhecimento por meio dos relatos pessoais. Junho é o mês da visibilidade trans, mas o respeito para com as pessoas trans precisa ser praticado todos os dias. Seguimos na luta pelo combate ao preconceito. #visibilidadetrans #pessoastrans #lgbtpride”.

Ademais, o *Instagram* do Núcleo Jornalista Graça Araújo também elabora postagens informativas sobre a temática de combate a LGBTQIAPN+fobia.

Figura 35 - NEG Jornalista Graça Araújo: Dia do Orgulho



Fonte da imagem: Nugen_etegp, 2023.⁷⁷

Na legenda da postagem:

⁷⁶Disponível em: https://www.instagram.com/p/Ct-hYmxMgWz/?img_index=1 Acesso em 12 jun. 2024.

⁷⁷Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CuC4ow6tpL2/> Acesso em 12 jun. 2024.

“🏳️🌈 Dia 28 de junho é o Dia do Orgulho LGBTQIAPN+!! A comunidade precisa de visibilidade, oportunidades, respeito e dignidade. Neste dia, devemos refletir sobre como a sociedade se porta diante da diversidade. Muitas conquistas foram alcançadas, todavia há um longo caminho a trilhar para que mais pessoas se sintam seguras em relação à sua sexualidade, ao seu gênero, enfim, que tenha a sua existência respeitada.”

O Núcleo de Gênero Profa. Bernadina Araújo Sousa, da EREM Belo Jardim, localizada na cidade de Belo Jardim - PE, promoveu em 2021 uma palestra *online* durante a pandemia de COVID-19. A palestra, intitulada "Diferença não é doença", foi direcionada a toda a comunidade escolar. A postagem sobre essa iniciativa foi realizada no *Instagram* da Secretaria Executiva do Ensino Médio e Profissional (SEMP).

“Incentivar uma pauta voltada para construção do respeito a toda forma de diversidade, seja ela qual for, deve ser bandeira constante de uma escola plural. Visando contemplar a diversidade sexual, o Núcleo de Estudo de Gênero Profª Bernadina Santos Araújo, da EREM de Belo Jardim, sob a coordenação da Profa. Maria dos Anjos, provocou um momento virtual, para estudantes, professores e público geral. 😊 Com o tema “Diferença não é Doença”, durante o bate papo, foram discutidos os desafios de uma escola inclusiva e plural”.⁷⁸

Observamos que mesmo durante a pandemia de COVID-19, a continuidade das ações dos núcleos de gênero através das redes sociais foi de extrema importância. A promoção de eventos *online*, como a palestra "Diferença não é doença" realizada pelo Núcleo de Gênero Profa. Bernadina Araújo Sousa, garantiu que a comunidade escolar permanecesse engajada e informada. Essas iniciativas virtuais permitiram a manutenção do diálogo sobre diversidade, inclusão e respeito, proporcionando um espaço seguro e acolhedor para discussões essenciais, mesmo em tempos de distanciamento social.

As redes sociais se mostraram fundamentais para a disseminação de informações e para o fortalecimento dos núcleos. Esses espaços, compostos por indivíduos, permitem a comunicação, a troca de informações e a criação de laços de solidariedade e apoio. Dessa forma, a análise das redes sociais é crucial para entender o alcance e o impacto dessas ações, permitindo que os núcleos ajustem suas estratégias e ampliem seu engajamento com a comunidade.

A proposta desta pesquisa é analisar os núcleos como espaços de resistência LGBTQIAPN+, com um foco específico na resistência lésbica, por meio da análise das páginas do *Instagram* dos núcleos. Além disso, foi realizada uma análise do *Instagram* da Secretaria Executiva do Ensino Médio e Profissional com o intuito de identificar postagens relacionadas aos núcleos de gênero (NEGs) e à comunidade LGBTQIAPN+. Essa abordagem visa

⁷⁸Disponível em: https://www.instagram.com/p/CPbuRg3r0fp/?img_index=1. Acesso em 12 jun. 2024.

compreender como esses espaços dos núcleos são necessários para a comunidade dissidente da cisheteronormatividade e como os espaços virtuais podem fortalecer e disseminar informações, evidenciando a importância das redes sociais na promoção de um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor.

A temática referente à comunidade LGBTQIAPN+ no *Instagram* da Secretaria Executiva do Ensino Médio e Profissional (SEMP)⁷⁹ cresceu substancialmente nos últimos anos, ganhando cada vez mais destaque e desenvolvimento. Esse crescimento é particularmente evidente nos meses e datas significativas para os integrantes da comunidade LGBTQIAPN+, quando as postagens aumentam e se aprofundam nas questões relevantes para essa população.

Nas imagens a seguir observamos as postagens referentes a ações de diversos Núcleos no mês de maio desse ano, mês do combate a LGBTQIAPN+fobia.

Figura 36 - SEMP: Combate a LGBTQIAPN+fobia 2024



Fonte da imagem: Semp_pernambuco, 2024.⁸⁰

A legenda da postagem explica as ações e os Núcleos envolvidos:

⁷⁹Link da página do Instagram da Secretária Executiva do Ensino Médio e Profissional: https://www.instagram.com/semp_pernambuco/. Acesso em 12 jun. 2024.

⁸⁰Disponível em: https://www.instagram.com/p/C7RchA5OKWu/?img_index=2. Acesso em 12 jun. 2024.

“As questões de gênero e diversidade sexual permearam a maioria das atuações dos Núcleos de estudo de Gênero e Enfrentamento a violência contra a mulher - NEG, entre o final de abril e início de maio/2024. O Dia Internacional de combate à LGBTfobia, 17 de maio, que marca a decisão da Organização Mundial da Saúde - OMS de deixar de considerar a homossexualidade como doença, foi lembrado em ações de diálogo e fabricação de cartazes pelo NEG Mulheres em Ação, da Erem Carlos José Dias da Silva, na GRE Mata Sul, mas também pelo NEG Dandara dos Palmares, da EREF Sigismundo Gonçalves, em Olinda. O NEG Dayanna Louise, da EREM Conde Corrêa de Araújo, na GRE Metropolitana Sul, vivenciou, com peça teatral e dança corporal, o Projeto CCA no Combate à Homofobia, além de palestra com a educadora e artista cultural Carly Lima. O combate ao feminicídio, às violências contra a mulher e a favor de seu empoderamento foram temas em duas NEG presentes na GRE Vale do Capibaribe: na EREM Tristão Ferreira Bessa, com palestra com a delegada Fabiana Leandro; e no NEG Marluce Pereira, da EREM Manoel Gonçalves, com apresentação de vídeo, teatro em dança, entrevista realizada pelos alunos, e apresentação de slides com informações sobre diversas formas de violência. Ainda no início de maio/2024, o NEG Mulher suas lutas e conquistas, da Escola Técnica Estadual Professor Agamenon Magalhães - ETEPAM, na GRE Recife Norte, realizou uma roda de conversa sobre o racismo estrutural; e NEG da EREM João XXIII Casinhas, na GRE Vale do Capibaribe, realizou uma roda de conversa com estudantes sobre Saúde Mental: Automutilação, com vídeos, depoimentos, escuta e acolhimento.”

No mês de maio de 2023, o *Instagram* da SEMP também postou o combate a LGBTQIAPN+fobia através das ações dos Núcleos dentro das escolas.

Figura 37 - SEMP: Combate a LGBTQIAPN+fobia 2023



Fonte da imagem: Semp_pernambuco, 2023.⁸¹

Na legenda há uma breve explicação da importância da consideração da data 17 de maio e reforça o papel dos Núcleos de Gênero sobre a temática:

“O dia 17 de maio é conhecido mundialmente como o Dia Internacional de Combate a LGBTQIAFobia. Essa data representa um momento histórico para o movimento LGBT, quando em 1990, a Organização Mundial de Saúde (OMS), retirou o termo

⁸¹Disponível em: https://www.instagram.com/p/CsbtPb7rCtp/?img_index=5. Acesso em 12 jun. 2024.

Homossexualismo do Código Internacional de Saúde (CID), deixando de ser considerada uma patologia, na modalidade dos Distúrbios Mentais.

Desde então, o dia 17 de maio é considerado data simbólica, em que pessoas se mobilizam para lutar contra o preconceito e discriminação, sob a perspectiva da equidade, diversidade e tolerância.

Os Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da violência contra a mulher reafirmam o compromisso com essa data, em prol da igualdade de direitos, liberdade de expressão e no combate a todo e qualquer tipo de preconceito, com foco nos Direitos Humanos.”

Além do mês de maio, o mês de junho de 2023, considerado mês do Orgulho LGBTQIAPN+, esteve presente no *Instagram* da SEMP através das ações realizadas pelos Núcleos de Gênero. Inclusive, no cartaz publicado para essa data incluiu o símbolo dos Núcleos, e a legenda da postagem fez referência explícita a esses grupos, destacando seu papel e suas ações durante o período.

Figura 38 - SEMP: Cartaz Dia do Orgulho



Fonte da imagem: Semp_pernambuco, 2023.⁸²

Na legenda observamos também a menção dos núcleos como os espaços pertinentes ao debate nas escolas:

“Orgulho LGBTQIA+ é o conceito, segundo o qual lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros tendem a buscar a igualdade social, seja por meio da conscientização das pessoas contra bifobia, homofobia, lesbofobia e transfobia, seja pelo aumento da representatividade das pessoas LGBT nos mais diversos setores da sociedade civil. Dessa forma, evidenciam a luta pelo direito de existir sem perseguição, o orgulho de mostrar o que são e a identidade que possuem.

Os Núcleos de Estudo de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a Mulher celebram essa luta como um dos desdobramentos dos estudos sobre gênero.”

No *Instagram* da SEMP também são postadas as informações sobre as formações das/dos coordenadoras/coordenadores dos Núcleos. Grande parte das formações são

⁸²Disponível em: https://www.instagram.com/p/CuC4RODOPIo/?img_index=1 Acesso em 12 jun. 2024.

direcionadas a população LGBTQIAPN+. Inclusive, o tema da primeira formação desse ano foi “Identidade de gênero e diversidade sexual; direitos das pessoas LGBTQIAPN+”.

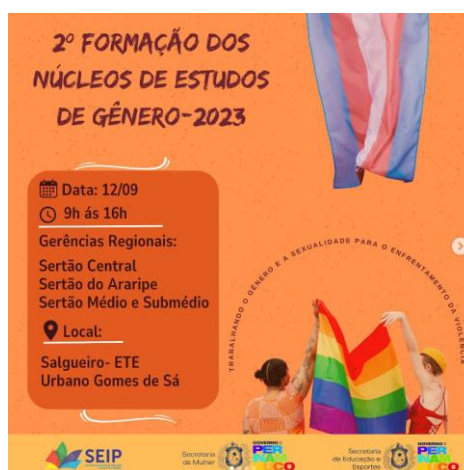
Figura 39 - SEMP: Cartaz de Formação



Fonte da imagem: Semp_pernambuco, 2024.⁸³

Outra formação, ocorrida em setembro de 2023, trabalhou as questões do enfrentamento da violência no que se refere as questões de gênero e sexualidade. Isso nos revela a importância que a temática tem levantado nos últimos tempos e a necessidade da discussão e formação de coordenadoras e coordenadores dos núcleos para trabalhar nas escolas.

Figura 40 - SEMP: Cartaz da 2ª Formação dos Núcleos 2023



Fonte da imagem: Semp_pernambuco, 2023.⁸⁴

Na legenda desta publicação diz o seguinte:

A partir do dia 12 de setembro, a SEIP em parceria com a Secretaria Estadual da Mulher, dará início a 2ª Formação dos Núcleos de Estudos de Gênero - edição 2023.

⁸³Disponível em: https://www.instagram.com/p/C7EtuLBuoGR/?img_index=1. Acesso em 12 jun. 2024.

⁸⁴Disponível em: https://www.instagram.com/p/Cw3EQeDok9S/?img_index=1 Acesso em 12 jun. 2024.

Com o tema “ Trabalhando o Gênero e a Sexualidade para o Enfrentamento da Violência”, a formação pretende ser um espaço de troca de conhecimento e fortalecimento das ações desenvolvidas por coordenadores e coordenadoras dos Núcleos de Gêneros do nosso Estado.

Como diz a canção “ Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”.

Ao longo da página do *Instagram* da SEMP, várias ações dos núcleos são postadas, informações, seminários e até mesmo visita técnica. E todas as vezes que os Núcleos são mencionados observamos menção e simbologia à comunidade LGBTQIAPN+. Observe o informativo abaixo anunciando uma visita técnica ao Núcleo de Gênero da ETE Maria Eduarda Ramos. A imagem tem ao fundo as cores da bandeira LGBTQIAPN+.

Figura 41 - SEMP: Cartaz Visita Técnica



Fonte da imagem: Semp_pernambuco, 2022.⁸⁵

A página do *Instagram* da Secretaria Executiva do Ensino Médio e Profissional (SEMP) também aborda conteúdos históricos sobre identidades não cisheteronormativas, frequentemente relacionando-os aos Núcleos de Gênero atuantes nas escolas. Um exemplo disso é uma postagem de julho de 2021 que discute a história de duas militantes trans norte-americanas, Marsha P. Johnson e Sylvia Rivera. Ao tratar dessas figuras históricas, a página estabelece conexões com o trabalho realizado pelo Núcleo Fridas, da EREM de Jatobá, Submédio do São Francisco (PE).

⁸⁵Disponível em: https://www.instagram.com/p/Cc8yq9OOr-z/?img_index=1 Acesso em 12 jun. 2024.

Figura 42 - SEMP: Marsha P. Johnson e Sylvia Rivera



Fonte da imagem: Semp_pernambuco, 2021.⁸⁶

Ao analisar o *Instagram* da Secretaria de Ensino Médio e Profissional (SEMP), torna-se evidente que todas as ações relacionadas à comunidade LGBTQIAPN+ postadas são iniciativas dos Núcleos de Gênero das escolas. Isso demonstra que esses Núcleos são os principais espaços destinados a essa comunidade dentro do ambiente escolar. A divulgação das atividades realizadas pelos Núcleos facilitou o acesso a informações sobre aqueles que não possuem um perfil específico no *Instagram*, mas que igualmente desenvolvem ações voltadas para a comunidade LGBTQIAPN+.

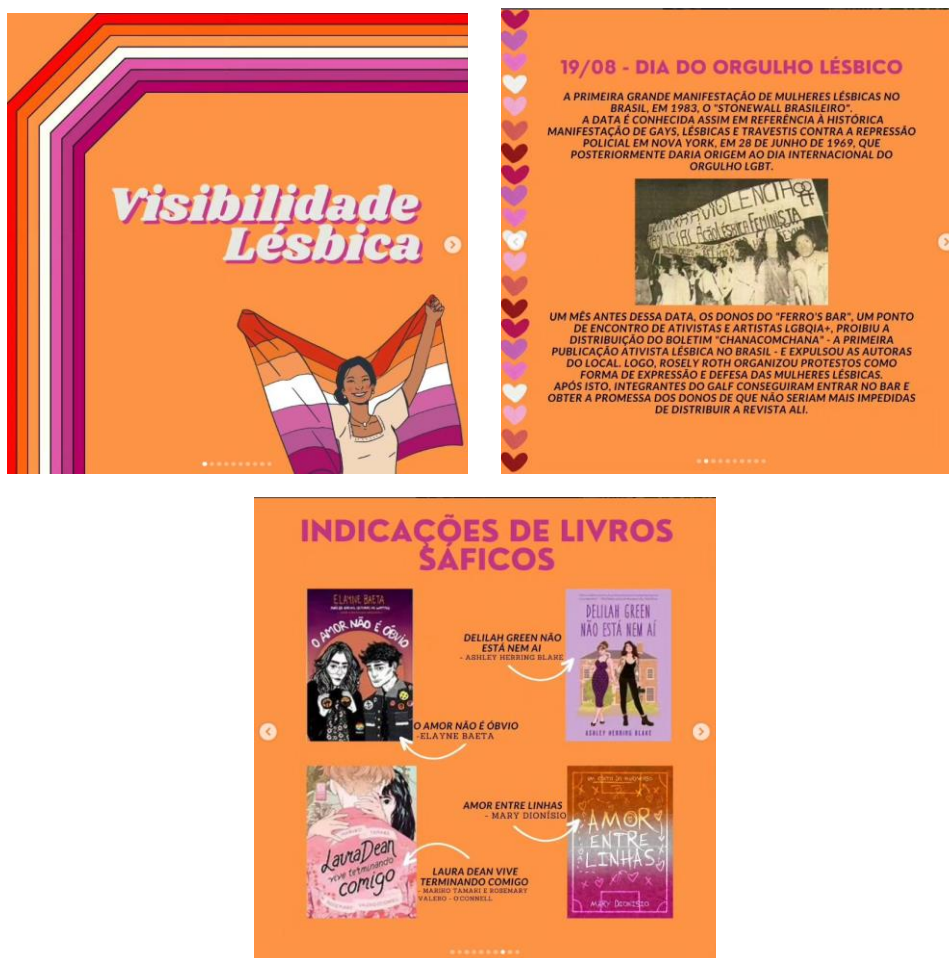
Para atender ao objetivo central deste estudo, realizou-se um recorte das publicações e postagens realizadas no *Instagram*, dentro das páginas dos Núcleos analisados, que falavam sobre as mulheres lésbicas, principais protagonistas dessa dissertação. Compreendendo que os Núcleos são o espaço dentro das escolas aos quais as questões lesbianas têm a oportunidade de serem debatidas, historicizadas e problematizadas.

Observou-se que os trabalhos relacionados diretamente com a lesbianidade ocorrem, geralmente, no mês de agosto por conta do dia da Visibilidade Lésbica. Várias discussões são levantadas e discutidas, como a história do Dia da Visibilidade, as violências sofridas pelas mulheres lésbicas na atualidade e os apagamentos das mulheres lésbicas.

No NEG Marcia Dangremon, da EREM Ginásio Pernambucano, podemos observar postagens nesses perfis citados, além de outras discussões sobre a identidade lésbica e indicações de livros e filmes que tratam da temática lesbiana, todos os posts com intuito de informar e levar a comunidade escolar esses conhecimentos:

⁸⁶Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CRHwCborkYW/>. Acesso em 12 jun. 2024.

Figura 43 - NEG Márcia Dangremon: Visibilidade Lésbica 2023



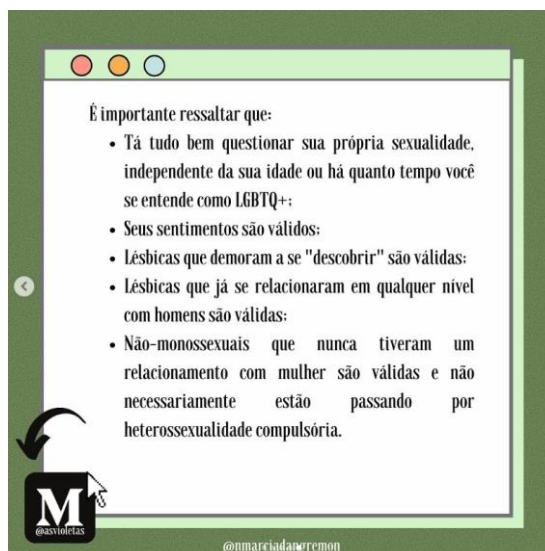
Fonte da imagem: Nmarciadangremon, 2023.⁸⁷

Além desses estudos e postagens diretas, o tema da lesbianidade também é abordado em outras publicações do *Instagram* do NEG Marcia Dangremon, como na discussão sobre heterossexualidade compulsória⁸⁸. Esta última postagem conclui refletindo sobre a lesbianidade e o processo de autodescoberta como pessoa lésbica, abordando suas problemáticas específicas.

⁸⁷Disponível em: https://www.instagram.com/p/CwfOpb9LBPC/?img_index=1 Acesso em 12 jun. 2024.

⁸⁸Disponível em https://www.instagram.com/p/CPT3Qm0rQFw/?img_index=1. Acesso em 12 jun. 2024.

Figura 44 - NEG Márcia Dangremon: Autodescoberta da pessoa lésbica



Fonte da imagem: Nmarciadangremon, 2021.⁸⁹

O *Instagram* do NEG Dandaras, também desenvolveu postagem sobre o dia da Visibilidade Lésbica:

Figura 45 - NEG Dandaras: Visibilidade Lésbica



Fonte da imagem: Negdandaras, 2019.⁹⁰

O NEG Julia Santiago desenvolveu uma postagem histórica informativa sobre a Semana da Visibilidade Lésbica. Nessa postagem evidencia a importância da Semana como forma de resistência e traz algumas personagens históricas lésbicas como referência.

⁸⁹Disponível em: https://www.instagram.com/p/CPT3Qm0rQFw/?img_index=5 Acesso em 12 jun. 2024.

⁹⁰Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B1w7S9ZhtfH/>. Acesso em 12 jun. 2024.

Figura 46 - NEG Júlia Santiago: Visibilidade Lésbica



Fonte da imagem: Negjsantiago, 2024.⁹¹

Na legenda da postagem:

“A Semana da Visibilidade Lésbica surge como uma forma de resistência para as mulheres que sempre lutaram por um mundo mais justo para amar e se expressar da forma que devem, e essa história não é de hoje. Safo de Lesbos, a primeira poetisa lésbica registrada na história, teve seus versos queimados e até hoje só sobraram fragmentos do seu ode ao feminino. Rosely Roth foi uma ativista brasileira, considerada uma das pioneiras da história do Movimento Homossexual Brasileiro e dos direitos lésbicos no Brasil, e Leci Brandão, uma cantora, atriz, compositora e política brasileira, foi uma das mais importantes intérpretes de samba da música popular brasileira. Foi a primeira cantora famosa do Brasil a se pronunciar como mulher lésbica. Essas e muitas outras mulheres resistem na luta pelos seus direitos. Esta semana é o momento de valorizar e expor essa luta secular.”

O NEG Jornalista Graça Araújo também desenvolveu uma importante postagem informativa sobre o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica. No texto escrito na imagem da postagem o Núcleo traz ao debate a invisibilidade da lésbica duplamente: por ser mulher e não heterossexual. Ainda explica sobre a história da data e a lesbofobia.

⁹¹Disponível em: https://www.instagram.com/p/C6HzykmLOD_/ Acesso em 12 jun. 2024.

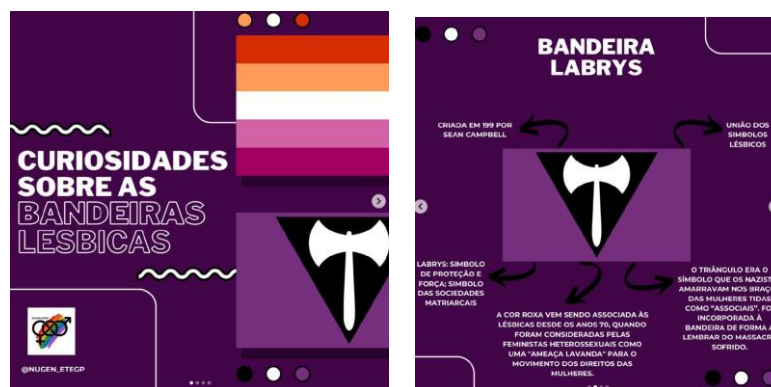
Figura 47 - NEG Jornalista Graça Araújo: Visibilidade Lésbica



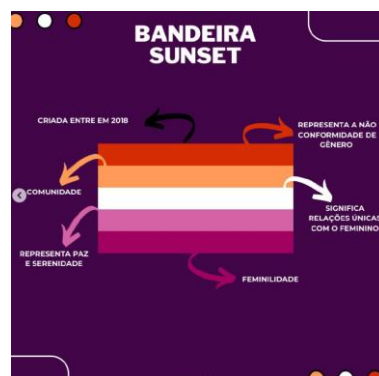
Fonte da imagem: Nugen_etegp, 2023.⁹²

Além desta, o Núcleo de Gênero Jornalista Graça Araújo realiza uma postagem sobre os significados das bandeiras lésbicas:

Figura 48 - NEG Jornalista Graça Araújo: Bandeira Lésbica



⁹² Disponível em: https://www.instagram.com/p/CwiQC6grB0L/?img_index=1. Acesso em 12 jun. 2024.



Fonte da imagem: Nugen_etegp, 2023.⁹³

O mesmo Núcleo também realizou uma postagem divulgando uma a participação em uma formação com temática voltada para mulheres lésbicas e bissexuais.

Figura 49 - NEG Jornalista Graça Araújo: Ação voltada para mulheres lésbicas e bissexuais



Fonte da imagem: Nugen_etegp, 2023.⁹⁴

Legenda da postagem: “Encontro de formação: 21 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher. Temática voltada para as mulheres lésbicas e bissexuais. Precisamos a todo momento combater toda e qualquer forma de violência de gênero. Seguimos firmes na luta!! 🍌🍌🍌🍌🍌🍌🍌🍌”.

Os NEGs são espaços de luta pela cidadania feminina onde, à semelhança de momentos históricos anteriores, especialmente no contexto dos movimentos feministas, as lésbicas se fortalecem e marcam presença. Além de terem a liberdade de expressar suas identidades, elas constroem caminhos para uma existência livre de preconceitos e discriminação. Nesses espaços,

⁹³ Disponível em: https://www.instagram.com/p/CwgorgSs8r6/?img_index=1. Acesso em 12 jun. 2024.

⁹⁴ Disponível em: https://www.instagram.com/p/C0fEioLvniy/?img_index=1. Acesso em 12 jun. 2024.

as lésbicas desempenham um papel crucial na libertação feminina, trazendo perspectivas e vivências que desafiam as normas e estruturas dominadas pelo masculino.

É crucial destacar que compreender os Núcleos de Gênero como espaços de resistência para toda a comunidade LGBTQIAPN+ dentro das escolas é de extrema importância para essa comunidade. O tempo e o espaço dedicados aos Núcleos são fundamentais para integrar essas temáticas ao ambiente escolar. Além de serem assuntos que jovens desejam discutir e já discutem informalmente nos espaços escolares, abordá-los apenas de forma transversal no currículo não é suficiente para explorar e aprofundar os conceitos necessários. Os Núcleos de Gênero levam teorias mais complexas para dentro da escola e da comunidade, promovendo inclusão através de atividades e projetos que enriquecem o entendimento sobre esses temas. Segundo Junqueira (2009, p. 177):

“Ao se falar de educação *na* diversidade, enfatiza-se a perspectiva de incluir o outro e assegurar seu pertencimento a todos os espaços sociais sem subalternizá-lo. A educação *para* a diversidade acentua a abertura para o novo, para o reconhecimento da legitimidade da diferença, para a reflexão acerca da produção de diferenças e semelhanças e, não menos importante, para a crítica das relações de poder que presidem suas produções. Educar *pela* diversidade implica procurar se valer das potencialidades pedagógicas oferecidas pela própria diversidade. Assim, educar *na* (que precisa ser também *para* e *pela*) diversidade requer que esse processo seja construído coletivamente, envolvendo, na escola e na condição de sujeitos, toda a diversidade humana que compõe dinâmica e, contraditoriamente, a sociedade”.

Dessa forma, percebemos que os núcleos cumprem os requisitos estabelecidos por Junqueira (2009), pois debatem as diferenças estabelecidas pela cisheteronorma ‘pela, para e na’ diversidade. São espaços que se construíram e se constroem coletivamente, para fortalecer e registrar o direito à cidadania de corpos excluídos das salas de aula de história e do espaço escolar como um todo. A partir do momento que fortalecem as/os ditas/ditos diferentes a existirem, ocuparem espaço na escola e falarem de si vemos a possibilidade de caminhar em uma escola (e sociedade) diversa e com respeito aos direitos humanos.

É observado que entre as páginas do *Instagram* analisadas, muitas postagens têm o objetivo de divulgar conhecimento, uma característica marcante dos Núcleos de Gênero, que frequentemente refletem os resultados de pesquisas realizadas por estudantes. Os núcleos representam a ação ativa das/dos estudantes em todas as suas dimensões; é por meio delas/deles que as temáticas são elaboradas, as ações são construídas e o conhecimento é desenvolvido, mesmo que sob orientação da/do coordenadora/coordenador. As/Os participantes dos núcleos se tornam protagonistas das discussões, contribuindo para a elaboração de conhecimento e para a disseminação dessas questões dentro da comunidade escolar.

“Parece haver, potencialmente, uma carga subversiva nessas formulações, uma vez que elas recusam alguns dos pretensos "pilares" do edifício educativo, ou, pelo menos, parecem abalar alguns dos fundamentos da organização educativa convencional. Sob esses novos modelos, a situação ensino/aprendizagem se transforma numa relação onde todos os personagens podem alternar, constantemente, suas posições, sem que nenhum sujeito (ou, mais especialmente, sem que o/a professor/a) detenha, *a priori*, uma experiência, um saber ou uma autoridade maior do que os demais. Como consequência, há a expectativa de que a competição ceda lugar à cooperação, levando a uma produção de conhecimento coletiva, colaborativa, apoiada na experiência de todos/as” (Louro, 1997, p. 114).

Os núcleos, como observamos, têm a comunidade LGBTQIAPN+ como uma de suas temáticas principais, desempenham um papel crucial ao oferecer um espaço para as problemáticas dessa comunidade serem expressas. É evidente o comprometimento dos núcleos em abordar questões relacionadas à sexualidade, combater discriminações e preconceitos, e garantir protagonismo à comunidade LGBTQIAPN+. Através dos núcleos, essa população encontra voz na escola, organizando eventos, discutindo suas problemáticas e violências, introduzindo representações dissidentes da heteronormatividade cisgênera em palestras e encontros, promovendo conscientização e celebrando datas importantes para a comunidade. Os núcleos desempenham um papel fundamental ao discutir abertamente a sexualidade na escola e ao desafiar as normas dominantes da heterossexualidade.

E foi por meio do *Instagram*, uma plataforma de enorme relevância na contemporaneidade, devido ao seu amplo uso, especialmente entre jovens, e aos movimentos que ele gera tanto em termos de informação quanto de mobilização coletiva, que foi encontrada uma maneira de investigar as ações e práticas dos Núcleos de Gênero.

A análise dos perfis de *Instagram* dos Núcleos de Gênero revelou diversas demandas e preocupações específicas da juventude LGBTQIAPN+. Essas demandas incluem a busca por representatividade, a necessidade de informações precisas sobre direitos e o desejo por um espaço seguro onde possam expressar suas identidades sem medo de discriminação. Através das postagens, percebe-se um esforço contínuo para criar uma comunidade de apoio, compartilhando recursos educacionais, eventos e histórias inspiradoras que visam fortalecer a identidade e a autoestima desses jovens.

Os Núcleos de Gênero utilizam o *Instagram* como uma ferramenta para disseminar informações cruciais e sensibilizar sobre questões de gênero e sexualidade. Observa-se a importância da abordagem visual e interativa para atrair e engajar a juventude. Postagens com infográficos, vídeos educativos e depoimentos pessoais são comuns, abordando temas como histórias da comunidade, empoderamento das identidades e direitos LGBTQIAPN+. Esse

conteúdo não apenas informa, mas também valida as experiências dos jovens, mostrando que suas vivências são legítimas e importantes.

A análise dos materiais dos Núcleos de Gênero foi fundamental para a definição do conteúdo conceitual, informativo e imagético do texto pedagógico desenvolvido para o público jovem. Ao compreender as necessidades e preferências da juventude LGBTQIAPN+ refletidas nos perfis de Instagram, foi possível criar um material que fosse não apenas educativo, mas também relevante e empático. Este material aborda questões de identidade e direitos, conceitos dessas identidades e narrativas históricas lésbicas, de maneira acessível e visualmente atraente, facilitando a compreensão e a retenção das informações pelos jovens.

A importância dessa análise reside na capacidade de alinhar o conteúdo pedagógico às reais demandas de conhecimento das juventudes LGBTQIAPN+. Ao utilizar as redes sociais como um termômetro das preocupações e interesses desse público, garantimos que o material desenvolvido não apenas informe, mas também empodere e inspire. Assim, a educação se torna um instrumento de transformação social, promovendo a inclusão e o respeito à diversidade desde a juventude, preparando esses jovens para enfrentar e superar os desafios que possam encontrar em suas trajetórias.

A juventude LGBTQIAPN+ enfrenta desafios únicos em relação à aceitação e afirmação de suas identidades. No contexto do Ensino Médio, eles buscam representatividade, reconhecimento e um espaço seguro para explorar e expressar suas identidades. A diversidade dentro dessa juventude exige abordagens pedagógicas inclusivas que reflitam suas experiências e forneçam conhecimento que valide suas realidades.

Estudar os Núcleos de Gênero foi fundamental para entender as demandas dessa juventude. Esses núcleos, muitas vezes geridos pelos próprios jovens LGBTQIAPN+, são espaços onde eles encontram apoio, compartilham experiências e se informam sobre questões relevantes para suas vidas. Analisando os materiais postados nos perfis de *Instagram* dos Núcleos de Gênero, é possível perceber que os jovens solicitam conhecimento sobre direitos e representações positivas de suas identidades. Eles buscam símbolos que afirmem sua existência e combatam os estereótipos prejudiciais.

A necessidade de entender as demandas da juventude LGBTQIAPN+ é crucial para a elaboração de material pedagógico relevante. Estudar os Núcleos de Gênero e suas publicações ajudou a captar as vozes desses jovens, permitindo a criação de conteúdo que não só educa, mas também empodera. O material pedagógico precisa ser informativo, visualmente atraente e sensível às experiências vividas por essa juventude.

A juventude LGBTQIAPN+ frequentemente enfrenta discriminação e violência, tanto em ambientes sociais quanto institucionais. Nas escolas, muitos relatam experiências de *bullying* e exclusão, o que pode afetar negativamente seu desempenho acadêmico e bem-estar emocional. Além disso, essa população busca representações positivas e autênticas de suas identidades, necessitando de conteúdos educativos que reflitam suas experiências e promovam a aceitação e o respeito à diversidade.

A análise dos materiais dos Núcleos de Gênero e Enfrentamento à Violência contra a Mulher mostrou que esses espaços são essenciais para dar voz às demandas das juventudes LGBTQIAPN+. Através de postagens nas redes sociais, é possível observar a busca desses jovens por conhecimento e reconhecimento de suas identidades. Os núcleos proporcionam um ambiente seguro onde podem discutir questões de gênero e sexualidade, promover a cidadania e combater a discriminação. Essas atividades não só informam, mas também empoderam os estudantes, mostrando-lhes que suas identidades são válidas e respeitadas.

A criação de um material pedagógico focado nas histórias das mulheres lésbicas no Brasil visa atender essas demandas observadas. Este material tem a intenção de ser utilizado tanto nas aulas de história quanto nos Núcleos de Gênero, oferecendo um recurso representativo das experiências dessas jovens. A inclusão de conceitos de gênero, sexualidade e identidade lésbica no material pedagógico é uma resposta direta às necessidades de visibilidade e reconhecimento, fundamentais para o desenvolvimento de uma autoestima positiva e de um ambiente escolar mais inclusivo.

Estudar os Núcleos de Gênero foi uma escolha metodológica crucial para a construção de um material pedagógico alinhado com as demandas das juventudes LGBTQIAPN+. A análise das publicações desses núcleos permitiu compreender melhor os interesses e necessidades dos jovens, como a busca por representações autênticas e o desejo por conteúdos que abordem suas realidades de forma respeitosa e informada. Esse entendimento fundamenta a importância de criar materiais educativos que não apenas informem, mas também acolham e empoderem, ajudando a construir uma escola que respeite e celebre a diversidade (Seffner, 2020).

4. Gênero e Sexualidade no Ensino da História

Este capítulo aborda discussões atuais sobre a relevância do debate de gênero e as intervenções pedagógicas críticas para que as narrativas históricas se tornem ferramentas promotoras da inclusão. Pois, do contrário, essas narrativas têm sido utilizadas principalmente como meios de manutenção dos poderes hegemônicos.

Além disso, com base nas análises realizadas nos capítulos anteriores, é discutido como o material pedagógico desenvolvido pode ser utilizado para promover uma compreensão mais profunda e respeito pela diversidade. O objetivo é apresentar uma proposta paradigmática que desafie estereótipos e preconceitos, oferecendo aos estudantes uma visão mais ampla e justa da história.

Na história escolar, as mulheres ainda são apresentadas como uma categoria universal e homogênea, frequentemente limitada a pequenos trechos dos livros didáticos, conforme analisado por Santos (2015) em sua dissertação sobre a representação feminina nos materiais de história do Ensino Fundamental. A seleção dos conteúdos, a quantidade de aulas destinadas às disciplinas, as provas e seleções são todos campos de disputa que determinam o que deve ser aprendido e quais conhecimentos são considerados válidos ou negligenciados. Inclusive, a forma como temáticas e conteúdos são incluídos faz parte de uma organização política e de uma disputa de poder.

Diante disso, onde estão as identidades não heteronormativas do passado? Onde estão as lésbicas no ensino da história? Não há menção nos livros didáticos. As identidades dissidentes da cisheteronorma são excluídas porque uma linha política determina quais sujeitos devem fazer parte da memória e da história escolar.

Ao atender às necessidades específicas desses espaços de resistência e promover uma discussão mais inclusiva e crítica sobre gênero e sexualidade, o material contribui para fortalecer e amplificar as vozes e experiências das identidades não heteronormativas dentro das escolas.

Como discutido no capítulo 2, o termo "gênero" tem um percurso histórico inicialmente marcado pelo que ficou conhecido como "história das mulheres". No entanto, essa abordagem não se sustentou por muito tempo, pois caiu em perspectivas históricas universalizantes que categorizavam a mulher como um ser único, representando uma existência predominantemente na vida privada, sem relevância nas ações transformadoras da sociedade.

Na realidade escolar, nas aulas de história, a suposta "história das mulheres" não dá relevância à multiplicidade de ser mulher, predominando a representação da vida de algumas

mulheres cis, brancas, heterossexuais e de classe média e alta. Assim, outras experiências e vivências femininas continuam sendo marginalizadas e invisibilizadas.

O estudo da mulher, como mencionado e apropriado pela história a partir dos movimentos feministas, inicialmente se concretizou no Ensino da História sem problematizar as questões presentes na categoria "mulher". Ou seja, manteve-se com a base binária das denominações biológicas, sem desconstruir as interposições do significado de ser mulher ou questionar para quem essas definições servem. A partir dos deslocamentos propostos pelo feminismo das lésbicas, transexuais, negras e outras categorias invisibilizadas pela construção branca cisheteronormativa, o feminismo e o conceito de gênero começaram a alcançar discussões mais profundas sobre as categorias e forças de opressão que as mantêm.

No entanto, nas salas de aula, a história das mulheres ficou restrita a uma versão universalizante, excluindo as diversas diferenças que compõem o sujeito mulher, como questões de raça, classe, sexualidade e território. Esse conteúdo foi moldado por uma visão do homem branco, heterossexual, cisgênero, cristão e de classe média. Assim, a história das mulheres tornou-se uma visão masculina sobre personagens pontuais, escolhidas de forma a cobrir as lacunas denunciadas na academia sobre a ausência das mulheres.

A primeiras lutas das mulheres estavam voltadas para conquistas políticas e sociais, como o direito ao voto, o acesso aos estudos acadêmicos, o trabalho e a remuneração igualitária. A discussão sobre a categoria "mulher" surgiu posteriormente. Desde meados do século XX, essa produção e discussão têm presença na academia, mas ainda enfrentam grandes obstáculos para romper os muros da escola e se integrar ao ensino formal. Apesar de muitos avanços conceituais, ainda vivemos um processo de forte polêmica em relação aos estudos de gênero em ambientes escolares. Falta uma desconstrução relevante dos ideais que associam gênero a um movimento natural do sexo, com ausência de uma crítica aprofundada sobre as categorias de sexo e gênero.

O pensamento focado na mulheridade como universal, muitas vezes, reflete a permanência de sistemas históricos que reproduzem o machismo e a opressão. Não se trata apenas de alterar o personagem de domínio e poder, é preciso considerar as diversas categorias nas quais essa nova personagem está inserida e a qual sistema ela acaba por salvaguardar em seus discursos. Pensar em mulheres de maneira plural é construir histórias que vão além do discurso binário, predominantemente masculino. Isso abre um novo espaço para problematizações que visam desconstruir a relação opressora de poder presente na normatização ocidental.

“A pretensão dos Estudos Feministas a princípio foi, como já observamos, tomar a mulher como sujeito/objeto de estudos- ela que fora ocultada ou marginalizada na produção científica tradicional. A partir de distintas perspectivas, estudiosas denunciaram lacunas, apontaram desvios ou criticaram interpretações das grandes teorias; buscaram incorporar as mulheres e, mais adiante, as relações de gênero a essas formulações” (Louro, 2014, p. 151).

As narrativas nas salas de aula apresentam lacunas disfarçadas que, se não observadas atentamente, podem levar a percepções perigosas, inclusive em relação à suposta "história das mulheres" que nos é apresentada. Mesmo as mulheres brancas heterossexuais, que frequentemente representam o grupo mulher na história ensinada na educação básica, é retratada sem contextualização de suas lutas e de sua força política. Por vezes, parece que os mínimos direitos conquistados foram concedidos, como se não houvesse uma luta significativa por trás deles, alimentando uma percepção naturalizada dos direitos e obscurecendo as capacidades e as lutas sociais (Rago, 2001).

As conquistas sociais, como o direito ao voto, ao trabalho e à emancipação documental do marido ou pai, entre outros reconhecimentos, não garantiram uma valorização dos movimentos feministas. Pelo contrário, geraram aversão no senso comum, mesmo que parte dessas pessoas aversas seja a favor dessas conquistas (Rago, 2001). Essa oposição surge devido à descontextualização das práticas sociais, promovendo a ideia de naturalidade e sugerindo que as melhorias para as mulheres e as mudanças ao longo do tempo ocorrem de forma espontânea, sem a influência dos movimentos que as impulsionaram.

Os avanços no Ensino da História, dessa forma, são limitados. A inclusão e diversidade de reflexões possíveis frequentemente ficam à margem do conteúdo central exigido, o que muitas vezes impossibilita abordá-los integralmente.

“Não se trata, apenas, de demonstrar que as mulheres participaram deste ou daquele evento, que apesar de ocuparem lugar secundário, ou não; aparecerem nos materiais didáticos, que sua presença pode ser percebida em fontes e que suas possibilidades de ação, muitas vezes, restringiam-se aos espaços privados. Ainda que tais abordagens sejam de fundamental importância, devemos também questionar, por exemplo, a preponderância de eventos públicos e de processos políticos na narrativa da História escolar. Eventos e processos esses, vale ressaltar, que visibilizam seus partícipes oficiais, comumente, homens. Que ressaltam predicados historicamente atribuídos ao masculino (a uma concepção heteronormativa de masculino)” (Cubas, 2017, p. 81).

É fundamental compreender que "mulher" é uma construção social e que essa categoria é múltipla. Devemos estabelecer o espaço social criado para a categoria mulher e ampliá-lo em seu entendimento, conquistas e pluralidade. Se há uma construção da história das mulheres, mesmo que a discussão não aprofunde sobre a categoria, mas sim atribua feitos, memórias,

registros e transformações sobre mulheres, é porque a categoria "mulher" é uma invenção social, uma nomenclatura que designa características atribuídas a um ser e a seu modo de vida. Partimos, dessa forma, de identidades construídas, não naturais e inquestionáveis. Esses conceitos são essenciais para debater na escola e para ampliar e dar significado ao ensino histórico entre crianças e adolescentes, pois a partir dele podemos romper com a categoria e discutir sobre vivências que estão além da heteronormatividade.

A mudança epistemológica proposta pelos feminismos, acerca da história das mulheres, teve pouco impacto no predominante e tradicional Ensino da História. É a categoria gênero que começa a alterar, nas academias, a perspectiva de estudo que inclui os sujeitos mulher, atravessando as demarcações e transgredindo os pensamentos sobre as concepções performáticas e suas associações com o sexo. Além disso, amplia as determinações sobre mulheridades, classe, raça e sexualidade.

A discussão sobre a categoria de gênero como uma necessidade historiográfica se faz presente para que compreendamos não os aspectos biológicos sexuais que diferenciam os seres humanos, mas sim a construção de papéis sociais inferidos às pessoas desde seu nascimento, categorizando-as a partir de seus órgãos genitais.

A escola se configura como um espaço de controle e produção dos corpos. Seus métodos de orientação e disciplina determinam os lugares sociais destinados aos sujeitos, delineando quais tipos de sujeitos (homens e mulheres cisgêneros/as) e quais relações são consideradas possíveis (heterossexuais). No contexto escolar, a história narrada nas salas de aula reforça esses determinantes e exclui aqueles que não se encaixam em suas premissas.

Cubas (2017) nos provoca a pensar que o gênero como categoria de análise não antevê os discursos historiográficos das aulas de história, se apresenta como tema transversal o que impacta significativamente na reprodução binária do ser e continuidade de categorias que definem o que deve ser aceito ou não na sociedade. Negando, muitas vezes, a ideia de pluralidade como forma de existir, mantendo as dissidências de gênero em espaços marginalizados.

“A desconstrução trabalha contra essa lógica, faz perceber que a oposição é construída e não inerente e fixa. A desconstrução sugere que se busquem os processos e as condições que estabeleceram os termos da polaridade. Supõe que se historicize a polaridade e a hierarquia nela implícita” (Louro, 1997, p. 32).

Discutir gênero nos espaços escolares e nas salas de aula de história significa trilhar o caminho para deslocar a hierarquia relacional do gênero, questionar as pluralidades existentes dentro do binarismo instituído entre homem e mulher, ampliar a compreensão das diversas

orientações dos desejos sexuais e reconhecer que as normas que determinam como ser e se relacionar em nossa sociedade são construções sociais violentas.

Dessa forma, uma perspectiva do Ensino da História e sua relação com gênero se vale tanto das críticas que devemos fazer em relação a maneira como a história escolar reforça estereótipos de gênero e limita a capacidade do ser, quanto das possibilidades que a história escolar nos oferece para romper com a naturalização dos gêneros e contextualizar a historicidade presente nessa formação. Além disso, permite construir um passado e uma possibilidade de memória para dissidentes da heteronormatividade.

Pensar em Ensino da História e Gênero vai além da simples inclusão de alguns conteúdos e da modificação de outros. O estudo de gênero, que também deve ser historicizado e debatido como uma categoria/conceito que se transforma ao longo do tempo, representa uma nova perspectiva para analisar a história, configurando-se como uma mudança epistemológica.

Afinal, como explicar que, apesar de tantos estudos historiográficos, as lésbicas permaneçam ausentes dos livros didáticos e das aulas de história? Insistimos em uma inclusão superficial e insuficiente nos apêndices da "história das mulheres", mantendo a mulher subalternizada. Isso ocorre quando se nega a discussão sobre a categoria mulher e não se amplia o debate para incluir narrativas além das mulheres cis heterossexuais.

Apesar de algumas questões sociais terem avançado na discussão histórica, é crucial reconhecer que as questões de gênero e sexualidade permanecem negligenciadas no Ensino da História. Valença (2022, p. 77) nos oferece um exemplo disso:

“Ao abordarmos nas aulas de história o contexto de fins do século XIX e início do século XX, por exemplo, teremos acesso facilitado a registros e materiais didáticos que nos permitem problematizar teorias racistas criadas na esfera das ciências biológicas usadas para legitimar ações violentas do estado calcificando um racismo institucional, colonial. No entanto, nesse mesmo contexto, não há sinais de problematizações sobre as também preconceituosas teorias do mesmo período que patologizaram corporalidades, sexualidades e subjetividades não hegemônicas fazendo pairar no imaginário social que a interssexualidade, a homossexualidade e a transsexualidade são condições físicas ou psicológicas passíveis de cura. Não surpreende que propostas como a de "cura gay" permaneçam retornando às pautas políticas legislativas rotineiramente em pleno século XXI”.

Se nas salas de aula de história não conhecemos, não aprendemos e não temos referências sobre mulheres que romperam com a heteronorma e que desviaram da norma de desejo imposta a elas, e que foram violentamente caladas e mortas por isso, como podemos compreender os desejos sexuais entre mulheres como naturais? Ao longo da história do Brasil, as mulheres lésbicas foram frequentemente estigmatizadas como pecadoras, criminosas e

doentes, portadoras de atos ojerizados. Se não discutimos como esses estereótipos foram construídos, como mataram e tentaram apagar a memória dessas mulheres, teremos grande dificuldade em compreender empaticamente os variados desejos sexuais.

Embora já existam produções acadêmicas, artísticas e midiáticas globalizantes que debatem e problematizam a desconstrução da cisheteronormatividade, esses debates não são comuns nas aulas de história. Tanto na perspectiva dos conceitos quanto no trabalho com identidades do passado, as aulas de história ainda tendem a focar nos protagonistas dominantes que são retratados como os heróis responsáveis pelas transformações históricas, pela indução de concepções e pela criação da cultura. Esse cenário molda as narrativas históricas, consolidando nas memórias coletivas a imagem dos dominadores (homens brancos) e senhores do tempo e espaço, relegando as práticas femininas ao mundo privado, o qual é “considerado de menor importância frente à esfera pública, no imaginário ocidental” (Rago, 1998, p. 4).

Dessa forma, ao negarmos um passado às diferentes existências, compactuamos com a ideia de que o passado é único e a história deve ser vista como um caminho linear a ser percorrido. A falta de debate sobre como as construções de gênero e sexualidade se formaram, quantas vidas foram perdidas para manter o domínio do sistema e dos corpos, e quantas foram silenciadas para controlar a sexualidade e determinar o gênero, torna as aulas de história meras reproduções das visões dominantes. Isso consolida o poder dos conservadores ao não questionar o direcionamento unidimensional das narrativas históricas e ao não responsabilizar os opressores por suas ações.

A existência do oprimido está intrinsecamente ligada à existência do opressor, o que não implica um retorno à dicotomia de polos de poder. A relação entre oprimido e opressor se manifesta em diversas direções, podendo o mesmo sujeito representar ambos conforme as forças e dinâmicas sociais que o envolvem.

Historicamente, a legitimação dos poderosos no campo do Ensino da História não é uma novidade, desde o século XIX, a disciplina tem sido utilizada com o objetivo de construir um projeto de nação, inclusive estabelecendo uma diferenciação entre a ciência histórica e a História escolar. Esta última, ao longo do tempo, foi se distanciando do processo de construção historiográfica e passou a ser uma questão central da pedagogia (Cubas, 2017).

“No que diz respeito às particularidades do caso brasileiro, a institucionalização da História como disciplina escolar pode ser pensada como parte de um ideário político de construção e legitimação de um projeto de nação. Projeto esse encabeçado por iniciativas como a inauguração do IHGB, em 1838, e do Colégio Pedro II, em 1839” (Cubas, 2017, p. 75).

Durante o século XX, a história escolar continuou a ser utilizada como uma ferramenta de ideologia política, com o intuito de construir ideais nacionais fundamentadas na defesa, por vezes autoritária, de líderes políticos e na promoção do sentimento de pertencimento e lealdade à nação. Esse processo de universalização da sociedade visava manter os poderes hegemônicos no controle social, econômico e político, consolidando assim uma visão de mundo que servia aos interesses das elites dominantes (Cubas, 2017).

A educação e o Ensino da História têm importância no processo de formação social e política, por isso, na maior parte do tempo da nossa construção educacional elas estiveram sob o controle dos poderosos, construindo memórias coletivas que mantiveram seus privilégios, enquanto simultaneamente naturalizavam as hierarquias sociais, incluindo a marginalização de certos grupos.

Dessa forma, é importante compreender que vivemos em um tempo que não é resultado de um passado único, mas de múltiplos acontecimentos e subjetividades, para além dos poderes hegemônicos que atuaram no passado e se destacam na memória coletiva e no Ensino da História (Cubas, 2017).

Apesar da história escolar ter servido (e servir) às construções políticas da nação que mantém os poderes hegemônicos, ela também pode ser uma ferramenta poderosa na construção de narrativas inclusivas que foram silenciadas. Ao explorar a história autoritária que manteve certos grupos no poder, bem como ao compreender a existência de diversas identidades que foram marginalizadas e consideradas irrelevantes, a história escolar pode desafiar visões unilaterais e promover uma compreensão mais ampla e crítica do passado.

A legislação assegura o direito a essa visão crítica, o currículo educacional, especialmente por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais, determina a abordagem de temas contemporâneos, incluindo gênero e sexualidade. As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental⁹⁵ de 9 (nove) anos afirmam claramente em seu Art. 16 (p. 5), que "os componentes curriculares e as áreas de conhecimento devem articular em seus conteúdos a abordagem de temas abrangentes e contemporâneos", entre eles está listado sexualidade e gênero que devem "permeiar o desenvolvimento dos conteúdos da base nacional comum e da parte diversificada do currículo".

A respeito da comunidade LGBTQIAPN+, seu contexto histórico não está presente diretamente nos currículos ou nos livros didáticos, não há uma narrativa que contemple essa

⁹⁵ Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010 - Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf

comunidade, que fale sobre seus contextos de vida, apagamentos e empoderamentos dentro do Ensino da História. Embora existam pesquisas e diretrizes que reconheçam a relevância da inclusão dessa comunidade no currículo escolar, ainda há uma falta de implementação efetiva dessas diretrizes nas práticas educacionais.

A Pesquisa Nacional Sobre o Ambiente Educacional no Brasil (2016, p. 57), já citada nesse capítulo, também ressalta a importância da temática LGBTQIAPN+ fazer parte dos conteúdos e currículos escolares:

“As experiências dos/das estudantes LGBT também podem ser influenciadas pela inclusão no currículo de informações relativas a questões LGBT. Aprender sobre eventos históricos LGBT e exemplos positivos de pessoas LGBT pode aprimorar sua interação com a comunidade educacional, além de proporcionar informações valiosas sobre a comunidade LGBT. Foi perguntado para os/as estudantes da nossa pesquisa se já haviam sido expostos/as a representações de pessoas LGBT, ou à história ou a eventos LGBT durante aulas na instituição educacional. Mais da metade (56,9%) dos/das respondentes afirmaram que esses assuntos não eram abordados na sala de aula (...) e 16,7% afirmaram que foram ensinadas apenas informações negativas. Cerca de um quarto (20,2%) dos/das estudantes disseram que tópicos LGBT foram discutidos apenas de maneira positiva em uma ou mais aulas – 16,7% afirmaram que foram ensinadas apenas informações positivas e 6,2% afirmaram que foram ensinadas informações positivas e negativas. Entre os/as estudantes que afirmaram que foram ensinadas coisas positivas sobre tópicos LGBT na sala de aula, sociologia foi a matéria mais frequente, seguida de história e português (Pesquisa Nacional Sobre O Ambiente Educacional No Brasil, 2016, p. 57).

Incorporar de maneira favorável questões relacionadas à comunidade LGBTQIAPN+ no currículo pode contribuir para que as/os estudantes LGBTQIAPN+ se sintam mais reconhecidos e integrados na comunidade escolar. Além disso, pode ajudar a fomentar uma percepção mais positiva em relação a questões e indivíduos LGBTQIAPN+ entre as/os demais alunas/alunos, o que tende a criar um ambiente escolar mais acolhedor e inclusivo.

Além disso, definições acerca dos direitos das sujeitas e sujeitos no que se refere ao acesso à informação e conhecimento, reconhecimento das diferenças, promoção dos direitos e enfrentamento a toda forma de discriminação e violência fazem parte das Diretrizes para a Educação Básica. Seffner (2018) nos acrescenta que:

“Pensar um currículo de história para escola básica sem levar em consideração os temas desestruturantes e sensíveis é continuar a pensar um currículo eurocêntrico, cronológico, dominante, branco, heterossexual e racista. Dito de outro modo, consiste numa submissão da aula de História a um passado morto e objetificado” (Pereira e Seffner, 2018, p. 20).

Quando fazemos o recorte direcionado às mulheres lésbicas vemos que são duplamente excluídas das aulas de história, por serem mulheres e não serem heterossexuais. São duas identidades que estão à margem dos conteúdos vistos em sala de aula. Embora haja um aumento

no reconhecimento da história das mulheres, com algumas produções e inclusões nos livros didáticos, como dito, ainda persiste uma abordagem retrógrada e estereotipada.

O Ensino da História em uma sociedade democrática tem um compromisso ético fundamental em dar visibilidade às identidades esquecidas na memória coletiva, incluindo as discussões urgentes que muitas vezes são relegadas aos corredores escolares. Isso é essencial para promover a justiça social e desafiar as estruturas hierárquicas opressivas entre os diferentes grupos sociais, contribuindo para o avanço democrático da sociedade.

“O caráter ético do ensino de história está justamente no processo de construção de si mesmo como sujeito de um olhar, como subjetividade marcada por se permitir realizar uma determinada interpretação do passado e, ao mesmo tempo, do seu lugar no presente” (Pereira e Seffner, 2018, p. 17).

A história é uma ferramenta fundamental para refletirmos sobre o presente e os movimentos que nos colocam em determinadas posições sociais. Para pensarmos em um formato de justiça aos marginalizados e produzirmos um futuro com soluções acerca da violação dos direitos humanos (Pereira e Seffner, 2018).

A história das salas de aula deve trabalhar o passado vivo em nossos dias, o que Pereira e Seffner (2018) vai chamar de “residualidades”, compreendendo aquilo que ainda está presente em nossa sociedade e faz parte de uma construção histórica. Como foco dessa dissertação, a comunidade LGBTQIAPN+, e as lésbicas em específico, tem uma história no Brasil marcada por discriminação, marginalização, silenciamento e violência, deixando esses resíduos nas marcas de violências atuais e ações lesbiofóbicas. Dessa forma, ignorar o passado das mulheres que se envolveram com outras, tal como os aparelhos institucionalizados que violentamente excluíram essa população, é manter o processo de discriminação das mulheres lésbicas. “Abrir os currículos para os passados vivos e sensíveis” (Pereira e Seffner, 2018, p. 16) é uma forma de construir cidadania e pensar em uma sociedade igualitária.

A perspectiva de compreensão da história, que transgrida o sistema heteronormativo, está vinculado a uma pesquisa que altera as bases epistemológicas no entendimento da história e da/do sujeita/sujeito, pois altera o lugar de quem fala e sobre que aspectos relacionais indagam as memórias e o passado. No sentido de compreender as substâncias de marcos e fatos que se relacionem em perspectivas diversas das estabelecidas pela visão tradicional.

No Ensino da História, é possível deslocar a lógica binária ao considerarmos a pluralidade histórica e ao dar voz a sujeitas e sujeitos históricos que não obedecem às relações tradicionais impostas. Ao destacar aquelas e aqueles que transgridam os ideais convencionais

de existência e relacionamento, podemos construir memórias capazes de salvaguardar a multiplicidade de vivências. Além disso, uma proposta de ensino e aprendizagem que se proponha a desconstruir binarismos evoca uma mudança epistemológica de entendimento, que transcende o pensamento e o poder da cultura ocidental. Essa desconstrução não se restringe apenas ao questionamento das dicotomias tradicionais, mas também nos leva a examinar outras formas de oposição hierárquica presentes em nossa cultura, reconhecendo que as definições são construções históricas e nos desafiando a questionar essas estruturas (Louro, 1995).

É essencial considerar o Ensino da História como um espaço de aprendizado que adquire relevância quando se torna significativo para as/os sujeitas/sujeitos envolvidas/os. Nesse sentido, é crucial estar atento às discussões emergentes entre as/os jovens e às demandas que apresentam, compreender as diversas identidades que estão ganhando destaque na sociedade contemporânea. Isso inclui entender as dinâmicas históricas que silenciaram e oprimiram aquelas/aqueles que não se definiram na heteronormatividade ao longo da história do Brasil. É preciso, que as/os jovens se identifiquem nos debates históricos e reconheçam as/os sujeitas/sujeitos que contribuíram para a construção da história brasileira, encontrando conexões com suas próprias identidades sociais. Além disso, Rusen (2010) nos esclarece que as narrativas históricas podem ser orientações na vida prática humana a partir do momento que adquirimos competências através das narrativas históricas.

“O aprendizado histórico pode ser posto em andamento, portanto, somente a partir de experiências de ações relevantes do presente. Essas carências de orientação são transformadas então em perspectivas (questionadoras) com respeito ao passado, que apreendem o potencial experiencial da memória histórica. Pode-se ainda lembrar o fascínio que o passado, com seus testemunhos e resquícios, exerce sobre os sujeitos. Somente quando a história deixar de ser aprendida como a mera absorção de um bloco de conhecimentos positivos, e surgir diretamente da elaboração de respostas a perguntas que se façam aos acervos de conhecimentos acumulados é que poderá ela ser apropriada produtivamente pelo aprendizado e se tornar fator de determinação cultural na vida prática humana” (Rusen, 2010, p. 44).

Ao reconhecer as construções históricas que definem aquelas e aqueles que tem acessos e garantias de vida e liberdade, podemos incorrer um sentimento de justiça social que promova pensamentos e ações que visem alterar essa realidade, construir um mundo melhor. Dessa forma, a história se coloca como uma disciplina escolar fundamental a cerca de garantias de um território mais justo, ao compreender que os lugares sociais não são “naturais”, tampouco são construções meritocráticas como nos ensina os apelos da sociedade liberal. A partir dessas compreensões é possível pensar, sonhar e criar um imaginário de transformação, tal qual nos possibilite alterar às exclusões e seguir avançando em um caminho da igualdade de vida e direitos.

4.1. Material Paradidático “Histórias das Mulheres Lésbicas: experiências e resistências no Brasil”

Diante das discussões elaboradas nesta dissertação, que abordam questões de gênero e sexualidade, o debate sobre esses temas nas escolas, o espaço limitado para as mulheres lésbicas nos ambientes escolares e no Ensino de História, a proposta de um produto final desenvolvida é um material complementar para os estudantes: um livro paradidático.

O material paradidático é um recurso educativo complementar ao livro didático tradicional, utilizado para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem. Os materiais paradidáticos podem oferecer uma abordagem mais flexível e aprofundada de determinados temas. Além de estimular a curiosidade das/dos alunas/alunos, desenvolver habilidades críticas e proporcionar uma compreensão mais abrangente de assuntos relevantes. Além disso, a estrutura do livro foi pensada para ser complementar ao currículo formal, oferecendo discussões e recursos adicionais que ajudam a contextualizar e ampliar os conhecimentos adquiridos em sala de aula.

Considerando o cenário atual, onde há uma escassez de informações sobre as vivências de mulheres que se relacionam com outras mulheres, de maneira afetiva/sexual, nos livros didáticos e no debate das narrativas históricas, percebe-se a urgência de disponibilizar um material que forneça acesso a essas informações aos estudantes. Essa pesquisa, já produzida e debatida nas universidades desde o final da década passada, precisa ser mais amplamente disseminada.

As narrativas apresentadas no primeiro capítulo desta dissertação, que discutem três momentos históricos sobre a existência de mulheres que se relacionaram com outras, bem como as violências e os apagamentos que sofreram, serviram de base para a elaboração do material final. Este produto seguiu a mesma lógica ao abordar essas questões.

O livro foi construído, primeiramente, com um debate polêmico ao tratar de sujeitas que romperam (e rompem) com a heteronormatividade. Portanto, para melhor desenvolvimento da compreensão da temática, os primeiros capítulos discutem as questões de construção de identidade, o debate sobre gênero e sexualidade e a construção da memória histórica.

Posteriormente, o livro paradidático aborda três momentos que foram considerados essenciais nas narrativas das mulheres lésbicas no Brasil: o registro do Tribunal da Santa Inquisição, que condenou 29 mulheres pelo crime de sodomia no final do século XV; a construção da concepção dos relacionamentos não heterossexuais como doenças pela medicina

a partir do século XIX; e o processo de afirmação das identidades lésbicas através da formação dos primeiros movimentos sociais na segunda metade do século XX.

O material foi elaborado a partir de uma perspectiva temporal, analisando o olhar e julgamento das aparições documentais de mulheres que se relacionaram com outras mulheres. Ou seja, é ao lançar luz sobre essas vivências que se define os tempos históricos, quebrando as temporalidades fixas da história tradicional determinada pelo currículo, que geralmente foca nos feitos e ações dos homens poderosos.

Além disso, ao longo do paradidático, são feitas conexões com breves biografias de sujeitas que tiveram relações afetivas/sexuais com outras referente aos momentos históricos citados, além de indicações de sites e outros materiais que auxiliam na expansão do conhecimento sobre essas narrativas e sobre a vivência de pessoas que são excluídas das normas.

O objetivo deste produto é informar, contribuir para a memória histórica das mulheres lésbicas e diminuir as violências sofridas por elas nas escolas, através do conhecimento sobre a construção dessa discriminação e da visibilidade de personagens que se relacionaram com outras mulheres ao longo da história do Brasil. Além disso, busca-se construir uma sociedade mais inclusiva ao entender como a sociedade se estrutura e como as memórias sobre o passado influenciam nossas concepções do presente.

A contribuição do livro paradidático veio da percepção de que não há material didático, tampouco trechos dentro dos livros de História, que tragam narrativas da comunidade LGBTQIAPN+. Suas histórias ficam restritas ao âmbito acadêmico, cabendo a professores que dialogam com a temática levar essas discussões para as salas de aula de História. Caso contrário, as opções e acessos a essas informações são limitados.

As histórias de mulheres que se relacionaram com outras rompem diversas barreiras no campo da história escolar. Elas pluralizam uma realidade do passado que geralmente é apresentada de maneira universal. Ao trazer essas histórias, é possível acessar outras camadas sociais e históricas, contribuindo com narrativas não hegemônicas e aprofundando o conhecimento dos adolescentes sobre uma história que normalmente conhecem dentro de um sistema masculino e de classe alta. Ou seja, passa-se a compreender não apenas a existência de mulheres que se relacionaram com outras e seus contextos repressivos, mas também a entender que a história é múltipla e que os recortes do passado vistos em sala de aula não representam a história em sua totalidade.

Dessa forma, não se trata apenas de contribuir para a formação dos adolescentes com narrativas históricas de outras esferas de relacionamento e poder, mas também de ajudar na

compreensão da história como um recorte narrativo que, muitas vezes, serve para estabelecer domínios e fortalecer tradições e concepções postas como verdades únicas.

Lançar luz sobre sujeitas históricas que desafiaram as normas impostas no passado e existiram em seu cotidiano, apesar das opressões, é garantir um entendimento histórico múltiplo. Desconstruir uma percepção unilateral sobre as vidas do presente e do passado implica entender que seus silenciamentos fizeram parte de uma política de construção histórica dos poderosos, que se moveram para garantir seus ideais de vida e sociedade, conduzindo os pensamentos para a crença em uma história única.

O paradidático propõe estudar as minorias de direitos na sociedade atual e entender as construções históricas que determinaram a memória coletiva e as exclusões dos direitos dessas populações. A marginalização histórica constrói uma narrativa dominada pelos poderosos, pelos poderes hegemônicos atuantes, e pelas memórias que esses grupos dominantes determinam para parte da sociedade, assim como para os corpos. Trazer para o Ensino da História esses corpos excluídos, e as relações de subjugação e silenciamento a que esses corpos pertenceram e pertencem, é essencial.

Cubas (2017, p. 81-82) nos acrescenta o seguinte:

“Na maioria das vezes, porém, a História escolar, ainda que traga consigo a afirmação de que todos são sujeitos da história, não possibilita reconhecimento efetivo destes mesmos sujeitos com o repertório apresentado a respeito do passado. No que diz respeito as identidades de gênero, tal afirmação torna-se bastante evidente. Essa ausência de um reconhecimento faz com que a História escolar torne-se, por vezes, distante e desimportante para os alunos, perdendo assim seu potencial de orientação e, por que não, transformação”.

Pensar em uma sala de aula de história que rompa com princípios colonialistas e excludentes é imaginar propostas que tragam luz sobre os silenciados na história. É sensibilizar crianças e adolescentes para compreender como os estereótipos são construídos historicamente, mantendo os privilegiados no poder e marginalizando todos aqueles que se diferem da norma. Além disso, é essencial incluir as variadas identidades nas histórias contadas nas salas de aula, mostrando a importância da representação diversa e inclusiva.

Para alcançar esse objetivo, é necessário explorar passados que questionem nossas convicções, abrindo novas perspectivas sobre diferentes formas de existir, de viver e de coexistir (Cubas, 2017). É essencial reconhecer que a forma como a história foi tradicionalmente narrada frequentemente excluiu sujeitas, negando-lhes a oportunidade de serem reconhecidas historicamente.

A desconstrução dessa perspectiva não pode ser alcançada apenas com alguns recortes pontuais sobre as ações de mulheres brancas, heterossexuais e da elite, que são mencionadas em pequenos trechos dos livros didáticos. Para desconstruir o aparelho de domínio histórico, é necessário discutir conceitos de gênero e sexualidade, bem como trazer à tona outras perspectivas de existência em tempos passados, que não se limitam apenas às vividas pelos vencedores. O material paradidático se propõe a abordar essas questões de forma abrangente, a buscar os vestígios de vidas passadas que romperam as normas e que podem servir de referência identitária para aquelas que hoje ainda são excluídas e discriminadas.

“O passado insiste, mas na qualidade de passado, contínuo fluxo que passa, nunca é o mesmo de um momento para o outro. Desse modo, sobrevivem resíduos que se atualizam no presente, guardando em torno de si uma virtualidade que a prende ao passado. Remanescer, nesse sentido, é fazer subsistir o passado no presente” (Pereira; Seffner, 2018, p. 24).

A proposta do material paradidático é somar à emergência de trabalhar gênero e sexualidade nas escolas. Ele visa dar visibilidade e discutir a lesbianidade em um espaço onde ainda predomina uma visão preconceituosa sobre essas mulheres. Mesmo dentro da comunidade LGBTQIAPN+, as mulheres são preteridas, e a representação e discussão muitas vezes giram em torno dos homens gays. É necessário fortalecer e construir uma memória das mulheres que se relacionaram com outras mulheres.

Ao adquirir conhecimento sobre a discussão de gênero e sexualidade e entender os contextos de silenciamento e marginalização das lésbicas, é possível romper com o imaginário estereotipado que prevalece na sociedade, onde essas mulheres ainda são vistas como pecaminosas, doentes e antinaturais. Contextualizar a vida das mulheres que se relacionaram com outras mulheres, falar sobre suas vivências, produções e apagamentos é uma maneira de aproximar e considerar outras visões sobre essas mulheres.

A divisão binária essencializadora do entendimento de homem e mulher exclui as diferenças existentes tanto entre os homens quanto entre as mulheres. Por isso, incorporar ao Ensino da História as mulheres que se relacionaram com outras mulheres amplia o pensamento, permitindo compreender as diferenças entre as sujeitas definidas como mulheres e desconstruir estereótipos sobre as definições ditadas pelos detentores do poder. Na história escolar, esses detentores ainda são, em sua maioria, homens brancos cisgêneros heterossexuais da elite.

A desconstrução das perspectivas tradicionais de gênero é essencial para revelar as nuances dentro dos próprios grupos de gênero. Como aponta Louro (1995, p. 116):

“[...] todo o processo desconstrutivo poderia - pelo menos assim seria de esperar - levar-nos a examinar as diferenças socialmente construídas também no interior de cada um dos polos, ou seja, poderíamos talvez perceber que ações educativas empreendidas na distinção entre os gêneros algumas vezes mascaram diferenças intra gênero.”

Dessa forma, o objetivo desta proposta é enriquecer o Ensino da História, incorporando a concepção da história das mulheres e entendendo que o sujeito mulher abrange uma vasta diversidade. Faz-se necessário evidenciar as sujeitas que diferem das normas, como mulheres lésbicas, para promover uma verdadeira inclusão da discussão sobre mulheridade nas aulas de história e no ambiente escolar como um todo.

Além de ser pensado para as aulas de história, este material paradidático também foi concebido para ser utilizado nos Núcleos de Estudo de Gênero e no Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. Os Núcleos proporcionam um espaço valioso para ocupar e discutir questões relacionadas à comunidade LGBTQIAPN+, com um enfoque específico na vivência das mulheres lésbicas, como evidenciado no recorte desta dissertação. Apesar de reconhecermos a presença da temática lésbica nos Núcleos, ainda há um caminho significativo a percorrer: aprofundar o conhecimento sobre a história das mulheres que tiveram relacionamentos entre si, documentados na história do Brasil, mas que não são amplamente abordadas nas salas de aula. Portanto, o objetivo final deste trabalho é disponibilizar um material que possa ser utilizado tanto por estudantes quanto por professores que integram os Núcleos de Gênero nas escolas, promovendo uma educação mais inclusiva e abrangente sobre essas questões históricas e contemporâneas.

Como conhecemos o passado nas aulas de história e não encontramos identidades ou ações que se assemelhem aos nossos desejos? A sensação de falta de memória dentro da comunidade LGBTQIAPN+ pode transformar a história em uma ferramenta de opressão dentro das escolas, reforçando a ideia de que o desejo não normativo é anormal e até mesmo uma doença. É crucial dar voz e visibilidade à história das minorias de direitos, assim como revelar o poder institucionalizado que não apenas marginalizou, mas também apagou vidas e histórias.

Louro (1997) enfatiza a importância do formato com que agimos para provocar mudanças e transgressões possíveis: através da sensibilização para nossas próprias experiências e as dos outros, e da construção de conhecimento embasado em informações e fundamentado em teorias e conceitos desenvolvidos. É essencial estarmos atentos aos lugares de opressão vivenciados pelos sujeitos, suas possibilidades de transgressão, e ao que é produzido e discutido sobre esses temas. Isso sublinha a importância de embasar nossas percepções e conhecimentos, e de desenvolver propostas educativas profundas e qualificadas nos ambientes escolares para

pensar na transformação social. Portanto, o material desenvolvido a partir das pesquisas para esta dissertação assume uma relevância singular, proporcionando acesso às pesquisas acadêmicas e promovendo a elaboração de conhecimento e identidade.

Trazer à tona os contextos de opressão enfrentados por mulheres que desafiavam a heteronormatividade e se relacionavam com outras mulheres é fundamental para compreender não apenas a construção da existência de mulheres "lésbicas" em diferentes momentos da história do Brasil, mas também para entender que esses relacionamentos são parte de uma construção política e social. Em nossa história, houve uma ordem excludente que determinou, por meio de diversas figuras dominantes (como padres, inquisidores, pais, médicos, psicanalistas, delegados, ditadores), quais formas de existência eram aceitas e quais deveriam ser silenciadas. Isso reflete uma persistente tentativa de controlar o tecido social para conformar-se à norma dominante. Afinal

“Uma matriz heterossexual delimita os padrões a serem seguidos e, ao mesmo tempo, paradoxalmente, fornece a pauta para as transgressões. É em referência a ela que se fazem não apenas os corpos que se conformam às regras de gênero e sexuais, mas também os corpos que as subvertem” (Louro, 2018, posição - 162).

É importante também questionar as ações e pessoas que transgrediram o sistema dentro de suas realidades tempo-espaciais, bem como as provocações e fissuras que essas pessoas causaram no sistema. Isso permite iluminar as violências repressivas e controladoras, bem como as possibilidades de existência para além do controle.

Conhecimentos específicos limitados e acríticos levam os estudantes a considerarem construções restritas às vivências heteronormativas. Portanto, é essencial desenvolver uma reflexão sobre as formas de controle e opressão que marcaram a história do Brasil, a fim de desconstruir pensamentos limitadores que naturalizam um único formato legítimo de ser e se relacionar. É necessário compreender as sexualidades, incluindo a heterossexualidade, e suas normas para entender seus relacionamentos e as estruturas de poder que categorizam alguns como "outros". O material didático também se propõe a essa discussão, trazendo à tona os contextos violentos que atuaram para controlar e determinar as identidades e desejos das pessoas. Essa compreensão é essencial para reconhecer que não se trata de identidades "erradas", mas sim de identidades construídas em contextos específicos que as determinaram como "erradas".

Estudar mulheres não heterossexuais ao longo da história desloca o entendimento fixo das classificações de gênero na sociedade, permitindo-nos discutir as pluralidades presentes no

sujeito mulher. Isso nos possibilita refletir sobre outras diferenças, como questões de raça, classe, etnia, território e idade, entre outras.

A proposta é discutir as dinâmicas históricas por trás dos estereótipos violentos presentes em nossa sociedade. É crucial perceber que a história é uma ferramenta essencial para a compreensão das ações do presente. Se não olharmos para o passado para entender como nossa sociedade foi construída, teremos grande dificuldade em romper empaticamente com os preconceitos e discriminações. Nas histórias estudadas nas salas de aula, raramente encontramos as experiências vividas por pessoas que romperam com a heterossexualidade compulsória.

Tratar das ações contra práticas de sodomia, que remontam ao período medieval e se fortalecem com os Tribunais da Santa Inquisição nos séculos XV e XVI, é compreender os processos de marginalização que ocorreram há séculos e fazem parte da nossa história colonial. Essas ações geraram ojeriza e criminalização dos desejos e relacionamentos entre mulheres, exercendo um grande poder de silenciamento de memórias que ainda persiste em nossa sociedade. Portanto, é essencial compreender que o passado ainda está presente e que os lugares sociais destinados a diferentes sujeitas e sujeitos fazem parte de uma construção histórica.

Os materiais didáticos utilizados nas escolas não contemplam adequadamente a necessidade de abordar a temática de gênero e sexualidades entre adolescentes. Por isso este paradidático é fundamental para aproximar esses jovens não apenas do debate historiográfico, mas também para promover discussões sobre questões de gênero e sexualidade. Essas são temáticas complexas, com uma historicidade significativa, que ajudam a desconstruir conceitos enraizados e naturalizados, muitas vezes imperceptíveis.

É válido salientar que eu também sou um produto desta dissertação, compreendendo que a formação de professores e professoras é essencial na busca por um debate atualizado sobre questões de gênero e sexualidade. Não basta cumprir com materiais e leis que enfatizem o debate nas escolas se os educadores e educadoras não tiverem domínio sobre a temática.

Por fim, o produto desta dissertação do Mestrado Profissional de História contempla uma pesquisa e os debates realizados na academia, que muitas vezes não chegam às salas de aula. Trata-se de um livro paradidático que pode ser utilizado tanto nas aulas de história quanto nos Núcleos de Gênero, espaços abertos para essa temática. Este material aborda narrativas que fortalecem a identidade das mulheres lésbicas, um grupo ainda excluído da sociedade. Além disso, tem como função trazer para os estudantes narrativas históricas relevantes no presente, abordando dúvidas e demarcações de sexualidades diferentes da heterossexualidade.

A temática da sexualidade é muito presente entre os jovens, gerando discussões que podem tanto marginalizar quanto valorizar os dissidentes da heteronormatividade. Trata-se de uma questão atual no mundo globalizado. O Ensino da História é uma ferramenta poderosa para construir perspectivas inclusivas, valorizar sujeitos marginalizados e promover uma construção igualitária da sociedade. No entanto, se não estivermos atentos, ele também pode ser um grande reprodutor e mantenedor das ordens sociais excludentes. Como nos afirma Cubas (2017, p. 80): “Somos sujeitos históricos. Somos formados por múltiplas referências de um passado próximo e distante. Somos a presentificação do passado. Somos a possibilidade de futuro daqueles que nos antecederam.”

O material pedagógico é essencial para a juventude LGBTQIAPN+ porque fornece uma fonte confiável e acessível de conhecimento que atende diretamente suas necessidades e interesses. Este material não só apoia a formação de uma identidade positiva, mas também serve como uma ferramenta de empoderamento, oferecendo aos jovens informações e recursos que os ajudam a navegar em um mundo que muitas vezes é hostil à diversidade. Além disso, ao refletir as demandas e realidades dos jovens LGBTQIAPN+, o material promove um sentimento de pertencimento e validação, essencial para o desenvolvimento pessoal e acadêmico

O material pedagógico desenvolvido para esta dissertação é o resultado de uma construção cuidadosa e sequencial baseada nas pesquisas e análises dos capítulos anteriores. No primeiro capítulo, a análise bibliográfica e documental das fontes sobre a história das mulheres lésbicas e os boletins da década de 80 forneceu uma compreensão profunda das narrativas e experiências dessas mulheres. Essas informações foram fundamentais para identificar dentro da historiografia as produções já realizadas sobre lesbianidades e reconhecer a importância de representar essas vozes no Ensino da História. Com base nessa compreensão, o segundo capítulo ofereceu um arcabouço teórico sobre gênero, sexualidade e identidade lésbica, que orientou a elaboração do material pedagógico. Este capítulo destacou a necessidade de abordar essas questões com sensibilidade e profundidade, garantindo que o conteúdo educativo fosse enriquecido com perspectivas diversificadas e inclusivas.

O terceiro capítulo analisou como as escolas frequentemente perpetuam estereótipos de gênero e heteronormatividade, evidenciando a urgência de um material pedagógico que desafie essas normas e promova uma educação mais inclusiva. O material pedagógico foi, então, desenvolvido para responder a essa necessidade, incorporando as perspectivas históricas e teóricas discutidas nos capítulos anteriores.

A pesquisa sobre os Núcleos de Gênero e Enfrentamento à Violência Contra a Mulher revelou que esse espaço tem se consolidado como importante voz da juventude LGBTQIAPN+

na escola. A análise das divulgações desses núcleos no *Instagram* proporcionou uma visão detalhada das demandas atuais e dos desafios enfrentados por esse público. Observou-se que as campanhas e conteúdos compartilhados por esses núcleos frequentemente abordam temas cruciais como visibilidade, inclusão e combate à discriminação, refletindo as necessidades e preocupações da comunidade jovem LGBTQIAPN+. Essas informações foram fundamentais para garantir que o material pedagógico desenvolvido fosse alinhado com as questões mais relevantes e urgentes para esse grupo, no intuito de engajar e aprofundar narrativas históricas que promovam suas existências.

Ao integrar essas percepções e demandas no material pedagógico, buscou-se criar um recurso que não apenas educasse sobre a história das mulheres lésbicas, mas também estivesse em sintonia com as preocupações contemporâneas da juventude LGBTQIAPN+. O material foi projetado para ser um complemento das práticas e discussões promovidas pelos Núcleos de Gênero, garantindo que fosse construtivo e relevante para as/os alunas/alunos.

O quarto capítulo consolidou essa abordagem, demonstrando como o Ensino da História deve ser transformado pela inclusão das experiências não heteronormativas, com a promoção de uma educação que valoriza a diversidade. Assim, o material pedagógico não só reflete a pesquisa realizada, mas também serve como um recurso inovador para a prática educacional, visando uma abordagem mais inclusiva e representativa no Ensino da História.

5. Considerações Finais

Caminhar pelas narrativas lesbianas e seus possíveis deslocamentos provocados dentro do espaço escolar foi um processo de deslocamento das tradições históricas e escolares, foi, ainda, um movimento que provou e provoca deslocamento dentro das sujeitas e dos sujeitos e altera as relações sociais.

A dissertação aqui apresentada oferece uma análise abrangente da história das lésbicas e sua representação no Ensino da História, com foco nas questões de gênero e sexualidade. A pesquisa desenvolvida revela a importância de integrar perspectivas diversas e historicamente marginalizadas no espaço escolar, buscando não apenas preencher lacunas historiográficas, mas também promover uma educação mais inclusiva e crítica.

O primeiro capítulo da dissertação forneceu uma análise detalhada da historiografia existente sobre mulheres lésbicas, destacando a ausência de representações de relacionamentos dissidentes da heteronormatividade e como isso tem perpetuado estereótipos binários. Através da revisão de literatura e da análise dos boletins produzidos por lésbicas na década de 1980, foi possível compreender vozes e experiências que foram historicamente silenciadas e que permanecem excluídas das aulas de história. Esses documentos não apenas enriqueceram a compreensão da resistência e da vivência das lésbicas no passado, mas também evidenciaram a necessidade de incorporar essas narrativas nas discussões pedagógicas atuais.

O segundo capítulo discutiu profundamente os conceitos de gênero, sexualidade e identidade lésbica. Essa base teórica foi fundamental para a construção dessa dissertação, fornecendo uma estrutura sólida para abordar essas questões no contexto escolar. A conexão entre teoria e prática foi crucial, permitindo que o material didático não só refletisse as complexidades das identidades lésbicas, mas também oferecesse uma abordagem educacional que desafia estereótipos e promove uma compreensão mais inclusiva.

O terceiro capítulo focou na análise das questões de gênero e sexualidade no ambiente escolar, destacando como as escolas muitas vezes reproduzem estereótipos de gênero e heteronormatividade. A análise dos Núcleos de Gênero e Enfrentamento à Violência Contra a Mulher revelou como esses espaços podem funcionar como agentes de resistência e transformação. As observações feitas através das postagens nos *Instagrams* dos núcleos foram fundamentais para entender as práticas e as demandas atuais da comunidade LGBTQIAPN+ nas escolas. A partir dessas observações, o material pedagógico foi desenvolvido para atender

às necessidades identificadas e fornecer um recurso que apoie os debates e iniciativas promovidos pelos núcleos.

A produção do material paradidático, destinado aos jovens do Ensino Médio, representa um avanço na inclusão das histórias e identidades lésbicas no currículo escolar. Este livro busca não apenas preencher uma lacuna existente, mas também servir como uma ferramenta pedagógica que promove uma educação mais crítica e inclusiva. Ao abordar temas de gênero e sexualidade de maneira informada e empática, o material contribui para uma compreensão mais ampla da história e das experiências das mulheres lésbicas, enriquecendo o processo de ensino e aprendizagem.

O impacto potencial do material pedagógico vai além das salas de aula de história. A sua utilização nos Núcleos de Gênero pode oferecer um recurso valioso para debates e atividades que visam desafiar estereótipos e promover a inclusão. A integração do material nas práticas educacionais pode contribuir para a construção de um ambiente escolar mais acolhedor e sensível às questões de gênero e sexualidade. Além disso, o material pode servir como modelo para o desenvolvimento de recursos semelhantes em outras áreas e contextos educacionais.

Esta dissertação abre caminho para diversas direções de pesquisa futura. Sugere-se que estudos adicionais explorem a eficácia do material pedagógico em diferentes contextos escolares e regionais, analisando seu impacto na formação de atitudes e na compreensão de questões de gênero e sexualidade entre as/os estudantes. Além disso, pesquisas futuras poderiam investigar outras dimensões da história das identidades não heterossexuais, ampliando a compreensão das múltiplas experiências e contribuições dessas identidades ao longo do tempo.

A pesquisa realizada neste trabalho não apenas contribui para a historiografia e para a prática educacional, mas também destaca a importância de uma abordagem inclusiva e crítica no Ensino da História. Ao integrar perspectivas de gênero e sexualidade e oferecer um material pedagógico baseado em uma pesquisa sólida, a dissertação busca promover uma educação que reconheça e celebre a diversidade. Acredita-se que a continuidade deste trabalho pode fomentar um ambiente educacional mais justo e representativo, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e empáticos.

Referências

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015**: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **Violar memórias e gestar a História**: Abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um “parto difícil”. Clio-Série História do Nordeste, n. 15, 1994.
- BORRILLO, Daniel. A homofobia. In: LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Débora (org.). **Homofobia & educação**: um desafio ao silêncio. Brasília: LetrasLivres: EdUnB, p. 15-46, 2009.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://www.bncc.mec.gov.br>. Acesso em 2 mai. 2024.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 3 mai. 2024.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/diretrizes-curriculares-nacionais>. Acesso em 2 mai. 2024.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 2 mai. 2024.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)**. Brasília: MEC, 1997. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/cne/pcn>. Acesso em 2 mai. 2024.
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: http://www.mec.gov.br/images/pdf/plano_nacional_de_educacao.pdf. Acesso em 2 mai. 2024.
- BRASIL. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade**. Secad/MEC, 2007.
- BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**: de Gutenberg à Internet. Edição revista e ampliada. Tradução Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 24ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.
- COLLING, Ana Maria. **Gênero e História. Um diálogo possível?** Contexto e Educação, Editora UNIJUÍ, ano 19, n. 71/72, jan./dez., p. 29-43, 2004.
- CORDEIRO, Lilyan Almeida; CERRI, Luís Fernando. **Redes sociais como possível ferramenta exploratória de pesquisa histórica**. In: VIII Congresso Internacional de História, 2017, São Paulo. Anais eletrônicos. São Paulo: USP, p. 3220-3227, 2017.

COWAN, Benjamin. Homossexualidade, Ideologia e "subversão" no Regime Militar. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (org.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos, p. 38-82, 2023.

CUBAS, Caroline Jaques. Gênero e ensino de História: demandas de um tempo presente. In: CRESCÊNCIO, Cintia Lima; SILVA, Janine Gomes da; BRISTOT, Lúcia Schneider (org.). **Histórias de gênero**. São Paulo: Verona, p. 73-86, 2017.

DELPHY, Christine. **Teorias do patriarcado**. In: HIRATA, Helena [et.al.]. (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, p. 173-178, 2009.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Gênero e Comportamento a Serviço da Ditadura Militar: Uma leitura dos escritos da Escola Superior de Guerra. In: DUARTE, Ana Rita Fonteles; SILVA, Jailson Pereira da; LUCAS, Meize Regina de Lucena. **Dizer é poder: Escritos sobre censura e comportamento no Brasil autoritário (1964 - 1985)**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017.

DUARTE, Ana Rita Fonteles; SILVA, Jailson Pereira da; LUCAS, Meize Regina de Lucena. **Dizer é poder: Escritos sobre censura e comportamento no Brasil autoritário (1964 - 1985)**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017.

DUSCHATZKY, Silvia; SKLIAR, Carlos. O nome dos outros. Narrando a alteridade na cultura e na educação. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos. (org.). **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 119-138, 2001.

FAÇANHA, Marlia Aguiar. **E se te contassem outra História: gênero e feminismo no ensino de História**. 2018. 110 f.: il. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação em Ensino de História, Natal, RN, 2018.

FALQUET, Jules. **Romper o tabu da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política**. Cadernos de Crítica Feminista, Ano VI (5), 2012. Traduzido por Renato Aguiar.

FERNANDES, Marisa. Lésbicas e a Ditadura Militar: uma luta contra a opressão e por liberdade. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (org.). **Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2022.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**, Volume 1: A Vontade de Saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRANÇA, Caroline. "O Futuro é Feminino (ou Sapato?): desdobramentos do Lesbianismo Político". In: ALVES, Bárbara Elcimar dos Reis; FERNANDES, Felipe Bruno Martins (org.). **Pensamento Lésbico Contemporâneo: Decolonialidade, Memória, Família, Educação, Política e Artes**. Florianópolis, SC: Tribo da Ilha, 2021.

FRIAS, Vanda. Ferro's Bar, dia 19 de agosto: uma vitória contra o preconceito. **ChanaComChana**, São Paulo, n. 4, p. 1, ago., 1983.

GALF. Não me envolvam, eu me envolvo. **ChanaComChana**, São Paulo, GALF, n. 0, 1981.

GALF. Mulher de chuteira | Festival Tem Mulher no Palco | A questão homossexual. **ChanaComChana**, São Paulo, GALF, n. 1, dez., 1982.

GALF. Sandra Mara Bigode: a queda para o alto. **ChanaComChana**, São Paulo, GALF, n. 2, 1983.

GALF: a história de um grupo de mulheres lésbicas (edição de aniversário). **ChanaComChana**, São Paulo, GALF, n. 3, 1983.

GALF. Ferro's Bar, dia 19 de agosto: uma vitória contra o preconceito. **ChanaComChana**, São Paulo, GALF, n. 4, 1983.

GALF. Ser ou estar homossexual? **ChanaComChana**, São Paulo, GALF, n. 5, nov., 1984.

GALF. Mães lésbicas | E mais poesias, informes, correspondências. **ChanaComChana**, São Paulo, GALF, n. 6, 1984.

GALF. Lésbicas e família e mais poesias, informes, correspondência. **ChanaComChana**, São Paulo, GALF, n. 7, abr., 1985.

GALF. Lésbicas e trabalho. **ChanaComChana**, São Paulo, GALF, n. 8, ago., 1985.

GALF. Lésbicas e sexualidade: aids, constituinte, poesia, troca de cartas. **ChanaComChana**, São Paulo, GALF, n. 9, dez. 1985/ fev., 1986.

GALF. Conferência Lésbica em Genebra: poesia, troca-cartas, assumindo, homossexualidade nas leis. **ChanaComChana**, São Paulo, GALF, n. 10, jul./set., 1986.

GALF. Entrevista com candidatas: Irene Cardoso, Dulce Cardoso, Cassandra Rios. **ChanaComChana**, São Paulo, GALF, n. 11, out. 1986/jan., 1987.

GALF. Entrevista com "Sexualidade e saúde": feminismo, eleições, linguagem, poesias, troca-cartas, informes. **ChanaComChana**, São Paulo, GALF, n. 12, fev./mai., 1987.

GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (org.). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos, 2023.

GREEN, James N. "Mais amor e mais tesão": a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. **Cadernos Pagu**, v. 15, p. 271-295, 2000. Tradução por Raul Reis.

GUEDES E SILVA, Rômulo. **Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a Mulher**: análise de sua institucionalização nas Escolas de Referência do Ensino Médio em Pernambuco. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2015.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DPeA, 2006. Tradução de Silva, T. T., & Louro, G. L.

HEILBORN, Maria Luiza. Ser ou Estar Homossexual: dilemas de construção da identidade social. In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina. **Sexualidades Brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, p. 136-145, 1996.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, Sérgio (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, p. 183-221, 1999.

JENKINS, Keith. **A história repensada**. São Paulo: Contexto, 2007.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Políticas de educação para a diversidade sexual: escola como lugar de direitos. In: LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Débora (org.). **Homofobia & educação: um desafio ao silêncio**. Brasília: LetrasLivres: EdUnB, p. 161-194, 2009.

KUMPERA, Julia AleksandraMartucci. **O lesbianismo é um barato: o GALF e o ativismo lésbico-feminista no Brasil (1979-1990)**. 2021. 120 f. Dissertação (Mestrado em História, Área de História Cultural) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

LESSA, Patrícia. **Visibilidade e ação lesbiana na década de 1980: Uma análise a partir do grupo de ação lésbico-feminista e do boletim ChanaComChana**. Gênero, Niterói, v. 8, n. 2, p. 301-333, set., 2008.

LORDE, Audre. **The Black Unicorn**. New York: Norton, 1978. Tradução nossa.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **História e educação: construção e desconstrução**. Educação e Realidade, v. 20, n. 2, p. 101-132, jul./dez., 1995.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas**. Pro-Posições, v. 19, n. 2 (56), mai./ago., p. 17-23, mai./ago., 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/64NPxWpgVkt9BXvLXvTvHMr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 12 mai. 2024.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Edição Kindle. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. 3. rev. AMP. (Argos).

MARTINHO, M. Memória lésbica: há 42 anos surgia o Grupo Lésbico Feminista, o primeiro coletivo de ativistas lésbicas do Brasil. **Um Outro Olhar**, 15 maio 2019. Disponível em: <https://www.umoutroolhar.com.br/2019/05/ha-40-anos-surgia-o-grupo-lesbico-feminista.html>. Acesso em 24 jun. 2023.

MARTINHO, Míriam. **Memória lesbiana: há 40 anos surgia o Grupo Lésbico Feminista, o primeiro coletivo de ativistas lésbicas do Brasil**. 2019. Disponível em:

<http://www.umoutroolhar.com.br/2019/05/ha-40-anos-surgiao-grupo-lesbico-feminista.html>. Acesso em 20 jun. 2023.

Memórias da Ditadura. Doutrina de Segurança Nacional. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/saibamais/doutrina-de-seguranca-nacional/>. Acesso em 26 jun. 2023.

MORGANTE, Mirela Marin; NADER, Maria Beatriz. O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. In: **ANAIS DO XVI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH RIO**, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: https://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1399953465_ARQUIVO_textoANPUH.pdf. Acesso em 3 de fev. 2024.

MOTT, Luiz. **O Lesbianismo no Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

NAPOLITANO, Minisia Nogueira. **A sodomia feminina na primeira visitaço do santo ofício ao Brasil**. Revista História Hoje, São Paulo, n. 3, 2004. ISSN 1806.3993.

NAPOLITANO, Minisa Nogueira. **O médico e a mulher: o discurso médico sobre os vícios femininos na sociedade carioca oitocentista**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2005. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/93223>. Acesso em

NUNES, Hariagi Borba. **Sapatão enquanto rizoma: desterritorialização da lésbica**. In: ALVES, Bárbara Elcimar dos Reis; FERNANDES, Felipe Bruno Martins (org.). **Pensamento Lésbico Contemporâneo: Decolonialidade, Memória, Família, Educação, Política e Artes**. Florianópolis, SC: Tribo da Ilha, 2021.

OLIVEIRA, Cláudia Freitas de. **A homossexualidade feminina na história do Brasil: do esforço de construção de um objeto histórico ao desdobramento na construção da cidadania**. Les Online, [Lisboa], v. 7, n. 2, p. 2-19, 2015.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica**. História, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PERNAMBUCO. Secretaria da Mulher. **Anuário da Secretaria da Mulher de Pernambuco 2013**. Disponível em: http://www2.secmulher.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=8b6592ab-84a7-48bf-b5bc-4551cdcb3d9e&groupId=30863. Acesso em 3 mai. 2024.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. **Ensino de História: passados vivos e educação em questões sensíveis**. História Hoje, v. 7, n. 13, p. 14-33, 2018.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PRECIADO, Paul B. **Multidões Queer: notas para uma política dos anormais**, 2010. Este artigo foi traduzido por Cleiton Zóia Münchow e Viviane Teixeira Silveiras a partir do texto original em francês, publicado em 2003 na revista Multitudes (Beatriz PRECIADO, 2003).

RECUERO, R.; SOARES, P. **Violência simbólica e redes sociais no Facebook: o caso da fanpage “Diva Depressão”**. Galaxia (São Paulo, Online), n. 26, p. 239-254, dez., 2013.

RAGO, Maria. **Feminizar é preciso**: por uma cultura filógina. São Paulo em Perspectiva, v. 15, n. 3, 2001.

RAGO, Maria; PEDRO, J.; GROSSI, M. (org.). **Epistemologia feminista, gênero e história**. In: Masculino, feminino, plural. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica**. Bagoas, n. 05, p. 17-44, 2010. Traduzido por Carlos Guilherme do Valle.

ROCKA, Marjory. **Lesbianidades no Segundo Milênio**. In: ALVES, Bárbara Elcimar dos Reis; FERNANDES, Felipe Bruno Martins (org.). Pensamento Lésbico Contemporâneo: Decolonialidade, Memória, Família, Educação, Política e Artes. Florianópolis, SC: Tribo da Ilha, 2021.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a “economia política” do sexo. 2017.

RÜSEN, Jörn. **História viva**: teoria da História: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p.160, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Paula Regina. **Mulheres na história escolar**: uma análise das representações femininas nos livros didáticos de história do ensino fundamental. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria de análise histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SEFFNER, Fernando. **Cultura escolar e questões em gênero e sexualidade**: o delicado equilíbrio entre cumprir, transgredir e resistir. Retratos da Escola, Brasília, v. 14, n. 28, p. 75-90, jan./abr., 2020. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>. Acesso em 2 mai. 2024.

SEFFNER, Fernando. **Sempre atrás de um buraco tem um olho**: racionalidade neoliberal, autoritarismo fundamentalista, gênero e sexualidade na Educação Básica. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 15, e2015010, p. 1-19, 2020. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em 25 jun. 2024.

SHIRKY, Clay. **Lá vem todo mundo**. O poder de organizar sem organizações. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

SOARES, Gilberta Santos; COSTA, Jussara Carneiro. **Movimento lésbico e movimento feminista no Brasil**: recuperando encontros e desencontros. Labrys: études féministes/estudos feministas, julho/dezembro 2011 – jan./jun., 2012. Ministério Público do Estado da Bahia, 2012. Disponível em: <http://dspace.sistemas.mpba.mp.br/jspui/handle/123456789/513>. Acesso em 02 dez. 2023.

SOUZA, Cirlene Cristina de; LEÃO, Geraldo Magela Pereira. **Ser jovem e ser aluno:** entre a escola e o Facebook. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 279-302, jan./mar., 2016. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte/MG – Brasil.

STERLING, Anne Fausto. **Dualismos em duelo.** *Cadernos Pagu*, v. 17/18, p. 9-79, 2001/02. Tradução de Plínio Dentzien; Revisão de Valter Arcanjo da Ponte.

SWAIN, Tania Navarro. **O que é lesbianismo.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2000. (Coleção Primeiros Passos).

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos Pecados.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

VALENÇA, Millena Lyra. **“Folhas de narrativa sequestrada”:** uma proposta transfeminista para o ensino de História através da HQ Xica Manicongo. 2022. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa do Mestrado Profissional em Ensino de História, Recife, 2022.

WITTIG, Monique. **O pensamento hétero.** 1980. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/download/25050/16055>. Acesso em 20 mar. 2024.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença:** uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

HISTÓRIAS DAS MULHERES LÉSBICAS



Experiências e Resistências no Brasil

Lia Carelli

Sumário

Introdução	02
1. Identidade: Quem somos nós? A que grupo pertencemos?	06
2. Gênero	12
3. Heterossexualidade e comunidade LGBTQIAPN+	17
4. Identidade Lésbica	23
5. Nem todas/os cabem na história	26
6. As lésbicas como pecadoras e criminosas	31
7. As lésbicas foram vistas como doentes	42
8. Lésbicas do Brasil unidas: a saída do armário!	47
9. Considerações Finais	76
10. Bibliografia	78

Introdução

Este livro é o resultado de uma pesquisa realizada durante o meu mestrado profissional, o ProfHistória. O livro foi criado com o objetivo de compartilhar discussões sobre gênero, sexualidade e lesbianidade para além da academia, alcançando um público mais amplo, em destaque, as/os estudantes do Ensino Médio.

A minha pesquisa foi sobre educação, história, sexualidades e lésbicas. Partiu de faltas que encontrei nos materiais didáticos e nas discussões sobre gênero e sexualidade, que são reprimidas dentro das escolas, mas que explodem entre as conversas adolescentes, os quais acessam a temática por vários meios tecnológico, e nem sempre com reflexões profundas e dados reais.

A adolescência é uma fase de discussão identitária importantíssima, de se entender no mundo, compreender os desejos que afloram, dizer o que se é. Nem sempre encontramos as respostas para todas essas perguntas, na maior parte das vezes passamos a vida nos buscando, mas na adolescência tendemos a construir nossos primeiros questionamentos.

Este livro, portanto, tem o objetivo não apenas de divulgar meus estudos e considerações para pessoas que não estão nas universidades, mas um acalento para a nossa busca por cidadania.

É uma forma de dar maior visibilidade a pessoas que foram duramente excluídas dos escritos da história e das salas de aula de História. Estamos falando de indivíduos que desafiaram as normas da heterossexualidade: as mulheres que se relacionaram com outras, muitas vezes rotuladas como lésbicas. Essas relações foram construídas sob um imaginário de repulsa e exclusão em relação a essas pessoas.

A ideia é que você conheça algumas das pesquisas históricas que nos apontam para a existência dessas pessoas na história do Brasil, compreenda que existe um lugar social de exclusão, o qual julgou, exclui e matou muitas pessoas não heterossexuais, mas elas existiam.

Trazer contextos de mulheres que se relacionaram com outras, contexto de lutas e história das lésbicas é o grande objetivo desse livro. Damos um mergulho em alguns momentos da história do Brasil, dos quais temos documentação sobre essas sujeitas para falar um pouco de suas vidas e do contexto histórico de exclusão que elas estavam inseridas.

É muito importante que enxerguemos esses formatos não heterossexuais na história, para entendermos que sempre houveram, em outros lugares, tempos e culturas outros formatos de relacionamento, que não se trata de uma “moda” da atualidade. O que ocorre hoje é, na verdade, um empoderamento desses sujeitos, especificamente da comunidade LGBTQIAPN+¹, fruto de uma luta histórica de existência e resistência. Hoje há espaços sociais alcançados que nos permite ampliar a ideia de relacionamento, pensar e questionar os formatos tradicionais normativos e assumir identidades diferentes das padronizadas.

Para trazer à tona a história das mulheres lésbicas² é preciso discutir alguns conceitos enraizados em nossa cultura, por isso a primeira parte desse livro foi dedicada a conceituar a ideia de identidade, gênero e sexualidade.

O intuito é que se compreenda as concepções e histórias dessas pessoas junto às concepções morais que foram elaboradas sobre elas. Dessa forma, essa compreensão pode ajudar a desconstruir preconceitos e promover uma construção política voltada para um mundo mais igualitário e justo para aqueles considerados diferentes.

Nos capítulos seguintes, serão apresentadas narrativas que exploram cenários históricos do relacionamento dessas mulheres com a sociedade, incluindo histórias e nomes de figuras importantes nesses contextos.

1 Essa sigla agrupa pessoas que não se identificam com a heterossexualidade e com as normas de gênero. Você pode ter acesso ao significado da sigla no quadro da p. 20.

2 É importante destacar aqui que utilizo a palavra “lésbica” para me referir à mulheres que se relacionavam com outras em momentos históricos diversos. Porém é importante destacar que nem sempre essas mulheres se intitularam como lésbicas, não sabemos como elas se identificavam, e se elas tinham espaço na sociedade para poderem construir sua identidade. Minha escolha é política, no intuito de dar voz e ampliar um cenário ancestral identitário para as lésbicas de hoje.

O livro discute conceitos de gênero e sexualidade dentro de um debate da cultura Ocidental. Isso se deve ao fato de termos sido um país que passou por anos de colonização cristã-europeia. Portanto, a ideia de lesbianidade e toda a sua história de exclusão e movimento de resistência estão vinculadas a esse olhar ocidental eurocentrado.

Eurocentrado/eurocêntrico é basicamente uma maneira de contar a história que coloca a Europa no centro das atenções, dando muito destaque às suas realizações e eventos, enquanto minimiza ou ignora o que aconteceu em outras partes do mundo. Isso pode deixar de lado as contribuições de outras culturas e povos para a história global. É como se fosse uma história contada de um ponto de vista europeu, ignorando a diversidade e complexidade do mundo todo. Essa visão considera o continente europeu, como sua cultura, política e história o principal referencial e levando em conta seu processo histórico como um processo universal.

O objetivo é contribuir para a formação social e cidadã dos e das adolescentes, introduzindo discussões atuais que questionam, criam e integram as diversidades no mundo. Isso permite que todos possam ser quem desejam ser, enquanto compreendemos como ocorreu a construção das pessoas que foram excluídas da vida e da história, mas que existiram.

Por fim, meu principal objetivo político e finalidade com esta obra é estimular a reflexão sobre as vivências das mulheres lésbicas no contexto brasileiro, além de promover a educação sobre questões relacionadas a gênero e sexualidade. Pretendo alcançar isso fornecendo uma compreensão mais aprofundada de conceitos fundamentais na luta contra o preconceito e a discriminação, como lesbianidade, gênero, sexualidade, LGBTQIAPN+, *queer*, heteronormatividade e heterossexualidade. Reconheço que esses conceitos podem ser novos para muitas pessoas, mas considero que a batalha pelos direitos e reconhecimento de nossa humanidade requer uma ampla gama de recursos. Dado que enfrentamos uma sociedade permeada por práticas lesbofóbicas, vejo o conhecimento como nossa principal ferramenta de resistência.

Para a construção desse livro tive o acompanhamento da minha orientadora a prof^a Dr^a Andrea Giordanna Araújo da Silva, a quem sou muito grata por toda caminhada e por fortalecer nossos sonhos de um mundo melhor a partir das resistências. Confiei ao olhar do meu amigo Raul Souza a arte visual, pessoa que nutro profunda admiração pela arte e sujeito que é. E a arte de capa foi feita por Luiza Morgado, artista e militante que dialoga perfeitamente com a temática e tem um vasto e importante trabalho com ilustração, feminismo, lesbianidades e militância.

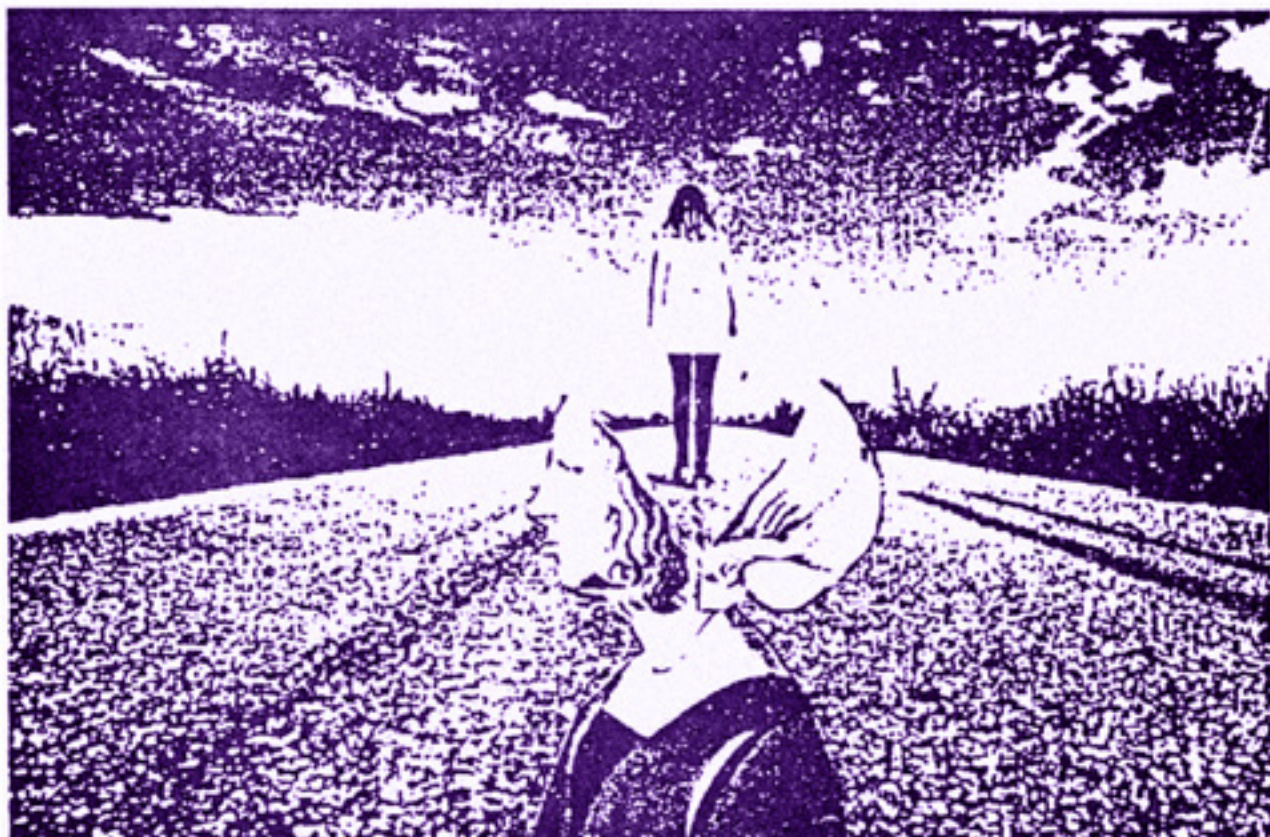


Acervo: Um Outro Olhar, Boletim ChanacomChana, edição nº 5, 1984, p.14

1.

Identidade:

Quem somos nós? A que grupo pertencemos?



Acervo: Um Outro Olhar, Boletim ChanacomChana,
edição nº 10, 1986, p.11.

Na primeira parte deste livro, vamos explorar questões relacionadas à identidade. Optei por começar com essa discussão porque entendo que é fundamental compreender o significado, a construção e a importância da identidade, especialmente quando falamos de grupos sociais que historicamente foram excluídos da narrativa oficial e dos Direitos Humanos, como as lésbicas.

Você já se perguntou quem é você? Desde que temos acesso a histórias de outras culturas e civilizações sabemos que a humanidade sempre buscou entender quem eram e formar grupos entre aqueles e aquelas que se entendem como iguais em algum aspecto.

A palavra identidade significa: conjunto de características que distinguem uma pessoa ou uma coisa e por meio das quais é possível individualizá-la. O termo se origina do latim “idem” significa “o mesmo” e “-dade” significa estado ou qualidade.

É verdade que em diferentes períodos históricos, a ideia de quem somos, nossa identidade, muda bastante. Por exemplo, lá pelo século XIX, na Europa Ocidental, as pessoas estavam muito focadas na ideia de serem parte de uma nação. Isso acontecia porque os líderes da época incentivavam muito esse sentimento de união entre as pessoas do mesmo país. Eles queriam que todos se sentissem parte de uma grande família nacional. Para isso, trabalhavam para criar uma sensação de igualdade entre os cidadãos do país e de diferença em relação aos habitantes de outras nações.

Quando nos tornamos adolescentes, é natural que queiramos estar perto de pessoas que gostem das mesmas coisas que nós. Queremos amigos com quem possamos conversar sobre nossos interesses, comer o que gostamos, nos divertir e até mesmo estudar juntos. Durante a adolescência, estamos buscando encontrar pessoas que sejam como nós, nossos parceiros de aventuras. Tudo isso está relacionado com identidade, porque são essas pessoas com quem nos identificamos, com quem compartilhamos experiências e significados em nossas vidas.

A identidade pode estar presente porque falamos a mesma língua, porque nascemos no mesmo território ou porque partilhamos a mesma cultura. Muitas vezes, inclusive, podemos não ter afinidade sobre determinada expressão cultural, mas construímos uma relação de afeto por falar de algo que convivemos e fez parte da nossa história. Por exemplo, imagine que na sua infância, seus familiares e amigos sempre levaram você para festas de Carnaval, era um momento

de diversão e encontro. Imagine que na adolescência não apreciemos mais a festa de Carnaval, mas ao viajarmos ou conversarmos com pessoas de outros países falaremos do Carnaval com carinho. Isso acontece porque criamos um vínculo afetivo e histórico com as experiências que tivemos no passado e no formato com que as pessoas ao nosso redor se relacionam com a festa. Assim, podemos entender que, ainda que não gostemos do Carnaval, de alguma forma está na nossa história e pode influenciar nossa identidade, mesmo que de forma indireta.

A identidade é também a forma como falamos de nós mesmos, nosso nome, o lugar que moramos, o que gostamos de fazer, quem são nossos parentes tudo isso fala sobre quem somos.

Na infância, a identidade é apreendida, ou seja, a gente absorve bastante dos adultos que nos criaram, nossas escolhas são poucas. Isso não quer dizer que não temos gosto ou opinião, certo? Quer dizer só que ainda estamos entendendo o mundo e como sobreviver nele, aí, nesse momento, tendemos a nos identificar com aquelas pessoas que estão próximas, que confiamos, que nos criam.

Quando chega a adolescência a gente busca a nossa própria comunidade identitária. Por isso que na nossa cultura fala-se tanto que a adolescência é a fase da rebeldia. Na verdade, é um momento bastante difícil e a gente se vê tentando encontrar uma “caixa”¹ que nos caiba, que nos faça sentido. Nesse período, as amizades costumam ser uma parte bem importante das nossas relações e começamos a nos apropriar daquilo que queremos ser, ou parecer ser na sociedade. A forma que nos vestimos, as músicas que ouvimos, os amigos e amigas que levamos com a gente, o que gostamos de estudar, os lugares que gostamos de ir... Tudo isso, e mais um monte de coisa que existe no mundo, começa a falar de como somos e como queremos ser vistos e vistas por esse mundo. Entramos em “caixinhas” personificadas porque precisamos nos sentir seguros sobre quem somos e o que fazemos com nossa existência.

Essas “caixinhas” acabam falando bastante de nós, e é muito gostoso quando a gente cabe nelas e se sente confortável. Mas é possível que a gente se transforme, que a gente vasculhe outras “cai-

1 Nesse caso a ideia de “caixa” é simbólico, uma representação sobre encontrar um lugar ou uma identidade que se encaixe bem com quem somos ou quem queremos ser. Encontrar uma “caixa” que nos caiba significa encontrar um lugar onde nos sentimos compreendidos e aceitos.

xas”, que a gente canse de onde estamos ou que simplesmente ela não nos caiba mais. Porque a identidade não é fixa, como seres que se transformam em contato com meio, nós podemos nos transformar, e normalmente acontece.

Dessa forma, aquela identidade que carregávamos tão bem, que nos fazia sentir firmes nos espaços que andávamos, pode não mais fazer sentido para gente.

Pode ser também que sustentemos uma identidade que não nos faça bem. Por um milhão de motivos, muitas vezes, a gente usa “máscaras”² e “fantasias” porque o que queríamos ser não é possível, ou é difícil, ou nos faz ser violentados, ou até nem saibamos.

Você já teve vontade de mudar de escola? De bairro? De cidade? De país? De mundo? Já sentiu vontade de rasgar todas as suas roupas e comprar novas totalmente diferentes? Ou já teve vontade de construir amizades diferentes da que já tem? Essas questões mexem com a gente, porque questionam coisas importantes sobre nós, sobre o que queremos ser, sobre o que somos e sobre o que deixamos de ser.

Todos esses pensamentos e sentimentos estão relacionados com a identidade, com o formato que nos identificamos nesse mundo e o que podemos fazer ele.

Existem identidades que são mais aceitas, que as pessoas ao nosso redor valorizam e elogiam. Identidades padronizadas como um “corredor”³ que promete no final dele a felicidade. Infelizmente é impossível colocar todo mundo no mesmo corredor e acreditar que aquela felicidade prometida será a felicidade de todos, porque somos diferentes, temos identificações diferentes. Esses padrões podem nos deixar bastante confortáveis e nos gerar apoio dos que nos cercam. Mas se a gente olha pra esse corredor e não se sente pertencente a ele, pode nos trazer muitos problemas. Isso não acontece porque não pertencemos a mesma identidade padrão, acontece porque, muitas vezes, a sociedade exige que sigamos por caminhos que não queremos, que não sentimos vontade, que não nos identificamos.

2 “Máscaras” e “fantasias” também está aqui no sentido simbólico, para representar identidades ou personas que uma pessoa assume, mas que não correspondem completamente a sua verdadeira essência ou desejos.

3 Nesse contexto, “corredor” é usado de forma figurativa para representar um caminho ou uma trajetória predefinida e convencional que a sociedade valoriza e elogia como garantia de felicidade ou sucesso.



Acervo: Um Outro Olhar, Boletim ChanacomChana,
edição nº 10, 1986, p. 28.

Aí entramos na berlinda: ou a gente se “fantasia” e finge que gosta de “Carnaval”, ou a gente muda a rota, esquece o “corredor”, tira a “fantasia” e assume o que sentimos. Ambos os caminhos tem suas consequências difíceis de enfrentar.

Isso tudo é um grande dilema na nossa sociedade, porque muitas vezes somos pressionados a moldar nossas identidades apenas para sobrevivermos no meio em que vivemos. Mas, pensando bem, a identidade também pode ser vista como um lugar onde nos sentimos pertencentes a nós mesmos, como se fosse uma forma de nos reconhecermos como únicos, afinal, podemos ser o nosso próprio ponto de referência.

A identidade também está relacionada a questões mais amplas em nossa sociedade, como a identidade étnico-racial, por exemplo. Aqui, estamos falando de grupos maiores do que os círculos de amizade que construímos. Essa identidade étnico-racial é moldada principalmente pela história e experiências vividas ao longo do tempo. É como uma identidade que atravessa gerações, construindo sua

cultura e senso de pertencimento com base nas interações sociais e experiências compartilhadas. Esse sentimento de pertencimento e afeto pelo espaço que ocupamos e a sensação de permanência estão profundamente enraizados nessa identidade.

É importante sabermos que as identidades são misturadas, híbridas, ou seja, não possuem homogeneidade, ao contrário, são formadas por valores e culturas de origens distintas. Principalmente com a globalização (fenômeno que, a partir das tecnologias, nos deixa conectada com culturas diversas) vemos a nós e aos outros como uma mistura de identidades. Absorvemos características distintas de várias partes do mundo e, portanto, para falarmos de nós, poderíamos usar várias versões.

Por exemplo, é possível que eu me identifique com a comunidade LGBTQIAPN+ e me identifique e siga a religião do Candomblé. E também me identifique como uma atriz de teatro e uma amante da música *pop* americana. É como se eu reunisse várias características de diferentes lugares, territórios e culturas que juntas contam quem eu sou e me permitem me expressar em diferentes contextos

Por fim, vamos refletir sobre algumas identidades que foram formadas ao longo do tempo e que muitas vezes nos prendem a estereótipos com os quais nem sempre nos identificamos. Essas identidades estão tão ligadas aos nossos valores que às vezes parecem que são parte de quem somos, como se fossem algo natural em vez de construções culturais.

2. Gênero



Acervo: Um Outro Olhar, Boletim ChanacomChana,
edição nº 9, 1986, capa.

Essa palavra “gênero” tem causado um alvoroço ultimamente, né? Mas antes de responder essa pergunta, vamos dar uma olhada em como ela foi construída ao longo da história.

É importante entender que o termo “gênero” passou a ser utilizado em meados do século XX por pensadores e pensadoras do norte global (europeus e norte-americanos). Eles queriam separar o sexo biológico (ou seja, os órgãos reprodutivos, como vagina e pênis) da forma como as pessoas se comportam socialmente com base nesse sexo.

Você já deve ter ouvido falar em “coisas de meninos” e “coisas de meninas”, não? Desde que nascemos, e até antes mesmo de nascer, na nossa cultura Ocidental, a ideia de ser mulher ou homem está diretamente ligada aos nossos órgãos genitais. E junto com essa identificação, vêm toda uma lista de características que são consideradas próprias de meninas ou meninos.

Por exemplo, é comum associar pessoas que têm vagina e são consideradas meninas como mais tranquilas, amorosas, maduras, prestativas e cuidadosas. Alguns até vão mais longe e as definem como naturalmente habilidosas em tarefas domésticas, como se o órgão reprodutivo influenciasse diretamente as construções sociais e culturais.

Da mesma forma, as pessoas que nascem com pênis são definidas como meninos, e junto com essa definição vêm várias ideias sobre o que é ser homem. Geralmente, associa-se à força, determinação, aventureirismo e inteligência. Mas essas ideias também são construídas por influências culturais, não apenas pelos órgãos genitais.

Ou seja, é como se, ao determinar o órgão sexual, cada ser recebesse uma “caixinha” com a qual ele deva caber, com as características que ele deve desenvolver para garantir um desenvolvimento saudável de acordo com sua biologia. No entanto, essa caixinha não existe na natureza, tampouco no corpo da gente. De modo que é um formato social, criado pela cultura, uma estrutura, um modo viver.

Imagine só se existissem outras “caixas” e outras formas de viver, talvez até caixas maiores e mais espaçosas. E se começássemos a nos diferenciar uns dos outros por outra parte do corpo? Por exemplo, e se a cor dos olhos fosse a característica determinante em vez dos órgãos reprodutores? Pode parecer louco, invertido, quase irreal.

Mas seria apenas uma maneira diferente de viver, uma nova forma de estruturar nossas experiências.

Então, o termo “gênero” veio para nos ajudar a diferenciar o que definimos como sexo biológico das características que atribuímos a ele. E, na verdade, percebemos que é o gênero que acaba determinando o sexo. Nossa maneira de falar sobre um corpo e de determinar o que ele é se baseia inteiramente no gênero. É por isso que nomeamos o sexo, diferenciamos as pessoas e até a maioria dos animais com base no sexo, até mesmo as plantas recebem nomes e classificações baseadas na reprodução. E sempre achamos que existem apenas dois sexos: macho e fêmea. Chamamos isso de sistema binário.

Na ideia de sistema binário na nossa sociedade, além da definição dos seres em apenas dois grupos, diferenciados pelos órgãos genitais, a estrutura se formou com o domínio dos homens sobre as mulheres. Isso significou que durante muitos anos as mulheres não tinham liberdade sobre suas vidas e seus corpos.

Foi muito importante para as mulheres da nossa cultura lutar por direitos básicos como poder se divorciar e trabalhar sem precisar da permissão de um homem. Elas tiveram que batalhar para ganhar seu espaço e mostrar que ser mulher não define nossos interesses, vontades ou habilidades - ou seja, que o sexo não determina quem somos. Esse grupo de mulheres, chamado de feministas, se mobilizou para conversar com a sociedade, mostrar suas habilidades e deixar claro que precisavam de independência. Antes dessa luta, as mulheres no Brasil não podiam estudar ciência, votar ou se divorciar. As feministas conquistaram muitas coisas, e sem elas nossa vida seria bem diferente.

As feministas começaram a usar o termo “gênero” para destacar em suas lutas os problemas que surgem quando aceitamos como naturais as características que a sociedade atribui ao nosso corpo. Elas queriam chamar a atenção para o fato de que muitas das diferenças entre homens e mulheres são ensinadas pela sociedade, não são inatas.

Na nossa cultura, ao definir o gênero, ficou claro que os homens têm mais privilégios do que as mulheres. Por exemplo, o trabalho que geralmente é feito por homens é considerado valioso e remunerado, ajudando na sobrevivência na sociedade. Já o trabalho que é considerado feminino, como cuidar da casa e dos filhos, muitas

vezes não é visto como um trabalho real e não é pago por nenhuma instituição. Na verdade, é considerado algo natural, feito por amor.

É importante entender que cuidar dos filhos, manter a casa limpa e preparar as refeições são atividades essenciais para o funcionamento da sociedade. Mas, dentro da ideologia tradicional, as mulheres acabaram se tornando dependentes dos homens. Elas não tinham independência, não participavam das decisões políticas e muitas vezes não conseguiam sobreviver sem a presença de um homem.



Acervo: Um Outro Olhar, Boletim ChanacomChana, edição nº 7, 1986, capa.

A ideia de usar o termo “gênero” também expandiu para entender melhor as diferentes camadas sobre as estruturas sociais. É complicado classificar todo mundo como apenas “mulher” ou “homem”, porque esses grupos não são iguais. Quando falamos de mulheres, estamos falando de pessoas brancas, negras, asiáticas, indígenas, mais velhas, mais jovens, meninas, magras, gordas e uma infinidade de variações que afetam suas vidas de maneiras diferentes na sociedade em que vivem.

Por exemplo, no início do século XX no Brasil, enquanto as mulheres brancas de classe média e alta estavam lutando por direitos no trabalho, as mulheres negras descendentes de escravizados estavam lutando para sobreviver e muitas vezes trabalhavam desde a infância. Enquanto isso, mulheres não heterossexuais eram internadas em clínicas psiquiátricas e submetidas a tratamentos desumanos.

A conscientização dessas diferenças, cruzar essas características dentro do grupo denominado “mulher”, é bastante importante para o estudo de gênero e se chama interseccionalidade.

Afinal, ser classificado apenas como “mulher” ou “homem” não diz tudo sobre quem uma pessoa é. Essa identidade não consegue abranger todas as características que alguém pode ter. Por exemplo, uma pessoa pode dizer “sou uma mulher”, “sou branca”, “sou estudante”, “sou carinhosa”, “sou determinada”, entre muitas outras características. Definir o gênero como a única e principal representação de alguém na sociedade é injusto e violento.

Por fim, o gênero é uma ferramenta estudo, uma filosofia, uma linguagem, usada para entendermos nossas vivências e perceber como as influências sociais moldam quem somos. É importante porque nos ajuda a perceber que as “caixinhas” que nos são atribuídas com discursos naturalizantes, muitas vezes não têm nada a ver com nossa biologia, mas sim com questões culturais.

Entender o gênero é fundamental para pensarmos em corpos livres de regras morais injustas e violentas. A discussão de gênero nos possibilita enxergar as existências de maneiras diferentes, pensar e refletir por aspectos distintos dos quais estamos acostumados e compreender que a diversidade de existências é um direito e uma possibilidade de vida. Afinal, quem somos não é determinado pelos nossos órgãos sexuais, mas sim pelas nossas relações sociais e como nos relacionamos com o mundo ao nosso redor.

3.

Heterossexualidade e comunidade LGBTQIAPN+



Bandeira atual da comunidade LGBTQIAPN+.

A determinação de gênero está intimamente ligada a questão da sexualidade. Na mesma forma que se determinou o corpo através dos órgãos reprodutivo-sexuais, determinou-se também que são opostos (vagina e pênis, homem e mulher) e que estes opostos devem construir uma união, vista como a única possível pela natureza.

A heterossexualidade não era nem nomeada, porque era vista como um formato universal de relacionamento, como se por ser posta como mulher naturalmente sua atração seria por homem, e o contrário igualmente.

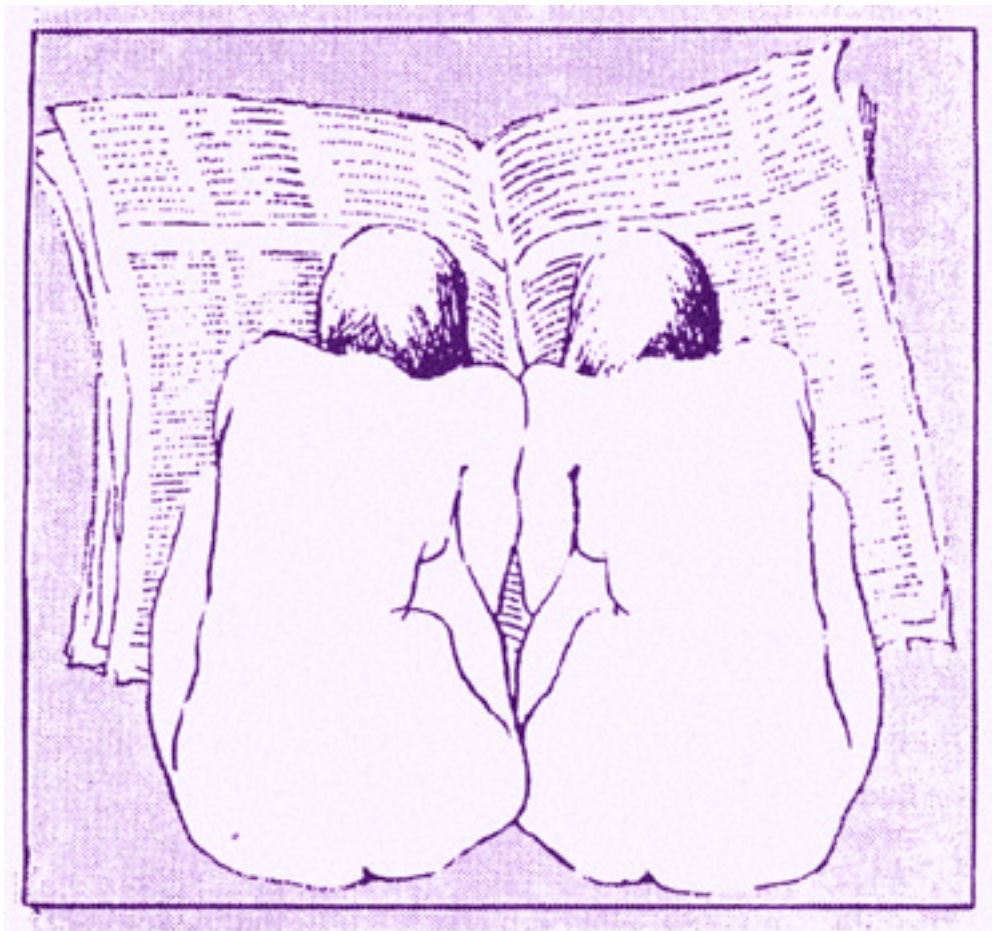
Essa construção social tem relação com a formação reprodutiva, ou seja, toda ideia de união, casamento, lar e família é baseada na reprodução e constituição de filhos e filhas. Essa ideologia exclui muitas pessoas, como aquela que não conseguem ou não querem ter filhos, pessoas que preferem morar sozinhas e não se casarem, pessoas que não sentem atração pelo sexo oposto, entre outras.

Algumas teóricas na década de 1980 utilizaram a expressão “heterossexualidade compulsória” no intuito de explicar e compreender que a heterossexualidade, na verdade, é um formato social de relacionamento e na nossa sociedade ela é tida como único formato natural. Dessa maneira, se constrói símbolos e expectativas na construção dos sujeitos e das sujeitas para que se relacionem com o sexo oposto.

Para você entender melhor esse conceito, vamos pensar nas histórias e filmes infantis que assistimos quando criança, geralmente os personagens trilham um caminho que conduz ao encontro de um grande amor, esse amor é do sexo oposto ao personagem principal, não é? E nesse momento que ambos estão juntos, o fim da história acontece com aquela famosa frase: “felizes para sempre”.

A cada ano que passa esse cenário tem mudado, estão se construindo histórias baseadas em outras vivências e aventuras, mas ainda é comum a relação heterossexual ser a determinante.

Nos últimos séculos, no Brasil, construiu-se esse imaginário, associando a felicidade a esse encontro e compartilhamento exclusivo de vida heterossexual, seguindo uma ordem moral que determinava as características específicas e os modos de vida a serem seguidos pelo homem e pela mulher, orientando suas vidas e seu relacionamento. A essa construção damos o nome de heteronormatividade, que questiona não só os modelos de relacionamentos entre homens e mulheres, mas também todas as regras que os cercam, incluindo as definições de gênero atribuídas às pessoas.



Acervo: Um Outro Olhar, Boletim ChanacomChana, edição nº 11, 1986, contracapa.

Compreender o conceito de heteronormatividade e as percepções sobre relacionamentos não heterossexuais é fundamental para o nosso objetivo neste livro, que é contar as histórias de mulheres lésbicas. Entender como a sociedade valoriza e promove padrões de relacionamentos heterossexuais ajuda a contextualizar os desafios e as experiências vividas por lésbicas.

É essencial também que saibamos que as lésbicas são participantes da comunidade LGBTQIAPN+, essa comunidade que cresceu nos últimos anos, porque cresceram os entendimentos identitários sobre o corpo e a sexualidade.

Você sabe o que significa cada letrinha dessa comunidade? Vamos observar a tabela a seguir para nos ajudar!

L	Lésbicas	Mulheres que sentem atração de maneira afetivas/sexual por outras mulheres.
G	Gays	Homens que sentem atração de maneira afetiva/sexual por outros homens.
B	Bissexual	Pessoas que sentem atração de maneira afetiva/sexual tanto por homens, quanto por mulheres (independente se se relacionam mais com gênero do que com outro).
T	Travesti Transexual Transgênero Trans	Pessoas cuja identidade de gênero é diferente daquela imposta pelo sexo designado no nascimento.
Q	<i>Queer</i>	Um termo amplo que envolve todas as pessoas que não se identificam com as normas tradicionais de gênero e sexualidade.
I	Intersexo	Pessoas com características sexuais (como cromossomos, genitália e/ou órgãos reprodutivos) que não se encaixam nas definições típicas de masculino ou feminino.
A	Assexual	Pessoas que não sentem, ou sente apenas raramente, desejos sexuais.
P	Pansexual	Pessoas que se atraem por todas as identidades de gênero.
N	Não-binárias	Pessoas que não se identificam completamente nem com o gênero masculino, nem com o gênero feminino. Pode incluir pessoas sem gênero, com vários gêneros. Podem se identificar também como pessoa trans.
+	Símbolo do sinal +	Abarca todas as outras possibilidades de orientação sexual e identificação de gênero.

É importante saber que há uma união identitária entre essa comunidade porque seus formatos de existirem desafiam as normas heteronormativas, ou seja, vai contra as regras estabelecidas pelo gênero e sexualidade na nossa sociedade.

A comunidade, justamente por contrariar a heteronormatividade, tem uma história em comum, infelizmente, de violência e apagamento. Durante o maior tempo da história do Brasil (entendemos aqui, a ideia de Brasil a partir do processo de colonização em 1500) as pessoas que divergiam das ordens de gênero e sexualidade eram excluídas, viviam “dentro dos armários”¹. Se fossem famílias da alta classe eram expulsas de seus lares ou presas em conventos e mosteiros. Se descobertas pela sociedade, eram julgadas e poderiam ser levadas a fogueiras. Um destino sempre triste.

Nos últimos tempos, o movimento *queer* tem se destacado na conversa sobre gênero e sexualidade, especialmente com o advento da Era Digital, que cria e expande diversas formas de ser. Essa teoria tem questionado muitos dos fundamentos ideológicos da heteronormatividade, trazendo à tona novas perspectivas e possibilitando a exploração de identidades diversas e fluidas.

Significa que muitas das ideias impostas sobre como devemos nos relacionar estão sendo questionadas, com o objetivo de ampliar os formatos de ser e de nos relacionar. Estamos começando a entender que as pessoas são plurais e não se limitam aos estereótipos binários de homem e mulher. Elas podem se relacionar de acordo com seus desejos e vontades, independentemente de serem relações heterossexuais ou não.

O movimento *queer* abraça uma diversidade de corpos e maneiras de se expressar e se relacionar no mundo. Ele surge para questionar até mesmo os próprios movimentos sociais do século XX. Apesar dos avanços conquistados pelos movimentos feministas e homossexuais, como o direito das mulheres votarem e serem eleitas (1932), o direito ao divórcio (1977), acesso ao cartão de crédito (1974), a criminalização da violência contra a mulher (2006), a remoção da homossexualidade da lista de doenças mentais (1990), e o

1 “Dentro do armário” é uma expressão conhecida para definir pessoas não heterossexuais que escondem suas identidades e relacionamentos. Geralmente não mostram aos familiares, amigos e sociedade suas identidades, ficam escondidas. Igualmente, quando assumem seus posicionamentos, utilizam a expressão “sair do armário”.

direito ao casamento entre pessoas do mesmo sexo (2011), muitas questões ainda não foram totalmente abordadas ou questionadas.

Dessa forma, apesar dos avanços dos movimentos sociais, se manteve e fortaleceu perspectivas heteronormativas de relacionamento, e não se questionou as questões de gênero e as liberdades múltiplas de relacionamento. O que, na verdade, fortaleceu a ideia que naturalizou o sistema binário de sexo e gênero.

É importante lembrar que os movimentos do século XX eram liderados principalmente por pessoas brancas, intelectuais e de classe média. Isso resultou em identidades uniformes que não questionaram totalmente os princípios cisheteronormativos. O movimento *queer* surge para problematizar essas questões, propondo uma abordagem interseccional e de desconstrução das categorias de gênero.

A ideia *queer* é que não existe uma única diferença sexual, mas uma multiplicidade de diferenças que formam os sujeitos. Essas diferenças não são naturais, mas construídas socialmente. De maneira que, as ideias do movimento ampliam as possibilidades de existência ao invés de construir ou fortalecer identidades naturais universalizantes.

Exatamente, estamos avançando nas teorias sobre as diversas formas de existência, desconstruindo as categorias que nos colocam em caixas identitárias e buscando a possibilidade de criar um mundo onde cada pessoa possa ser quem é, sem ser limitada por normas ou expectativas pré-determinadas. Estamos caminhando em direção a uma sociedade mais inclusiva e respeitosa com a diversidade humana.

4.

Identidade Lésbica



Acervo: Um Outro Olhar, Boletim ChanacomChana,
edição nº 3, 1983, capa.

Esse livro trata especificamente de mulheres que se relacionaram com outras e mulheres lésbicas no intuito de trazer partes de sua história e existência no Brasil. Para isso, é importante que a gente pergunte: quem são as lésbicas?

Para começo de conversa, é importante entender que lésbica foi uma identidade que primeiro foi dita, depois assumida. O que quero dizer é que as pessoas que estavam no poder e defendiam a moral e as tradições nomearam de lésbicas aquelas mulheres que se relacionavam afetiva e sexualmente com outra. Não eram elas próprias que se autodenominavam.

Foram classificadas e estigmatizadas porque não seguiam as normas impostas da heterossexualidade e, portanto, eram excluídas e rejeitadas. É só no final do século XX que as mulheres que se relacionavam com outra vão assumir essa identidade, mas agora para se fortalecerem e lutarem por seus direitos de existências.

Por tudo que já foi discutido até aqui a respeito de gêneros e sexualidades, sabemos que o termo “lésbica” não é um grupo uniforme. Hoje em dia, existem várias identidades e nomes distintos que se encaixam dentro da lesbianidade. É importante ressaltar que a identidade de uma pessoa não pode ser reduzida a sua prática sexual. Ser lésbica é uma identidade que vai além do simples ato de se relacionar com pessoas do mesmo gênero, podendo refletir também uma conexão com uma comunidade, uma cultura, ou uma forma de se auto-identificar.

Ou seja, as características estão presentes também nos jeitos de se vestirem, nos lugares que frequentam, nos grupos que fazem parte, nas ações que praticam e também no formato de se relacionarem.

As lésbicas, tal qual classificamos hoje, já tiveram vários nomes e ainda se nomeiam de maneiras diferentes e variam conforme cada grupo ou região. Termos como “invertida”, “fancha”, “sáfica”, “colega”, “entendida”, “caminhoneira”, “sapatona”, “sapatão” e outros refletem essas identidades que desafiaram as normas cisheteronormativas. Estas são identidades que ousaram se relacionar com outras mulheres ou que simplesmente não se identificavam com os estereótipos de gênero atribuídos às mulheres. Essas identidades surgiram em uma sociedade binária onde o homem é visto como símbolo de poder, dominando as mulheres.

Esses nomes que foram usados nos últimos séculos tinham o objetivo de ridicularizar e diminuir as pessoas que eram diferentes do que era considerado “normal”. Por exemplo, a palavra “invertida” era usada para descrever mulheres que se relacionavam com outras mulheres ou que não seguiam as normas que diziam como as mulheres deveriam ser.

Assim, esses termos as colocavam como diferentes do que era considerado “normal”, indo contra o que era visto como natural e biológico. Da mesma forma, a palavra “sapatão” era usada para descrever pessoas que tinham o sexo considerado feminino, mas que não se encaixavam nos estereótipos de feminilidade. Muitas vezes essas pessoas eram rotuladas antes mesmo de se envolverem emocionalmente com qualquer outra pessoa, confirmando, assim, que não é apenas a prática sexual que define a identidade.

Todas essas identidades foram razões para a exclusão de direitos e para serem deixadas de fora das narrativas históricas, categorizadas e definidas por suas orientações sexuais. No entanto, agora compreendemos que essas pessoas, que não se encaixavam no que era considerado normal, são diversas e não podem ser classificadas em uma única categoria porque são muito diferentes umas das outras. Cada uma é única, e não podemos tratá-las como se fossem todas iguais.

Embora, como veremos mais adiante nesse livro, foi preciso que elas se unissem para se fortalecerem e conquistarem direitos na sociedade.

Seguiremos assim falando de histórias e de pessoas identificadas como mulheres, que se relacionaram com outras, e foram encaixadas em estereótipos (aquelas caixinhas explicadas no início, lembra?) e, por causa disso, foram excluídas da sociedade, porque seus desejos e vontades não eram aceitos nos padrões esperados.

5.

Nem todas/os cabem na história



Acervo: Um Outro Olhar, Boletim ChanacomChana,
edição nº 7, 1986, p.15.

Você já observou que os livros didáticos de História contam narrativas dos tempos passados de vários homens e poucas mulheres? Já leu ou desenvolveu alguma crítica em relação aos fatos narrados serem, basicamente, as ações masculinas e de homens poderosos, que normalmente tem o domínio e a posse?

Nos últimos anos aumentaram as narrativas de mulheres nos livros e nas salas de aula de história, mas essas mulheres são colocadas como um bloco homogêneo, como se todas fossem iguais, como se ser mulher significasse uma identidade, mas ser homem é o modelo natural de existência.

Parece que avançamos no estudo da história em sala de aula, no entanto, estamos progredindo a passos lentos em relação às necessidades e demandas das narrativas presentes na vida em sociedade. Em uma era em que temos amplo alcance e acesso à informações, e o mundo globalizado nos proporciona uma compreensão mais ampla das múltiplas existências, é pertinente questionar por que as aulas de história ainda permanecem tão restritas a histórias de pessoas e formatos de vida de dominantes e poderosos.

Ao examinarmos o passado em busca de pessoas que desafiavam as normas cis heterossexuais, parece que suas histórias foram apagadas ou negligenciadas ao longo do tempo. Apesar dos registros e das construções históricas importantes feitas por historiadores e historiadoras nas últimas décadas, essas narrativas raramente chegam ao debate da sala de aula.

Um dos grandes problemas decorrentes dessa ausência é a sensação de que no passado simplesmente não existiam pessoas que desviavam das normas de gênero e sexualidade dominantes. Essa falta na representação histórica não apenas esconde a verdadeira diversidade das experiências humanas ao longo do tempo, mas também mantém a ideia de que as identidades não normativas são recentes.

Embora não consigamos, de fato, numerar e identificar todos os formatos de relacionamento e vivência de suas sexualidades, na história, já conseguimos entender que não eram poucos.

Você já deve ter ouvido de alguém uma frase mais ou menos assim: “No meu tempo não tinha tanto gay e lésbica, hoje virou moda”. A verdade é que existiam sim, nesse outro tempo. Nas histórias do Brasil sempre existiram, a diferença é que no passado essas pessoas não heteronormativas tinham menos direitos e condições de exis-

tências. Significa que foram mortos e mortas em fogueira, presos, colocados em conventos e mosteiros, escondidos, enviados para outros países, ou viviam suas relações de forma privada, escondida da sociedade, utilizando codinomes e mentindo sobre suas relações.

Com o avanço e conquista de direitos se expandiu a possibilidade de mostrar quem se é e de poder buscar quem se é. Embora ainda haja muita violência e pessoas não assumidas, que tentam se enquadrar seja por dentro ou por fora, mas causa bastante dor e sofrimento.

Com o avanço e a conquista de direitos, aumentaram as oportunidades para as pessoas expressarem sua verdadeira identidade e buscarem autenticidade. No entanto, apesar desses avanços, ainda persistem altos índices de violência contra indivíduos que não fazem parte da heteronormatividade. Além dos estigmas e preconceitos que mantém muitas pessoas escondidas nos “armários”. Essa situação social causa significativa dor e sofrimento.

De certa forma, a ausência de pessoas não cis/heterossexuais nas aulas de história contribui bastante na construção da memória coletiva ao pensar que se relacionar com pessoas do mesmo sexo ou se identificar com um gênero diferente do imposto ao nascimento é doença. Ainda que a homossexualidade tenha saído da lista de doenças pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 1990 e pessoas transgêneras e transsexuais em 2019.

A memória coletiva desempenha um papel significativo na percepção que temos da história, muitas vezes interfere na nossa compreensão do passado e do presente. É comum que a memória coletiva crie uma narrativa imaginária sobre eventos históricos, mesmo que essa narrativa não corresponda totalmente à realidade. Essa relação entre memória coletiva e história é fundamental, pois a memória coletiva está ligada à construção da identidade individual. A memória coletiva molda a forma como nos vemos e como somos representados, mesmo que não nos identifiquemos completamente com essa representação.

Por exemplo, é possível que por morarmos em Pernambuco sejamos identificados e nos identifiquemos com símbolos que foram criados e são sustentados pela tradição e cultura: chapéu de couro, xilogravura e sertão. No entanto, é possível que a gente nunca tenha usado um chapéu de couro, nunca tenha admirado a xilogravura e, tampouco, conheça o sertão. Mas esses são símbolos que caracte-

rizam o pernambucano, o “nordestino”¹. Por uma série de motivos, alguns até válidos, esses símbolos culturais podem nos representar ainda que não se relacionem diretamente com nossos gostos e vivências. Isso acontece porque existe uma memória coletiva que impulsiona essas simbologias e fortalece, dessa maneira, questões históricas ligadas a elas. De tal forma que, de fato, podemos nos sentirmos identificados.

A memória coletiva é capaz de criar cenários e vivências não reais e se estabelecer como verdade. E é com essa memória que olhamos para o passado e elencamos os fatos que constituirão a nossa história.

A história é um escrito sobre o passado. Os historiadores e as historiadoras determinam o tempo e o espaço de suas pesquisas, buscam fontes diversas e elaboram narrativas sobre o passado. Dessa forma, não possível ser neutro, pois as escolhas do tempo e espaço são escolhas, o formato com que olhamos o passado, são com olhos do presente. Isso significa que nossas concepções de certo e errado, nossas vontades e desejos, nossos juízos de valores fazem parte da pesquisa.

Portanto, além das ausências de fontes de pessoas não cis heterossexuais que em suas épocas tiveram que apagar da existência e da matéria, o formato de olhar para esse passado também foi um formato excludente. É assim que está construído na memória coletiva: a norma heterossexual, como único modelo aceitável e saudável de relacionamento.

A história é muito importante para elaborarmos melhor nossos conceitos de vida e sociedade, para entendermos como foi construído esse mundo que habitamos e por que algumas memórias são selecionadas ao invés de outras para explicar nossa existência.

1 Coloquei essa palavra entre aspas para enfatizar uma determinação, por vezes xenofóbica, que são ditas de maneira generalizante para identificar pessoas que moram em Estados do Nordeste.

Por isso, este livro traz algumas narrativas históricas sobre mulheres que, no passado, estabeleceram relações afetivas e sexuais umas com as outras, explorando seus contextos e experiências. O objetivo é mostrar como as normas sociais moldaram as formas de violência utilizadas para reprimir essas relações e identidades.

É fundamental compreendermos as diversas possibilidades de existência e, mais do que isso, reconhecer as violências cometidas pelos sistemas políticos e sociais que restringiram formatos de vida fora da norma. Não eram as pessoas que desviavam da norma que eram anormais; pelo contrário, elas foram excluídas da sociedade e das narrativas coletivas, frequentemente retratadas de forma distorcida. Essa representação deturpada alimentava ideologias que ditavam um modelo correto de existência, marginalizando aqueles que não se encaixavam nesse padrão.



Acervo: Um Outro Olhar, Boletim ChanacomChana, edição nº 3, 1983, p.1.

6.

As lésbicas como pecadoras e criminosas



Acervo: Um Outro Olhar, Boletim ChanacomChana,
edição nº 11, 1987, p.26.

Para começar essa conversa é importante você lembrar que estamos falando sobre o processo de relações afetivas e sexuais entre mulheres no Brasil e que estamos tratando do entendimento de Brasil a partir da colonização (1500).

Bom, você já deve ter perguntado: será que existiam lésbicas no período colonial? A séculos atrás tinha sapatão? Se pensarmos que sim, logo vem a indagação: como eram tratadas? Como eram vistas?

Nos livros de história e na sala de aula dificilmente ouvimos falar de mulheres lésbicas no período colonial. Na verdade, é difícil sabermos de fato quantas existiam, os documentos sobre esse assunto são poucos, isso porque durante o chama Período Colonial no Brasil – que data da chegada dos Portugueses em 1500 até a Independência do Brasil em 1822 – a relação entre mulheres era vista como um grande pecado, um crime, o qual poderia levá-las a condenações severas.

É importante que você lembre que não devemos usar a palavra “lésbica” para falar dessas mulheres que se relacionaram com outras, visto que, essa identidade não existia. Não se pensava a possibilidade de alguém construir uma identidade pautada nos desejos e formatos de se relacionar, porque se considerava que só havia um caminho natural a seguir: o relacionamento entre pessoas de sexos opostos. No caso das pessoas que se relacionavam com outras do mesmo sexo, eram julgadas apenas pelos seus atos de relacionamento e práticas sexuais, em vez de serem reconhecidas como indivíduos com identidades diferentes da norma. Se utilizo nesse texto é para facilitar a linguagem e o entendimento e firmar um posicionamento político sobre a garantia de cidadania e história para as pessoas lésbicas atuais.

No início da colonização instalou-se no Brasil o que chamamos hoje de sistema patriarcal. Este termo é retomado no final do século XX para caracterizar um sistema que se organiza em torno do homem, pai ou marido, o qual tem o poder moral sobre a família, sobre a política e economia do espaço. Trata-se de um conceito para explicar as influências que o chefe de família estabelecia para além do lar. Ou seja, era o “homem da casa”, primeiramente o pai e posteriormente o marido que regulava a vida de todos, principalmente das mulheres.

Além disso, outras forças mantinham o poder político e social, como a Igreja Católica e seus ideais moralistas. Devemos lembrar que o processo de invasão portuguesa nas terras que seriam chamadas de América foi caracterizado por uma colonização cristã-europeia. Desde as embarcações que partiram de Portugal, seguiam junto a elas missionários católicos, os jesuítas. Nas caravelas, a cruz era hastada, simbolizando o cristianismo católico. A primeira ação realizada pelos portugueses ao chegarem em nossas terras foi erguer uma cruz e celebrar uma missa. Ou seja, todo o processo de ocupação e organização de exploração no Brasil Colonial foi um processo com apoio econômico, político e social da Igreja Católica.

É fundamental compreender esse contexto para entendermos como se deu a opressão às pessoas que tinham práticas afetivas e sexuais com pessoas do mesmo sexo.

As relações sociais das mulheres da elite do período eram, geralmente, restritas aos lares, não havia centros urbanos destinados ao lazer das elites, principalmente para as mulheres. Além do Brasil Colonial ser majoritariamente constituído de espaços rurais, o imaginário da época entendia que mulheres honradas eram mulheres recatadas, discretas e dedicadas ao lar e aos filhos. As filhas abastadas¹ eram juradas em casamento pelo pai, a fim de organizar as posses e heranças. Dessa forma, existia um medo que assolava as meninas a respeito da perda da virgindade, que significaria a perda da “honra”.

O controle social estabelecia o controle sobre o corpo da mulher que era negociado a fim de garantir os negócios da família entre parceiros da elite.

É claro que esse controle não ocorria em todos os espaços. Fuga, gravidez indesejada, relacionamentos fora do casamento estavam presentes nessa colônia portuguesa. Apesar da forte pressão social, se encontravam meios de burlar as regras para viver seus desejos.

1 Abastada significa uma pessoa rica, que possui mais que o necessário para sua sobrevivência. Era uma palavra bastante utilizada no passado colonial.

Além disso, apesar das regras morais cristãs-europeias serem trazidas junto com as leis e os colonizadores portugueses, na colônia havia uma relativa liberdade em comparação com a metrópole. Uma vez que os grandes líderes, o rei e as principais autoridades religiosas estavam em Portugal, isso gerava um certo grau de autonomia e um espírito de livre-arbítrio no Brasil.

Ao considerarmos a vida das classes menos abastadas, os rompimentos com as normas eram mais perceptíveis, já que os relacionamentos eram frequentemente mais públicos e as interações entre famílias e vizinhos eram mais próximas.

De toda forma, no contexto colonial, o rompimento das regras morais e políticas ocorria às escondidas, na tentativa de manter longe dos olhares públicos e das notificações oficiais. Por essa razão, a pesquisa sobre mulheres que se relacionavam com outras durante esse período representa um desafio histórico. Pois, práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo eram consideradas abomináveis pela Igreja, vista como um ato de ojeriza, antinatural, um pecado contra as leis de Deus. Por isso, se houvesse denúncia ou confissão sobre isso, deveria ser julgado pelos líderes da Igreja Católica.

Em 1591, chega a Bahia Heitor Furtado de Mendonça, inquisidor da primeira visitação do Tribunal do Santo Ofício no Brasil. Este Tribunal tinha o objetivo de julgar os atos heréticos, ou seja, atos considerados pecaminosos pela Igreja Católica.

Você já deve ter ouvido falar da Inquisi o, não? Foi um Tribunal católico que julgava as pessoas que haviam cometido heresias, essas pessoas poderiam ter sentenças bastantes cruéis, como serem expulsas de onde viviam, serem a oitadas em lugares públicos e/ou serem condenadas a fogueiras. Os Tribunais da Santa Inquisi o eram um instrumento religioso para causar medo e pânico na popula o e controlar suas vidas.

Desde os primeiros anos da ocupa o do Brasil, a chegada de um visitador do Santo Ofício para julgar e condenar os hereges era um evento inédito. Sua visita à Bahia, seguida por outras capit nias, era aguardada com apreensão pela popula o. O julgamento era apenas uma parte importante dessa visita o; a presença do visitador por si só causava alvoroço e pânico, compreensível diante da pressão moral e condena o impostas pela Igreja Católica. E esse, de fato, era o objetivo.

Inclusive, o Tribunal do Santo Ofício estabeleceu uma norma para forçar os hereges a confessarem seus crimes: o prazo de 30 dias. Esse período era dado com a finalidade de pressionar a população a confessar seus pecados ou a denunciar casos de outras pessoas. Essa tática gerava inquietação e medo entre a população, levando muitos a denunciarem seus vizinhos na tentativa de se livrarem de possíveis culpas, ou até mesmo a se confessarem, na esperança de obterem uma redução em suas penalidades.

Apesar de não ser o principal objetivo desse visitador os casos de atos sexuais pecaminosos, foi durante essa visitação que tivemos os primeiros registros de mulheres que se envolveram com outras e que foram julgadas pelo Tribunal da Santa Inquisição. Foram 29 mulheres julgadas e condenadas pelo crime que na época se chamava sodomia. Vamos nos ater um pouco sobre esse termo!

A palavra 'sodomia' tem origem bíblica e refere-se à cidade de Sodoma. Em textos bíblicos, Sodoma é retratada como uma cidade pecadora, e em algumas interpretações radicais, o pecado de Sodoma é associado às relações sexuais entre dois homens. No entanto, na realidade, qualquer forma de sexo anal, seja entre um homem e uma mulher ou entre dois homens, era considerada pecaminosa e criminosa neste período. A única atividade sexual permitida era aquela destinada à procriação.

Tendo essa interpretação e direcionamento, os casos de relacionamentos entre dois homens eram julgados e condenados sob a acusação de sodomia. No entanto, essa aplicação do termo também foi estendida às mulheres, o que gerava discordâncias e confusão nas condenações.

Isso ocorre porque a sexualidade feminina não era considerada nesse período, e a ideia de mulheres sentirem prazer sem a presença de um homem era praticamente inimaginável. A falta de estudos e conhecimento sobre o corpo feminino contribuía para esse cenário confuso. As relações entre mulheres eram muitas vezes interpretadas como mera frustração com o marido, ou até mesmo como um "treinamento" para a eventual relação sexual considerada "verdadeira".

Ou seja, diante da falta de uma compreensão mais precisa e determinada, o mesmo termo usado para descrever as relações entre homens, "crime de sodomia", era aplicado para julgar os relacionamentos entre mulheres.

Diante desse cenário amedrontador da visitação do Tribunal da Santa Inquisição, muitas das condenadas assumiram seus atos por pressão social, antevendo a possibilidade de serem denunciadas.

Vamos conhecer sobre alguns desses casos!

PAULA DE SIQUEIRA

Mulher branca, natural de Lisboa, moradora da Bahia, casada com o contador real da fazenda do Rei, apareceu a mesa do visitador em agosto de 1591 para confessar suas culpas.

No mesmo ano, Paula   convocada à mesa do inquisidor sob acusação de posse e leitura, individual e coletiva, de um livro proibido chamado "Diana" de Jorge Montemayor. O livro contava sobre o romance de duas moças e Paula adorava l -lo e recit -lo para suas amigas, por isso foi convocada para a mesa da Inquisição.

Na confissão Paula se revela bastante corajosa e desafia o inquisidor dizendo:

*"que não havia razão de defenderem tal livro",
"que tinha muito gosto" de l -lo, e por sua vontade
o leria sempre, não fosse por sab -lo
"quase todo de cor"
(Vainfas, 1989, p.119).*

Paula também confessa seu relacionamento com Felipa de Sousa, afirmando sobre iniciais trocas de cartas, contando sobre amores e desejos uma pela outra. Assume em seguida que durante mais de dois anos se mantiveram em envios de cartas e presentes e se encontravam mantendo relações afetivas sexuais.

Quando Paula procura pela Inquisição e conta sobre sua relação, no período já findada, com Felipa de Sousa, consegue o perdão de sua culpa por estar dentro daquele prazo dos 30 dias para as confissões. No entanto, sua denúncia sobre o livro ocorrida posterior a esse prazo, a leva a condenação.

Caso queira olhar o processo de Paula de Siqueira, ele se encontra aqui: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2303255>

Felipa era uma portuguesa, mulher branca, também moradora da Bahia, costureira e casada com um pedreiro. Conquistou a fama por ter se relacionado com várias mulheres e foi julgada pelo Tribunal na primeira visitação.

Por saber ler e escrever, escrevia cartas para suas parceiras e afirmou em Tribunal que tinha afeição e sentimentos por elas.

Felipa foi denunciada por Paula de Siqueira e por Maria Lourenço e foi a que teve a penalidade mais severa, seja porque não foi de livre e espontânea vontade aos tribunais confessar sua culpa (o conhecido trinta dias chamado de “Período de Graça”), ou porque entre elas era a menos abastada.

Além dessas duas denunciantes, Felipa assume em sua confissão que teve contato com outras mulheres, tanto da capitania da Bahia, quanto da capitania de Pernambuco.

Felipa era conhecida por seus casos, que não foram poucos. E pelas artimanhas que provocava como pedir ao seu marido que deixasse dormir com a hóspede para ajudar a curá-la e pelos casos amorosos que tinha na Igreja.

Depois de dois julgamentos teve sua sentença: foi condenada pela prática do pecado da sodomia.

Foi obrigada a assistir a missa em pé com uma vela na mão enquanto seus pecados eram lidos para a população, foi açoitada pelas ruas onde era conhecida em sua cidade e condenada ao degredo, ou seja, foi expulsa da Bahia ficando proibida de retornar. Até o cumprimento de suas penalidades permaneceu presa na prisão inquisitorial. Depois de degredada não se sabe seu destino.

Caso tenha interesse em visualizar o documento oficial de Felipa, segue o link: <https://digitalq.arquivos.pt/details?id=2301154>

PARA EXPANDIR

O destino de Felipa de Sousa se tornou um exemplo das perseguições enfrentadas por homossexuais no Brasil, tornando-a uma figura de grande referência na luta contra a violência e pela visibilidade das lésbicas.

Na década de 1990, no Brasil, foi fundada uma ONG chamada “Grupo de Mulheres Felipa de Sousa” na Bahia, com o objetivo de oferecer formações políticas para mulheres lésbicas e combater a discriminação contra essa comunidade. Para saber mais sobre a ONG, segue o link: <https://www.fundobrasil.org.br/projeto/grupo-de-mulheres-felipa-de-sousa/>

Também houve uma recente iniciativa para preservar sua memória, financiada pelo Sesc São Caetano da Bahia, que lançou o primeiro episódio da série “Ins.Pirações” com a participação da Cia SóLadies.

O vídeo está disponível no Youtube, no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=BJSbtnKF0ko>

A história de Felipa de Sousa também é reconhecida internacionalmente. Em 1994, a *International Gay and Lesbian Human Rights Commission* e a *OutRightActionInternational* estabeleceram o Prêmio Felipa de Sousa. Este prêmio, conhecido como Felipa de Sousa Award, é concedido por uma instituição de São Francisco, na Califórnia.

Felipa se tornou um símbolo de resistência lésbica nacional e internacional, mesmo que nunca tenha se identificado explicitamente como lésbica. Suas ações de desafiar as normas sociais de seu tempo e seguir seus desejos amorosos a colocaram como uma figura importante na luta pelos direitos LGBTQIAPN+.

Francisca Luis, uma mulher negra forra, e Isabel Antônia, uma mulher branca, foram denunciadas ao Tribunal devido a um caso que se tornou conhecido entre os vizinhos após uma briga pública anos antes da chegada da Inquisição. Além da reputação que tinham na vizinhança por estabelecerem uma relação afetiva e sexual, a briga, que envolveu cenas de ciúmes e violência, gerou muita fofoca entre os conhecidos locais. Mesmo ocorrendo anos antes da visita do Inquisidor, era quase inevitável que um caso público como o de Francisca e Isabel acabasse sendo denunciado.

Um importante ponto a ressaltar é a relação interracial entre mulheres, como é o caso de Francisca e Isabel. Durante o período colonial o sistema escravista era a base da colonização, e sabemos que o poder exercido sobre os escravizados era voltado ao domínio do corpo. Era bastante comum os casos de violência sexual entre os senhores e as escravizadas, pautada numa hierarquia de poder racista, que subjugava as pessoas pretas. Dessa forma, não é de espantar a possibilidades dessa relação entre mulheres brancas e pretas.

O julgamento das 29 mulheres acusadas de sodomia nos leva a várias reflexões. Primeiramente, é importante reconhecer que o relacionamento afetivo e sexual entre mulheres é uma parte intrínseca da nossa sociedade desde os primórdios da formação colonial do Brasil. No entanto, é provável que o número de casos documentados seja menor do que a realidade, já que muitos relacionamentos clandestinos não foram levados ao conhecimento do Tribunal.

É interessante observar também que a maioria das mulheres julgadas por sodomia fazia parte da classe intermediária da sociedade e não da elite colonial. Essa observação é significativa, pois contrasta com a narrativa predominante na história tradicional, que muitas vezes se concentra nos protagonistas da elite e ignora as vozes e experiências das classes sociais menos privilegiadas. Enquanto estudamos a história do Brasil colonial, é comum nos depararmos com uma narrativa que privilegia os poderosos e os vencedores. No entanto, ao examinarmos a documentação do Tribunal da Santa Inquisição do final do século XVI, temos a oportunidade de dar voz a uma população frequentemente marginalizada e excluída.

Além disso, essas experiências nos permitem desconstruir um pensamento pré-concebido sobre a vida das mulheres durante o período colonial. O estereótipo predominante é de que as mulheres brancas da época eram recatadas, confinadas em suas casas e submissas aos homens, sem liberdade ou autonomia. Esse era o imaginário social que definia as características de uma mulher “honrada”, “moral” e “respeitável”. No entanto, ao analisarmos mais de perto, vemos que, apesar das pressões sociais, muitas mulheres desafiavam essas normas, resistindo à opressão, driblando as leis morais e judiciais e recusando-se a serem passivas diante do poder masculino dominante. É importante pensarmos, a partir disso, que não podemos colocar as mulheres como um grupo homogêneo dentro dos períodos históricos, ou seja, como se todas vivessem da mesma forma e ocupassem o lugar que foi ditado pelo sistema patriarcal.

Vale ressaltar que o território do Brasil nesse período era restrito, não condiz ao tamanho do Brasil que temos hoje, portanto essas mulheres que fizeram parte do julgamento ocupavam a região que hoje chamamos de Nordeste brasileiro.

É interessante notar que, mesmo com a imposição moral, política, judicial que tentavam apagar esses atos entre pessoas do mesmo sexo, que condenavam e excluíaam aquelas e aqueles que não se enquadrassem nas normas, esse documento acabou se tornando o registro histórico dessas vivências. Tanto se esforçaram com os métodos de repressão que esses mesmos se tornaram registros para as práticas disruptivas². Nos mostrando que embora o sistema tivesse suas forças morais, políticas e judiciais, as vivências são múltiplas e devemos olhar para a história entendendo que não é possível que ela seja global, universal. E que mesmo com um sistema estruturado no apagamento do que ele considerava anormal, a resistência se mantém lutando pela liberdade de seus desejos.

A partir do século XVII, a sodomia deixou de ser considerada um crime julgado pelo Tribunal para acusar as mulheres. Na verdade, o próprio termo “sodomia” expressava uma confusão, pois originalmente se referia ao ato sexual entre homens. Como a sociedade da época não considerava a sexualidade feminina da mesma forma, não houve uma preocupação em encontrar um termo adequado para descrever os relacionamentos entre mulheres. Isso resultou na

2 A palavra disruptiva significa romper, quebrar com o processo que está seguindo.

ausência de registros documentais sobre casos de relacionamentos entre mulheres nos séculos XVII e XVIII no Brasil, o que dificulta o estudo desses eventos pelos historiadores. É importante ressaltar que, embora não houvesse julgamentos formais nos tribunais, ainda persistiam julgamentos morais excludentes dentro da sociedade.



Acervo: Um Outro Olhar, Boletim ChanacomChana, edição nº 10, 1986, p.8.

7.

As lésbicas foram vistas como doentes



Retrato de estúdio, Porto Alegre, RS, déc. (1900-1910)
Virgílio Calegari - fotografia sobre papel
Acervo: Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo

A partir do século XIX, entra em cena os métodos científicos como o melhor formato de análise do corpo e da sociedade. O poder da Igreja Católica já não era o mesmo que nos séculos anteriores e novas formas de poder e dominação começam a fazer parte da sociedade.

A ciência assume o lugar de destaque na construção ideológica do período e passa a ser vista como a forma mais coerente, justa e assertiva para construir as verdades sociais e políticas. Ou seja, a ideia de verdade e de que algo tinha fundamento precisava ser comprovado pela ciência.

Construiu-se, assim, uma ideia de que a ciência era neutra, por isso deveria ser a grande régua que traria as verdades “mais verdadeiras” para a sociedade.

Dessa forma, no que se refere ao corpo e as formas de vê-lo, os médicos se tornaram os grandes guardiões desse saber. No entanto, não podemos nos enganar, temos que entender que os médicos são pessoas que viveram em sua época e tinham ideias sobre o que era certo e errado e, a partir de seus ideais, estudavam o corpo. O que quero dizer é que os médicos também eram influenciados pelas construções morais do período e a partir de seus ideais determinavam o que era certo e errado.

Por exemplo, no século XIX, os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo ainda eram considerados imorais e pecaminosos pela sociedade em geral. Esse tipo de união era visto com ojeriza e repúdio, e era comumente associado a uma visão de “anormalidade”. À medida que os médicos começaram a estudar essas relações, já o faziam sob uma perspectiva de doença, buscando tratá-las como uma condição a ser corrigida ou curada.

Ademais, o poder (nesse período representado pela medicina) permanece na mão dos homens brancos, homens cisgêneros da elite. Durante esse período, o corpo da mulher era frequentemente estudado sob uma lente misógina, sendo considerado deformado. Muitas teorias, provenientes da Europa, surgiram associando o útero a um órgão problemático, responsável pelo desequilíbrio emocional e pela suposta incapacidade racional das mulheres. O aparelho reprodutivo feminino e seus órgãos genitais eram vistos como fontes de desequilíbrio, perpetuando a noção de que as mulheres, por possuírem vulva, vagina e útero, eram incapazes de controlar seus corpos, suas emoções e de exercer autonomia sobre suas vidas.

É com essa visão que os relacionamentos entre mulheres deixam de ser vistos apenas como pecado e passa a ser visto como doença. Ou seja, através das considerações morais e tradicionais, se mantém os ideais sobre os padrões de relacionamentos heteronormativos, mas quem passa a justificar essa determinação é a medicina.

Desde o século XVIII o pólo central da colônia se transfere para o Rio de Janeiro, antes a capital era a Bahia. Com a chegada da família Real no início do século XIX, o Rio de Janeiro passa a receber mais investimento para a ampliação da vida urbana. Ou seja, cafés, bares, teatros, praças e outros pontos de passeio são construídos e ocupados pelas classes mais abastadas. Antes, as ruas e áreas urbanas eram ocupadas pela população menos favorecida, eram vistas como um espaço de “perdição”, onde se cometia pecados.

Com a crescente urbanização, surgiram novas preocupações com higiene e saúde, elevando o papel dos médicos ao centro da ordem sanitária. Apoiados em ideias morais, esses profissionais passaram a desempenhar um papel na vida privada, tornando-se conselheiros das famílias abastadas e supervisionando a saúde e o comportamento das pessoas dentro de suas casas. O atendimento médico tornou-se uma prática comum no ambiente doméstico e os médicos representavam uma autoridade inquestionável, exercendo uma influência significativa sobre as decisões familiares e a conduta individual.

Podemos, inclusive, fazer uma comparação com os séculos anteriores, quando os padres exerciam um papel semelhante ao dos médicos, fornecendo orientações e conselhos sobre condutas e comportamentos. Ou seja, nos primeiros tempos da colonização, eram os padres que detinham o poder moral e religioso, utilizando sua influência para controlar a vida, o corpo e os relacionamentos das pessoas. No entanto, com o avanço da urbanização e a crescente importância da medicina na sociedade, os médicos assumiram esse papel de destaque, exercendo grande influência sobre as vidas privadas.

Apoiando no discurso científico, os médicos passaram a julgar e estabelecer condutas para as formações familiares: enfatizavam a importância dos homens (pais) manterem relações sexuais apenas com as esposas, e as esposas (mães) deveriam se responsabilizar pelo cuidado higiênico e alimentar dos filhos. Essas medidas eram utilizadas no discurso para manter a higiene e salubridade da vida

urbana, embora estivesse marcada pelo controle moral dos corpos. A família composta por pai, mãe e filhos foi o discurso utilizado para garantir a salubridade.

Portanto, é com essa perspectiva e poder político e moral, que a medicina vai passar a considerar o relacionamento entre pessoas do mesmo sexo como doença. E, a partir de então, fazer experimentos de cura.

Houve uma mudança na visão sobre as pessoas que se relacionavam com outras do mesmo sexo. Antes, o julgamento da Igreja Católica baseava-se na ideia de atos pecaminosos, não se instituiu um perfil e um modelo de se relacionar, o ato em si era considerado um erro pecaminoso e era julgado por isso. O que muda a partir do século XIX é o personificar das ações, ou seja, as pessoas envolvidas com outras do mesmo sexo passaram a ser vistas não apenas como indivíduos cometendo um “erro”, mas como pessoas doentes que necessitavam de tratamento médico.

No entanto, não deixa de ser vergonhoso e imoral para as famílias, mantém-se a ideia de “manchar” o nome da família, de esconder os casos que apareciam, de negar as ações de relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo, de obrigar a casamentos ou internar em conventos. O que acontece é mais um formato de tentar oprimir e matar através de internamentos psiquiátricos com medidas radicais como o tratamento de choque.

Muitos médicos passam a ver o desejo e ato sexual entre mulheres como uma doença mental, fruto de ideias de uma disfunção hormonal que seria causada pela menstruação e demais hormônios responsáveis pela reprodução, os quais levariam as mulheres para a histeria¹.

1 Histeria é um termo que historicamente foi usado para descrever uma série de sintomas físicos e emocionais que não tinham uma causa médica identificável. No passado, a histeria era frequentemente atribuída a problemas no útero (do grego “hystera” significa útero), uma crença que persistiu por muitos séculos. No entanto, com o avanço da medicina e da psicologia, entendemos melhor que os sintomas da histeria podem ser de origem psicológica e que tem relação com a vida social e opressão vivida por muitas mulheres.

Os sintomas da histeria podem incluir uma ampla gama de problemas físicos, como paralisia, tremores, convulsões, cegueira temporária, dificuldade para engolir, entre outros, bem como sintomas emocionais, como ansiedade extrema, ataques de choro ou riso, e alterações de humor. Na psicologia moderna, o termo “histeria” não é mais usado como diagnóstico clínico.

De toda forma, é importante entender que, embora não mais criminalizado, a homossexualidade, permanece sendo vista como o erro, a deformidade, algo que deveria ser extinto. E que as violências contra os corpos e atos não heteronormativos também permanecem, ainda que seja dentro da justificativa moral da ciência.

Também permanece o olhar sobre o corpo da mulher como um corpo inferior e incapaz, e que os desejos sexuais por outras mulheres viriam da frustração com relacionamentos com homens, do medo de perder a virgindade e de má influência através de literaturas. Soma-se ainda, uma doença.

Essa narrativa só ganha outros entendimentos a partir da década de 1960, quando grupos minoritários² conseguem se fortalecer e lutar por direitos à cidadania.

É interessante notar que muitos dos julgamentos dos séculos XVI e XIX são espelhos de argumentos atuais. É bastante comum frases preconceituosas direcionadas às lésbicas na atualidade, como: “Você precisa conhecer um homem de verdade”; “Você só não encontrou o homem certo ainda”, “Isso é apenas uma fase. Você vai superar”; “Você é lésbica porque teve experiências ruins com homens”; “Lésbicas são promíscuas e incapazes de ter relacionamentos sérios” entre outras. Apesar dos avanços com leis que tiraram a homossexualidade do grupo de doenças (1990) e de avanços importantes na consideração de homofobia e lesbofobia como crime, muitos pensamentos morais e religiosos estão presente no senso comum, e alimentam a discriminação e a violência com as lésbicas na atualidade.

Compreender historicamente como esses pensamentos são construídos é essencial para construção consciente dos direitos de existência e de relacionamentos de todes.

2 Grupos minoritários são segmentos da população que têm menos poder social, econômico ou político em comparação com o grupo dominante. Eles enfrentam desafios e formas de discriminação devido a essa posição social menos privilegiada, que pode ser baseada em raça, etnia, religião, orientação sexual, entre outros aspectos.

8.

Lésbicas do Brasil unidas: a saída do armário!



Acervo: Um Outro Olhar, ChanacomChana,
edição nº 10, 1986, p.20

Depois da metade do século XX, tem-se um importante período histórico no Brasil se estamos falando da história das mulheres que se relacionaram com outras. É a primeira vez que teremos uma organização, grupos de lésbicas, que vão falar de si e levantar questões sobre seus direitos e sua identidade. Por isso que o título se refere a “saída do armário”, como explicado anteriormente, essa expressão se refere a relações e identidades que ficam escondidas devido as possíveis violências sofridas quando assumidas publicamente.

Esse período foi de libertação! É importante frisar que essa “libertação” é uma constante, visto que, a comunidade LGBTQIAPN+ ainda vive à margem da sociedade e sofre constantes violências. Falo da “libertação” porque estamos tratando de movimentos e organizações que irão trazer marcos importantes para as lésbicas, saíram dos armários porque passaram a se reunir, se autoafirmar e conquistar garantias básicas de cidadania.

É importante entender, mais uma vez, o contexto histórico que essa identidade de autoafirmação e como ela se organizou para garantir suas existências. O contexto era da Ditadura Civil-Militar. Entre 1964 e 1984 o Brasil foi tomado por um Golpe Militar, que colocou na liderança do país homens conservadores e radicais, estes passaram a estabelecer ordens de controle sobre a vida das pessoas.

Nesse período ocorria o que ficou conhecido historicamente como Guerra Fria. Forças lideradas pelos Estados Unidos (EUA) de um lado contra as forças lideradas pela União Soviética (URSS) do outro entravam em confronto na tentativa de garantir o apoio do maior número de países. Uma polarização intitulada “Capitalismo (EUA) x Comunismo (URSS)” fez com que essas potências tentassem garantir o máximo de países como seus aliados. Dessa forma, o Brasil e outros países da América Latina viveram ditaduras que foram apoiadas pelos Estados Unidos no intuito de controlar e manter esses países sob seu domínio. Livre do que se denominava “ameaça comunista”.

A ditadura no Brasil teve várias características, afinal, foram 20 anos do Regime. Politicamente não era mais possível votar para presidente. Uma nova Constituição foi elaborada sob forte influência dos militares e consolidou o regime autoritário, restringindo direitos civis e políticos, além de conceder amplos poderes ao presidente e ao governo militar.

Através de Atos Institucionais e decretos, criavam-se normas que tinha como objetivo controlar as ações da população. Dessa forma, os conservadores se apoiaram nessa nova política para fortalecerem seus ideais contra os movimentos sociais¹ e a contracultura² que vinha ganhando espaço.

Os conservadores defendiam que os novos movimentos que surgiam eram uma ameaça às tradições e aos valores da família. Com a ditadura em vigor, esses argumentos e esse setor da sociedade ganhavam força, porque as leis e ordens políticas estão caminhando a favor desses ideais. Assim, inicia-se um processo de perseguição e proibição a tudo que ameaçava a ordem conservadora. Os órgãos políticos passaram a atuar com censura e prisões políticas, ou seja, tudo aquilo que foi considerado imoral para o Estado (no caso, os militares e conservadores civis) era considerado uma ameaça e levaram muitas artes a serem censuradas e muitas pessoas a serem perseguidas, torturadas e mortas.

A ordem era de proteção aos “valores e a família”, no entanto, o entendimento de família estava restrito aos ideais fixados na nossa construção social, a família heteronormativa, branca e burguesa. Dessa forma, as lésbicas e a discussão sobre lesbianidade se torna uma grande ameaça moral.

Sabemos que não foi a primeira vez que a censura passou a controlar os relacionamentos e as produções políticas e artísticas acerca de temáticas que rompiam com o tradicional.

1 Movimentos sociais são ações coletivas organizadas por grupos de pessoas em busca de mudanças sociais, políticas, culturais ou econômicas em uma sociedade. Esses movimentos surgem em resposta a injustiças percebidas, desigualdades, questões de interesse público ou problemas sociais específicos.

2 A contracultura foi um movimento social e cultural que desafiou as normas e valores tradicionais da sociedade, emergindo principalmente nas décadas de 1960 e 1970.

A escritora mais censurada durante o período foi Cassandra Rios. Seus escritos tratavam da sexualidade feminina, erotismo, sensualidade entre outros temas. Esses temas eram considerados uma afronta a moral, além disso, Cassandra era lésbica assumida, mas, ainda que tenha dito algumas vezes que suas obras se tratava de amor e não de recortes autobiográficos, grande parte delas foi censurada.



Acervo: Kyara Vieira, Foto: José de Castro, Revista Manchete, 1974.
Disponível em: <https://museubajuba.org/cassandra-faz-90-anos/>

Cassandra Rios nasceu em 1932 e seu primeiro livro foi escrito aos 16 anos (1948), intitulado “A Volúpia do Pecado”. Narrava uma história de amor entre duas mulheres, através dele se tornou a primeira escritora brasileira reconhecida por escrever livro erótico que falasse sobre a relação entre mulheres. Em dez anos, devido ao grande sucesso, o livro foi reeditado várias vezes.

Mulher branca que nasceu e viveu na classe média da cidade de São Paulo, apesar de muitas censuras ao longo de sua vida, nunca deixou de escrever. O nome Cassandra Rios foi seu pseudônimo, tendo como registro o nome Odette Pérez Ríos.

Durante o Período Ditatorial (1964-1984), Cassandra Rios enfrentou a censura implacável do regime, que resultou na proibição de mais de três dezenas de suas obras. Essa censura era justificada sob o pretexto de proteger a moral e os bons costumes, mas na realidade servia como uma ferramenta de controle para preservar os valores tradicionais estabelecidos no Brasil.

Cassandra Rios ficou conhecida como a “escritora maldita”. Sua exclusão ocorria devido aos temas sexuais abordados em suas obras, que exploravam o erotismo feminino e as relações lésbicas, desafiando assim as normas e tabus da sociedade conservadora da época.

Apesar de tantas perseguições, Cassandra foi a primeira escritora brasileira a vender 1 milhão de cópias em 1970. Além de ter sido a primeira escritora brasileira a viver da renda de seus escritos. No entanto, a insistente perseguição termina por levá-la à falência em 1976.

Ainda assim permanece escrevendo para jornais e revistas e a utilizar pseudônimo masculino para seus escritos serem aceitos. Chegou a ser apresentadora de TV e candidata política.

Faleceu em 2002 em decorrência de um câncer.

Cassandra é uma importante referência para a comunidade LGBTQIAPN+, uma figura malvista e censurada por ser mulher, por viver relações amorosas com outras mulheres, por desconstruir os ideais da heteronormatividade e falar do erótico feminino. Apesar disso, construiu uma grande bagagem de resistência e se reinventou em situações diversas.

PARA EXPANDIR

Caso tenha interesse, segue o link de uma exposição feita em homenagem aos 90 anos de Cassandra Rios. A exposição conta com um valioso acervo sobre a vida e obras da escritora.

Site: <https://museubajuba.org/cassandra-faz-90-anos/>

Link da exposição de 90 anos de Cassandra Rios. Disponível em:

https://museubajuba.org/acervo/de-menina-da-pastinha-a-uma-das-maiores-escriptoras-do-brasil-cassandra-rios-faz-90-anos/?-view_mode=cards&perpage=12&paged=1&order=ASC&orderby=-meta_value&metakey=22067&fetch_only=thumbnail%2Ccreation_date%2Ctitle%2Cdescription&fetch_only_meta=

A ordem e perseguição contra os “transgressores da moral” durante a ditadura não ocorreu sem resistência. Nesse mesmo período surgem muitos movimentos sociais de resistência que tem como lema principal a democracia, estes conseguem falar sobre seus direitos e suas existências. É nesse cenário que veremos a mobilização dos primeiros movimentos organizados por lésbicas, que falavam de seus direitos aqui no Brasil.

As pessoas lésbicas já estavam inseridas em movimentos sociais antes mesmo de construir um movimento exclusivamente lésbico. O Movimento Feminista, por exemplo, era um espaço bastante ocupado por lésbica, afinal, a libertação das mulheres é uma condição que atingia diretamente as lésbicas, que viviam sem autonomia e desvalidadas como cidadãs que não tinham maridos.

Dessa forma, o Movimento Feminista é parte direta da luta lésbica, era preciso lutar pela independência econômica, pela liberdade do corpo, pelo direito a ir e vir em todos os espaços. No entanto, havia uma séria questão na luta feminista do Brasil na década de 60 e 70: a discussão sobre a heterossexualidade e as demandas lésbicas eram postas de lado. A luta feminista desse período se apoiava em uma ideia única, universal sobre ser mulher e considerava a heterossexualidade como a condição natural. Dessa forma, havia uma invisibilidade da identidade lésbica o que impossibilitava a discussão sobre suas necessidades específicas e luta por respeito.

É verdade também que os feminismos que surgem no Brasil acabam “abrindo mão” de questões que são discriminadas na sociedade, como era a questão do relacionamento entre pessoas do mesmo sexo. A discussão sobre a possibilidade de relacionamentos não heterossexuais causava bastante tumulto moralista nos espaços sociais, que permaneciam na consideração dessas relações serem pecaminosas e doentias. Além disso, criou-se um estereótipo sobre as feministas, no intuito de diminuir suas lutas, associando as feministas a lésbicas, argumentando que lutam por liberdades porque “não gostam de homens”, são “anti-homens” e que são “mal-amadas”. Dessa forma, as feministas ficam malvistas, o que dificulta suas lutas e conquistas sociais.

Para protagonizarem suas lutas, as feministas negaram a diversidade de suas identidades, fugiram dos estereótipos tidos como negativos no intuito de conquistar espaço social. É importante contextualizar que esse feminismo que falo se baseia majoritariamente nas mulheres brancas, heterossexuais, da classe média, intelectualizadas.

As pautas feministas ficavam dentro da discussão sobre a liberdade da mulher, as questões do lar, do trabalho, de métodos contraceptivos e dos salários. As determinações eram considerações binárias sobre o sexo (o masculino e o feminino), os quais “naturalmente” deveriam se relacionar. Discutir sobre essa quebra de padrão de gênero e de relacionamento era radical demais para a elite conservadora que estava no poder. Assim, a sexualidade não era discutida.

A lésbica representava a imagem do contrário do que se esperaria de uma mulher: aquela que não é submissa, que muitas vezes nega os padrões de beleza e delicadeza, que assume os rumos e ações de sua vida.

Esse quadrinho destaca a relação entre as feministas heterossexuais e as feministas lésbicas, que mesmo dentro de um movimento que se propunha a discutir as liberdades desejadas das mulheres, acabavam se tornando um lugar de opressão para as lésbicas.

É importante ressaltar que os feminismos sempre foram importantes em suas lutas e, apesar das diferenças, muitas vezes serviu de espaço de acolhimento para as mulheres lésbicas. Além disso, as lésbicas também eram parte do Movimento Feminista, lutaram e movimentaram muitas lutas de conquistas para as mulheres. No entanto, é preciso entender que mulher não é um grupo único e que, por isso, tem demandas variadas e múltiplas. A orientação das ações únicas excluiu muitas realidades e lutas importantes.



Acervo: Um Outro Olhar, Boletim ChanacomChana, edição nº2, 1983, p.1

A organização como movimento lésbico independente começou, primeiramente, dentro do grupo “Somos: Grupo de Afirmação Homossexual”, mais conhecido como “Somos”, foi um grupo em defesa dos direitos dos homossexuais fundado em 1978, considerado o primeiro grupo brasileiro em defesa desses direitos. Na prática, o grupo Somos defendia majoritariamente as questões relacionadas aos homens gays. Mais uma vez, as mulheres lésbicas são colocadas em segundo plano. De toda forma, os movimentos que surgiam nesse período tinham um foco em comum: lutar pela democracia, afinal, vivia-se um contexto de ditadura civil-militar.

No entanto, também era necessário o reconhecimento de identidades que eram excluídas e invisibilizadas na sociedade, na tentativa de se garantir os direitos de uma cidadania ainda mais ameaçada no contexto ditatorial.

No final da década de 1970, as lésbicas participantes do “Grupo Somos” foram convidadas para fazerem parte de uma matéria de capa do jornal alternativo “Lampião da Esquina”. Esse jornal já debatia questões homossexuais, mas ainda não tinha tido uma matéria específica que tratasse de questões lésbicas.

Dessa forma, a 12ª edição contou com a matéria de capa que abordava questões de lesbianidades.

Após a união para construção da matéria jornalística, as mulheres lésbicas participantes do movimento se fortaleceram e novas pautas passam a ser discutidas dentro do “Somos”, inclusive questões relacionadas a gênero, machismo e misoginia que ocorria dentro do grupo.



Acervo Um Outro Olhar, imagem da capa do jornal Lampião da Esquina que conteve a matéria sobre mulheres lésbicas em 1979.

Em 1980, as lésbicas rompem de vez com o Grupo Somos devido a essas questões citadas e outras divergências e se organizam para construir um grupo independente. Essas separações não significavam uma ruptura radical, tanto que no mesmo ano se reúnem em ação conjunta com objetivo de lutar contra uma operação do Estado, fruto da ditadura, que visava prender prostitutas, travestis e homossexuais. A operação era comandada por Wilson Richetti e era chamada de “Operação limpeza”. Lembre-se que o período ditatorial que estamos tratando tinha objetivo de consolidar ideais conservadores e o controle moral era uma importante arma do Estado, que julgava, prendia e torturava aqueles e aquelas que não eram aceitos dentro da heteronormatividade. Dessa forma, a “Operação limpeza” agia no período da noite invadindo bares e boates que tinha um público alternativo e prendia aqueles que eram vistos pela operação como uma ameaça.

Dessa forma, para combater as rondas comandadas por Richetti, as lésbicas militantes se unem ao grupo Somos e ao movimento que vai às ruas pedir o fim da operação e maior liberdade e respeito as variadas orientações sexuais e de gênero.

Os bares e boates desempenharam um papel crucial como refúgios para a comunidade não heteronormativa durante o Período Ditatorial. Para além de serem espaços de paquera e afeto, eles representavam uma verdadeira liberdade, onde as pessoas podiam expressar sua identidade sem temer julgamentos. Muitas vezes, as pressões da vida cotidiana, como trabalho, estudo e família, restringiam a capacidade das pessoas de “sair do armário”, tornando as baladas noturnas um lugar vital para serem autênticas e extravasar. Nessas ocasiões, era possível estabelecer laços de amizade e solidariedade com aqueles que compartilhavam experiências similares e enfrentavam desafios semelhantes. Além disso, os bares e boates frequentemente serviam como cenários para a organização de movimentos de resistência e luta, tornando-se locais de encontro e apoio para aqueles que buscavam desafiar as normas impostas pela sociedade conservadora da época.

Na faixa levada às ruas, as integrantes lésbicas assinam como: Ação Lésbica Feminista, mostrando que são um grupo, que tem uma identidade e que fazem parte da luta feminista, mas a partir da identidade lésbica.



Acervo Um Outro Olhar, Disponível em:
<https://www.umoutroolhar.com.br/2014/03/meus-anos-sob-o-regime-militar-e-o.html>

Também temos o registro da faixa levada no movimento anunciando “Pelo prazer lésbico”. A defesa do prazer lésbico é a defesa da liberdade de existência desse grupo, que se identifica pela exclusão social histórica que sofrem e pela orientação sexual diferente da norma, da tradição. Poder levantar uma faixa e tomar as ruas de São Paulo contra uma operação violenta e reafirmar suas identidades como lésbica teve importância fundamental na vida daquelas que sofriam preconceito e discriminação, além de ser um momento histórico na vida das pessoas que não se enquadram nas normas heterossexuais. Foi a primeira vez que, de maneira corajosa, gays e lésbicas se reúnem publicamente, na defesa de suas identidades e liberdade de existência.



Acervo Um Outro Olhar, Disponível em:
<https://www.umoutroolhar.com.br/2014/03/meus-anos-sob-o-regime-militar-e-o.html>



Acervo: Um Outro Olhar, Boletim ChanacomChana, edição nº 10, 1986, p. 3

Em 1981, Míriam Martinho, Rosely Roth e outras lésbicas feministas, criam o Grupo de Ação Lésbico-Feminista, mais conhecido como GALF. A história do GALF pode ser dividida em duas partes: a primeira se refere ao momento de organização que vai de 1981 a 1985.

A palavra GALF foi a mais conhecida para se referir ao movimento porque a palavra lésbica ainda era vista com bastante repulção pela sociedade, tanto que se usavam outras palavras para identificar as mulheres que se envolviam com outras, como: entendida, colega, fancha, sandalinha, sapatão entre outras. Além disso, expressões como “é do vale”, “é do babado”, “é do sindicato” e “é da fruta” eram empregadas como códigos para explicitar quem fazia parte da comunidade. É importante ressaltar que essas expressões variavam de acordo com as regiões do Brasil e as diferentes variedades linguísticas presentes no país.

De toda forma, eram códigos de resistência e sobrevivência coletiva, para se manterem conectadas e conseguirem organizar suas vidas amenizando os impactos discriminatórios que assumir a identidade lésbica em público poderia causar, construir vínculos entre pares e desenvolver romances.

PARA EXPANDIR

Em 2022 foi criado o LesboCenso nacional no intuito de identificar questões de trabalho, educação, saúde, redes sociais e outros eixos que atingem a vida das mulheres lésbicas no Brasil.

Caso você tenha interesse, pode dar uma olhada no site e no relatório já divulgado: <https://lesbocenso.com.br/>

O relatório aponta, entre outras coisas, os termos de autoidentificação registrados na atualidade, podemos observar uma grande variedade de identidades. Segue aqui para visualização.

Tabela 3 – Autoidentificação.

Variável	Categorias	Número	Porcentagem
Como prefere ser identificada	lésbica	9993	51.36%
	sapatão	5136	26.40%
	mulher gay	750	3.86%
	homossexual feminina	409	2.10%
	sapatona	399	2.05%
	sapa	267	1.37%
	entendida	211	1.08%
	lesbiana	160	0.82%
	sandalinha	98	0.50%
	caminhoneira	65	0.33%
	bofe	38	0.20%
	caminhão	31	0.16%
	zami	23	0.12%
	outro (especifique)	681	3.50%
	não quero responder	172	0.88%
	não sei	1022	5.25%
TOTAL		19455	

I LesboCenso Nacional: Mapeamento de Vivências Lésbicas no Brasil - Relatório Descritivo 1ª Etapa (2021-2022), p.20.

A organização e montagem do GALF, apesar de ter sido um movimento que tenha sempre buscado a horizontalidade, ou seja, uma participação ativa de todas as integrantes, inclusive das leitoras, contou duas principais administradoras: Míriam Martinho e Rosely Roth. Vamos conhecer um pouco agora sobre Míriam!

MÍRIAM MARTINHO

Míriam Martinho nasceu em 1954 e foi uma importante militante no Período Ditatorial brasileiro. Uma das fundadoras do GALF, era responsável pela organização do movimento e do boletim “ChanacomChana”.

Mulher branca que cresceu na cidade de São Paulo, formou-se em Letras, e após o fim do boletim ChanacomChana tornou-se co-fundadora da Rede de Informação Um Outro Olhar (1990). Desde 2004, Um Outro Olhar passa a ser virtual e é um importante acervo de memórias lesbianas.

Míriam sempre lutou e defendeu os Direitos Humanos, as questões femininas e especialmente as questões lesbianas. Tem importância fundamental tanto na participação dos movimentos paulistanos lesbianos de resistência durante a Ditadura, como uma grande guardiã das memórias desse período, através de seu acervo, fotografias e escritos. Além disso, trabalhou na luta e defesa da saúde lésbica no Brasil.

Na imagem abaixo podemos ver Rosely Roth e Míriam Martinho na sede do GALF, o ano era 1983.



Acervo Um Outro Olhar, disponível em:
<https://www.umoutroolhar.com.br/2021/08/memoria-lesbiana-rosely-roth-amiga-do-coracao.html>

PARA EXPANDIR

Caso tenha interesse, podemos ver Míriam falando sobre sua vida e militância na Live sobre o dia do Orgulho Lésbico, em que ela foi a convidada especial:

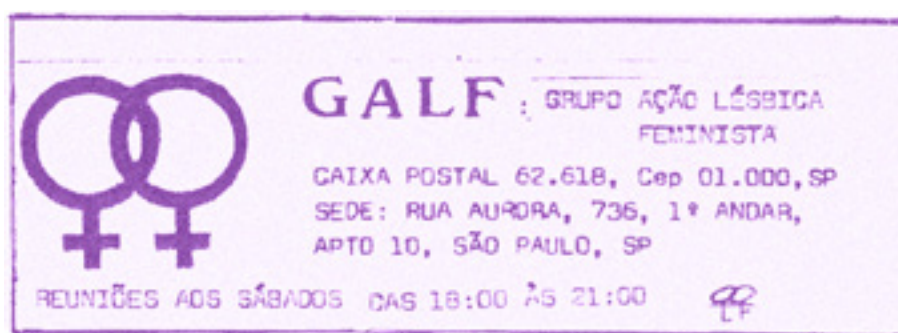
<https://www.youtube.com/watch?v=o8TFNbnknNg>

Você também pode visualizar mais sobre a vida de Míriam e o movimento GALF no link:

<https://www.umoutroolhar.com.br/>

Entre as maiores produções do GALF, está o boletim³ jornalístico “ChanacomChana”, que apesar de ter sido criado no movimento lésbico anterior, o Lesbico-Feminista (LF), sua maior produção foi no GALF.

Ao todo foram 13 boletins publicados e entre eles se discutiam as questões que faziam parte da vivência das lésbicas: questões relativas a relacionamento, maternidade lésbica, mobilizações políticas e leis, representantes políticas, entrevistas com artistas lésbicas, além de ter um espaço destinado para recado das assinantes. Todos os boletins tinham o contato e o endereço (localizado em São Paulo-SP) das organizadoras. Como o recorte apresentado abaixo.



Acervo Um Outro Olhar, Boletim ChanacomChana, edição nº 3, 1983, p.15.

3 Boletim é como um pequeno jornal ou informativo que foi publicado regularmente para trazer informações relevantes a uma comunidade específica. No boletim, podem falar sobre novas regras que foram implementadas, destacar postagens populares ou interessantes feitas pelos membros, ou até mesmo anunciar eventos especiais que estavam ocorrendo.

Os boletins foram um importante veículo de ligação e conexão nacional. Foi a primeira vez que se construiu uma ferramenta que conseguisse conectar e acessar mulheres lésbicas em diversas partes do Brasil. Lembre-se que estamos falando de um período qual não existia redes sociais conectadas pela internet, as divulgações de informações não tinha o fácil acesso que temos hoje, nem a velocidade. Por isso, é importante entender que essa rede de comunicação através dos boletins teve importância singular na luta lésbica brasileira.

Uma das primeiras discussões levadas para o boletim, foi o reconhecimento da palavra “lésbica”, que no período era um termo bastante pejorativo, associado à doença e à perversão. O que o boletim tenta é resgatar a origem da palavra e trazer para o movimento um novo olhar para a identidade, no intuito de reconhecer, valorizar e emponderar as lesbianas. Veja um recorte do trecho do boletim:

Vamos começar falando da palavra lésbica. Taí um nome que ainda arrepiava frinchas, ladies, entendidas, sapatões, bichas, heterossexuais, feministas, etc..., mas que escolhemos com muita emoção, uma emoção política que remonta há séculos antes de Cristo e de que, inclusive, já falamos, mas que nunca é demais lembrar. A palavra lésbica de riva de Lesbos, ilha grega, onde viveu uma das maiores poetisas da Antiguidade, Safo ,

Acervo Um Outro Olhar, Boletim ChanacomChana,
edição nº 3, 1983, p.1

Você já ouviu falar de Safo? Da Ilha de Lesbos? Safo foi uma importante poetisa da Grécia Antiga, foi valorizada e reconhecida em sua época. Seus poemas popularizaram a ideia de sofrimento e amor romântico e ela foi uma das poucas mulheres retratadas em imagem em cerâmica. Ela enalteceu o amor entre mulheres e embora em sua época isso não representasse um problema, nos períodos posteriores com o surgimento e crescimento da moral cristã, seus textos foram proibidos e hoje restam poucos poemas dos já produzidos.

O nome do boletim ChanacomChana, faz menção ao órgão sexual feminino, mas as organizadoras esclarecem logo no primeiro boletim que a ideia é ligar a palavra chana a outras palavras parecidas, veja como elas comentam na edição número 0, p.4, em 1981:

“ChanacomChana foi um pulo do conformismo para a participação. Nosso jornal é nossa ponte. A palavra CHANA não pode ser sumariamente definida como “órgão sexual feminino”. É algo tão mais amplo, quanto os contrapontos de existir. Que a palavra CHANA soe para uns como “CHANCE”; para outros como “CHANCA” (pé grande – sapatão?), e para outros como “CHAMA”. O importante é isentar-se das conotações. [...] sabemos que o CHANACOMCHANA é um sopro, mas há horas em que um sopro pode representar tudo, inclusive a vida.”

Muitos boletins eram pensados e escritos em um bar chamado “Ferro’s bar”, localizado no centro de São Paulo, que tinha como principal grupo frequentador as mulheres lésbicas. Como falamos anteriormente a respeito da importância dos bares, esse era um dos espaços em que as lésbicas tinham liberdade para serem quem são e poderem construir vínculos entre pares. Sendo assim, também era um lugar em que as militantes organizavam reuniões e faziam entrevistas que eram publicadas no ChanacomChana.

Como esse trechinho que podemos observar no recorte do boletim nº 1, retratando a relação das mulheres com o futebol, através da entrevista com duas jogadoras.



Acervo: Um Outro Olhar, Boletim ChanacomChana, edição nº 1, 1982, p.3.

No entanto, ainda no início da década de 1980 os responsáveis pelo bar passam a proibir a venda dos boletins dentro do espaço. Dessa forma, as integrantes do GALF organizaram um protesto contra essa medida que ficou marcante na história do Brasil e da luta da comunidade LGBTQIAPN+. No dia 19 de agosto de 1983, as militantes invadiram o bar e uma das organizadoras do GALF subiu na mesa e discursou em defesa de suas vendas e reuniões e contra o preconceito.

No boletim ChanacomChana nº 4, já na primeira página é relatado o que acontecia no bar para motivar a movimentação das militantes.

“O que Rosely denuncia começara há quase dois meses. Todos os sábados, quando íamos vender o boletim ChanacomChana no Ferro’s éramos agredidas pelo porteiro — com ameaças ou com puxões de braço para que nos retirássemos. Até que no dia 23 de julho último, a barra pesou mais: um dos donos do bar, seu segurança e seu porteiro tentaram concretizar a expulsão, através de agressões físicas. Enquanto nos puxavam para o lado de fora, parte das lésbicas — que compram o boletim e conversam com as moçoilas do GALF - nos segurava lá dentro” (Autora do texto: Vanda Frias, Boletim ChanacomChana, edição nº 4, p.1).



Acervo Um Outro Olhar. Disponível em:
<https://www.umoutroolhar.com.br/2018/08/19-de-agosto-primeira-manifestacao-lesbiana-contra-discriminacao-no-brasil.html#more>

Nessa foto, temos o exato momento em que Rosely discursou, um momento singular na história das mulheres lésbicas. Este registro é simbólico, pois ilustra a luta pela afirmação da identidade lésbica e pelos direitos associados a ela. Revela a união e a força das mulheres em um momento de efervescência militante e busca por direitos democráticos. Após o discurso de Rosely, as militantes conquistaram o direito de vender os boletins e de ter livre circulação no bar, com respeito aos seus direitos fundamentais.

Segue abaixo a capa do boletim nº 4 citado.



Acervo: Um Outro Olhar, Boletim ChanacomChana, edição nº 4 , 1983, capa.

Essa ação foi noticiada em jornais da época e ficou chamado por publicações homossexuais da época de “Pequeno Stonewall in”.

O Stonewall Inn é um bar localizado no bairro de Greenwich Village, em Nova York. Ele ficou famoso por ser o local onde ocorreram os tumultos de Stonewall em 28 de junho de 1969, um marco importante no movimento pelos direitos LGBTQIAPN+.

Naquela época, a polícia de Nova York frequentemente fazia batidas em bares frequentados por pessoas LGBTQIAPN+, incluindo o Stonewall Inn. No entanto, na noite de 28 de junho de 1969, frequentadores do bar decidiram resistir às batidas policiais, o que levou a confrontos violentos entre a polícia e os clientes do Stonewall Inn e, posteriormente, a uma série de protestos e manifestações ao longo de vários dias.

Os tumultos de Stonewall são considerados um ponto de virada na luta pelos direitos LGBTQIAPN+, dando início a um movimento mais organizado e visível em defesa da igualdade e contra a discriminação. O Stonewall Inn agora é reconhecido como um símbolo histórico do movimento LGBTQIAPN+ e continua sendo um local importante para a comunidade.

Devido a esse movimento e as referências que ele recebeu, em 2008, a Comissão de Direitos Humanos estabeleceu o dia 19 de agosto como o Dia do Orgulho Lésbico dentro do Estado de São Paulo.

Posteriormente, essa data passa a ser conhecida em outras regiões do Brasil e é uma conquista importante para discussão da liberdade lesbiana, a liberdade de transitar pelos espaços e falar sobre suas questões sem sofrerem discriminação e outras violências. Além de ser debatido questões atuais sobre problemáticas lésbicas.

Esses primeiros anos do GALF foram momentos de fortalecimento e organização do grupo, a partir de 1985, inicia-se a fase de expansão e acesso a um público maior. Em maio deste ano, Rosely Roth é convidada para participar do programa da Hebe Camargo, junto com uma mãe conservadora que tem uma filha lésbica e um médico, o objetivo foi debaterem acerca da lesbianidade. Não se esqueça que nesse período a lesbianidade ainda era considerada oficialmente uma doença e, inclusive, era chamado de lesbianismo.

O programa da Hebe Camargo era bastante famoso na década de 1980 no Brasil. Hebe Camargo foi uma das apresentadoras mais conhecidas e queridas da televisão brasileira e seu programa, era um dos principais programas de entretenimento da época, contribuindo para sua enorme popularidade e tornando-a uma figura icônica na mídia do país.

O programa era exibido semanalmente e contava com uma mistura de entrevistas com celebridades, performances musicais, humor, e diversos outros segmentos variados.

A participação de uma integrante do GALF discutindo sobre lesbianidade é de enorme importância para as discussões da época. É importante ressaltar que a televisão era o principal meio de comunicação naquela época. Através da participação de Rosely, o GALF ganhou visibilidade em várias regiões do Brasil. Isso resultou em um aumento significativo nos contatos com lésbicas de diferentes partes do país, levando ao crescimento das assinaturas do boletim Chanacom-Chana e ao recebimento de mais cartas. Durante o programa, Rosely sempre aproveitava para divulgar a caixa postal do GALF, o que contribuiu para a expansão da rede de contatos e para a disseminação das ideias do grupo.

Aqui tem um pedacinho do programa, com a entrevista de Rosely:

<https://www.youtube.com/watch?v=JqDzZJfJSbE>

Apesar das opiniões bastante violentas sobre lesbianidade e questões de gênero trazidas pela outra participante, mãe conservadora de uma mulher lésbica, o programa foi um sucesso de audiência. Vale ressaltar que tais temas eram pouco discutidos em espaços públicos na época. A repercussão foi tamanha que até mesmo Hebe recebeu uma carta do Serviço de Censura Federal, órgão atuante no período. As justificativas contidas na carta remetiam às mesmas alegadas na década de 1960 no Brasil, destacando o respeito à moral e aos costumes, a proteção das famílias, e argumentavam que o programa de Hebe estava sendo utilizado como um espaço de aliciamento e apologia ao “homossexualismo feminino”.

De toda forma, o GALF alcançou um reconhecimento maior, fortalecendo a rede de identidade lésbica e consolidando-se como um espaço de união e reconhecimento para mulheres lésbicas e para as questões pertinentes a essa identidade.



Acervo: Um Outro Olhar, Boletim ChanacomChana,
edição nº 10, 1986, p.33.

Imagem do boletim posta na parte final dele com o propósito de
aumentar as adesões de integrantes.

Rosely Roth foi um integrante fundamental na história do GALF e na luta lesbiana em São Paulo durante a Ditadura Militar. Vamos aprofundar um pouco sobre a sua vida!

ROSELY ROTH

Rosely Roth, nascida em 1959, destacou-se como uma importante figura do movimento lésbico que emergiu em São Paulo na década de 1980. Juntamente com Míriam Martinho, foi uma das fundadoras do GALF e desempenhou um papel central na redação das matérias do boletim ChanacomChana.

Graduada em Filosofia e Antropologia, dedicou seus estudos às questões de sexualidade e lesbianidade, além de ter sido uma militante ativa ao longo de sua vida adulta. Participou de inúmeros eventos nacionais e internacionais em defesa dos direitos das mulheres lésbicas.

Rosely sempre se destacou por sua liderança, sendo uma das organizadoras do protesto realizado no Ferro's Bar. Também foi a primeira mulher lésbica a abordar questões de lesbianidade em um grande programa de TV, como aconteceu no programa da Hebe Camargo.

Demonstrando uma postura segura e de autoafirmação em relação à sua identidade e orientação sexual, Rosely desafiou o silêncio e os tabus que predominavam na década de 1980. Seu amplo conhecimento político, tanto nacional quanto internacional, refletia-se nas matérias sobre questões políticas publicadas no boletim, muitas das quais eram de sua autoria.

Infelizmente, Rosely enfrentava o diagnóstico de esquizofrenia e suas crises se intensificaram ao longo do tempo. Em 1990, ela tirou a própria vida, deixando um legado significativo no movimento lésbico brasileiro.



Acervo: Folha de São Paulo. Disponível em:
<https://memorialdaresistencia.sp.org.br/lugares/ferros-bar/>

PARA EXPANDIR

Caso tenha interesse, segue o link de uma exposição feita em homenagem aos 90 anos de Cassandra Rios. A exposição conta com um valioso acervo sobre a vida e obras da escritora.

Site: <https://museubajuba.org/cassandra-faz-90-anos/>

Link da exposição de 90 anos de Cassandra Rios:

https://museubajuba.org/acervo/de-menina-da-pastinha-a-uma-das-maiores-escriptoras-do-brasil-cassandra-rios-faz-90-anos/?view_mode=cards&perpage=12&paged=1&order=ASC&orderby=meta_value&metakey=22067&fetch_only=thumbnail%2Ccreation_date%2Ctitle%2Cdescription&fetch_only_meta=

Após esse período, o GALF passou a ser convidado a participar de encontros feministas internacionais, como o ocorrido em São Paulo, reunindo feministas da América Latina, e encontros lésbicos internacionais, como o ocorrido na Suíça em 1986. Essa expansão foi resultado da formação e da luta das militantes, mas também do processo de abertura democrática no Brasil, além dos movimentos internacionais que ampliaram os estudos e o olhar sobre questões relacionadas a gênero e sexualidade.

É importante destacar que as dirigentes do GALF faziam parte da classe média alta intelectualizada de São Paulo, o que lhes conferia privilégios em termos de acesso a recursos materiais, conforto econômico e participação em debates acadêmicos. Esse contexto favoreceu a conquista de espaços de luta e a obtenção de alta visibilidade.

É fundamental compreender que esse alcance e visibilidade foram possíveis porque essas pessoas tinham acesso e faziam parte de espaços de poder, embora fossem excluídas devido ao seu distanciamento da heteronormatividade. Essa perspectiva lança luz sobre a interseccionalidade de questões de classe, gênero e sexualidade dentro do movimento lésbico brasileiro e ressalta a importância do reconhecimento dessas complexidades na análise do ativismo e das conquistas alcançadas.

Durante esse período, surgiram outros movimentos lésbicos em diferentes regiões do Brasil, representando lutas e resistências específicas de seus territórios. A partir da década de 1990, observamos um amadurecimento e um fortalecimento ainda mais amplo desses movimentos em todo o país. Apesar disso, o GALF se dissolveu nesse período, e não há uma causa única que explique sua dissolução.

Conflitos internos, a redemocratização do Brasil, o esgotamento do movimento após alcançar muitos de seus objetivos e a emergência de outros movimentos que melhor dialogavam com o contexto histórico dos anos 1990 foram alguns dos fatores que contribuíram para o fim do GALF.

Para muitas mulheres lésbicas, o GALF e a produção dos boletins representaram uma oportunidade única para responder às violências que enfrentavam. Eles permitiram que essas mulheres falassem sobre si mesmas, afirmassem suas identidades com orgulho e criassem redes de proteção que as auxiliavam diretamente, além de fornecerem representatividade e espaço para discussões sobre questões lésbicas. Essa contribuição foi significativa para o movimento lésbico no Brasil e deixou um legado importante para as gerações subsequentes.

PARA EXPANDIR

O site de arquivo chamado Arquivo Lésbico Brasileiro (ALB) tem o objetivo de divulgar as produções atuais e documentos referentes a lesbianidades. Trata-se de um acervo digital aberto ao público que você pode encontrar várias temáticas relacionadas a lesbianidade.

Além disso, o ALB promove cursos de formação e participa de debates e eventos sobre a temática. Segue o link:

<https://www.arquivolesbicobrasileiro.org.br/>

O ABL também possui uma página no Instagram, que você pode acessar:

<https://www.instagram.com/arquivolesbicobrasileiro/>

9.

Considerações Finais



Acervo: Um Outro Olhar, Boletim ChanacomChana,
edição nº 9, 1985, p. 26.

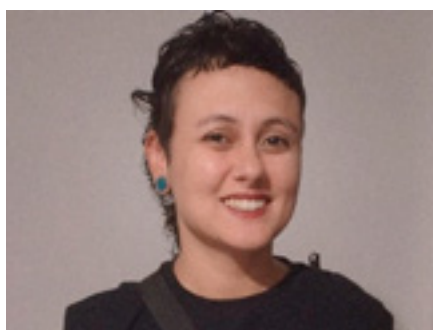
O objetivo desse livro foi trazer algumas narrativas brasileiras sobre histórias das mulheres lésbicas. Afinal, apesar das pesquisas históricas terem avançado nas últimas décadas quando falamos de historiografia lesbiana, ainda temos uma grande ausência dessas existências discutidas nas salas de aula de história. Dessa forma, criamos uma sensação de que elas não existiam ou, caso existissem, não tinha significância histórica. O que não é real! Afinal, a história é formada por diversas narrativas sobre o passado e uma importante ferramenta que nos faz entender a atualidade e a construir identidades.

Para melhor compreensão, foi necessário discutir conceitos relevantes antes de trazer os recortes históricos, como gênero, sexualidade e memória. O intuito foi de construir uma compreensão crítica sobre o passado, fundamentada em importantes conceitos discutidos na atualidade.

Esse livro é resultado de uma pesquisa de mestrado, de uma prática em sala de aula no Ensino Básico, de uma militante feminista, de uma professora de história e de uma mulher lésbica. Todas essas dimensões são atravessadas por uma luta e consciência política que me move em acreditar em um mundo mais justo.

Espero que você tenha feito uma excelente leitura e que esse livro te acrescente o entendimento histórico das vivências que vem sendo excluídas há séculos nesse país.

Com carinho,
Profa. Lia.



10.

Bibliografia

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

COWAN, Benjamin. Homossexualidade, Ideologia e “subversão” no Regime Militar. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (orgs.). Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos, 2023. p. 38-82.

GALF. Não me envolvam, eu me envolvo. ChanacomChana, São Paulo, GALF, n. 0, 1981.

GALF. Mulher de chuteira | Festival Tem Mulher no Palco | A questão homossexual. ChanacomChana, São Paulo, GALF, n. 1, dez. 1982.

GALF. Sandra Mara Bigode: a queda para o alto. ChanacomChana, São Paulo, GALF, n. 2, 1983.

GALF. A história de um grupo de mulheres lésbicas (edição de aniversário). ChanacomChana, São Paulo, GALF, n. 3, 1983.

GALF. Ferro's Bar, dia 19 de agosto: uma vitória contra o preconceito. ChanacomChana, São Paulo, GALF, n. 4, 1983.

GALF. Ser ou estar homossexual?. ChanacomChana, São Paulo, GALF, n. 5, nov. 1984.

GALF. Mães lésbicas | E mais poesias, informes, correspondências. ChanacomChana, São Paulo, GALF, n. 6, 1984.

GALF. Lésbicas e família e mais poesias, informes, correspondência. ChanacomChana, São Paulo, GALF, n. 7, abr., 1985.

GALF. Lésbicas e trabalho. ChanacomChana, São Paulo, GALF, n. 8, ago., 1985.

- GALF. Lésbicas e sexualidade: aids, constituinte, poesia, troca de cartas. ChanacomChana, São Paulo, GALF, n. 9, dez. 1985/ fev., 1986.
- GALF. Conferência Lésbica em Genebra: poesia, troca-cartas, assumindo, homossexualidade nas leis. ChanacomChana, São Paulo, GALF, n. 10, jul./ set., 1986.
- GALF. Entrevista com candidatas: Irene Cardoso, Dulce Cardoso, Cassandra Rios. ChanacomChana, São Paulo, GALF, n. 11, out. 1986/ jan., 1987.
- GALF. Entrevista com "Sexualidade e saúde": feminismo, eleições, linguagem, poesias, troca-cartas, informes. ChanacomChana, São Paulo, GALF, n. 12, fev./ mai., 1987.
- JENKINS, Keith. A história repensada. São Paulo: Contexto, 2007.
- LESSA, Patrícia. Visibilidade e ação lesbiana na década de 1980: Uma análise a partir do grupo de ação lésbico-feminista e do boletim ChanacomChana. Gênero, Niterói, v. 8, n. 2, p. 301-333, set., 2008.
- NAPOLITANO, Minisia Nogueira. A sodomia feminina na primeira visitaçao do Santo Ofício ao Brasil. Revista História Hoje, São Paulo, nº 3, 2004. ISSN 1806.3993.
- NAPOLITANO, Minisa Nogueira. O médico e a mulher: o discurso médico sobre os vícios femininos na sociedade carioca oitocentista. 2005. 103 f. Dissertação - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2005. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/93223>>.
- OLIVEIRA, Cláudia Freitas de. A homossexualidade feminina na história do Brasil: do esforço de construção de um objeto histórico ao desdobramento na construção da cidadania. Les Online, [Lisboa], v. 7, n. 2, p. 2-19, 2015.
- POLLAK, Michael. "Memória e identidade social". Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Tradução: Carlos Guilherme do Valle, 1982.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n.2, p.71-99, jul./ dez., 1995.
- VAINFAS, Ronaldo. Trópico dos Pecados. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.
- WITTIG, Monique. El pensamiento heterosexual y otros ensayos. Madrid: Egales, 2006.

